

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Proponente

APROCOM – Associação Pró-comunidade

Autor (s)

Orlando Pinto de Miranda

Título da Pesquisa

Programas de Policiamento Comunitário e Programas de Capacitação Voltados para as Comunidades

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

1ª PARTE

INTRODUÇÃO GERAL

1. Estado, Polícia e Comunidade;
2. Educação e Consciência Coletiva;
3. Revisão Bibliográfica: Violência, Polícia e Política;
4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;
5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

3ª PARTE

A FORMAÇÃO: COMUNIDADE E POLÍCIAMENTO

13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;

14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;

15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

1ª PARTE

INTRODUÇÃO GERAL

1. Estado, Polícia e Comunidade;
2. Educação e Consciência Coletiva;
3. Revisão Bibliográfica: Violência, Polícia e Política;
4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;
5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

3ª PARTE

A FORMAÇÃO: COMUNIDADE E POLÍCIAMENTO

13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;

14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;

15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISAS

**Realizadas para o Ministério da Justiça,
Através da Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Programas de policiamento comunitário

**Programas de capacitação voltados para
as comunidades**

**Sob a coordenação e responsabilidade do
Prof. Dr. Orlando Pinto de Miranda
Titular em sociologia da Universidade de São Paulo
Adjunto ao departamento de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

Natal – São Paulo, Novembro de 2005



APROCOM

Associação Pró Comunidade

Aos que protegem,
E aos que necessitam de proteção.
Para que saibam encontrar-se
No exercício da cidadania,



APROCOM

Associação Pró Comunidade

“

Se todo o poder é absoluto,
então,
Toda autoridade é cômica..

”

“

Quando a burocracia afinal reduzir a civilização a escombros
por entre as ruínas desoladas e as pedras mortas dos edifícios vazios
ainda se poderão encontrar ocultos pequeninos brotos verdes da cultura.

”



APROCOM

Associação Pró Comunidade

Sumário:

Nota Preliminar	07
I Introdução	
1. Estado, Polícia e Comunidade;	10
2. Educação e Consciência Coletiva;	21
3. Revisão Bibliográfica: Polícia, Política e Violência;	32
4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;	46
5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa;	71
II Policiamento Comunitário	
6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;	86
7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;	142
8. Região Centro-Oeste;	155
9. Região Norte;	166
10. Região Nordeste;	179
11. Região Sudeste-Leste;	199
12. Região Sul e São Paulo;	218
III Treinamento e Capacitação	
13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;	245
14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;	294
15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade;	312
IV Conclusões	
16. Problemas e Perspectivas;	341
17. Bibliografia;	357
18. Agradecimentos e Créditos de Pesquisa;	363



APROCOM

Associação Pró Comunidade

NOTA PRELIMINAR

Este relatório refere-se a duas pesquisas concebidas e contempladas sob as regras do concurso promovido pela **Secretaria Nacional de Segurança Pública** do Ministério da Justiça, em convênio com a **Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais**. A apresentação dos resultados em um único documento deve-se em parte à economia informacional, desde que muitos dos dados e raciocínios formulados são comuns a ambas, mas também porque de fato se complementam, constituindo as duas faces de uma mesma temática.

Em princípio, tanto os fundamentos teóricos contemplados na 1ª parte deste relatório são comuns e fundados numa mesma bibliografia, como as conclusões (4ª parte) terão, naturalmente, os mesmos alicerces e estarão dirigidas aos mesmos pontos.

O que as diferencia é a adoção de duas perspectivas, a dos órgãos de segurança, e a das próprias comunidades. Trata-se, então, da primeira ótica especificamente desenvolvida na 2ª parte do relatório de estudar, dimensionar, conceituar e analisar os diferentes programas concebidos e implantados, ou em implantação, sob a designação genérica de 'policiamento comunitário' em curso no país. Tais programas, como se verá, envolvem uma gama de concepções e procedimentos variados sustentando em comum a meta de aprimorar o relacionamento entre os operadores do policiamento e as coletividades em que atuam como fundamento para a prestação de um serviço policial amplo e de qualidade.

De outro ângulo, o das comunidades, trata-se discutir e perceber a natureza e as características de coletividades diversas, sua composição, processos internos de interação possibilidades de ação coletiva. Enfatizam-se e analisam-se na 3ª parte deste relatório alguns programas e projetos de educação, capacitação e treinamento propostos a desenvolver e/ou



APROCOM

Associação Pró Comunidade

reforçar os laços inter pessoais gerando, estimulando e/ou sedimentando os valores básicos referido às consciências coletivas.

Não se trata evidentemente de pesquisa exaustiva e nem se propõe a ter esgotado o assunto. Seu primeiro propósito é o de trazer à discussão um determinado modelo conceitual, sob o qual serão feitas todas as análises e críticas.

É preciso referir ainda que diante da amplitude do tema, os processos de coleta de informação foram variados, e que, em consequência, as menções a estados e programas não possuem a mesma densidade.

No caso do policiamento comunitário (sob nomenclatura diversa) os dados primários provêm dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal e de vinte e quatro estados. Procurou-se (no capítulo 6) condensar e expor o material, nomeando-se a fonte originária da informação. Em alguns casos (Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco) na falta de informações escritas, realizou-se uma entrevista local. O restante da 2ª parte tem conteúdo analítico, buscando caracterizar como se conceitua e operacionaliza o policiamento comunitário em todas as regiões. Levando em conta as evidências dos programas em desenvolvimento, para a descrição mais pormenorizada e a análise, o universo foi reduzido a treze estados, onde se realizaram entrevistas com comandos, visita as bases (ou equivalentes), pesquisas domiciliares nas coletividades de inserção e/ou aplicações de questionários a policiais em serviço.

No que se refere ao treinamento para comunidades (ou para trabalho em comunidades), além do material disponibilizado pelos órgãos de segurança, foram trabalhadas três organizações não governamentais e dois institutos educacionais, cobrindo as cinco regiões do país. Também nestes casos foram realizadas visitas e feitas entrevistas com aplicação de questionários.



Tendo em vista a massa de dados resultante, a exposição e análise das informações, tal como procedida neste relatório, foi dividida entre os pesquisadores que cobriram determinadas áreas e temas conforme se menciona na abertura de cada capítulo (os textos não assinados foram elaborados e são da exclusiva responsabilidade do coordenador). Justifica-se assim, até pela autonomia interpretativa dos diferentes pesquisadores, que possa haver diferenças de opiniões e alguma repetição de informações ou citações, além de diferenças de estilo e linguagem nos variados tópicos.

Finalmente uma última nota, necessária pela difícil relação entre o trabalho científico e os prazos contratuais. A diversidade das fontes de informações, em certo número de casos, levou a que os dados não fossem auto explicativos ou mesmo apresentassem divergências que não puderam ser sanadas. Nestes casos, recorreu-se a hipóteses explicativas cuja validade não foi testada. É possível, portanto, embora não provável que se tenha introduzido algumas pequenas incorreções interpretativas nas análises, a partir da impossibilidade de aprofundar algumas informações.

Mantém-se a intenção, para o futuro, visando uma divulgação ampla dos resultados, de proceder a uma depuração (excluindo-se os dados técnicos que só importam ao relatório) e uma revisão acurada do texto, mas, em certos casos, de acrescentar, complementar ou corrigir alguns dados e informações que possam estar incompletos.

No formato atual, nossa expectativa é que o trabalho possa cumprir suas finalidades de constituir-se em material para a reflexão, a discussão e o aprofundamento do tema entre os membros das corporações policiais.



APROCOM
Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISAS

**Realizadas para o Ministério da Justiça,
Através da Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Programas de policiamento comunitário

**Programas de capacitação voltados para
as comunidades**

**Sob a coordenação e responsabilidade do
Prof. Dr. Orlando Pinto de Miranda
Titular em sociologia da Universidade de São Paulo
Adjunto ao departamento de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

Natal – São Paulo, Novembro de 2005



APROCOM

Associação Pró Comunidade

Aos que protegem,
E aos que necessitam de proteção.
Para que saibam encontrar-se
No exercício da cidadania,



APROCOM

Associação Pró Comunidade

“

Se todo o poder é absoluto,
então,
Toda autoridade é cômica..

”

“

Quando a burocracia afinal reduzir a civilização a escombros
por entre as ruínas desoladas e as pedras mortas dos edifícios vazios
ainda se poderão encontrar ocultos pequeninos brotos verdes da cultura.

”



APROCOM

Associação Pró Comunidade

Sumário:

Nota Preliminar	07
I Introdução	
1. Estado, Polícia e Comunidade;	10
2. Educação e Consciência Coletiva;	21
3. Revisão Bibliográfica: Polícia, Política e Violência;	32
4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;	46
5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa;	71
II Policiamento Comunitário	
6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;	86
7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;	142
8. Região Centro-Oeste;	155
9. Região Norte;	166
10. Região Nordeste;	179
11. Região Sudeste-Leste;	199
12. Região Sul e São Paulo;	218
III Treinamento e Capacitação	
13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;	245
14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;	294
15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade;	312
IV Conclusões	
16. Problemas e Perspectivas;	341
17. Bibliografia;	357
18. Agradecimentos e Créditos de Pesquisa;	363



NOTA PRELIMINAR

Este relatório refere-se a duas pesquisas concebidas e contempladas sob as regras do concurso promovido pela **Secretaria Nacional de Segurança Pública** do Ministério da Justiça, em convênio com a **Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais**. A apresentação dos resultados em um único documento deve-se em parte à economia informacional, desde que muitos dos dados e raciocínios formulados são comuns a ambas, mas também porque de fato se complementam, constituindo as duas faces de uma mesma temática.

Em princípio, tanto os fundamentos teóricos contemplados na 1ª parte deste relatório são comuns e fundados numa mesma bibliografia, como as conclusões (4ª parte) terão, naturalmente, os mesmos alicerces e estarão dirigidas aos mesmos pontos.

O que as diferencia é a adoção de duas perspectivas, a dos órgãos de segurança, e a das próprias comunidades. Trata-se, então, da primeira ótica especificamente desenvolvida na 2ª parte do relatório de estudar, dimensionar, conceituar e analisar os diferentes programas concebidos e implantados, ou em implantação, sob a designação genérica de 'policimento comunitário' em curso no país. Tais programas, como se verá, envolvem uma gama de concepções e procedimentos variados sustentando em comum a meta de aprimorar o relacionamento entre os operadores do policiamento e as coletividades em que atuam como fundamento para a prestação de um serviço policial amplo e de qualidade.

De outro ângulo, o das comunidades, trata-se discutir e perceber a natureza e as características de coletividades diversas, sua composição, processos internos de interação possibilidades de ação coletiva. Enfatizam-se e analisam-se na 3ª parte deste relatório alguns programas e projetos de educação, capacitação e treinamento propostos a desenvolver e/ou



reforçar os laços inter pessoais gerando, estimulando e/ou sedimentando os valores básicos referido às consciências coletivas.

Não se trata evidentemente de pesquisa exaustiva e nem se propõe a ter esgotado o assunto. Seu primeiro propósito é o de trazer à discussão um determinado modelo conceitual, sob o qual serão feitas todas as análises e críticas.

É preciso referir ainda que diante da amplitude do tema, os processos de coleta de informação foram variados, e que, em consequência, as menções a estados e programas não possuem a mesma densidade.

No caso do policiamento comunitário (sob nomenclatura diversa) os dados primários provêm dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal e de vinte e quatro estados. Procurou-se (no capítulo 6) condensar e expor o material, nomeando-se a fonte originária da informação. Em alguns casos (Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco) na falta de informações escritas, realizou-se uma entrevista local. O restante da 2ª parte tem conteúdo analítico, buscando caracterizar como se conceitua e operacionaliza o policiamento comunitário em todas as regiões. Levando em conta as evidências dos programas em desenvolvimento, para a descrição mais pormenorizada e a análise, o universo foi reduzido a treze estados, onde se realizaram entrevistas com comandos, visita as bases (ou equivalentes), pesquisas domiciliares nas coletividades de inserção e/ou aplicações de questionários a policiais em serviço.

No que se refere ao treinamento para comunidades (ou para trabalho em comunidades), além do material disponibilizado pelos órgãos de segurança, foram trabalhadas três organizações não governamentais e dois institutos educacionais, cobrindo as cinco regiões do país. Também nestes casos foram realizadas visitas e feitas entrevistas com aplicação de questionários.



Tendo em vista a massa de dados resultante, a exposição e análise das informações, tal como procedida neste relatório, foi dividida entre os pesquisadores que cobriram determinadas áreas e temas conforme se menciona na abertura de cada capítulo (os textos não assinados foram elaborados e são da exclusiva responsabilidade do coordenador). Justifica-se assim, até pela autonomia interpretativa dos diferentes pesquisadores, que possa haver diferenças de opiniões e alguma repetição de informações ou citações, além de diferenças de estilo e linguagem nos variados tópicos.

Finalmente uma última nota, necessária pela difícil relação entre o trabalho científico e os prazos contratuais. A diversidade das fontes de informações, em certo número de casos, levou a que os dados não fossem auto explicativos ou mesmo apresentassem divergências que não puderam ser sanadas. Nestes casos, recorreu-se a hipóteses explicativas cuja validade não foi testada. É possível, portanto, embora não provável que se tenha introduzido algumas pequenas incorreções interpretativas nas análises, a partir da impossibilidade de aprofundar algumas informações.

Mantém-se a intenção, para o futuro, visando uma divulgação ampla dos resultados, de proceder a uma depuração (excluindo-se os dados técnicos que só importam ao relatório) e uma revisão acurada do texto, mas, em certos casos, de acrescentar, complementar ou corrigir alguns dados e informações que possam estar incompletos.

No formato atual, nossa expectativa é que o trabalho possa cumprir suas finalidades de constituir-se em material para a reflexão, a discussão e o aprofundamento do tema entre os membros das corporações policiais.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

1ª PARTE

INTRODUÇÃO GERAL

1. Estado, Polícia e Comunidade;

2. Educação e Consciência Coletiva;

3. Revisão Bibliográfica: Violência, Polícia e Política;

4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;

5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa.



1 – Estado, Polícia e Comunidade

Na data em que se realizou o plebiscito sobre a proibição da venda de armas no Brasil (23 de outubro de 2005), a revista *Veja* publicou como matéria de capa, as suas “sete soluções testadas e aprovadas contra o crime”, sendo a solução número três a de ‘Formar Polícias Comunitárias’.

O assunto, ao que parece, chegou ao domínio da mídia e em consequência poder-se-á, talvez, esperar o desenvolvimento de movimentos de opinião destinados a apoiar e sustentar as iniciativas para o estabelecimento desse tipo de policiamento.

Infelizmente, a revista não esclareceu o que entendia como ‘policiamento comunitário’, limitando-se a relacioná-la com monitoramento televisivo de locais públicos ou em evitar situações potencialmente perigosas, providenciando, por exemplo, o fechamento de bares (na periferia, naturalmente) nos horários da madrugada. Ambos os exemplos, no caso, são pouco felizes, resultando em medidas de regulamentação dos atos ou vigilância sobre a população sem guardar qualquer outra relação com a idéia de comunidade.

Na verdade, diante do aumento anômico da criminalidade, a freqüência de homicídios e latrocínios, a habitualidade crescente no tráfico e consumo de drogas, e a desconfiança, indiferença ou mesmo temor do público em relação ao trabalho policial, nos círculos de estudiosos do tema vem se dando como evidente que o aprimoramento da eficácia do trabalho policial deva necessariamente decorrer de uma postura cooperativa e ativa por parte da população, o que só poderia decorrer de um processo interativo entre a polícia e sua clientela (denominada ‘comunidade’).

Nesse sentido, já a perto de uma década vem se difundindo no país as experiências com o policiamento tipo ‘comunitário’, designado no Brasil de diversos modos (polícia interativa, polícia cidadã, policial local, etc.). Parecia-nos, todavia, a partir dos poucos



projetos com que tivemos alguma familiaridade, tratar-se de iniciativas típicas de policiais ou secretários de segurança bem intencionados, que, por um lado dificilmente sobreviviam ao mandato de seus gestores, e por outro se executavam de modo empírico, sem uma sustentação teórica ou mesmo uma análise mais aprofundada da conceituação envolvida e da realidade social em que se inseriam.

O que seria mesmo o 'policimento comunitário'? Em princípio, uma conceituação não é fácil, pois embora a expressão possua uma forte conotação positiva, seus termos possuem um elevado grau de antinomia. Talvez por este fato a literatura tem se esquivado a conceituar de modo mais preciso a expressão.

Em países como os Estados Unidos e Canadá, exportadores do modelo, a despeito de farta literatura crítica sobre procedimentos policiais, as iniciativas fundam-se na premissa da justiça e correção das instituições, e em consequência derivaram para o chamamento à população para juntar-se a ação policial. Parecia-nos, então, simplesmente de uma tentativa de reaproximação, às vezes de certo modo impositiva, entre a polícia e sua clientela constituindo muito freqüentemente "mais uma aspiração do que uma implementação" (Skolnick & Bailey, 2002, p. 53). Nem a bibliografia, nem as participações de especialistas daqueles países nos fóruns a propósito do tema que se tem desenvolvido no Brasil, vêm acrescentando algo de novo a essa visão prévia. Ao contrário, as exposições que assistimos têm se limitado a demonstrar técnicas policiais clássicas acrescidas de novos aparatos tecnológicos.

No Brasil, projetos de "Policimento Comunitário", "Interativo", "Solidário" ou "Polícia Cidadã" - como quer que o conceito fosse entendido e aplicado - desde 1998 registravam-se em pelo menos quinze estados. Havia experiências qualificadas como 'comunitárias' em desenvolvimento pelas polícias do Amapá, Espírito Santo, Pará, Paraná



(Projeto Povo), Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e São Paulo¹.

Entretanto, e malgrado o otimismo do analista citado, na maior parte dos estados de que tínhamos conhecimento, no ano de 2002 o projeto mingudara, fora desativado ou sofria um bloqueio político. Ficava a impressão de que para as autoridades públicas haviam se constituído em projetos restritos e destinados apenas a salvaguardar a imagem governamental desgastada pela violência urbana. Considerando o processo político latino americano como recém saído de truculentas ditaduras que abriram um fosso não superado entre as instituições policiais e militares, e as instituições civis, podia-se, então, suspeitar que em alguns casos, no Brasil, a 'polícia comunitária' não fosse mais que um programa de relações públicas. Mesmo isso, todavia, com a percepção da necessidade de agir de forma preventiva para combater o crime já constituiria um grande avanço para os padrões nacionais.

Quase todos os programas haviam surgido nas polícias militares, mas diferiam bastante entre si em vários aspectos, desde a abrangência até as definições doutrinárias. A idéia geral podia ser resumida em "contar com a colaboração da comunidade". Mas, apenas essa expressão é que seria comum a todos os programas com continuidade. A propósito, a documentação disponível não chegava a ser mais esclarecedora. No Amapá, falava-se em princípio da recuperação da cidadania do próprio policial (através de programas de formação e treinamento). Em São Paulo, quando se lia que o conjunto das medidas do novo policiamento era "iniciativas que objetivam dar maior visibilidade à polícia e reduzir o medo da população" (T. K. 1999, p. 30/1) enfatizava-se um programa de relações públicas. Mesmo no Espírito Santo, tido como modelo e com um material de divulgação mais elaborado, persistiam dúvidas. De fato, a finalidade do programa anunciava-se como sendo 'uniformizar o máximo possível, a adoção' (...). 'Traçar parâmetros, visando a tornar homogêneo o emprego da Polícia Interativa, haja vista a diversificação das comunidades existentes no Estado, buscando a integração total entre a

¹ - cf. Túlio Kahn, 1999.



Polícia Militar, através de seus componentes, com as comunidades, e avaliar as ações ostensivas a serem empregadas ². Então, reconhecida e considerada a 'diversidade' das comunidades, buscava-se 'tornar homogêneo o emprego da polícia' aparente contradição comum a muitos programas, e que nos caso resumiria a polícia comunitária do Espírito Santo ao 'fato dos capitães ocuparem o espaço territorial sob suas jurisdições, colocando os seus homens em locais e horários sugeridos pela população necessitada de segurança e tranquilidade'³. Admitia-se assim uma participação restrita das coletividades. E dessa forma, por variados critérios - Cidadania do Policial, Relações Públicas, Policiamento Ostensivo Descentralizado e Local, Participação Indicativa dos Moradores – em todos os casos podia se ampliar a eficácia e as perspectivas de sucesso da ação policial, mas em nenhum deles se definia de modo mais adequado o policiamento como sendo de fato 'comunitário'.

Evidentemente, somente tais avanços já justificariam o advento da polícia 'comunitária' e constituíram um ganho inequívoco da cidadania. Mas ainda permaneciam os avanços e recuos, sucessos e fracassos. No Rio de Janeiro, a fixação do policiamento levou a que o tráfico de drogas corrompesse um destacamento inteiro, com os traficantes filmando a cena do pagamento do suborno junto a um posto da polícia comunitária. Em São Paulo, houve o assassinato de lideranças comunitárias que apoiavam a ação policial. Narra-se, mesmo no prisma internacional, a degeneração dos objetivos com o surgimento de esquemas de delação e suborno feitos pela própria polícia com resultados perversos para o desenvolvimento comunitário.

² - cf. Diretriz de Serviço 009/95 do 3º E.M.G. da Polícia Militar do Espírito Santo..

³ - Carlos Magno da Paz Nogueira – Gênese da Polícia Interativa – documentos da PM do Espírito Santo.

De todo modo e de forma crescente a necessidade da introdução de formas democratizadas de ação e condução do trabalho policial foi se constituindo em unanimidade na esfera da segurança pública, vista tanto pelos policiais como pela sociedade civil organizada como única alternativa disponível para a resolução da crise de confiança que se estabelecera entre a polícia e o público. É possível assumir, portanto, como ponto de partida que há, hoje, um consenso de que alterações significativas em segurança pública não serão obtidas pelos meios policiais convencionais e que necessitam contar com o apoio e o respaldo da população em suas bases de atuação.

É preciso ir um pouco além, contudo, para definir apropriadamente as novas formas de policiamento como se constituindo em 'policiamento comunitário'. O assunto, de certo modo, é espinhoso, até mesmo entre especialistas, pois não há clareza no que concerne a definição do conceito de 'comunidade' e, em havendo, surgiria desde logo a já mencionada ambigüidade e aparente contradição entre os dois termos da expressão 'polícia comunitária'.

Vamos verificá-los separadamente: o que é (ou que tem sido) a polícia? Trata-se de instituição relativamente recente nas sociedades humanas que, como regra, preservava normas e costumes através de certas camadas sociais que exerciam funções coercitivas e judicativas associadas a outras, de caráter religioso ou político (os sacerdotes, conselhos de anciões e sábios, etc.). Por assim dizer, e acompanhando o pensamento de Emile Durkheim, a necessidade de manutenção da coesão social implicaria a presença nas diferentes organizações sociais de *funções de policiamento*⁴.

Assim, não há dificuldade em concordar com Robert Reiner quando afirma que 'o policiamento pode ter origem em processos coletivos ou comunais de controle social' (2004, p. 24). Nesses casos, poder-se-ia dizer sem maiores riscos que as funções de

⁴ - E mesmo estas não necessariamente explícitas. Uma amostra tomada por Schwartz e Miller (1964, p. 161) em 51 culturas pré-industriais detecta funções policiais em apenas 40% delas.



policiamento encontram-se associadas e representam a vontade coletiva, constituindo regra entre as culturas relativamente estáveis.

Entretanto, o mesmo não pode ser sustentado ao se tratar de organizações sócio-políticas mais complexas, como na Antiguidade o império persa ou romano. Mesmo assim, inexistiu a polícia como corpo especializado, com a imposição da ordem dominante sendo ministrada diretamente pelo emissário do poder central (um sátrapa, juiz e governador) sustentado pela força de intervenção militar e em geral restrita aos assuntos do interesse imperial.

A polícia como função social específica decorre da modernidade, e mesmo nessa é relativamente tardia. É precedida por 'um sistema legal bem desenvolvido' e 'forças policiais especializadas crescem lado a lado com o desenvolvimento das desigualdades sociais e das hierarquias. São instrumentos para a emergência e proteção de sistemas estatais mais centralizados e dominantes' (Reiner, id). Surge apenas no século XIX e apesar dos esforços da polícia inglesa em apresentar-se como derivada da *vontade coletiva* (procedimento que Robinson – 1979 – taxou de 'ideologia como história') define-se desde logo como coercitiva e sobreposta à coletividade.

Temos então três elementos conexos e provavelmente indissociáveis: o 'sistema estatal centralizado e dominante' (o Estado Moderno), o sistema legal bem desenvolvido (o aparato legal-burocrático) e a polícia (aparelho repressivo especializado). Eis, portanto, a origem da ambigüidade afirmada na introdução: o Estado Moderno e seus instrumentos nascem e se impõem contra e sobre as comunidades. A unificação nacional em sua origem é o processo de subordinação das coletividades mais ou menos autônomas subsistentes em seu interior. E a construção da ordem social interna faz-se através de um processo de massificação das populações submetidas, apoiada por um instrumental ideológico e pelos aparelhos legal e policial.



Em outros termos, o combate a criminalidade (entendida como repressão às manifestações individuais de violência e constrangimento contra membros da sociedade) não é nem a única, nem certamente a principal tarefa de que a polícia foi historicamente imbuída. Em termos alegóricos, a imagem do chefe de polícia subindo o morro para 'combater' sambistas e macumbeiros, ou a visão dos policiais batendo em 'malandros' ou achacando prostitutas não é exclusiva do folclore brasileiro, e as atividades do tipo constituíram (e provavelmente ainda constituam) funções específicas da ação policial em sua tarefa de ordenar e padronizar comportamentos dentro do esforço massificatório permanente acionado pelo Estado.

Para melhor caracterizar a contemporaneidade, deve-se acrescentar ao aparelho de Estado (com seus aparelhos políticos, jurídicos e repressivos), o desenvolvimento da racionalidade com relação a fins (tal como definida por Max Weber)⁵, e o crescimento exacerbado do individualismo (a outra face da moeda da massificação). E eis a configuração da sociedade atual em sua plenitude, burocracia fundada em contratos e consumo e composta por indivíduos, livres, racionais, cosmopolitas (no sentido empregado por Georg Simmel)⁶, guiados por seus interesses particulares e egoístas.

O ápice do processo implica a crise do Estado Moderno, cada vez menos uma unidade social simbólica, e cada vez mais sustentado por laços jurídicos diariamente desafiados e uma estrutura repressiva de crescente e manifesta impotência. No Brasil, governos recentes, mesmo que não o enunciassem, aperceberam-se da magnitude do problema e trataram de buscar devolver parcelas de autonomia às coletividades locais, nas gestões da escola e da saúde dentre outras. E apelando a participação coletiva com termos tais como cooperação, consenso, fraternidade, responsabilidade e consciência.

Tais valores enunciados constituem precisamente a descrição que caracteriza a presença da comunidade, termo que designa o grupamento social cujas ações tem como

⁵ - Conceitos de Ação Social, "Economia e Sociedade".

⁶ - em 'Sociologie', e.p. – V. a propósito Waisbort, Leopoldo, "As Aventuras de Georg Simmel"

orientação principal a própria coletividade. Assim, nele a cooperação supera a competição; dá-se o consenso, não o contrato; fraternidade substitui a individualidade; responsabilidade limita a liberdade e afinal, a consciência torna secundário o interesse. Mas, a comunidade⁷, não se constitui em conjunto de valores professados por indivíduos, mas como uma unidade social em si mesma, portadora de uma vontade coletiva (que tais valores expressam). Nesse sentido, o próprio conceito de comunidade opõe-se ao 'indivíduo' e a seu correspondente social, a 'massa'. E implica em uma identidade coletiva em contradição com as identidades pessoais de seus membros⁸. Quando se fala, por exemplo, na identidade específica a uma etnia ou a uma formação cultural, está se afirmando a presença de uma consciência e de uma identidade coletiva, que não é redutível a qualquer de seus membros personalizados.

Os valores e características que se opõem não podem ser pensados como conceitos abstratos, ou de livre adesão, mas foram historicamente constituídos e caracterizam, seja a 'sociedade' (conglomerado de indivíduos associados por necessidades e interesses), seja a 'comunidade' (unidade coletiva portadora de consciência própria). Após séculos construindo o Estado unitário, individualista e massificado, deve-se reconhecer o pluralismo da coletividade. E depois de tudo, cabe voltar à defesa da autonomia, de reconstruir, promover e defender a comunidade.

E o fenômeno 'comunidade' não pode ser encontrado em estado puro nos diferentes grupamentos sociais. Apresenta-se sempre em diferentes estágios de contradições entre a orientação por seus valores (os coletivos) e os valores individuais da sociedade. Favorece-se a comunidade quando a coletividade tem em comum a origem, a memória, a tradição, os hábitos e costumes e a percepção do destino (o imaginário). São

⁷ - Nos termos consagrados por Ferdinand Tönnies em "Comunidade e Sociedade".

⁸ - Procedo a uma discussão mais específica sobre o tema no artigo "A Dialética da Identidade"



maiores os impulsos societários quando os laços de união são os interesses, especialmente os pecuniários. É por isso que em vários casos, a polícia reporta dificuldades na instalação de policiamentos comunitários em centros comerciais. E o problema aparece sintetizado com simplicidade na fala do sargento da Polícia Militar de São Paulo:

‘Não, os comerciantes não são da comunidade. Só estão aqui para ganhar dinheiro, não moram aqui e nem compartilham o destino desse povo todo’.

Enfim, e considerando que “em toda a literatura que avaliou o Policiamento Comunitário, poucos foram os exemplos onde se constataram resultados inequívocos de redução da criminalidade” (T.K. 1999, 29), nossa hipótese teórica é a de que se dever acompanhar programas e projetos em andamento enfatizando a necessidade de compatibilizar a ação e a presença policial com a comunidade, na especificidade de sua composição, estrutura, e conformação cultural. A polícia, agente do Estado, no afã de cumprir sua tarefa precípua de “reduzir a criminalidade” tende a assumir procedimentos padrões e *tratar de colocar as coletividades com as quais interage a seu serviço*, vale dizer, a serviço dos padrões sociais gerais socialmente convencionados. Como é evidente, o correto seria precisamente o contrário, isto é, *colocar-se a polícia a serviço da comunidade*, respeitando a identidade coletiva e os padrões sociais particulares ali existentes.

Este preâmbulo visa estabelecer de modo límpido como entenderemos e conceito de ‘polícia comunitária’. Não trataremos a noção como um programa de relações públicas das instituições policiais, pois não se trata simplesmente de buscar uma aproximação entre a polícia e a cidadania com vistas a recuperar ou reduzir a imagem desgastada da corporação, embora tal efeito seja necessário e desejável. Nem mesmo se trata de buscar apenas formas de reduzir a criminalidade de seus níveis insuportáveis para outros menos críticos, embora tal resultado seja, hoje, urgente e fundamental. Ou ainda de localizar afinal a polícia nas suas funções precípua junto às coletividades de baixa renda das quais



tem sido tradicional inimiga⁹. Do modo como concebemos o policiamento comunitário, tais efeitos em si mesmo enormes e notáveis, serão, contudo produtos intermediários. O conceito de policiamento comunitário deve incorporar uma percepção do policial, não como agente de uma corporação ou mesmo do Estado, mas como membro ativo e consciente de uma coletividade local. Durkheim nos informou que o crescimento anômico da criminalidade em uma coletividade qualquer é indicador de crise e de mudança social. Trata-se então de agir no sentido favorável a tais mudanças; De buscar devolver autonomia e responsabilidade às unidades sociais, de preservá-las, restaura-las, promovê-las e respeitá-las, único procedimento capaz de fazer com que os valores que se quer elevar possam prosperar e desenvolver.

Cabe dizer, afinal, para concluir este tópico introdutório, que iniciamos a pesquisa céticos quando aos resultados institucionais já alcançados pelo policiamento comunitário, mas confiantes nas possibilidades do projeto, especialmente por acreditar que uma nova mentalidade, não apenas legalista e de respeito aos direitos humanos, mas preenchida de sensibilidade social, vai se instalando entre os policiais militares brasileiros. Esta pesquisa foi feita acreditando na vontade, na capacidade, na sensibilidade e no potencial dos membros do corpo policial, que em passado não muito distante da corporação, com suas arbitrariedades e perseguições aos humildes, sentiram-se eles próprios excluídos da cidadania. Nossa perspectiva se confirmou: percorrendo quinze estados encontramos por toda parte oficiais dispostos a construir outra polícia, não apenas reativa ou repressiva. A se constituírem em agentes da cidadania, trabalhando em prol e junto às comunidades para construir o que será - parafraseando o título de um livro do coronel Marceneiro de Santa Catarina - a alternativa policial para o século XXI: uma polícia não mais contra o povo, nem sobre o povo, mas com ele. Para protegê-lo, não para prendê-lo. Para apoiá-lo, não para reprimi-lo.

⁹ - Como se expressou em outra pesquisa, uma dona de casa numa distante periferia do interior paraibano, e que não resistimos a citar: 'aqui, a polícia não vem pra salvar. Só vem pra prender'.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

1ª PARTE

INTRODUÇÃO GERAL

1. Estado, Polícia e Comunidade;

2. Educação e Consciência Coletiva;

3. Revisão Bibliográfica: Violência, Polícia e Política;

4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;

5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa.



2 – Educação e Consciência Coletiva¹

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato dos homens viverem juntos, seja organizando formações sociais que podem ser denominadas de comunidade ou de sociedade. Vivendo juntos homens e mulheres constroem o mundo social, criam necessidades individuais e coletivas e formam sua identidade. Portanto, não é de modo algum indiferente se eles, em um dado momento histórico, estão inseridos em relações predominantemente comunitárias ou societárias, pois há valores específicos que se encontra em uma ou outra forma de organização social e que influenciam diretamente tanto seu comportamento social quanto individual.

Atualmente, vivemos sob o predomínio das relações societárias, onde dominam o individualismo, o racionalismo, a liberdade, o egoísmo e a competição, valores reforçados na sociedade em detrimento da solidariedade, da cooperação, do consenso e da responsabilidade que poderiam ser citados como valores comunitários.

Assim, podemos afirmar que vivemos em um mundo em que se está cada vez mais só na multidão e, portanto, em um mundo em que as palavras estão, cada vez mais, perdendo poder, enquanto elos sociais e de contato entre as pessoas, Apesar disso, *tudo que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido* (Arendt, 1997, p. 12). Os seres humanos só podem experimentar o significado das coisas através da fala e do entendimento entre si e consigo mesmo. Vivemos no mundo das palavras e é através delas, na grande maioria das vezes, que os processos educativos são desencadeados. Pela palavra o homem conhece e se faz conhecer. Apossa-se do mundo e o transforma.

¹ - pela Profª. Gláucia Helena de Araújo Russo, .Dra. em Ciências Sociais pela U.F.R.N, do depto. de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Mossoró).



A palavra está no cerne dos processos educativos que têm lugar nos grupamentos humanos. Por meio dela os seres humanos se relacionam; ela é um forte instrumento de sociação, pois permite o encontro com o outro. Mesmo nos dias atuais, em que existem inúmeros instrumentos tecnológicos e diversificados modos de linguagem, a palavra ainda é um dos elementos que, por excelência, compõe processos educativos e mesmo os desencadeia.

E é o seu domínio que fomos capazes de observar nas experiências pesquisadas e descritas no corpo desse relatório. Proferem-se cursos, realizam-se seminários, oficinas, fóruns, encontros.. Constroem-se processos educativos que se balizam na palavra como linguagem, forma de comunicação e encontro. Como um instrumento capaz de construir o novo e aproximar os seres humanos entre si.

Os processos observados nas entidades estudadas se configuram basicamente como processos educativos e aqui não estamos nos referindo a educação escolar propriamente dita, mas a um processo pedagógico que a ultrapassa. Procura-se uma concepção de educação onde os indivíduos não sejam percebidos apenas como reprodutores ou meros receptadores de experiências. Há, na verdade, uma percepção da educação como um processo desencadeador de novas práticas pessoais e sociais, um processo no qual os indivíduos adquirem e repassam conhecimentos que, por sua vez, lhes permite um repensar valores e práticas e uma refletir mais cuidadosamente sobre a sociedade e o papel que dentro dela desempenham.

Em tais experiências a educação aparece como um instrumento capaz de transformar uma dada realidade e, portanto, estaria ligada a mudança de valores, a uma transformação social que tem lugar no micro, no cotidiano. Segue-se de certo modo o pensamento de Paulo Freire para quem a educação é um processo que gera mudança, pois *No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar* (1996, p. 77)



Procuramos observar os processos educativos voltados para crianças e adolescentes, mulheres, índios, policiais, populações assentadas e muitas outras. Há ações paliativas e assistenciais, mas o que buscávamos eram os esforços concentrados na disseminação de processos educativos e na criação de multiplicadores, processos balizados pela busca da participação e da mudança social. Compartilhamos a visão que percebe a educação não apenas como consecução de determinadas habilidades técnicas ou do repasse de conhecimentos específicos, mas como um processo capaz de mudar o mundo, mesmo que ele se restrinja ao mundo de um pequeno grupo ou comunidade.

Os processos educativos são positivos e necessários, desde que, não se limitem ao repasse de saberes estéreis, conteúdos descolados da vida. Pois, a educação, por si só, é uma prática comprometida, não pode ser neutra, o conhecimento, mesmo que pareça inútil é sempre capaz de causar uma revolução em cada um de nós. Há inúmeras formas de perceber a educação, aqui colocamos apenas aquela que parece estar subjacente às práticas das entidades e instituições estudadas. No entanto, não há forma de saber, pelos limites da pesquisa, se a filosofia educacional professada condiz com a prática das instituições que deveria se balizar na criticidade, criatividade e na ética, que supõe a percepção daqueles a quem os cursos são dirigidos como sujeitos, como co-responsáveis do processo de aprender.

É preciso chamar a atenção também para os processos educativos que se pautam na ideia de treinamento. Treinar é adestrar, tornar apto, ensinar determinadas técnicas. A ideia de treinamento vai de encontro à percepção da educação como uma prática onde saberes são construídos e em que o ser humano participa integralmente. A ideia de treinamento aparece nas entidades pesquisadas, principalmente, ligado às instituições policiais e, é preciso ter claro, não é capaz de formar sujeitos, mas meros repetidores de técnicas.



No entanto, o próprio treinamento pode estar ligado a outras práticas educativas, a uma formação sólida, a práticas comprometidas com o crescimento, técnico, sim, mas também intelectual e ético de cada um dos que dele participam. A filosofia da polícia comunitária assim o exige. Nenhum soldado, cabo, sargento ou indivíduo pertencente a qualquer outro nível hierárquico dentro da polícia será capaz de se tornar um verdadeiro policial comunitário somente através de treinamento. Para tal os processos educativos pautados na criação de possibilidades para produção e construção do conhecimento por parte de cada sujeito são imprescindíveis. A educação precisa ser compreendida aqui também como um instrumento propulsor de mudanças, tendo em vista que possibilita aqueles que dela participam o saber, a crítica, de onde o conhecimento que também se configura como uma forma de poder.

É preciso não perder de vista que por trás da concepção e das práticas pedagógicas trabalhadas nas entidades estudadas há também outros conceitos que ao mesmo tempo complementam e dão sustentação às ações por elas realizadas, são eles os conceitos de participação e comunidade. Do último já falamos reiteradas vezes e aqui só gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a grande maioria das experiências trabalhadas se pauta em uma percepção de comunidade que não consegue dar conta do conceito.

Fala-se de comunidade ao se falar de bairros ou de pequenas localidades, apenas o elemento espacial parece ser levado em consideração, mas tal qual a compreendemos comunidade ultrapassa a localidade. Não basta apenas que um grupo de pessoas se encontre em um lugar determinado geograficamente para que possamos falar ou pressupor a existência de uma comunidade. Tal percepção de comunidade esvazia o conceito e pode ser um fator colaborador para que as próprias experiências de educação e treinamento comunitário se mostrem infrutíferas.



É preciso entender a comunidade em relação com a sociedade. Ambas são formas de organização dos grupamentos humanos. Falar de comunidade e sociedade é se referir aos valores específicos, mas também a um tipo particular de ser humano, o que não é, de modo algum, indiferente quando pensamos os processos pedagógicos utilizados pelas Organizações não governamentais – ONG's, Universidades ou instituições sociais como a polícia.

Partir da idéia da existência da comunidade é partir da idéia de um coletivo, onde os laços de solidariedade estão fortemente colocados. Trata-se de um grupamento onde os valores da coletividade se sobrepõem aos individuais, onde idéia da competição é substituída pela de cooperação, a de egoísmo pela de solidariedade, a de indivíduo pela de grupo, enfim uma organização social que vai de encontro a muitos valores professados pela sociedade moderna.

Atualmente evidencia-se que vivemos cada vez mais a era do indivíduo isolado, fragmentado, que vê o outro como mero objeto ou como alguém a que é preciso vencer, o outro é, de certa forma, o inimigo, aquele com quem se trava uma luta constante. Vivemos a sociedade do "cada um por si", da busca frenética do dinheiro, de uma mudança fundamental de atitude em relação ao coletivo que aparece apenas como um dos refúgios que possibilitam a quebra da solidão traço característico da modernidade.

Buscam-se alternativas a atomização da vida moderna e alguns espaços coletivos aparecem como saídas. A individualização implicando a perda do sentido coletivo das ações pessoais acaba por desembocar na crise da cidadania e do convívio democrático e, sempre do ponto de vista teórico, contemporaneamente exige a retomada do espírito comunitário como forma de 'recuperação' da participação consciente. Estudos recentes fundados nas atividades cotidianas sustentam a presença das formações comunitárias interagindo com a sociedade.



A tradição sociológica define a comunidade como grupo social solidário onde a identidade pessoal se realiza por referência ao grupo, e distingue seus tipos como sendo de sangue, de lugar e de espírito. Tais elementos continuam presentes e atuantes na constituição das unidades sociais contemporâneas, não raro se entrecruzando em especial junto aos grupamentos de baixa renda.

Em situações sociais concretas, o espírito comunitário pode aparecer mesclado ao individualismo e em variadas formas de composição e/ou degeneração. E numerosos programas têm se desenvolvido buscando encontrar, recuperar, desenvolver e motivar o espírito comunitário. Não é possível, evidentemente, falar-se de comunidade escolar, de saúde ou de polícia comunitária se, de fato, não houver qualquer comunidade. Na sua inexistência, portanto, será preciso estimular seu desenvolvimento.

Como dizíamos anteriormente estamos na era do indivíduo. Dentro de nossos marcos teóricos, a sociedade se constitui pela sociação, por relações entre indivíduos envolvidos cada com os próprios interesses, colocados uns com e contra os outros. Entretanto, tal não seria possível sem a permanência de instâncias coletivas. Como escreveu Simmel, a sociedade só é possível *como uma resultante das ações e reações dos indivíduos entre si, isto é, por suas interações*.

Se a sociedade se concretiza por meio de interações ela não seria possível em um contexto de exacerbação absoluta do individualismo, o que poderia levar a destruição das relações entre os seres humanos. Comunidade e sociedade, mesmo pressupondo valores e vontades opostas, não são antagônicas, mas ao contrário, uma só é possível a partir da existência da outra. E assim, ao mesmo tempo em que o indivíduo se isola, seu imaginário retorna à coletividade, busca defender ou reconstruir a comunidade.

Entendemos, a partir da análise dos programas e propostas por nós levantados que, na sua grande maioria, o trabalho realizado não se direciona a grupamentos que tenham, de fato, um espírito comunitário constituído. Por isso mesmo na sua inexistência é



preciso estimular seu desenvolvimento, restaurar a comunidade, uma árdua tarefa, se pensarmos o quão introjetados estão em cada um de nós os valores societários.

As instituições que trabalham com programas de capacitação voltados para comunidades são peças importantes para o resgate e fortalecimento da instância coletiva e é nesse sentido que afirmamos que elas, em seu trabalho, contribuem para uma restauração de instâncias comunitárias dentro da sociedade, na medida em que assumem valores como a solidariedade, a fraternidade e a participação.

Em uma sociedade onde tempo é dinheiro. Ou seja, onde o tempo deixa de ser medido pelas conquistas ou pela passagem das gerações e passa a estar relacionado com o elemento monetário, corre-se o tempo todo. Cada milésimo de segundo tem importância para os indivíduos porque o tempo serve para fazer dinheiro e com isso garantir vantagens pessoais. A utilidade e o valor de cada um não está mais ligado a sua capacidade de servir a comunidade, mas a sua capacidade de acumular riquezas materiais que, por sua vez, também não estão referidas as gerações futuras, mas ao bem-estar de um indivíduo particular.

Diante de tal quadro onde se situa a participação e como trabalhar o coletivo em uma sociedade que professa e reforça valores individuais? Eis o grande desafio tanto para as ONG's estudadas quanto para os programas de treinamento em polícia comunitária.

A polícia, braço atuante do Estado e do judiciário, foi criada e organizada sob os princípios da Ordem e da padronização, é preciso entender que sua formação a dota de extrema dificuldade em trabalhar a diversidade provinda de cada comunidade específica. A capacitação do pessoal para o trabalho comunitário implica superar a mentalidade dos moldes militares, e estimular a criatividade do policial comunitário, a autonomia de decisões e o desenvolvimento de sua auto-estima. Dito de outra forma implica na necessidade de desenvolver a capacidade criativa, crítica e ética de um profissional treinado para o mero cumprimento das ordens advindas dos superiores.



Por outro lado, toda a filosofia da polícia comunitária se baseia na idéia de que existem comunidades organizadas, capazes de colaborar e dar suporte ao trabalho da polícia. Mas, de fato, são poucos os casos em que a polícia comunitária se insere em tais espaços de organização e participação coletiva. Na maioria das vezes, como não se poderia deixar de esperar, tendo em vista as configurações societárias presentes nos dias de hoje, as populações são desorganizadas e o coletivo é fragmentado. Os bairros elegem conselheiros ou presidentes de associações como o ponto máximo da sua participação nas instâncias coletivas e o processo participativo se expira por aí. A um entrave se soma outro.

Criam-se impasses e aqui não podemos deixar de ressaltar a importância dos processos educativos desencadeados pelas entidades estudadas. Suas ações, na grande maioria das vezes, objetivam reforçar e fortalecer o coletivo, a organização e a participação popular, bem como fortalecer a autonomia e a tomada de decisões dos policiais que para realizar o trabalho a que se propõem precisam respeitar as comunidades de inserção e seus mecanismos de deliberação.

Em outras palavras, com a polícia comunitária, (o mesmo pode ser percebido também na filosofia e formas de atuação de algumas ONG's) temos uma filosofia comunitária inserida em uma organização societária. Assim, através das experiências por nós estudadas é possível perceber o desencadeamento de processos pedagógicos que tentam resgatar a dimensão coletiva da vida. A partir delas os valores comunitários são reinterpretados, tomam nova significação, adaptados ao contexto específico em que vivemos. E trabalhados através de diversos projetos elaborados a partir da idéia do resgate da participação e da instância coletiva da vida. Mesmo os cursos e treinamentos realizados especificamente pela polícia comunitária podem buscar promover tais valores tanto no policial como nos moradores dos lugares em que atuam.



Assim, embora tenhamos consciência dos limites dos instrumentos utilizados é preciso não esquecer que a iniciativa deve ser reconhecida, pois se constitui em uma nova forma de fazer polícia, mas principalmente na retomada de elementos comunitários cuja importância é fundamental mesmo para a vida em sociedade.

Em tais experiências o cotidiano reaparece como espaço de criação, de movimento, que se transforma diariamente em pequenos atos singulares. O cotidiano ganha novamente relevância como espaço capaz de resgatar o coletivo e onde se escreve a própria história dos homens. No cotidiano redescobre-se o estar com o outro e a força da organização coletiva.

Nas experiências descritas e analisadas trata-se também de resgatar a autonomia comunitária. Mas, antes de serem autônomos os grupamentos precisam se configurar como sujeitos coletivos para, a partir daí serem capazes de conquistar sua autonomia, ou seja, sua capacidade de escolher seus próprios caminhos, de se organizar em busca das suas necessidades e através das suas ações serem capazes de construir respostas para as demandas do grupo, construindo dessa forma o cotidiano a partir da sua ação organizada.

Trata-se do surgimento de um novo sujeito coletivo capaz de ir de encontro à massificação social, de se constituir enquanto sujeito da sua própria história e mesmo que isso pareça utópico, os primeiros passos estão sendo dados. A explosão de um grande número de ações e reações por meio das organizações não governamentais, dos conselhos e do repensar interno de instituições como a polícia, outrora impermeáveis às necessidades sociais demonstra, – além do inconformismo do ser humano diante da sociedade que o esmaga e da possibilidade do surgimento do novo em cada instante da vida –, a importância do coletivo como possibilidade de mudança social, como resposta à burocracia



e a um estado que toma os indivíduos como massa inerte, não reconhecendo suas diferenças pessoais, culturais ou sociais.

A retomada da coletividade chama a atenção para o indivíduo esmagado pela massa, um ser a primeira vista impotente diante da realidade. As experiências aqui estudadas demonstram o contrário. Ou seja, a capacidade criativa e participativa das pessoas que, partindo das adversidades são capazes de construir respostas as mais diversas para as problemáticas sociais da modernidade.

E o desafio da contemporaneidade, da educação em nossos dias, é precisamente este: Resgatar, desenvolver e estimular a consciência coletiva que permeia o conceito de comunidade, cuja preservação e promoção constituem a última barreira a impedir que o indivíduo isolado e egoísta, preso apenas a seus próprios interesses pequenos e mesquinhos, afinal se nulifique, negando em si mesmo o próprio conceito de humanidade. Ou somos, ou ninguém é!



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

1ª PARTE

INTRODUÇÃO GERAL

1. Estado, Polícia e Comunidade;

2. Educação e Consciência Coletiva;

3. Revisão Bibliográfica: Violência, Polícia e Política;

4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;

5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa.



3. Revisão bibliográfica: Violência, Polícia e Política¹.

Émile Durkheim afirmou que nas sociedades primitivas, arcaicas, as pessoas estão unidas pela solidariedade mecânica, por realizarem todas as mesmas tarefas (ocorrendo apenas a divisão sexual ou natural do trabalho). Não haveria espaço para a individualidade, ela própria decorrente da especialização, ou do que denominou divisão orgânica do trabalho. Trata-se em princípio de uma distinção lógica (não histórica) pela qual se opõe a consciência coletiva contida na religião, nas tradições e costumes, e característica da solidariedade mecânica, e o desenvolvimento dos interesses individuais justapostos cuja gênese seria precisamente a divisão orgânica, ou especialização fundada no Direito e na racionalidade. Retoma, por assim dizer, a temática de Ferdinand Tönnies por uma outra ótica². Aqui, a menção serve para colocar desde logo a dificuldade em se estabelecer um conceito seguro de 'violência'. Sob a solidariedade mecânica (ou comunidade) os valores coletivos reforçados por normas, costumes e sanções para os infratores abatiam-se sobre os indivíduos e a liberdade que pudessem buscar. Entretanto, no outro modelo, seriam os próprios indivíduos que, descompromissados com a coletividade, atentariam contra ela ou contra outros indivíduos, levando Thomas Hobbes a escrever sua frase famosa: 'o homem é o lobo do homem'.

Tem-se então, seja através de uma forma religiosa opressiva e repressiva capaz de condenar os infratores à morte por pecado ou heresia, seja através do primeiro guerreiro capaz de impor-se ao vizinho pela força ou o armamento, situações de 'violência', que parecem intrínsecas a vida social humana. Todavia, mesmo considerando a 'naturalidade' da contravenção pela tensão permanente entre as regras sociais e os desejos pessoais, ainda para Durkheim, o avanço anômico da criminalidade no interior de

¹ - pelo Prof. Pedro Paulo de Oliveira Vaz mestre em Comunicação Social pela ECA/USP, professor da Universidade de Santo Amaro e da UNIP (São Paulo).

² - Por esta razão é Pitirim Sorokin escreveu que o trabalho de Tönnies (Comunidade e Sociedade, 1887) e o de Durkheim (da Divisão do Trabalho Social, 1893) era o mesmo livro escrito com 'sinais trocados'.

coletividade qualquer, indicando o crescimento das tensões já não contida nos parâmetros vigentes, é sintoma de crise e de mudanças na sociedade. Ou, numa outra paráfrase célebre, embora dirigida a outro contexto: 'a violência é a parteira da história'.

Traçar o percurso da violência, portanto, é traçar o perfil da história humana. E a bibliografia percorrida, em muitos casos, tanto no trato das questões históricas como as sociais, descontextualiza, e aplica em situações muito diferentes os valores contemporâneos e abstratos para estabelecer julgamentos sobre a história. Deixa de compreendê-la para condená-la.

É o caso, por exemplo, de um texto didático, com adoção escolar (Regina Célia Pedroso: *Violência e Cidadania*). Para a autora, toda a história refere-se a uma violência que se diria intencional do colonizador contra o colonizado. Não há menção aos degredados (que eram forçados, às vezes por contravenções de pequena monta, a um exílio permanente), nem as lutas entre tribos indígenas, ou mesmo a escravização dos índios para a lavoura açucareira. Nesse texto, o histórico de violência no Brasil começa pelos maus tratos aos escravos desde o embarque na África; Cita o Brasil Colônia, regido pelas Ordenações Filipinas, como possuindo um código penal rígido que tratava com mão de ferro as diferenças sociais, 'discriminando abertamente' os não fidalgos.

Buscando caracterizar melhor a violência social tal como se desenvolveu no Brasil, e utilizando outras fontes, caberia situar no período situações um tanto diferentes. De um lado, a atuação dos jesuítas inclui na legislação da época a proibição da escravização dos indígenas (exceto se aprisionados 'em guerras justas'). Se, como de fato era, a legislação da época transformava-se em letra morta isso se devia basicamente a incapacidade ou desinteresse da metrópole em atuar sobre o interior da colônia. As regiões situadas fora do eixo açucareiro organizavam-se de modo autônomo vindo a constituir formas de poder local. Pensa-se, no caso, especialmente na 'república' de São Paulo, nas lutas entre clãs (Pires x Camargo) e no bandeirantismo.



A exploração social intensa dava-se no nordeste, sobre a mão de obra escrava utilizada na produção do açúcar. Interessante notar, sobre os indígenas, que com a introdução dos escravos negros, deixaram de ser uma mercadoria rentável, e em parte sob a proteção dos jesuítas, entre eles e os brancos colonizadores instalou-se uma relação patriarcal.

No século XVII, a presença holandesa e o subsequente declínio dos mercados açucareiros, também no nordeste tenderam a mudar a relação entre o senhor e o escravo. De fato, de mão de obra produtiva a ser explorada ao máximo, o escravo transforma-se em patrimônio, e como tal a ser preservado. É o período de que trata Gilberto Freire, assinalando o patriarcalismo instalado.

Trata-se, é claro, de uma sociedade sem mobilidade social e rigidamente estruturada sob a propriedade privada, onde o indivíduo se mede pelas 'eiras' e 'beiras' que consegue instalar em suas residências. E onde não há nenhuma proteção aos negros, índios e brancos pobres contra arbítrios e desmandos individuais de proprietários e membros do poder. Era deles, de fato, o poder de polícia, e deviam organizar as próprias milícias e sustentá-las as suas expensas.

É esta a sociedade herdada pelo Império, onde, segundo o texto, era forte o preconceito social e as camadas de poder aquisitivo inferior eram rotuladas como marginais e permanentemente incursas em crime de vadiagem. Classificavam-se os vadios, os capoeiras (termo ligado ao negro e ao mulato), os escravos (estes, não podiam ser vadios, evidentemente) e os estrangeiros (referência possível aos migrantes que vinham para trabalhar na lavoura cafeeira, mas que de origem industrial permaneciam na cidade). Trata-se aqui, embora de modo não explícito, de uma primeira incursão ao mundo urbano.



Ainda aqui caberia estabelecer um diferencial. O Império, de resto sem recursos (o Brasil independente nasce falido, endividado e sem uma máquina de arrecadação capaz de recolher os impostos de proprietários), na área rural (90% do país), a formação da Guarda Nacional delega o poder de polícia às oligarquias (os futuros 'coronéis'). Originam-se os 'jagunços' cuja atuação será regulada pelo senso de arbítrio e justiça dos senhores de terra, podendo ser utilizados tanto para manter subserviente a população camponesa, como em disputas que mantinha em si. O caso, talvez mais famoso, e ocorrido já no século XX, terá como protagonista o 'capitão' Virgulino Ferreira, o 'Lampião'.

Nos núcleos urbanos a situação era diversa: de certo modo se aguçava o preconceito social. A elite, em princípio constituída pela fidalguia remanescente (em especial no Rio de Janeiro) e pelos enriquecidos 'barões do café' (em São Paulo), e ainda pelos grandes comerciantes, proporcionava um número restrito de empregos no comércio e em alguns serviços como a 'milícia'. Brancos pobres (e analfabetos), negros libertos ou migrantes sem vocação agrária viriam a se constituir em uma crescente periferia desempregada ou subempregada que deveria recorrer a expedientes para sobreviver. Tac camada seria classificada como 'marginal', categoria que descreve uma faixa crescente da população urbana (e que teria ainda forte incremento após a Abolição da Escravidão). Sob o código penal, estavam todos incursos no crime de 'vagabundagem' (figura, aliás, cuja descriminalização é recente), quando não de 'mendicância' que também sujeitava o praticante as penas da legislação.

Fora da elite, os empregados fixos eram os 'remediados'. Os demais, marginais. Colocada a maior parte da população urbana como contraventora, não é de estranhar o desmesurado crescimento da autoridade policial: o delegado, o 'doutor' que, como o nome diz exercia a representação em nome da elite dominante, torna-se o senhor do destino da população subalterna, o que aparece em variadas formas tanto nas pesquisas sociológicas como na literatura de época.



Cumprer notar, ainda observando a literatura, que a figura do policial subalterno das cidades, ele próprio incluindo-se nos 'remediados' é de certo modo preservada. Há, evidentemente, os esbirros truculentos, eles próprios incorporando o preconceito social, mas aparece também como figura leniente, expressando uma mediação entre a 'autoridade' da elite e os 'marginais' e 'remediados'.

De todo modo, possivelmente seria significativo notar como o trabalho 'domesticado' veio a se constituir entre as populações pobres em critério de separação entre o honesto e criminoso. Embora só adotada muito depois (1930) e não sendo de posse obrigatória, a carteira profissional passou a ser utilizada em batidas policiais como critério para distinguir suspeitos, prática, aliás, que só entrando em desuso pelo crescente crescimento do emprego informal, ainda é praticada em certas áreas do policiamento.

Ainda em final do século XIX, mas principalmente a partir do início do século XX, é precisamente o trabalho, quando organizado, que vai se tornar vítima da violência social. De fato, serão os sindicatos, anarquistas no início, comunistas depois, e afinal de qualquer natureza, as vítimas institucionais mais freqüentes da ação política da polícia. É o período mais agudo da 'luta de classes', coincidente no Brasil com a instalação industrial, primeiro principalmente nas fábricas de produtos alimentícios, depois nas tecelagens e afinal na metalurgia.

A questão social é reconhecida no meio operário, especialmente entre os trabalhadores de origem estrangeira (há registros de greves de operários europeus *contra* a condição a que eram submetidos os servidores brasileiros). Para as mobilizações e reivindicações de trabalhadores, utiliza-se a polícia. É do período Epitácio Pessoa (1919-22) a célebre e infeliz frase de que 'a questão social é um caso de polícia'.



Se no meio dos trabalhadores brasileiros, o problema social, desde pelo menos a revolução russa de 1905, já estava colocado como uma questão política e de opção por modelos ideológicos, as esferas do poder só se sensibilizariam a propósito já no primeiro governo Vargas (1930-45). Com a crise do liberalismo proveniente das crises econômicas iniciadas com o colapso da bolsa de Nova Iorque (1929), a disputa entre os modelos de governo (liberalismo, fascismo e socialismo) dissemina-se pela Europa e chega ao Brasil. E a violência de classe (a repressão pura e simples dos movimentos operários) torna-se um instrumento de controle ideológico.

Vargas trata de legislar, regulamentar e disciplinar as relações de trabalho. Mas, o faz sob inspiração fascista, isto é, assumindo a superioridade e hegemonia absoluta do Estado sobre as classes. Domestica e reprime. Em *O Mundo da Violência*, Elizabeth Cancelli expõe que a constituição do aparato policial sob Vargas, com criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, e a utilização do rádio e do cinema como ferramentas para doutrinação ideológica. O DIP, criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, tinha como objetivo difundir a ideologia do Estado.

A comunicação massiva (via rádio) e a propaganda incluíam-se pela primeira vez entre os aparelhos repressivos do Estado, somando-se a polícia política como instrumentos para 'unificar' a nação sob a égide de um governo totalitário. Ao preconceito social substitui o preconceito racial e cultural. Em termos de cotidiano, a violência aumenta na medida em que se passa a criminalizar a opinião.

O colapso do nazi-fascismo decorrente da 2ª Guerra Mundial levou a condenação do racismo, do colonialismo e através da Constituição da ONU (1946) passou a trabalhar no sentido de incentivar a redução das diferenças sociais. Entretanto, isto não afetou os estados membros, os mais poderosos entre eles (os Estados Unidos e a União Soviética) fortemente empenhados em estender suas respectivas áreas de influência e, em consequência, reduzir a do adversário.



Ambos, é bom que se diga, já vinha adotando as táticas de repressão política que se imputava ao fascismo. A União Soviética através dos 'expurgos' e dos célebres processos de Moscou, e os Estados Unidos pela incansável repressão que o FBI dirigia aos movimentos operários e as consideradas atividades anti-americanas.

No pós guerra, abandonadas as sutilezas, instala-se a 'Guerra Fria'. As polícias políticas e serviços de inteligência, em nome da proteção ao Estado, articulam-se como organismos tão poderosos que podem ser chamados de governo dentro dos governos. Ciro Marcondes Filho, em *Violência Política* trabalha com tais exemplos, e inclui a disseminação do medo como forma de violência, intimidação e controle social.

Nos Estados Unidos, que nos interessam particularmente pela influência que exerceriam sobre o Brasil, e a organização policial brasileira, inicia-se a 'Caça as Bruxas', o macartismo capaz de marginalizar e condenar qualquer figura por mera suspeita de contato com o comunismo. O efeito demonstração é a difusão do medo, do pânico, da condenação do cidadão apenas se saiba que órgãos das polícias políticas estão interessados nele. E a contrapartida do medo é o ódio, no caso dirigido às minorias.

A consequência no Brasil é a proibição da liberdade de organização política com o fechamento do partido Comunista (1947) e o desenvolvimento do tristemente célebre DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que só seria desmantelado após a redemocratização do país.

Antes de introduzir as duas dezenas de anos do regime militar (1964-84) e incorporando a literatura tópica sobre a formação da polícia no Brasil (por exemplo, com a 'História da Polícia no Rio de Janeiro'), suas ações específicas e envolvimento nas questões sociais, pode-se tentar resumir o tema em poucas frases: em princípio, durante a colônia, nas regiões agrárias do Império e da República até período recente, o policiamento foi tratado como uma responsabilidade privada, sob controle de proprietários de terras e 'coronéis', com características de uma Guarda Pretoriana.



Nas cidades, no Império e início da república, constitui instrumento de discriminação social. Sua ação politiza-se no curso do século XX, adquirindo desde Vargas uma conotação política e ideológica que persistirá durante toda a 3ª república (1946-64).

No período final, a difusão da propaganda pelos meios de comunicação de massas instrumentaliza o medo como arma política. Aliás, como se pode referir sempre com respaldo na literatura, o medo ao comunismo (cujos adeptos 'comiam criancinhas') e ao sindicalismo (cujos membros de origem social 'duvidosa' deviam estar a soldo do 'ouro de Moscou') está na gênese do golpe de Estado que instituiu a ditadura militar. Instalava-se uma ditadura contra o medo da ditadura, e a incapacidade gerencial dos políticos, descritos como em geral corruptos e veniais.

Na seqüência, operou-se uma reforma do policiamento, conforme descrito por Martha K. Huggins ("Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina"): "No período 1964-1968, assistiu-se no Brasil a mudança na política de policiamento, introduzidas pela Lei 317. Conhecida como nova lei orgânica da polícia, a Lei 317 estabelecia que o secretário de Segurança Pública de cada estado deveria esclarecer e restringir as jurisdições das duas principais forças policiais estaduais. A polícia Militar seria responsável por todo policiamento de rua, uniformizado e ostensivo, o que constituía o seu papel tradicional. Foi reduzido o controle da Polícia Civil não uniformizada sobre certos aspectos do policiamento, particularmente as operações de rádio patrulha. Contudo, a ela cabia a responsabilidade exclusiva pelas investigações criminais *post-facto*, uma de suas atribuições tradicionais, ainda que às vezes também realizadas pela Polícia Militar estadual (...) a divisão de trabalho entre as comunidades de polícia, mais rigorosamente definida conforme a Lei 317, destinava-se declaradamente a reduzir o conflito e eliminar a competição entre as duas principais forças policiais do país. Contudo, em muitas partes do Brasil, a nova distribuição de funções exarcebou as rivalidades existentes, bem como fomentou a degenerescência sistêmica em direção aos esquadrões da morte".



E Huggins conclui: "Alguns dos critérios mais ativos da nova lei orgânica da polícia foram os poderosos delegados de polícia. Assim, ao invés de reduzir a competição e o conflito entre as duas principais forças policiais brasileiras, a Lei 317, exarcebou enormemente rivalidades que já vinham de longa data".

O que ocorre no âmbito do policiamento durante o período da ditadura, é a institucionalização e a profissionalização da repressão e dos instrumentos do terror. As próprias polícias ostensivas estaduais suspeitas de conivência com governos e políticos locais, são colocadas sob comando militar. Deixam de existir as 'guardas civis' e as 'Forças Públicas' para dar lugar a Polícia Militar. Talvez se estivesse incluindo na própria nomenclatura das corporações a doutrina que viria a ser desenvolvida na Escola Superior de Guerra, do inimigo interno a ser combatido a ferro e a fogo. Com a imprensa sob forte censura (um coronel em cada redação) e sob intensa propaganda que recortava a brasilidade ('Brasil! Ame-o ou deixe-o') dividiu-se o país, e quadros policiais foram preparados sob a tutoria dos especialistas norte-americanos da 'Operação Condor', para a guerra suja. A verdade é que desde 1957 quadros da elite policial brasileira eram treinados nos moldes e padrões de academias americanas em técnicas que refinavam a brutalidade. E logo após o golpe militar, a presença de assessores policiais americanos seria intensificada e permaneceria ativa até meados da década seguinte.

O processo de violência e terrorismo institucional reduziu-se na década '70 e deveria ser dado por concluído com a decretação da Anistia (1979). Todavia, a maneira como se processou, como que passando uma borracha sobre o passado recente, deixaria pelo menos duas seqüelas no policiamento. Em primeiro lugar, os que se haviam formado sob a égide da brutalidade, e desse modo feito carreira, ganharam a alforria, conservaram seus postos e receberam a certeza da impunidade. E ainda, os policiais não

envolvidos nem responsáveis pelos crimes de Estado, viram o estigma colado à própria instituição. Assim constituiu-se a herança para a instituição policial nos anos da redemocratização. A impunidade deixava prosseguir o arbítrio e a discriminação social que teriam como seus picos mais notórios nos episódios da Candelária, Carandiru, Vigário Geral e Favela Naval. E a profissão paulatinamente via-se excluída do consenso democrático, e questionada a sua própria cidadania.

De todo o modo, a questão da superposição e do âmbito de competência dos aparelhos policiais seguiu ocupando um lugar na bibliografia. Ricardo Balestreri cuida do tema em "*Direitos Humanos: coisa de polícia*" assinalando que a falta de formas efetivas de aproximação entre as Polícias Civil e Militar constitui forte empecilho à obtenção de um policiamento eficaz. Sugere o autor que a pulverização administrativa e operacional na polícia Civil dificulta a adoção de uma política mais estável e definida e considera que a Polícia Militar com hierarquia e normas melhor consolidadas e ainda, pelo próprio caráter ostensivo de suas atribuições encontra-se mais aberta ao diálogo com a população e consequentemente a interatividade. Heraldo Gomes ("*Vestígios da Inteligência Policial*"), por seu turno, defende a municipalização principal do sistema, cabendo aos governos locais a responsabilidade pela manutenção da ordem pública. Para seu projeto, reconhece dificuldades legais (a segurança pública constitucionalmente não é atribuição do município, e não há coincidência entre a circunscrição administrativa e a judiciária), tributárias (poucas cidades, com a atual distribuição de receitas, teria condições de sustentar o sistema, ainda mais se for considerada a necessidade de melhores salários para os policiais) e operacionais (de coordenação). Não obstante, acentua a proximidade decorrente entre o policiamento e a população como vantagem superior a todas as objeções. A realidade tem que mudar, diz o autor, os municípios precisam ter condições para organizar, dirigir e manter a atividade da polícia local. A polícia deve ser constituída por pessoas da própria comunidade e ser montada de forma gradativa a partir dos municípios mais populosos.



A vertente acadêmica bastante rica, e que pode ser representada com risco de omissão por intelectuais como Paulo Sérgio Pinheiro, Luiz Eduardo Soares, Sérgio Adorno, Alba Zaluar, Jacqueline Muniz, Rubens Pinto Lira, Cláudio Beato, Guillermo Ó Donnell, e pesquisadores de centros como o Núcleo de Estudos da Violência (USP), CRISP (UFMG) e da Fundação Joaquim Nabuco, inclina-se preferencialmente para a temática dos Direitos Humanos ou sobre áreas com incidência de criminalidade e os trabalhos sociais ali desenvolvidas. Aqui, vamos nos limitar a registrar a produção e sua relevância, sem citações particulares de resto incluídas na bibliografia.

Por fim, os dois lados do processo interativo entre o policial e o público serão mencionados. A produção social do medo como instrumento de controle é analisada tanto por Ciro Marcondes Filho ("*Violência Política*") como por Elizabeth Cancelli ("*O Mundo da Violência*"). A contrapartida, isto é o perfil e os efeitos sobre o policial envolvido em trabalho sob tal filosofia é o que ocupa o trabalho de Fernanda Spanier Amador ("*Violência Policial*") que estuda os processos subjetivos de prazer e sofrimento no âmbito da atividade policial. Analisa as tensões e pressões a que são submetidos não apenas no curso de suas ações externas, mas também pela sujeição à regimentos disciplinares rígidos.

De fato, o policial comum não tem autonomia. Ao contrário, está submetido à rotinas e procedimentos quase mecânicos e dentro de uma ordem rígida. No entanto, deve comportar-se como o próprio poder, isto é passar ao público a imagem do poder que representam. O profissional mais antigo, descarregando suas próprias tensões, transfere aos mais novos uma carga de opressão, frieza e força de conduta. Os mais jovens acreditam ser importante esta imagem, e tendem a incorporar o exemplo e o comportamento como formas de "impor respeito". O processo implica uma sucessão de acúmulos e descargas de tensões como elementos constitutivos da própria saúde mental, cujas margens tornam-se estreitas.



Deve-se lembrar que o jogo do poder e das tensões pode ter início desde as formas de humilhação que são utilizadas ainda na fase de treinamento. A resultante usual são as descargas emocionais que com facilidade assumem o caráter de explosões de violência, com o cometimento no trabalho de excessos e abusos (termos que não raro constituem sutilezas para ocultar crimes).

Por outro lado, face as suas próprias constituições psíquicas, as tensões que conduzem ao comportamento descontrolado podem vitimar o próprio agente, destacando-se a ocorrência freqüente de casos de manifestações de doenças mentais, ou do ato do suicídio.

Nenhuma das questões abordadas e enumeradas pode ser considerada, hoje, como já resolvida. Mas, ao menos, já são claras. Estão incorporadas à discussão acadêmica e nos quadros das academias de polícias. Discute-se de uma perspectiva psicológica, sociológica, antropológica, política e até mesmo filosófica na busca de saídas que compatibilizem a polícia e o policial ao mundo da democracia e dos direitos humanos.

Embora nesta resenha se tenha particularizado o histórico brasileiro, cabe assinalar que os problemas envolvidos evidentemente não estão restritos, nem tem um caráter apenas nacional. Na sociologia, como lembra Roger Lane ('Polícia Urbana e Crime na América do Século XIX') questões do gênero estão postas desde Karl Marx e Max Weber, e suas concepções de violência e legitimação da força. Em outras áreas, desde talvez Gorfmann ('Manicômios, Prisões e Conventos') e Foucault ('Vigiar e Punir') a questão das relações de poder envolvidas na prática da autoridade encontram-se ao menos parcialmente desveladas.

Entretanto, na especificidade do tema, há que lembrar que ainda recentemente Cain (1979) indignava-se com a falta de uma definição, de um conceito articulado e consistente de 'polícia', e recebia a resposta um tanto cínica de Egon Bittner: 'A polícia nada mais é que um mecanismo de distribuição na sociedade, de uma força justificada por uma situação' (1980, p. 226).



Essa polícia tornou-se insatisfatória até para si própria. Sua fisiologia foi revolvida (Dominique Monjardet, 'O que faz a Polícia'), sua história desmistificada (Robert Reiner, 'A Política da Polícia') e suas estruturas expostas (Tonry e Morris, 'Policimento Moderno'). Caminhou-se rapidamente para alcançar a reivindicação de Anthony Giddens ('O Estado Nação e a Violência') que afirma a necessidade de que se constitua uma 'Teoria Normativa da Violência'.

Poucas, nesta discussão, são as unanimidades. Concorde-se, porém que a polícia não pode ser ou voltar a ser um agente político do Estado, e que sua existência não se justifica como mantenedora de uma ordem social discriminatória. Concorde-se que polícia deve ser definida como à serviço de seus públicos e não do Estado ou do regime. Concorde-se afinal que seu agente não está fora nem além da sociedade e que nas extremidades do aparelho deva haver uma ação preenchida pela cidadania e de íntima ligação com a população do local onde atua.

É o que nos introduz, no próximo capítulo, à bibliografia sobre o Policiamento Comunitário.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

1 PARTE

INTRODUÇÃO GERAL

1 Estado, Polícia e Comunidade;

2. Educação e Consciência Coletiva ;

3. Revisão Bibliográfica: Violência, Polícia e Política ;

4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;

5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa.

**4POLÍCIA COMUNITÁRIA:MODELO PARA O MILÊNIO****1**

Falar de uma nova polícia, de um novo modelo de policiamento, contrapondo-se ao que tradicionalmente se conhece da Polícia e de Polícia – introduz de imediato o tema policiamento comunitário.

A verdade é que conferindo o que ocorre nos cinco continentes, veremos uma multiplicidade de versões e enfoques sobre o que se denomina Polícia Comunitária. Não podemos afirmar que exista aceito e legitimado algum programa, ou ainda, um conjunto de programas – cuja implantação satisfatória seja o suficiente para constituir um modelo.

O Brasil com a autonomia das polícias estaduais não escapa ao quadro, apresentando uma multiplicidade de conceitos e experiências, que o Tenente Coronel PM, Miguel Libório Cavalcante Neto condensa, caracteriza e estabelece prioridades na seguinte frase: “O modelo brasileiro de polícia comunitária não perde para o de nenhum país do Primeiro Mundo. Nossa vantagem é a criatividade brasileira: temos iniciativas pioneiras para a melhoria do trabalho policial e a diminuição da violência. Infelizmente ainda não existe em geral nos meios policiais a cultura de aplicar recursos em policiamento comunitário: e os recursos que devem ser destinados a isso não se limitam a viaturas e equipamentos, mas também a formação e treinamentos específicos”.

Acrescentaria que a fragilidade do modelo brasileiro aparece na inconstância do seu emprego, com oscilações na orientação das políticas públicas. Sendo um processo longo e demorado, o fato é que, em qualquer lugar – a implantação do modelo de policiamento comunitário deve estar associada estritamente a uma política pública de segurança (Política de Estado) e não a uma Política de Segurança Pública (Política de Governo), sujeita a sofrer solução de continuidade tanto na doutrina como na aplicação.

¹ - Por Eduardo Rodrigues, sociólogo e pesquisador da Aprocom.



Do ponto de vista doutrinário, o 'Policiamento orientado para a solução de problemas' é quase invariavelmente apresentado com 'policiamento comunitário', quando por definição denotam situações diferentes. No primeiro caso, a patrulha tem como objetivo principal chegar rapidamente aos lugares, estabilizar a situação e voltar à rotina normal. É uma estratégia da força policial colocar em ação a maior parte de seu efetivo, de sorte que aparentem estar prontos para responder as solicitações de emergências. Desta forma, na maioria das vezes, a resposta dos policiais do patrulhamento a essas soluções é comumente rápida e superficial. Em contrapartida, o policiamento comunitário é um modelo caracterizado por: uma concepção mais ampla da função policial, abrangendo variadas situações não-criminais que fazem o público invocar a presença da polícia; descentralização dos procedimentos de planejamento e prestação de serviços para que as prioridades e estratégias policiais sejam definidas de acordo com as especificidades de cada localidade; e, maior interação entre policiais e cidadãos, visando o estabelecimento de uma relação de confiança e cooperação mútua que visam a redução do medo, a manutenção da ordem pública e o estabelecimento da paz, num espaço geográfico restrito.

Outra discussão é estabelecida quando se apresentam variadas nomenclaturas - Polícia Interativa, Polícia do Povo, Polícia Solidária, Polícia Cidadã, Polícia de Resultados, como modelos de Polícia Comunitária. E o papel que possam desempenhar: repressiva (reativa) e preventiva (pro - ativa). Muitas das experiências descritas na bibliografia, por eficazes que sejam seus resultados, sustentam o caráter do tipo repressivo, (onde só o caráter ostensivo pode ser considerado preventivo) e que de fato não desenvolvem as características preventivas que se espera da Polícia Comunitária.

Na relação entre o policiamento tradicional e as propostas do policiamento comunitário há que se levar em conta que os modelos não são excludentes. A capacidade reativa e de pronta intervenção da polícia não pode ser comprometida, nem as atividades focadas no controle do crime descartadas.



O patrulhamento ostensivo direcionado ou aleatório, de controle, não pode ser abandonado. As modalidades devem conviver num mesmo local, como alternativas adequadas a missões específicas. A parceria Polícia-Comunidade deve ser pensada antes de tudo como estabelecendo prioridades e formas de ação apropriadas para uma política de segurança do cotidiano, tendo em vista o objetivo comum de construção da tranquilidade e da paz.

Historiando o policiamento comunitário, no início dos anos 70, a prevenção do crime baseada na comunidade começou a ser moldada, a partir do programa Vigilância de Bairro, criado pela polícia norte-americana. A Vigilância de Bairro procurava disseminar o sentimento de identidade com o bairro. Partia do individual (a casa) para atingir o coletivo, assumindo que cada um estaria preocupado com a própria proteção e segurança para chegar a proposição de que a segurança particular e familiar dependeria, em última análise, da segurança do bairro como um todo.

A Polícia Metropolitana de Londres regulamentou a ação da Vigilância de Bairro, de sorte a facilitar o trabalho de policiamento. Desta forma, os moradores do bairro passaram a se associar à polícia passando informações de fatos ou ocorrências suspeitas; As propriedades foram marcadas e os moradores assinalaram seus bens com o número da casa ou do apartamento, o código postal, e as próprias iniciais o que, além de inibir os ladrões, proporcionaria um retorno mais rápido de objetos roubados de uma propriedade; E os policiais passaram a visitar as casas discutindo medidas apropriadas ao aprimoramento da segurança.

Não se apegando estritamente ao modelo britânico, os programas de Vigilância de Bairro que vamos conhecer em outros lugares sofreram variações: a iniciativa podia partir da polícia ou do público e diferir quanto ao tamanho das áreas organizadas; De todo modo, seria o nível do envolvimento da população do bairro e o apoio proporcionado pela polícia que apareceriam como determinantes dos resultados.



O programa japonês de prevenção ao crime no bairro – dos mais ambiciosos e extensos que se têm notícia – não foi inspirado no modelo norte-americano nem se denomina Vigilância de Bairro. Remontando a tempos imemoriais, a partir de hábitos, não de estatutos, a tradição local prevaleceu sobre o centralismo da organização do Estado, de onde decorreu uma parceria automática em que os bairros organizarem associações de prevenção ao crime, mantendo estreitas ligações com as forças policiais locais. Generalizado, o programa inspirou as organizações de bairro a se associarem em associações provinciais ou nacionais de prevenção ao crime.

O programa Vigilância de Bairro na Grã-Bretanha foi apresentado tanto pelas forças policiais, quanto pelos políticos governamentais como a estratégia mais importante de prevenção ao crime dos anos recentes. Em Londres, por exemplo, o programa fez parte de um conceito mais amplo de policiamento por multiagências – baseado na crença de que todos os moradores da Capital e as forças policiais têm como fim último acabar com o crime e para tanto a boa vontade do público deve ser, sempre que possível reforçada. A idéia das multiagências envolvia também os vários departamentos de serviços públicos, como a educação, os serviços sociais e as agências de habitação.

A eficácia e a aceitação do programa não foram, contudo, tão fáceis de demonstrar e aprovar. Do discurso à práxis há uma ligeira distância e muitos foram os questionamentos. O programa Vigilância de Bairro funciona na prevenção, ou serve apenas para deixar os cidadãos menos amedrontados em relação ao crime? E ainda mais, o policiamento multiagências foi interpretado como uma intromissão da polícia em vários aspectos da vida do cidadão, que estariam fora da alçada policial.

No começo dos anos de 1980, a Austrália implantou no Estado de Vitória, a Vigilância de Bairro. O “Modelo Vitória” introduziu algumas modificações em relação à experiência britânica. A unidade básica de policiamento passou a ser uma área englobando cerca de 400 a 600 residências, com aproximadamente mil pessoas. O trabalho da polícia dava-se nos mesmos moldes do policiamento da Grã-Bretanha.



Mas, os grupos de Vigilância de Bairro australianos guardaram maior autonomia e passaram a pertencer a associações mais amplas, responsáveis pelo apoio e coordenação dos trabalhos. A complementação do projeto se deu por intermédio de organizações regionais, municipais e estaduais que sucessivamente, congregavam os programas de Vigilância de Bairro, onde estavam os representantes do nível imediatamente inferior.

Em Cingapura, por sua vez, a polícia avaliou que entre 1980 e 1987 metade da população estava servida por grupos de Vigilância de Bairro. A unidade básica era bem pequena, contando com uma média de quatro habitações, casas ou apartamentos. Cingapura instala em princípio o modelo inglês e foi aceitando a influência japonesa e considera-se que se tenha tornado o país que oferece as melhores condições para uma avaliação desse programa, em nível mundial.

Com o passar do tempo, as estratégias de policiamento comunitário sofreram inovações. Deslocaram-se os policiais de patrulha dos veículos motorizados para postos descentralizados de policiamento, as 'bases'. Em Detroit, foram chamadas de minidelegacias, na Austrália de "shopfronts" ou escritórios, em Cingapura de Postos de Polícia do Bairro e no Japão de Koban.

É importante realçar detalhes operacionais do Koban japonês e dos Postos de Polícia de Bairro (Neighborhood Police Posts – Npps) de Cingapura. Ambos foram criativos nos métodos, realizando além do patrulhamento, pesquisas sobre segurança e trabalhos voltados a prevenção do crime. Estes postos se tornaram local de confluência da população: "achados e perdidos", reclamações sobre serviços municipais, rugas entre vizinhos, além das costumeiras complicações legais. Nas visitas às casas – uma forma de envolvimento com a comunidade – os policiais pesquisavam sobre os problemas de segurança, pediam sugestões sobre a atividade policial e, também colhiam informações sobre os moradores. Tanto os policiais do Koban japonês, quanto os dos Npps de Cingapura, pelo menos uma vez por ano, se obrigavam a passar em cada residência e estabelecimentos comerciais no âmbito de suas rondas.



Cingapura enfatizou o “patrulhamento vertical”, com os policiais passando pelos corredores abertos dos grandes blocos de moradia, começando do alto e descendo ao andar térreo. Desta forma, os policiais tornaram-se presença visível também no interior dos prédios e nos arredores dos conjuntos habitacionais. A rotina das rondas a pé criou a impressão de uma presença policial plena e intensa.

Façamos um rápido apanhado: a Escandinávia vivenciou vários programas experimentais: O distrito de Holmia, na região suburbana de Oslo, na Noruega, teve uma experiência bem sucedida. Na Suécia, também se instalou fundado em treinamento intensivo e designações judiciosas. Já na Dinamarca, foram adotadas três modalidades de policiamento preventivo – embora com certo grau de sobreposição – policias educacionais, as unidades do SSP (Special Security Program) e o patrulhamento de bairro. Na Finlândia, o modelo foi criado em 1981 e foram instaladas bases em 40 diferentes distritos policiais.

Por outro lado, na Grã-Bretanha, o policiamento comunitário – vítima de uma colcha de retalho de programas, sem definir uma visão estratégica coerente – continua sendo alvo de elogios e críticas, tornando difícil proceder a uma avaliação ou prever seu desenvolvimento.

Na América do Norte - Canadá e Estados Unidos - o policiamento comunitário é considerado um modelo promissor. O Canadá, embora tenha expandido o programa pelos departamentos de polícia de Toronto, Halifax, Edmonton, Montreal, Winnipeg e Victória – parece ter em período recente refreado um pouco a aplicação do tipo de policiamento. A situação dos Estados Unidos é ainda mais complexa. No entender de um autor, ‘o policiamento comunitário é mais uma aspiração do que uma implementação’, ou seja, não tem sido utilizado na transformação do padrão de procedimentos operacionais.



Mesmo que em alguns pequenos departamentos de polícia as propostas de policiamento comunitário tenham sido desenvolvidas, tal fato permanece claramente excepcional no que se refere a maior parte do território norte-americano, sem inclusive sensibilizar a população ou a polícia dos grandes centros.

No Oriente, Japão e Cingapura seguem sendo os melhores exemplos. No Japão, como já se afirmou, não chega a se constituir em novidade. O sistema japonês é o mais antigo e o mais firmemente implantado. Quanto a Cingapura, que adotou o Koban, seu programa é tido como o mais ambicioso e diligentemente desenvolvido, com um direcionamento seguro para a continuidade e universalização do programa.

Finalmente, a Austrália. Ali, o policiamento comunitário foi calcado na Vigilância de Bairro, com a prevenção do crime baseada na comunidade, ainda que apenas para atingir a uma clientela especial. Embora atividade em princípio restrita, ganhou maiores proporções na medida em que se implantaram unidades de prevenção do crime nos quartéis do Estado.

Definindo e descrevendo o processo de policiamento comunitário, passamos a palavra a Theodomiro Dias Neto que afirma "o policiamento comunitário poderia ser descrito como um posicionamento filosófico que afirma que os objetivos da função policial, a natureza dos serviços envolvidos, os meios utilizados para prestá-los e avaliação de sua adequação deveriam ser formulados e desenvolvidos com base nas experiências, necessidades e normas específicas da comunidade local, assim como nos ditames da lei e dos procedimentos vigentes".

E Túlio Khan acrescenta: "o policiamento comunitário deve ser pensado, não apenas como um instrumento de eficácia ao combate ao crime, mas também como um modelo de policiamento democrático que substituíra o medo por uma relação de confiança mútua entre a Polícia e Sociedade. Esta confiança, por sua vez, é a base para o policiamento



eficaz, pois a informação sobre crime e criminosos, que é a base do trabalho de investigação policial, só é fornecida voluntariamente pelos cidadãos se estes se respeitam e confiam na polícia que tem”.

Jean-Claude Monet, em sua definição, talvez ultrapasse o círculo de atribuições que tradicionalmente são consideradas do âmbito policial. Ao invés de polícia comunitária utiliza a denominação de “polícia social”, cujo papel consistiria em analisar com precisão a natureza dos pedidos que lhe são dirigidos a fim de identificar os grupos sociais “com problemas”. O gênero de problemas encontrados e respectivas soluções não seriam unicamente do tipo policial. Portanto, seria preciso mobilizar para a atividade diversos atores institucionais. Seria o trabalho que os americanos chamam de Multi-Agency Approach e os franceses de partenariat (parceria) e que “costuma se desenvolver no quadro das polícias locais de prevenção, inclusive associando os grupos sociais relacionados com a resolução de sua própria dificuldade”.

O sociólogo inglês, Albert J. Reiss Jr. ainda que em dúvida quanto ao futuro da polícia comunitária destaca: “o policiamento comunitário pode ser visto como uma reação contra a centralização de comando e controle numa burocracia policial. (...) Espera-se que o policiamento comunitário, restaurando o policiamento a pé, não só traga a polícia mais perto do cidadão a que ela serve, mas que pela participação dos cidadãos também faça a polícia desenvolver novas estratégias de policiamento (...) O dilema do policiamento moderno parece ser o de determinar se continua optando pela administração racional, burocrática, centrada nos eventos criminosos e no seu controle, ou se, transforma o policiamento em uma burocracia centrada na comunidade e nos problemas sociais, que se reporta aos grupos locais”.



Entendendo o policiamento comunitário como novo tipo de policiamento, o professor Mark Harrisson Moore, sugere que “uma implementação bem sucedida do policiamento comunitário numa estratégia de policiamento tem como chave os esforços para construir um suporte externo e a ampliação dos termos da atuação da polícia. E para isso é necessária a articulação de uma série de valores que pode servir como um contrato básico para orientar um trabalho em conjunto da polícia e da sociedade, enquanto juntas, elas buscam resolver os problemas do crime e do medo”.

No livro “Policiamento Comunitário: questões e praticas através do mundo”, os autores, Jerome H. Skolnick e David H. Bayley, consideram que “é importante estabelecer a noção que o policiamento comunitário não implica de maneira alguma menos rigor no policiamento. Pelo contrário, os programas direcionados para prevenção do crime e para auxílio às vítimas sugerem a preocupação, e não a negligência com a ordem pública. O policiamento comunitário está baseado na idéia que o relacionamento positivo entre a polícia e a comunidade vai diminuir a probabilidade de ocorrência de revoltas populares, ou mesmo eliminá-las. (...) O policiamento comunitário surgiu como a principal alternativa estratégica para as práticas tradicionais que em toda parte, atualmente são consideradas um fracasso. É muito importante enfatizar que o policiamento comunitário representa uma mudança das práticas, mas não dos objetivos de policiamento. É necessário também que o policiamento comunitário ressalte o seu desempenho em relação à segurança pública, pois essa é a única função que se espera que o policiamento exerça e, além disso, representa o modelo segundo o qual o policiamento tradicional tem sido julgado”.

Sobre as considerações anteriores, pode-se considerar como um aperfeiçoamento a redefinição das funções policiais, tal como expressa pelo o Coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira: “a tradicional idéia de manutenção da ordem impõe como condição necessária e primeira o uso da coerção ou da força onde a ordem é pensada como estabilidade social e os conflitos como desordem ou anarquia. No modelo democrático, onde os conflitos podem ser pensados como fonte de mudanças e não de anarquia, acredita-se mais nos mecanismos de negociação e de persuasão que, juntos, a polícia e a comunidade podem desenvolver para a solução de determinados conflitos, aí se pode falar de construção da ordem, na qual a participação popular é fundamental”. E conclui: “outro grande desafio para a polícia e para a sociedade é a construção da ordem pública (...). A polícia deverá aceitar o controle da sociedade e da participação como parceira na formulação das políticas de segurança, ou na colaboração nas estratégias de prevenção ao crime. A sociedade deverá estar pronta para prestar a colaboração que se fizer necessária e possível às atividades policiais”.

Guardando os conceitos e definições assinaladas, passaremos agora a descrever a literatura referente aos estudos de caso no Brasil, algumas publicadas, outras de circulação acadêmica. Na direção que estamos seguindo, a proposta mais antiga que encontramos documentada fala de uma polícia orientada para a solução de problemas, e introduzida nos anos '80, com o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira à testa de um projeto na Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, haveria uma multiplicação de experiências: Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Amapá, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul e outros mencionados de modo mais esparso. Não se possui a disposição, entretanto, o relato de cada um dos projetos, tópicos em certos casos, e em outros, que parecem não ter avançado muito do plano das intenções.



O mais antigo e que teve continuidade parece ter sido o do Espírito Santo, concebida e aplicada pelo então capitão Júlio César Costa. A experiência iniciou-se em Guaçu, no sul do Estado, a 250 quilômetros de Vitória. O princípio de participação popular na administração policial adotado em Guaçu seria pinçado como modelo de atuação em segurança pública. Com a criação dos Conselhos Interativos e do Serviço de Atendimento (SAC), o poder público, a polícia e a comunidade integraram-se nas propostas e providências para aprimorar a segurança pública. O cidadão passou a ter resposta imediata para os apelos, denúncias e demandas. Os policiais foram instruídos para a civilidade, passaram a abordar suspeitos de forma respeitosa e a tratar delitos leves com medidas educativas e apoio familiar. Bêbados ou usuários de drogas eram conduzidos às suas residências procurando fazer com que tudo se resolvesse no âmbito doméstico. Em pouco tempo, a experiência levou Guaçu a transformar-se em modelo de policiamento interativo, apontado como exemplar já no Plano Nacional de Segurança Pública na entrada do século.

De Guaçu o modelo expandiu-se para Vitória, com sucesso mais notável registrado no bairro de Santo Antonio. A área formada por 16 morros era dominada pelo tráfico de entorpecentes, com estreitas ligações com o crime organizado no Rio de Janeiro, origem de mais da metade das drogas comercializadas. Do Rio provinha a orientação e o treinamento para os “soldados do tráfico”, crianças inclusive. Nos dois focos principais - Morro do Quadro e Morro Alagoano, o diálogo foi a arma utilizada pelo novo policiamento, que permitiu, solicitou e estimulou a participação da comunidade. A redução drástica da periculosidade local levou o chamado policiamento interativo a estender-se pelo Estado. Mais de mil policiais foram treinados na nova filosofia operacional, que consistia basicamente em civilidade no trato, foco principal na prevenção e participação social na discussão dos problemas e encaminhamento de soluções. A experiência capixaba cruzou fronteiras e ganhou prêmios e dimensões internacionais.



Atenta às experiências desenvolvidas no Espírito Santo, e após uma conferência ministrada pelo capitão Júlio César Costa, a Polícia Militar do Amapá, em setembro de 1998, instalou uma primeira base no bairro de Araxá, e os resultados estimularam a avançar no projeto, abordando os bairros mais violentos de Macapá: Perpétuo Socorro, Cidade Nova 1 e Cidade Nova 2. Tratava-se de região de baixa renda, habitada por populações historicamente marginalizadas e abandonadas – onde aproximadamente 20 gangues faziam sua própria lei, impulsionadas principalmente pelo tráfico de entorpecentes (Macapá constituía ponto estratégico das rotas internacionais do tráfico).

Uma das táticas de aproximação da polícia foi a colocação de urnas em pontos estratégicos dos bairros, onde inicialmente se recolhiam sugestões para a atuação da polícia interativa, pedidos de reclamações de toda ordem, etc. Num segundo momento, também denúncias e delação de atos delituosos passaram a ser coletados.

A adoção de sugestões e o atendimento às reclamações emprestaram credibilidade ao processo, e a Polícia Militar pode traçar as coordenadas para a implantação da polícia interativa local. No *modus operandi* como fica claro, a comunidade participou desde o planejamento operacional e das formas de gestão.

Toda estratégia policial passa por um Conselho Interativo de Segurança Pública (Cisep), composto por numerosas associações de atuação local. O Conselho não é exclusivo da segurança, cuida da qualidade dos serviços públicos em geral, e das reivindicações sociais do bairro. No que tange à segurança pública, o Conselho indica problemas e, muitas vezes, sugere soluções. Em prazo relativamente curto instalaram-se sete bases interativas em Macapá, com um efetivo de cerca de duzentos policiais. A participação dos conselhos foi importante na direção também de envolver a polícia civil com o projeto.



A parceria que a bibliografia destaca foi a realizada em Perpétuo Socorro, onde as gangues passaram a cooperar com o policiamento e os trabalhos sociais. O texto destaca que o antigo líder da GK2 - a gangue mais violenta do bairro - veio a tornar-se o coordenador do grupo *Anjos da Paz*, que zela pela segurança e participa das atividades comunitárias. A ação que combinou educação, esporte e lazer permitiu que a parceria polícia-comunidade mudasse o caráter das gangues, de sorte que a integrá-las num clima de ordem e paz.

No mesmo volume, fala-se ainda de Minas Gerais, mais precisamente de Belo Horizonte – sem, contudo pormenorizar a aplicação. Fala que experiência em 1993, adotando o policiamento comunitário em alguns bairros não prosperou devido a população acreditar na eficácia do modelo reativo (ostensivo) de polícia no combate e controle do crime. A segunda experiência teve início em 1999, quando o comando de policiamento da capital da Polícia Militar apresentou o programa “Polícia de Resultados”. Com base no mapeamento da criminalidade e o fortalecimento do atendimento descentralizado às demandas das comunidades – foi possível orientar o planejamento das ações da polícia na cidade. Desta forma, regionalização e descentralização foram os princípios norteadores da ação do policiamento ostensivo. Ao policiamento comunitário coube a missão de ser base de sustentação quanto à perspectiva mais ampla de redefinição de serviços policiais. Dois fatores tiveram suma importância para o desenvolvimento dessa nova política de segurança pública: a utilização de geo processamento de dados e a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança. O desenvolvimento do projeto proporcionou a inovação de táticas e técnicas de policiamento. Os cursos de formação e a reorientação dos currículos de formação dos policiais passaram a ser considerados ferramentas essenciais para o sucesso na implantação do novo policiamento. Por outro lado o relacionamento entre as duas polícias – a militar e a civil – continuou sendo o ponto de bloqueio para o pleno desenvolvimento



do programa. Dentre as reivindicações dos Conselhos comunitários, uma maior presença da polícia civil nas reuniões – foi sempre a mais lembrada.

No início do capítulo, citamos a experiência pioneira do Coronel Cerqueira, no Rio de Janeiro. Na verdade, duas foram as tentativas, em dois momentos distintos, em que o coronel participou da formulação das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Ambas as tentativas não alcançaram os objetivos almejados. Várias foram as razões que contribuíram para o insucesso. Mas, o coronel, assassinado em 14 de setembro de 1999, deixou textos especializados em Polícia e policiamento cuja leitura nos levam a convicção de que ele passou grande parte de sua vida acalentando o sonho de instituir uma nova polícia para o Rio de Janeiro. Seu ideário aparece em algumas experiências reportadas – em especial as de Pavão-Pavãozinho e Cantagalo e, a de Copacabana e Leme.

O projeto de policiamento comunitário em Copacabana e Leme, no Rio de Janeiro, nasceu da parceria com o movimento 'Viva Rio', envolvendo somente a Polícia Militar e dentro dela, um único batalhão, criado para desempenhar este novo serviço, ou seja, o 19º Batalhão da PM, baseado em Copacabana. O projeto-piloto previa 6 Conselhos de Área mas apenas 2 foram constituídos graças à parceria com o movimento 'Viva Rio'. Infelizmente, os dois conselhos também se esvaziaram por falta de maior participação comunitária. A desarticulação ou desgaste das associações de moradores preexistentes, a fraca atuação da Associação Comercial e de outras entidades civis atuantes em Copacabana, emperrou a organização dos Conselhos de área. O programa viveu na dependência exclusiva, do movimento 'Viva Rio'. Desativado antes mesmo de completar um ano, dir-se-ia que o Projeto sucumbiu a própria falta de interesse dos órgãos de segurança.



De fato, no quadro das oscilações que caracterizam as políticas de segurança no Rio de Janeiro, em maio de 1995, um novo comando assumiu a bandeira do “endurecimento policial”. O policiamento comunitário foi considerado supérfluo, secundário. Enfrentar o crime organizado era missão para o “policiamento ostensivo”. Dentro do 19º BPM houve comemoração pela desativação do projeto. Era a vitória dos “verdadeiros policiais”, dos “machos” contra a “brincadeira de menina” que o policiamento comunitário representava para os que defendiam a cultura policial tradicional.

Mais tarde, em julho de 2000 foi criado o Grupamento de Policiamento em Áreas especiais (GPAE) na Polícia Militar do Rio de Janeiro. O Grupamento foi criado para atuar em áreas especialmente críticas, em que determinado tipo de incidência criminal estivesse causando intranquilidade à população. Cercado por todas as providências para garantir um bom funcionamento, os policiais do Grupamento foram submetidos, durante duas semanas, a um estágio de sensibilização, cujo conteúdo programático envolveu: Relacionamento Interpessoal, Administração de Conflitos, História das Comunidades Populares, Metodologia de Resolução de Problemas, Modelos, Técnicas e Tendências de Prevenção de Delitos, o Modelo “FLECT” do Uso da Força, Polícia Comunitária, Técnicas de Abordagem (Veículos, Pessoas e Edificações), Manuseio de Armamento e Tiro Prático Policial, Conduta de Patrulhas e outros conteúdos correlatos.

O GPAE surgiu da necessidade de ser desenvolvida e empreendida uma nova filosofia e modalidade de serviço em comunidades populares. Passou a atuar na prestação de serviços de Polícia ostensiva, tendo como foco, a preservação da Ordem Pública. A atividade executada pelo GPAE, essencialmente preventiva, podia ser eventualmente, repressiva. O GPAE tinha como atribuições facilitar a integração dos serviços e mobilizar instituições e atores sociais da comunidade, bem como novos parceiros que contribuam para o desenvolvimento social comunitário. Em suma, a construção de uma nova dinâmica social interativa, de natureza metodológica, envolvendo a Polícia e a Comunidade.



Em relação à experiência no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, comunidades situadas na região mais nobre do Rio de Janeiro, entre Copacabana, Ipanema e Lagoa (o maior IDH da capital carioca), o GPAE justificou sua existência. Funcionando como instância de interlocução entre a comunidade e outros órgãos públicos obtiveram como resultado a redução do medo, mediante a presença regular e interativa da polícia ostensiva; redução da presença ostensiva de armas de fogo no interior das comunidades; redução do número de crianças envolvidas em práticas criminosas; redução do número de casos envolvendo policiais em ações de maus tratos, violências arbitrárias ou abuso de poder.

O Comandante do GPAE na época, Major PM Carballo Blanco assim se refere ao projeto: "Do ponto de vista pessoal, na condição de comandante do GPAE, diria que essa experiência tem sido ao mesmo tempo, gratificante e frustrante: gratificante pelo fato dos resultados operacionais alcançados e pela dinâmica comunitária empreendida, sobretudo nessa nova relação Polícia e Comunidade; frustrante pelo fato dos esforços policiais serem insuficientes para dar conta das demandas e expectativas emanadas da comunidade".

No estado de São Paulo, a Polícia Militar iniciou o programa de policiamento comunitário em 1997 e a experiência destacada para o relato é a que se deu na zona sul da capital, nos bairros do Jardim Ângela e Jardim Ranieri.

O Jardim Ângela, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) era, em 1996, o lugar mais violento do mundo. E ali seria implantada a primeira base comunitária no município de São Paulo. Tudo começou com os participantes do I Fórum de Defesa da Vida Contra a Violência pedindo a implantação da base comunitária. "A população exigia maior atuação da polícia, mas a imagem que tinha da polícia era a da truculência", lembra o padre Jaime, irlandês, há quinze anos na Paróquia dos Santos Mártires. Era preciso mudar essa imagem e a polícia comunitária seria a solução.



Padre Jaime percebera que a entrada em operação de uma polícia comunitária, só teria os efeitos pretendidos se, ao mesmo tempo a Paróquia e outras entidades oferecessem programas que reduzissem os problemas sociais dramáticos do bairro. Desta forma foram criados programas para atender casos específicos: jovens em situação de risco, adultos e jovens dependentes de álcool e drogas, mulheres vítimas da violência praticada por maridos, deficientes físicos e mentais, e pessoas com problemas psicológicos. Os policiais da base comunitária passaram a se envolver literalmente no cotidiano dos moradores do bairro. Do atendimento para transporte de emergência hospitalar até o trabalho de reconstrução de uma casa destruída por acidente meteorológico. "O trabalho da polícia é diferente, porque além de proporcionar segurança, ela ajuda a comunidade", diziam os moradores do bairro. A Caminhada pela Vida e pela Paz realizada anualmente, no Dia de Finados é outro aspecto a se destacar na grande cruzada de combate à violência, no Jardim Ângela.

No Jardim Ranieri, bastante próximo ao Jardim Ângela (e aqui indo além da proposta de revisão bibliográfica desse texto, passamos a relatar algumas impressões provenientes da observação direta), há outra base comunitária. Ali o destaque fica por conta do projeto Pólo Cultural, onde semanalmente são realizados shows de música e danças dos estilos mais variados, com predomínio do hip-hop, ritmo preferido de nove entre dez jovens da periferia da maior parte dos centros urbanos brasileiros. Nas dependências do Pólo Cultural, em 22 de dezembro, aniversário da implantação da base – um policial devidamente fantasiado de Papai-Noel faz a entrega de presentes. Neste mesmo local se faz a entrega de prêmios e troféus aos vencedores da Corrida pela Paz e a Vida do Jardim Ângela, realizada anualmente, no mês de setembro. Palestras nas escolas é outra estratégia importante para a implantação do policiamento comunitário. A polícia conquistando a amizade dos jovens com paciência e dedicação – passou a participar da vida social da juventude local.



Para atuar na base comunitária, o policial é submetido a cursos em diversas áreas, que abrangem tema ligados aos direitos humanos e que podem durar até três meses cada um. Os cursos visam, fazer dos participantes, além de um bom policial, também um agente social. A Polícia Militar paulista considera o entrosamento entre policial e comunidade de vital importância para o êxito do trabalho. A comunidade deve orientar a polícia sobre a necessidade de segurança. Necessidades que podem incluir fatos corriqueiros como a melhoria da iluminação pública, ou reparos na pavimentação asfáltica das ruas. Os problemas são apontados pela população e cabe à polícia procurar as possíveis soluções.

No Rio Grande do Sul, o modelo de polícia comunitária a se destacar é o implantado na cidade de Farroupilha, na Serra gaúcha. Vários detalhes nos chamaram a atenção em Farroupilha. As bases – “a casa do policial” – estão inseridas basicamente na zona rural dos bairros onde estão instaladas. Muito embora - há que se destacar - que os pequenos núcleos urbanos se confundem com os núcleos rurais. Outro detalhe é que a “casa do policial” é construída pela comunidade em terreno quer pertencente ao poder público (municipalidade), ou mesmo pertencente a entidades privadas que atuam na comunidade. O policial passa a viver na base comunitária com sua família, mulher e filhos. O que implica dizer que ele está a disposição diuturnamente, e em tese, 365 dias por ano. Em Farroupilha, os Conselhos Comunitários de Segurança contam efetivamente com a participação de todas as forças vivas da comunidade, do padre ao presidente do time de futebol; do produtor de uva e vinho ao secretário municipal. As reuniões obedecem a um rígido calendário e sua convocação é ágil e prática. Além disso, o policial comunitário faz visitas permanentes a todos os lugares onde existam apenas moradias e a outros onde se desenvolvem variadas atividades, dentro dos limites de sua base operacional. O relacionamento polícia-comunidade em Farroupilha atinge níveis de perfeição, a ponto de destacarmos que, a reunião do conselho comunitário é presidida pelo policial da base local.



Ali, portanto, encontra-se desenvolvida a propagada autonomia que deve ser dada ao policial de ponta – em Farroupilha ela é exercida e conta com o respaldo do comando do policiamento da cidade. Tornou-se comum a participação do coronel comandante do policiamento, em reunião dirigida pelo policial subalterno, não graduado.

No Estado de Santa Catarina, a filosofia de policiamento comunitário começou a ser propalada a partir de 1995. Inicialmente foi denominada de Segurança Interativa. Constituiu-se em uma equipe de trabalho com os melhores quadros da Polícia Militar catarinense com o objetivo de propor a melhoria dos serviços policiais, na busca da qualidade total. Ficou detectado que o cliente dos serviços seria o cidadão e o alvo, a comunidade como um todo. Desta forma, era preciso que o cidadão passasse a conhecer estes serviços, sua importância, sua utilidade e, deles tivesse participação. Outra preocupação foi a de conhecer a comunidade onde estava inserido, o tal cidadão e quais as peculiaridades dessa comunidade. Tudo deveria ser checado. Uma gama de levantamentos deveria ser realizada, de sorte, a adequar o serviço policial aos desejos, aspirações e necessidades - quer do cidadão individualmente, quer da comunidade - a qual pertencia. Para esse fim, 74 projetos pilotos foram implantados no Estado de Santa Catarina.

Com o passar do tempo, a denominação do então programa de Segurança Interativa foi mudado para Polícia Comunitária. No espaço e no tempo, essa nova filosofia operacional evoluiu, trazendo no seu bojo, resultados promissores. A parceria com a Polícia Civil trouxe novo alento, na medida em que, as duas polícias (Militar e Civil) se complementam na ação policial. Com a ausência da eterna qualidade, evitou-se que o novo projeto de policiamento – em sua praticidade – pudesse sofrer mudanças ou solução de continuidade.



No caso de Santa Catarina, ficou muito claro que a adoção de uma nova filosofia de policiamento não se faz por decreto, mas há que se criar os meios, pelos quais se evolua para ela. Nada de imediatismo ou soluções de médio prazo. É um projeto que vai evoluir paciente e seguramente, no longo prazo. Isto posto, pode-se afirmar, em última análise, que Santa Catarina não implantou a polícia comunitária, está sim, evoluindo na direção dela. Cabe destacar a ação de Coordenaria Estadual de Polícia Comunitária de Santa Catarina, que através de parceria com a universidade oferece suporte técnico e pedagógico para que policiais militares, policiais civis e membros do Conselho Comunitário possam colocar em prática os ditames do policiamento comunitário.

Como conclusão, pela bibliografia e pelas experiências relatadas, parece claro que não existe uma fórmula única para a introdução da polícia comunitária, um kit polícia comunitária, tipo 'pegue e monte'. Um projeto, fruto de estudos e pesquisas abalizadas deve definir a "comunidade" ver como é composta e quais suas características. A dinâmica da participação estará diretamente relacionada com as dimensões do projeto: seu modelo de funcionamento e como será estabelecido. Outro aspecto a se considerar é como a polícia vai interagir com a população local, distinguindo as "comunidades", isto é os grupos identitários em seu interior para estabelecer parceria com cada um deles. Todos esses fatores devem estar contemplados para o desenvolvimento de um projeto de policiamento comunitário.

Uma descrição básica das características de um projeto de policiamento comunitário foi apresentada pelo coronel Nazareth Cerqueira, apoiado em Kelling e Moore, conforme cita em "A evolução da estratégia de policiamento":

1- Fonte de autoridade: além da lei e do profissionalismo, acrescenta o aspecto político, particularmente o referente ao apoio comunitário.



2- Função: prioriza a prevenção do crime através da metodologia da resolução de problemas; não abandona o controle do crime.

3- Planejamento organizacional: utiliza estratégias descentralizadas, forças-tarefas ou modelo matricial e outras técnicas advindas das concepções modernas da administração.

4- Relacionamento com o ambiente: consultas à população; atenção às preocupações da comunidade sem desprezar os valores da lei e do profissionalismo.

5- Demandas: são as oriundas da análise dos problemas que afetam as comunidades.

6- Táticas e tecnologia: policiamento ostensivo a pé, solução de problemas e outras que possam servir de solução para a prevenção do crime.

7- Resultados: qualidade de vida e satisfação dos cidadãos.

-

De todo o exposto, e tentando reunir a teoria e a riqueza das experiências empíricas, extraímos algumas ilações que talvez possam fornecer subsídios e contribuir para a discussão do tema:

1) Nas modernas sociedades industriais, o sistema de segurança privada se caracteriza por qualidades inerentes ao policiamento comunitário: prevenção, mobilização, permeabilidade e processo legal independente. Como a relação está baseada no contrato, o policiamento privado atende às exigências do cliente. É importante observar que do ponto de vista operacional, a segurança privada é o policiamento comunitário obtido segundo as regras mercadológicas. Desta forma, nada impede que o policiamento comunitário possa ser visto como uma tentativa do setor público, de igualar o que a segurança privada oferece para as classes privilegiadas.



2) Um aspecto essencial a ser considerado na avaliação da experiência de organização comunitária é o nível de autonomia política dos grupos em relação a polícia. A maior ou menor dependência dessas organizações em relação aos recursos policiais constitui fator preponderante no tipo de direcionamento a ser estabelecido com a polícia. Uma organização comunitária que dependa do apoio policial para garantir a mobilização de seus membros e viabilizar suas atividades, acaba convertendo-se em uma mera extensão civil da instituição policial.

3) O policial comunitário enquanto agente social deve ter em conta que, os valores dominantes de uma organização comunitária precisam estar claros, de sorte a estabelecer os termos de responsabilização e estimular parcerias com grupos externos. Da mesma forma que o sistema de gerenciamento policial deve se referir diretamente aos valores da comunidade, mesmo que isso implique em mudanças de operações funcionais centralizadas, para operações geograficamente descentralizadas.

O objetivo é o de estimular o pessoal pelo espírito de serviço policial, ao invés de pelo espírito de aventura. É muito melhor premiar um policial, por ele manter a paz em suas rondas, do que pelo número de prisões que realiza.

4) A dificuldade de vencer obstáculos interinstitucionais também deriva da in experiência e da fraca capacitação dos policiais para lidar com outras lógicas organizativas que não a do "quartel", ou para mover-se no complexo campo da concorrência política.

5) A polícia continua sendo o falso centro das atenções, atuando num cenário impróprio, onde não foram esgotados todos os esforços de prevenção primária de delitos (saúde, educação, saneamento, esporte, cultura, lazer, trabalho, geração de renda etc.). A etiologia do fenômeno criminal continua intocada. É urgente, que o estado defina e aplique uma Política Pública de Segurança.



6) Se é verdade que a polícia comunitária nem sempre é mecanismo eficaz para a redução do crime. É verdade também, que seu potencial de violação dos direitos do cidadão é muito menor, quando comparada ao policiamento convencional.

7) A partir do fato da polícia militar estar aderindo ao conceito de polícia comunitária, Túlio Kahn destaca: "Lutamos pela adesão também da Polícia Civil. Incentivamos, por exemplo, a implantação nas delegacias de plantões sociais, feitos por assistentes sociais e psicólogos, e que seriam o equivalente às bases comunitárias estabelecidas nos bairros pela PM".

Para concluir e procurando ser fiel ao espírito do policiamento comunitário, deixaremos a palavra final a depoimentos coletados por entrevistas, na imprensa e na bibliografia, enfim a opinião daqueles diretamente afetados pelo novo modelo.

"Ninguém tinha coragem de nos visitar, tínhamos dificuldades para comprar o crédito e os fornecedores do nosso comércio não queriam vir aqui com medo de ser roubados, como, aliás, foram muitas vezes". (Gilson Antunes, presidente da comunidade do Morro do Quadro, em Vitória).

"Se não fosse a polícia interativa, jamais nos aproximaríamos da sociedade". (Eliseu dos Santos Almeida, ex-chefe da gangue GK2, de Macapá).

"Não somos mais roubadas; antes era todo dia" (Janete Silva de Oliveira, dona de Barraca de Roupas, no Jardim Ângela).

"Quando se investe em região pobre, investe-se em segurança" (Edésio Fraga Moreira, administrador regional do bairro de Santo Antonio, em Vitória).

"É preciso ter a humildade de reconhecer que ainda estamos aprendendo como deve ser aplicada a filosofia do policiamento comunitário"(Tenente Coronel Francisco Rissi Filho referindo-se ao policiamento comunitário do Jardim Ângela).



"A comunidade nos adotou e é a nós que recorre quando precisa de alguma coisa, qualquer coisa. A polícia interativa faz de nós um pouco de tudo: além de policial, sou meio padre, pastor, babá e conselheiro" (Soldado Cardoso, do patrulhamento no bairro do Perpétuo Socorro, em Macapá).

"Hoje somos cumprimentados e chamados pelo nome pelas crianças e adolescentes do bairro, mas, antes da polícia comunitária entrar em ação eles cuspiam no chão quando passávamos por eles durante as rondas" (subtenente Davi, da Polícia Comunitária do Jardim Ângela, na capital paulista).

"Se antes tínhamos medo, hoje respeitamos e admiramos os policiais. A polícia só servia para fazer blitz e sumir do mapa, agora nos dá resposta imediata a qualquer solicitação" (Maria José, presidente da Comunidade dos Morros do Cabral e Bananal, em Vitória).

"A segurança pública não é atribuição apenas da polícia, é nossa também (...) Não precisamos de um comandante militar, mas de um militar que nos comande com visão social" (José do Espírito Santo, presidente do Cisep de Perpétuo Socorro, Cidade Nova 1 e Cidade Nova 2, em Macapá).

"Vivemos hoje a vida que queríamos, dormimos tranquilos e vemos nosso comércio prosperar". (Raimundo Ferreira Mota, comerciante de Macapá).

" Trabalho com o coração, mais com o lado humano que com o militar e isto nos dá uma enorme satisfação". (Cabo Marcos Aparecido Dias, do policiamento comunitário do Jardim Ângela).

"A polícia do século XXI terá que ser muito mais do que uma repressora das atitudes humanas que contrariam os dispositivos legais vigentes. Terá que ser uma construtora da comunidade para identificar, priorizar e agir criativamente sobre os eventos de prática de crime e violência que ocorrem no seio da comunidade" (Tenente coronel Nazareno Marcineiro, e Major Giovanni C. Pacheco, da Polícia Militar de Santa Catarina).



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

1ª PARTE

INTRODUÇÃO GERAL

1. Estado, Polícia e Comunidade;
2. Educação e Consciência Coletiva;
3. Revisão Bibliográfica: Violência, Polícia e Política;
4. Revisão Bibliográfica: Modelo para o Milênio;
5. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa.



5. Objetivos, Técnicas, Instrumentos e Itinerário de Pesquisa

5.1. **Objetivos:** Tomando como ponto de partida o modelo teórico precedentemente descrito, o trabalho propunha-se a proceder a uma análise comparativa entre as experiências em policiamento comunitário efetivamente desenvolvidas pelas Polícias Militares no Brasil. Em resumo, considerava-se que a expressão 'comunidade' explicita uma unidade social voluntária, mas no uso comum, possui forte conotação positiva, associando-se a termos tais como 'união', 'concordia', 'cooperação', etc. Portanto, ao anunciar uma meta de associar-se à 'comunidade' seria, estar-se-ia antes de mais nada proferindo um juízo de valor. E a vinculação dos termos 'polícia' e 'comunidade' não se faria sem certo grau de ambigüidade, pois que a polícia, que integra o aparelho de Estado e como tal defende a padronização de comportamentos legalmente estabelecida é uma agente da Sociedade, o que fere, em princípio, a autonomia cultural e social que se apresenta no conceito de comunidade. Assim, uma polícia comunitária, a existir como tal, deveria levar em consideração os dois pólos, o de agente do Estado e o do respeito à autonomia da comunidade.

Tendo em vista a autonomia orgânica das polícias militares estaduais no Brasil, supunha-se um elenco de experiências diferenciadas, a serem comparadas entre si à luz do modelo estabelecido, verificando e analisando sua eficácia através dos resultados produzidos, em relação a:

- Dimensão, difusão e expansão do modelo;
- Redução local dos indicadores de criminalidade;
- Ampliação da capacidade de detecção e prevenção de delitos;
- Melhoria das relações com as coletividades e da imagem da polícia;
- Ampliação da auto-estima local, da cidadania e da autonomia nas comunidades.



Sob as premissas configuradas, propuseram-se duas pesquisas paralelas, onde a primeira efetuará um levantamento pormenorizado das experiências realizadas no Brasil com policiamento do tipo comunitário ou assemelhado, incluído projeto, histórico, análise documental, entrevistas com comandantes, agentes operacionais e líderes locais nas comunidades de inserção para, fundamentalmente, colher a concepção operacional e compará-la aos resultados observados.

Quanto à segunda, e tendo em vista o caráter essencial dos procedimentos educativos para permitir aos policiais uma inserção adequada ao desenvolvimento do processo, deveria recolher dados sobre programas de treinamento comunitário para o exercício da cidadania, e de capacitação para operadores sociais (policiais em especial, mas não exclusivamente) para atuação nas comunidades.

Em suma, por um lado, tratava-se de historiar, descrever os fundamentos e comparar a ação das diferentes experiências realizadas no Brasil com modelos de policiamento interativo, avaliando sua continuidade, projetos desenvolvidos e resultados alcançados, tendo em vista os graus de satisfação, autonomia e cidadania das comunidades de referência. E de outro, analisar os programas de treinamento, e avaliar a eficácia dos procedimentos utilizados à luz do referencial teórico e conceitual proposto.

5.2. **Técnicas:** Para a abordagem do objeto, concebeu-se um elenco de técnicas mistas, envolvendo procedimentos tanto de gabinete (levantamento bibliográficos, eletrônicos e análises documentais) como de campo (realização de entrevistas, construção de diários de campo, aplicação de questionários e surveys), sempre tendo como centro a temática, e em seu interior, as atividades das polícias militares.

Significa dizer que se buscou, no primeiro patamar, realizar pesquisas para a localização e acesso a uma bibliografia selecionada, e de documentos (Leis, Decretos, Portarias, Ordens de Serviço), a serem obtidos junto aos órgãos de segurança pública.



E ainda, arrolar programas de treinamento para trabalho comunitário ou programas de desenvolvimento da comunidade desenvolvidos na órbita do Estado ou de agentes da sociedade civil vinculando-os aos programas de treinamento para policiais em trabalho comunitário realizados no país.

No campo, procedeu-se a duas atividades distintas: a realização de entrevistas com policiais em comando, com responsabilidade sobre o policiamento comunitário. E a educadores cujas atividades dirigias-se ao treinamento para o trabalho comunitário. E finalmente, as visitas as bases e similares, com aplicação de questionários à policiais, educadores e as populações de inserção.

Em resumo, então, como estratégia geral, buscou-se coletar e analisar um máximo de informações e documentos provenientes das fontes policiais e de ensino destinado às comunidades; para em seguida ir a campo, e submeter tais informações à observação direta, com pesquisadores procedendo às verificações locais. As análises qualitativas, por sua vez, através de instrumentos especialmente elaborados, necessitariam compatibilizar-se com os dados quantitativos obtidos pela aplicação de questionários aplicados aos envolvidos, educadores comunitários, policiais, e populações das áreas de inserção.

5.3 Instrumentos: Para levantamento dos dados junto às PM foram elaborados dois questionários. O primeiro – Levantamento Preliminar – distribuiu-se aos comandos gerais de cada PM, e em seguida, por indicação daquele, ao oficial responsável pelo policiamento comunitário. O segundo – Questionário 2 – foi enviado diretamente aos interlocutores já estabelecidos, e quantificavam a experiência na unidade federada. Outros três instrumentos – Pesquisa Domiciliar, Entrevistas com Policiais em Policiamento Comunitário e Entrevistas com Ativistas e Pessoal de Treinamento – foram também elaborados e aplicados. Na ordem aqui exposta, uma versão fac-similar dos instrumentos encontra-se nas páginas seguintes:

**QUESTÕES PARA LEVANTAMENTO PRELIMINAR**

Sigla do Estado _____

1) – Neste estado, o policiamento local (comunitário):

- a) - Não foi cogitado ☐
b) - Um projeto foi elaborado e posteriormente abandonado ☐
c) - Encontra-se em fase de projeto e/ou implantação ☐
d) - Possui algumas bases implantadas ☐
e) - Encontra-se desenvolvido ☐

2) – Se houve, ou há, um projeto de policiamento comunitário indique:

a) – nome do projeto (polícia comunitária, cidadã, interativa, etc.): _____

b) - nome do oficial responsável: _____

tel ou e-mail: _____

3) – Na sua opinião pessoal os projetos de policiamento comunitário:

- a) melhoram a imagem da corporação: muito ☐ um pouco ☐ nada ☐
b) favorecem e facilitam o patrulhamento: muito ☐ um pouco ☐ nada ☐
c) fornecem recursos para a polícia: muito ☐ um pouco ☐ nada ☐
d) melhoram a relação com comerciantes: muito ☐ um pouco ☐ nada ☐
e) melhoram a relação com a população: muito ☐ um pouco ☐ nada ☐
f) permitem adaptar a polícia as novas leis: muito ☐ um pouco ☐ nada ☐

4) – O policial comunitário tem como tarefas prioritárias:

- a) patrulhar usando veículo automotor: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
b) fazer rondas a pé ou de bicicleta: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
c) abordar pessoas suspeitas: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
d) estar atento à atitudes suspeitas: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
e) conversar com líderes locais: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
f) conversar com populares: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
g) atender as demandas assistenciais: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐

g) verificando pequenas infrações ou inconveniências sociais(consumo de álcool ou drogas, barulho, brigas domésticas, danos a patrimônio público ou privado etc.), **o policial comunitário deve:**

- g1) Reprimir o ato fazendo-o cessar: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
g1) aplicar rigorosamente a Lei: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
g2) comunicar a superior e aguardar instruções: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐
g3) aconselhar-se e atender a comunidade: sempre ☐ as vezes ☐ nunca ☐

h) na sua opinião, de preferência o policial comunitário deve:Estar integrado ao local ☐ morar no local ☐ morar em outro local ☐

Acrescente em anexo outras informações ou opiniões
que julgar apropriado.

É só. Muito obrigado por seu tempo e atenção.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

Policimento e Treinamento Comunitário – Questionário número 2

BASES E EFETIVOS

Sigla do Estado: _____ BASES DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO		IMPLANTADAS	EM IMPLANTAÇÃO
2.1. Número de bases da PC:			
2.2. Distribuição geográfica das bases:		IMPLANTADAS	EM IMPLANTAÇÃO
Capital:			
Perímetro da Capital (grande capital):			
Interior: Pólo urbano de (nome da cidade)			
Interior: Pólo urbano de (nome da cidade)			
Interior: Pólo urbano de (nome da cidade)			
Interior: Pólo urbano de (nome da cidade)			
Interior: Pólo urbano de (nome da cidade)			
Outras bases urbanas:			
Bases em zonas rurais:			
2.3. Efetivo Envolvido			
Contingente aproximado de oficiais na PM do Estado (para cálculo de %)			
Contingente de oficiais destacados exclusivamente para a P.C.			
Contingente de oficiais cujas tarefas incluem a P.C.			
Contingente aproximado de praças na PM do Estado (para cálculo de %)			
Contingente de praças destacados exclusivamente para a P.C.			
Contingente de praças cujas tarefas incluem a P.C.			
2.4. Distribuição Regional dos Efetivos		Na P.C.	No total
Efetivo aproximado do policiamento da capital			
Efetivo aproximado do policiamento da grande capital			
Efetivo aproximado do policiamento urbano do interior			
Efetivo aproximado do policiamento rural			
2.5. Distribuição social das bases:		Nº de bases	Estimativa da população beneficiada
Bases em bairros comerciais			
Bases em áreas residenciais nobres			
Bases em áreas de classe média			
Bases em áreas de baixa renda			
2.6. Bases bem sucedidas:			
Indique (cite o local) até 3 (três) bases modelo (cuja implantação pode ser considerada como bem sucedida)		Base 1	
		Base 2	
		Base 3	
2.7. Esclareça porque estas bases são consideradas como modelo (use o espaço abaixo)			
2.8. Bases problemáticas			
Indique bases onde houve (ou há) dificuldades para a implantação e o desenvolvimento do trabalho		Base 1	
		Base 2	
2.9. Esclareça os problemas para a implantação dessas bases (use o espaço abaixo)			



APROCOM

Associação Pró Comunidade

Pesquisa Domiciliar ☐ (a ser preenchido pelo pesquisador)

1. Identificação				
Data:		Rua:		
Bairro:	Cidade:	Estado:		
2. Zelo e conservação				
2.1 O trecho da rua é: Todo Urbanizado ☐ Pavimentado ☐ Terra c/sarjetas ☐ Somente traçado ☐				
2.2 A rua está: Muito limpa ☐ Limpa ☐ Suja ☐ Muito Suja ☐				
2.3. Quanto ao terreno, a casa é: Muito Espaçosa ☐ Grande ☐ Pequena ☐ Muito pequena ☐				
2.4. Na conservação A casa está: Muito cuidada ☐ Conservada ☐ Pouco cuidada ☐ Em mau estado ☐				
2.5. Na aparência a casa está Ornamentada ☐ Arrumada ☐ Pouco arrumada ☐ Relaxada ☐				
2.6. A aparência dos moradores é: Muito cuidada ☐ Limpa ☐ Descuidada ☐ Suja ☐				

Apresentação: Esta pesquisa é patrocinada pelo governo federal, e pretende verificar os serviços públicos prestados neste bairro.

3. Características da família →		3.1. Há quanto tempo a família mora no bairro?				
- de um ano ☐		1 a 5 anos ☐	6 a 10 anos ☐	+ de 10 anos ☐	Sempre morou ☐	
→		3.2. Quantas pessoas habitam na casa ?				
1/2 ☐		3/4 ☐	5/6 ☐	7/10 ☐	+ de 10 ☐	
→		3.3. Qual é a profissão do chefe de família?				
4. Avaliação do Bairro →		4.1. A família se sente satisfeita com o bairro?				
Muito satisfeita ☐		Satisfeita ☐	Não sabe, indiferente, ☐	Insatisfeita ☐	Muito insatisfeita ☐	
→		4.2. Como a família descreve a vizinhança?				
Amiga, unida ☐		Boa relação ☐	Não sabe ☐	Há inconvenientes ☐	Muito ruim ☐	
→		4.3. Alguém da família freqüenta, utiliza ou participa no bairro:				
A – Comércio local		Sempre ☐	Muitas vezes ☐	Ocasional ☐	Raro ☐	Nunca ☐
B – Clubes, locais de lazer		Sempre ☐	Muitas vezes ☐	Ocasional ☐	Raro ☐	Nunca ☐
C – Conselhos, centros cívicos		Sempre ☐	Muitas vezes ☐	Ocasional ☐	Raro ☐	Nunca ☐
D – Igreja		Sempre ☐	Muitas vezes ☐	Ocasional ☐	Raro ☐	Nunca ☐
E – Pontos de encontro de amigos		Sempre ☐	Muitas vezes ☐	Ocasional ☐	Raro ☐	Nunca ☐
5. Serviços Públicos →		5.1 Como a família avalia os seguintes serviços públicos:				
A - Transporte		Ótimo ☐	Bom ☐	Razoável ☐	Falho ☐	Muito Ruim ☐
B – Limpeza Pública		Ótimo ☐	Bom ☐	Razoável ☐	Falho ☐	Muito Ruim ☐
C - Escolas		Ótimo ☐	Bom ☐	Razoável ☐	Falho ☐	Muito Ruim ☐
D – Postos de Saúde		Ótimo ☐	Bom ☐	Razoável ☐	Falho ☐	Muito Ruim ☐
E - Policiamento		Ótimo ☐	Bom ☐	Razoável ☐	Falho ☐	Muito Ruim ☐



APROCOM

Associação Pró Comunidade

Pesquisa Domiciliar (continuação)

5 a Participação →		5.2. A família conhece e participa de alguns dos seguintes órgãos:			
A – Associação de Moradores	Não conhece ☐	SIM e participa ☐	Vai às vezes ☐	Não participa ☐	
B – Conselho Escolar	Não conhece ☐	SIM e participa ☐	Vai às vezes ☐	Não participa ☐	
C – Conselho de Saúde	Não conhece ☐	SIM e participa ☐	Vai às vezes ☐	Não participa ☐	
D – Conselho de Segurança	Não conhece ☐	SIM e participa ☐	Vai às vezes ☐	Não participa ☐	
6. Segurança →		6.1 Quanto à segurança, a família acredita que o bairro é:			
Muito tranquilo ☐	Em geral tranquilo ☐	Problemas as vezes ☐	Inseguro ☐	Muito inseguro ☐	
→		6.2 Com que frequência se nota a presença de policiais no bairro:			
Diária ☐	Semanal ☐	Mensal ☐	Raramente ☐	Nunca ☐	
→		6.3. No bairro, quais os tipos de violência que acontecem? (Se resposta afirmativa, assinale a frequência)			
A – Furtos de rua	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
B – Assaltos a casas ou lojas	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
C – Roubo de automóveis	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
D – Assaltos à mão armada	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
E – Ataques sexuais (estupro)	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
F – Desordens e Tumultos	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
G – Briga de casais ou vizinhos	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
H – Consumo de drogas	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
I – Maus tratos a crianças	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
J – Outros crimes	Nunca ☐	SIM: Raramente ☐	Várias vezes ☐	É freqüente ☐	
→		6.4. A polícia já foi chamada para prestar outros serviços? (transporte de doentes ou parturientes, palestras e orientação sobre drogas, etc.)			
Muitas vezes ☐	De vez em quando ☐	Raro ☐	Nunca ocorreu ☐		
→		6.5. Nas ocorrências em geral, como classifica a ação da polícia?			
Ótima ☐	Boa ☐	Razoável ☐	Falha ☐	Muito Ruim ☐	
→		6.6 E como descreveria os policiais, em geral?			
Bons, atenciosos ☐	Pacientes ☐	Indiferentes ☐	Um pouco ríspidos ☐	Mal-educados ☐	
→		6.6 De uns tempos para cá, a família acredita que o policiamento:			
Melhorou muito ☐	Melhorou pouco ☐	Está na mesma ☐	Piorou um pouco ☐	Está muito pior ☐	



APROCOM

Associação Pró Comunidade

ENTREVISTAS COM POLICIAIS EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Estado:	Cidade:	Base (ou equivalente):				
Posto na corporação	Tempo de serviço	Tempo de Atuação na PC				
1.1. Seu trabalho na polícia comunitária comparando as suas funções anteriores é:						
Muito melhor ☐	Melhor ☐	Igual ☐	Pior ☐	Muito Pior ☐		
ATENÇÃO: AS QUESTÕES ABAIXO PODEM TER ASSINALADAS NENHUMA OU VÁRIAS ALTERNATIVAS						
1.2. Comente a sua atividade normal de trabalho			(só anote quando mencionado)			
Patrulha a pé ou de bicicleta: ☐			Faz patrulhas motorizadas: ☐	Só atende ocorrências: ☐		
1.3. Qual sua atividade nas ruas?			(só anote quando mencionado)			
Aborda suspeitos ☐			Aborda estranhos ☐	Fala c/ muitas pessoas ☐	Procura dar informações ☐	Procura pessoas necessitadas ☐
1.4. Na rua, que locais verifica c/ + frequência			(só anote quando mencionado)			
Casas comerciais ☐			Centros comunitários ☐	Pontos de reunião ☐	Escolas ☐	Centros de saúde ☐
1.5. Já teve ocasião de intervir em alguma das seguintes ocorrências?						
EM RESPOSTAS AFIRMATIVAS, ANOTE NAS LINHAS SEGUINTE O PROCEDIMENTO PADRÃO ADOTADO						
A – Briga de casal			Comum ☐	Às vezes ☐	Raro ☐	Nunca ☐
Para o agressor:						
Para a vítima:						
B – Maus Tratos à criança ou adolescente			Comum ☐	Às vezes ☐	Raro ☐	Nunca ☐
Para o agressor:						
Para a vítima:						
C – Ataque sexual na família			Comum ☐	Às vezes ☐	Raro ☐	Nunca ☐
Para o agressor:						
Para a vítima:						
D – Denúncias de discriminação social ou racial			Comum ☐	Às vezes ☐	Raro ☐	Nunca ☐
Procedimento:						
E – Animais soltos ou perigosos			Comum ☐	Às vezes ☐	Raro ☐	Nunca ☐
Procedimento:						
F – Acumulo de lixo em casa ou terreno particular			Comum ☐	Às vezes ☐	Raro ☐	Nunca ☐
Procedimento:						
G – Grávida, idoso, enfermo precisando cuidados:			Comum ☐	Às vezes ☐	Raro ☐	Nunca ☐
Procedimento:						
H – Além dessas, atendeu a alguma ocorrência não criminosas?			Sim ☐		Não ☐	
Descrição:						
ATENÇÃO: AS QUESTÕES ABAIXO PODEM TER ASSINALADAS NENHUMA OU VÁRIAS ALTERNATIVAS						
2.1. Além da atividade policial, como o policial deve atuar na comunidade?			(só anote quando mencionado)			
Com campanhas de prevenção ao crime ☐			Fazendo palestras em escolas ☐			
Apoiando festas e atividades escolares ☐			Apoiando as campanhas de saúde ☐			
Participando de quermesses e festas populares ☐			Atendendo as demandas dos moradores ☐			
Zelando pela eficiência dos serviços públicos ☐			Tentando estimular a limpeza e o embelezamento ☐			
Outros modos (descreva):						



APROCOM

Associação Pró Comunidade

ENTREVISTAS COM POLICIAIS EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (continuação)

2.2. Como o policial toma conhecimento dos problemas da comunidade?		(só anote quando mencionado)	
Só quando comunicado ☐	Pelos registros de ocorrências ☐	Prestando atenção nas ruas ☐	
Em reuniões dos CONSEG ☐	Em reuniões em que é chamada ☐	Informada pelas lideranças ☐	
Em visitas a associações ☐	Em visitas às Igrejas ☐	Em visitas a comerciantes ☐	
2.3. Durante o trabalho costuma parar para conversar informalmente? Não ☐ Sim ☐			
Se resposta afirmativa, pergunte com quem conversa e classifique a resposta:			
Comerciantes ☐	Lideranças ☐	Servidores Públicos ☐	Trabalhadores ☐
Donas de casa ☐	Jovens ☐	Minorias sociais ☐	Grupos de risco ☐
2.4. Quanto à tomada de decisões, você no trabalho: ofereça as alternativas			
a) segue rigidamente os regulamentos e as instruções superiores ☐			
b) em dúvida, podendo, busca instruções superiores ☐			
c) há muitos casos em que precisa decidir como proceder ☐			
d) na maioria das vezes, tem autonomia para decidir segundo seu bom senso ☐			
3.1 Além do treinamento normal do policial, v. recebeu treinamento específico para o trabalho comunitário? Sim ☐ Não ☐ em caso afirmativo, especifique abaixo:			
Nome do treinamento		Duração em horas	
Nome do treinamento		Duração em horas	
Nome do treinamento		Duração em horas	
Nome do treinamento		Duração em horas	
Nesta parte da entrevista, desejamos conhecer algumas opiniões suas:			
4.1 – Quais as vantagens para a polícia em adotar o policiamento comunitário?			
1)			
2)			
3)			
4)			
5)			
4.2 – E quais as desvantagens?			
1)			
2)			
3)			
4)			
5)			
5.1 – E quais as vantagens para a comunidade?			
1)			
2)			
3)			
4)			
5)			
6.1 – Defina: como é esta comunidade? Procure resumir a resposta em palavras-chave			
6.2 – Defina: quem faz parte dessa comunidade? dem a anterior			



ENTREVISTAS COM ATIVISTAS E PESSOAL DE TREINAMENTO

1. Instituição:			
1.1 Nome da Instituição :			
Localização:		Cidade:	Estado:
1.2 Amplitude da Atuação		Internacional ☐	Nacional ☐ Regional ☐ Estadual ☐ Local ☐
1.3 Público Alvo:		Difuso (defesa ou cons. cientização geral) ☐	Segmentado (etnias, gêneros, etc.): ☐ Concentrado (áreas sociais específicas): ☐
2. Entrevistado			
Nome do entrevistado:			Cargo/função
21. Sexo	Masculino ☐	Feminino ☐	2.2. Grau de escolaridade
			1º grau ou – ☐ 2º grau ☐ Universitário ☐
2.3. Função remunerada?			Sim ☐ Não ☐
2.4. Tempo de Exercício na Área			
- de um ano ☐ 1 a 5 anos ☐ 6 a 10 anos ☐ 11 a 15 anos ☐ + de 15 anos ☐			
2.5. Pessoalmente, o que o motiva a execução dessa atividade? (sintetize a resposta)			
3. Características das Atividades Desenvolvidas pelo entrevistado			RESPOSTA LIVRE
3.1 Qual o objetivo fundamental de seu trabalho? (é possível a resposta dupla ou múltipla)			
Divulgação, difusão ☐ Defesa de direitos ☐ Educação, treinamento ☐ Atendimento social ☐			
3.2 Em que consiste principalmente a atividade? (é possível a resposta dupla ou múltipla)			
Promoção de: Cursos ☐ Eventos ☐ Palestras ☐ Campanhas ☐			
Organização de: Mutirões ☐ GTs ☐ Oficinas ☐ Ações Comunitárias ☐			
Atividades de Orientação			
Individuais ☐ Familiares ☐ Comunitárias ☐ Profissionais ☐			
3.3. Defina o público alvo (categoria social e/ou local de moradia)			
Categoria social		Local de Atuação	
3.4 Qual o efeito esperado da atividade sobre o público alvo?			
Prestação de Serviço (atendimento a demandas) ☐		Ampliação da militância (multiplicadores) ☐	
Difusão de conhecimentos práticos cotidianos ☐		Ampliação da consciência pessoal (cidadania) ☐	
Habilitação profissional ☐		Desenvolvimento do Espírito Coletivo ☐	
Outros ☐ Especificar:			
3.5. Em sua formação o que tem sido importante para o exercício da atividade?			SINTETIZE
a		b	
c		d	
3.6. Recebeu algum treinamento específico para o exercício da atividade?			
Não ☐ Sim ☐ Especifique:			
4. Avaliação do Trabalho			
4.1 Quantas pessoas aproximadamente seu trabalho já atingiu e beneficiou?			
1 – 20 ☐ 21 – 50 ☐ 51-100 ☐ + de 100 ☐ Não sabe ☐			
4.2 Com relação aos objetivos perseguidos, como qualifica seu trabalho?			
Excelente ☐ Muito Bom ☐ Razoável ☐ Aquém do Esperado ☐			
4.3 Quais os pontos fortes (aspectos positivos) do trabalho realizado?			SINTETIZE
1		2	
3		4	
4.4 Como classifica a receptividade do público alvo?			
Excelente ☐ Muito Boa ☐ Razoável ☐ Aquém do Esperado ☐			
4.5 Quais as principais dificuldades para a realização da atividade?			MENCIONE ALTERNATIVAS
Falta de Verbas ☐		Falta de Apoio Institucional ☐ Entraves burocráticos ☐	
Falta de profissionais habilitados ☐		Falta de Veículos (transporte) ☐ Disponibilidade do público ☐	
Outras ☐ Especificar:			

ENTREVISTAS COM ATIVISTAS E PESSOAL DE TREINAMENTO (continuação)

5. Interpretação Social			
5.1. Como caracteriza a população onde o público alvo deve se inserir?		MENCIONE ALTERNATIVAS	
5.1.1 Organização	Bem Organizada ☐	Um pouco Organizada ☐	Desorganizada ☐
5.1.2. Participação	Participativa ☐	Setores participativos ☐	Indiferente, passiva ☐
5.1.3. Direção da ação	Coletivista ☐	Há lideranças comunitárias ☐	Individualista ☐
5.1.4 Auto Estima	Alta ☐	Regular ☐	Baixa ☐
5.2. O que pode ser feito para aprimorar a consciência coletiva?		SINTETIZE	
1	2	3	
5.3. Se há medidas a tomar, a quem deve caber a iniciativa?		RESPOSTA LIVRE	
Setores Governamentais ☐	Iniciativa Privada ☐	Escolas ☐	
Instituições formais ☐	Grupos Organizados ☐	Elementos da Comunidade ☐	
5.3. Quais os principais problemas que afetam esta população?		RESPOSTA LIVRE	
Desemprego ☐	Saneamento básico ☐	Violência ☐	Consumo de drogas ☐
Transporte ☐	Escolas ☐	Atendimento à Saúde ☐	Alimentação ☐
Outro: ☐ Especificar			
54. Para esta avaliação, em seu trabalho utilizou algum tipo de pesquisa?			
Não ☐ Sim ☐ Especifique:			
MENCIONE AGORA QUE, PARA ENCERRAR, FARÁ QUATRO QUESTÕES DISSERTATIVAS. PARA O PREENCHIMENTO UTILIZE AS FOLHAS TRÊS E QUATRO, GRIFANDO OS SUBSTANTIVOS UTILIZADOS.			
6 – Quais os valores, fundamentos ou base teórica para o trabalho que realiza?			
7 – Quais os ganhos para a organização da comunidade no trabalho realizado?			
8 – O entrevistado deseja tecer alguns comentários finais?			
Caso afirmativo, especifique:		Não ☐	Sim ☐
9. OBSERVAÇÃO FINAIS DO ENTREVISTADOR			



5.4. **Itinerário:** Tendo em vista os cronogramas previamente estabelecidos procedidas às necessárias correções ditadas pelo campo, foram os seguintes os passos percorridos pela pesquisa:

- Contatos com os 27 comandantes gerais das polícias estaduais e do Distrito Federal, com o envio de credenciais e a solicitação do preenchimento do questionário 'Levantamento Preliminar';

Levantamento bibliográfico;

Arrolamento dos programas de treinamento para trabalho comunitário desenvolvidos por órgãos e instituições não governamentais;

- Contatos telefônicos (ou por Internet) com os oficiais responsáveis pelo policiamento comunitário em cada estado e no Distrito Federal. Reenvio do 'Levantamento Preliminar' (o original, como regra, extraviou-se nos gabinetes de comando), e envio do Questionário Dois;

Pesquisa bibliográfica com a produção de resenhas sobre policiamento comunitário e violência urbana;

Contatos com grupos de treinamento comunitário verificando a adequação de seu trabalho aos objetivos da pesquisa;

- Solicitação aos estados que demonstravam um grau de desenvolvimento do policiamento comunitário do envio de material adicional (leis, portarias, ordens de serviço);

Ainda nesses estados solicitaram-se informações sobre treinamento para trabalho em comunidade, com o envio do material pertinente; E dados sobre eventuais projetos de inserção comunitária;



- Entrevista com oficiais em comando (realizadas em dezessete estados);
- Entrevistas com responsáveis por programas de treinamento para trabalho em comunidade (realizadas em oito estados);
- Visita de pesquisador aos estados para verificação local do desenvolvimento dos projetos em policiamento comunitário (visitados treze estados);
- Aplicação de questionário 'pesquisa domiciliar' em comunidades servidas por policiamento comunitário (abrangendo dezoito áreas em oito estados);
- Visita de pesquisador aos programas de treinamento comunitário selecionados em seis estados;
- Análise dos programas de treinamento fornecidos pelas polícias militares;
- Aplicação do instrumento 'entrevista com policiais em policiamento comunitário' em catorze áreas de sete estados;
- Aplicação do instrumento 'entrevistas com educadores e ativistas no trabalho comunitário' em seis estados;
- Novas entrevistas com oficiais em comando para saneamento de dúvidas;
- Tabulação dos dados quantitativos: Levantamento Preliminar (aguardou-se até o último momento o recebimento dos dados dos estados de Roraima e Tocantins, que não os enviaram), Questionário Dois (enviando-se pesquisador a dois estados, que informando possuir projetos desenvolvidos, não forneceram maiores informações), Entrevista Domiciliar (quatrocentas e oitenta entrevistas), Entrevistas com Policiais em Policiamento Comunitário (cento e quarenta entrevistas) e Educadores e Ativistas do Treinamento Comunitário (trinta entrevistas);
- Análise geral dos dados coletados;
- Elaboração do relatório técnico final;



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;



6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados¹

Preliminar – Este capítulo fará um mapeamento sumário do policiamento comunitário no país, conforme as informações recolhidas pelos questionários Um (Levantamento Preliminar) e Dois junto às Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal. O levantamento abrangeu vinte e cinco unidades federadas² e as informações foram prestadas entre os dias 30 de maio e 15 de outubro de 2005.

Um 'quadro técnico' colocado ao início da exposição sobre cada unidade indica natureza e origem de todos os dados obtidos pela pesquisa, dividindo-se em três campos: informações prestadas pelo oficial responsável, cujo nome e posto são consignados e que fazem parte dos questionários mencionados, ou outras que tenha espontaneamente adiantado; informações coletadas de outras fontes (entrevistas pessoais com estudiosos ou outros oficiais da corporação e material impresso); e finalmente os dados obtidos por pesquisa de campo feita no Estado.

Os capítulos seguintes especialmente nas avaliações regionais, relacionamento com a comunidade, ou nos que dispõem sobre treinamento, o material mencionado nos campos 2 e 3 serão explorados, mantendo-nos neste tópico apenas trabalhando os dados fornecidos pelos oficiais responsáveis³.

¹ - Reuniu os dados e colaborou na elaboração do texto a Dra. Teresa de Lisieus Lopes Frota, professora da Universidade do Vale do Acaraú;

² - Apesar de numerosos contatos telefônicos e/ou por Internet, não foi possível obter nenhuma informação das polícias militares de **Roraima** e de **Tocantins**, que, em decorrência apenas se mencionam no levantamento.

³ - Salvo nos casos de **Minas Gerais**, **Paraíba** e **Pernambuco**. Nestes, sob diversas alegações o questionário Dois não nos foi remetido. Um pesquisador foi encaminhado aos estados e os dados obtidos por entrevista direta com o responsável ou outros oficiais superiores das corporações.



I – ACRE

COLETA DE INFORMAÇÕES:		ACRE
Fornecidas pela PM:		Major PM Paulo César Rocha dos Santos
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:		Entrevistas Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:		Entrevista com Comandos Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

No Acre, consigna-se que o policiamento comunitário, denominado no Estado como 'Polícia da Família', encontra-se em fase de implantação. Há apenas três bases instaladas, todas em Rio Branco, nas localidades de Vitória, Jorge Lavocaut e Santa Cecília. A guarnição de cada base e que cumpre outras missões de policiamento, é composta por dezessete praças e um oficial (em média), que atendem (também em média) quinze mil habitantes por área de policiamento (1,2 policiais por mil habitantes).

A ronda é feita preferencialmente a pé ou de bicicleta, recomendando-se o contato constante com populares e líderes locais, bem como atenção às demandas assistenciais, visando obter uma integração forte entre o policial e a comunidade, que co-gerencia seu trabalho.

Embora instaladas recentemente (por volta de dois anos) em bairros considerados problemáticos, baixa renda e alta incidência criminal como Vitória e Jorge Lavocaut, indica-se que o modelo instalado reduziu 'drasticamente' o crime, cujos indicadores tornaram-se pouco relevantes.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

I – ACRE (conclusão)

A integração com a comunidade e a homogeneidade social da população local são os fatores indicados como facilitadores do sucesso rápido da iniciativa.

Um pouco diverso é o caso de Santa Cecília, área com baixa densidade demográfica, onde o policiamento e a integração são dificultados pela carência de meios de transporte melhor apropriados.

Aparentemente, não se cogita de momento na ampliação da Polícia da Família para outras áreas da capital ou para o interior do Estado, não se registrando bases em instalação.

II - ALAGOAS

COLETA DE INFORMAÇÕES:			ALAGOAS
Fornecidas pela PM:		Tenente coronel PM Adilson Bispo dos Santos	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações	
Coletadas:		Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia	
Realizadas no local:		Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento	

As informações do Estado relatam apenas intenções, obstáculos e dificuldades. Pelo que se pode apurar, as referências ao policiamento comunitário restringem-se a iniciativas de curto alcance, sem elementos concretos que as respaldem. Não se assinalou qualquer plano específico, seja no papel, seja em desenvolvimento. Se há algum trabalho na direção do policiamento comunitário, encontra-se em fase bastante embrionária.



III - AMAPÁ

COLETA DE INFORMAÇÕES:		AMAPÁ
Fornecidas pela PM:		Capitão Francisco dos Santos Costa
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:		Entrevistas Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:		Entrevista com Comandos Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

O policiamento comunitário no Amapá começou a ser implantado em dezembro de 1997 constituindo em princípio um programa de integração social com as áreas de inserção e fundado no conceito de 'células' comunitárias, que significa dizer que o efetivo mantém-se sediado nos batalhões, mas com quadros dedicados especificamente ao conhecimento das comunidades com atenção para seus problemas particulares e o desenvolvimento de ações preventivas, educativas e de difusão dos direitos de cidadania. A corporação destaca além das atividades do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência) que é de caráter nacional, projetos setoriais dedicados aos jovens (Cidadão Mirim, Peixinhos Voadores, Caratê e Capoeira na PM, Escolinhas de Futebol) e aos consumidores (Procon nas Escolas, Procon Itinerante e Semeando Direitos).

O vínculo com a problemática social transbordando a atividade policial propriamente dita, vêm implicando a necessidade de integrar ao trabalho outros setores da administração pública (Educação, Saúde, Serviços Sociais), e levou a alteração do título de programa, que deixou de ser 'Polícia Comunitária' para nomear-se como de 'Segurança Comunitária'.



III – AMAPÁ (continuação)

A 1ª Célula de Policiamento Comunitário abrangia os bairros de Araxá, Pedrinhas e Jardim Equatorial, expandindo-se no ano seguinte para Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e II, Fazendinha, Zerão, Nova Esperança, Renascer, Brasil Novo, Jardim Felicidade e Novo Horizonte todos na área de Macapá, além de atingir também o município de Santana. Em 2003, projetou-se a instalação de outras quatro células na capital, uma em Santana, e a terceiro no município de Macapá. O esforço de divulgação da atividade e integração das regiões abrangidas levou a realização de um 'Seminário do Policiamento Comunitário – Uma Nova Perspectiva para a Segurança Pública no Estado do Amapá' que foi desenvolvido em dezoito bairros dos três municípios citados (Macapá, Santana e Amapá) com a participação de cerca de novecentas pessoas, entre agentes do serviço público e membros da comunidade. Também foram regulamentados (por decreto do governo estadual de junho de 2005) os dez Conselhos de Segurança (Consegs) existentes, e cujo funcionamento anterior era informal.

Além do 6º Batalhão, onde foram tomadas as primeiras iniciativas, e que possui um contingente de 212 policiais em tarefas de policiamento comunitário, todos os outros já foram envolvidos (51 policiais no 1º Batalhão, 19 no 2º Batalhão, 37 no Batalhão Ambiental e 160 no 4º Batalhão), totalizando um efetivo de 479 policiais na atividade.

A bibliografia registra no Estado sucessos espetaculares na redução da criminalidade, mas a Corporação não enfatiza o fato, parecendo mais empenhada nas ações pro - ativas de longo alcance. De todo modo, em uma das inserções mais antigas e violentas – a de Perpétuo Socorro – o registro de homicídios foi reduzido em 63 por cento.

Os dados fornecidos exibem um projeto fortemente articulado com objetivos claros, sendo o mais próximo o de obter uma cooperação integrada dos órgãos governamentais. No entanto, o desenvolvimento no tempo parece ser irregular (com momentos de maior ou menor empenho), e alguns problemas correntes são explicitamente



APROCOM

Associação Pró Comunidade

III – AMAPÁ (conclusão)

assinalados: fluxo migratório intenso para o Estado (os recém chegados não são membros da comunidade e trazem consigo uma gama de problemas desde a origem), a própria regulamentação que aparelhou os Consegs (que passaram a alimentar divergências políticas entre setores da população) e os grupos de jovens propensos a delinquência e um tanto refratários a participação institucional.

Um problema implícito, retirados dos dados fornecidos, é a irregularidade no fluxo das verbas para a atividade. Entre 2002 e 2003, o Estado reduziu a dotação da atividade em 92 por cento sem que o fato fosse compensado por maiores subsídios de outras fontes de financiamento, o que certamente implica uma perda no apoio político ao desenvolvimento do projeto.

IV – AMAZONAS

COLETA DE INFORMAÇÕES:		AMAZONAS
Fornecidas pela PM:	Tem.cel. PM Francisco das Chagas Gomes Pereira	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

O policiamento comunitário começou a ser implantando em 1999, com a instalação das companhias interativas comunitárias (CICOM), as duas primeiras servindo os bairros de Cidade de Deus e Monte das Oliveiras. Outras quatro companhias foram criadas posteriormente, todas em Manaus, com o policiamento abrangendo uma área com 400 mil



IV – AMAZONAS (conclusão)

habitantes; Calcula-se o contingente envolvido como sendo de 10% dos efetivos da polícia militar do Estado. Ao todo, seriam trinta e seis oficiais (doze em dedicação exclusiva) e seiscentos e cinquenta praças (1,8 policiais por 1.000 habitantes).

Basicamente, as tarefas de policiamento deveriam ser cumpridas em contato pessoal e intenso com as populações envolvidas. Entretanto, as novas companhias 'desviaram o foco' do policiamento comunitário propriamente dito. Trata-se, segundo consta, de problema estrutural. Planeja-se 'revitalizar o processo' com a concepção e adoção de um novo Plano Estratégico da Polícia Militar do Amazonas.

V – BAHIA

COLETA DE INFORMAÇÕES:		BAHIA
Fornecidas pela PM:	Major PM Lázaro Raimundo Oliveira Monteiro	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Embora a bibliografia registre como sendo o da introdução da Polícia Cidadã na Bahia o ano de 1995, com projetos estabelecidos nos bairros de Pituba e Amaralina, a corporação dá o projeto por iniciado em março de 1999 com o anúncio de dois objetivos organizacionais: a integração com a comunidade e a gestão pela qualidade em serviços.



V – BAHIA (continuação)

Entretanto, registra ainda que o projeto, à época, não prosperou, sendo retomado apenas em março de 2003 quando, criado um departamento de Qualidade, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, estabeleceu-se como prioridade institucional o 'projeto de implantação de qualidade em serviços de segurança pública – Projeto Polícia Cidadã'. O novo departamento definiu o projeto nos seguintes termos: 'o projeto polícia cidadã servirá como instrumento norteador de condutas operacionais e administrativas aplicadas nas diversas unidades básicas do policiamento ostensivo'.

Dos dois objetivos previamente anunciados, a corporação explicitamente priorizou o segundo. E a implantação das metas e procedimentos deu-se pela criação em todas as 111 unidades operacionais (entre batalhões e companhias) da PM de um 'Comitê de qualidade em serviço', que deve se responsabilizar pelas 'políticas e diretrizes de qualidade e produtividade no âmbito administrativo e operacional da unidade'.

Embora o projeto seja dado como implantado, o departamento de qualidade assinala lacunas na qualificação do pessoal tendo os cursos de treinamento sido interrompidos por faltas de verbas em 2004 e não retomados, com a habilitação passando a ser feita de forma eventual nas unidades operacionais.

Por outro lado, o levantamento assinala setenta e nove áreas de atuação do modelo de policiamento, sendo vinte e sete em Salvador, seis na área metropolitana, restando outras quarenta e seis no interior, em locais não informados. O público servido (apenas na capital) seria de 1.400.000 habitantes, ou seja, haveria em média cinquenta mil habitantes por unidade de referência. Como em tese o conceito de *polícia cidadã* deva ser perfilado por toda a corporação policial, indica-se que a maior parte da guarnição encontra-se envolvida com o projeto; Embora, de fato, não se tenham fornecido números relativos ao policiamento do interior.



V – BAHIA (conclusão)

Os Conselhos de Segurança, oficiais e regulamentados, funcionam junto às unidades operacionais e, aparentemente, sua autonomia é limitada pela autoridade em comando, da qual dependem para qualquer iniciativa.

Os policiais em patrulha devem buscar um relacionamento com as comunidades de inserção, e integrar-se com ela, o que certamente é problemático pelo volume demográfico das áreas de patrulhamento. Projetos sociais e de inserção nas comunidades são indicados como 'sistemáticos', mas não foram especificados. Além de material impresso de divulgação ou doutrinação, A PM publica ainda uma revista trimestral (Identidade Social) destinada a promover a integração, e patrocina projetos sistemáticos de atuação em diversas áreas.

Finalmente, as áreas onde o projeto é considerado mais firmemente implantado e indicadas como bem sucedidas (Rio Vermelho, Bom Jesus da Lapa e Iguatemi) não tem seu sucesso determinado nem pela redução da criminalidade, nem pela integração com a comunidade, mas por serem áreas onde o policiamento 'funciona plenamente como determina o projeto polícia cidadã'.



VI – CEARÁ

COLETA DE INFORMAÇÕES:		CEARÁ
Fornecidas pela PM:		Tem.cel. PM José Ildelberto Gomes Matos
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:		Entrevistas Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:		Entrevista com Comandos Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Consta que projeto já bastante antigo, desenvolvido a partir da década de '80, regrediu retornando aos princípios do policiamento tradicional, a ponto de deixar apenas algumas referências na memória dos informantes. Após o assunto ter constituído em tema polêmico em campanha eleitoral recente, surgiu, no comando da corporação, o projeto 'Distrito Modelo' incorporando princípios do policiamento comunitário.

Visando explicitamente a 'Integração dos Órgãos de Segurança com a Comunidade' foram publicadas cartilhas divulgando procedimentos de segurança elementares (no trânsito, no ambiente doméstico e ao fazer compras) e os endereços e telefones dos diversos órgãos de proteção aos habitantes. Estabeleceram-se rotinas de contatos entre as associações de moradores e os conselhos comunitários de defesa social (já existentes ou recém criados) e os comandos locais da PM através de reuniões mensais de trabalho. Foi criada ainda na PM uma assessoria comunitária, que 'presta uma atividade administrativa junto às comunidades, exercendo nos CCDS e Associações Comunitárias um serviço típico de mediador nos encontros mensais, entre a PM e Comunidades (...).



VI – CEARÁ (conclusão)

Em termos operacionais, a atuação 'comunitária' define-se e é circunscrita pelas companhias de policiamento existentes (nove na capital e duas na área metropolitana). Desse modo, a comunidade foi definida pelo critério de policiamento (e não o contrário) e o projeto acaba por se resumir numa política de aproximação com a clientela. Ou ao menos, ainda 'falta uma estrutura organizacional e operacional, relativa aos anseios da comunidade para refletir melhor essa parceria comunitária'.

As vicissitudes para desenvolvimento do projeto em Fortaleza derivam seja da participação pouco ativa da comunidade, seja da resistência dentro da própria corporação, onde há membros que 'pensam retrogradamente'. Cita-se como exemplo das dificuldades os bairros de Bom Jardim, Granja Portugal, Lagamar e Pio XII.

Como mais bem sucedidas alinham-se as duas iniciativas no interior do estado: em Caucaia (200 mil habitantes) e Limoeiro do Norte (50 mil), onde o efetivo policial pode ser calculado 1,5 e 1,2 policial por mil habitantes, respectivamente. Em ambos os casos, o sucesso atribui-se a parceria com a comunidade, que forneceu os veículos (motos e bicicletas) e telefones celulares utilizados no policiamento e na comunicação. Em Caucaia, a prefeitura também participa, tendo inclusive construído a sede para a instalação da companhia. Nos dois locais, desenvolveu-se um contato mais estreito entre os policiais e os habitantes, e 'cresce a confiabilidade' no trabalho policial.

A corporação não dispõe de dados sobre rotinas de patrulhamento e atividades preventivas, nem sobre o efetivo envolvido com o projeto 'Distrito Modelo' nas unidades da capital.



VII – DISTRITO FEDERAL

COLETA DE INFORMAÇÕES:		DISTRITO FEDERAL
Fornecidas pela PM:	Coronel PM Welison Sabino de Azevedo	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

As iniciativas para o estabelecimento de um policiamento comunitário datam, possivelmente, de 1995 (na Cidade Satélite de Samambaia), mas pelo aspecto, mantiveram um caráter disperso e episódico, com avanços e recuos, até período recente. Os marcos reconhecidos para o desenvolvimento do processo atual situam-se em 2003, com a realização de um seminário que envolveu associações civis, conselhos comunitários e prefeitos de bairro e a comunidade acadêmica (Universidade de Brasília), além de todos os órgãos públicos de segurança. Em consequência, ainda no mesmo ano publicaram-se decretos criando os conselhos comunitários de segurança e dispendo sobre a implantação do programa.

Em de 28 de fevereiro de 2005, portaria da secretaria de segurança, após admitir que 'a concepção do modelo de gestão da Segurança Comunitária no Distrito Federal desde a sua implantação até a data atual, carece de instrumentos norteadores e de orientações mais precisas' baixou as diretrizes para a operacionalização do projeto.

VII – DISTRITO FEDERAL (continuação)

A expressão 'Segurança Comunitária', bem como a criação de uma subsecretaria de Programas Comunitários revela desde logo a intenção de reunir no mesmo esforço os diferentes agentes de segurança do Estado (PM, PC, Bombeiros e Depto. de Trânsito).

De fato, as novas diretrizes de Segurança Comunitária propõem como primeiros Princípios Doutrinários a integração dos órgãos do aparelho de Estado, seja da Segurança Pública (1º Princípio) seja com outras instâncias de governo – saúde, esporte, justiça, promoção social, educação, serviços públicos (2º Princípio).

Os demais princípios, todos compatíveis com o policiamento comunitário, referem-se sejam às rotinas operacionais, sejam à gestão das ações policiais. No primeiro caso, fala-se em capacitação específica para os agentes de segurança; permanência do agente no local e na função (reduzindo-se remoções e transferências); priorização das ações fiscalizadoras e preventivas; humanização (integração motivadora), interação ativa com o cidadão e transparência nas ações; e agilidade e mediação pacíficas na solução de problemas e conflitos; e, finalmente a descentralização dos procedimentos, com delegação de autonomia aos agentes locais. Quanto ao controle do sistema, os princípios doutrinários declarados são: o planejamento integrado com a comunidade e a gestão multidisciplinar, integrada e participativa.

A concepção atual da Segurança Comunitária foi delineada em seminário realizado em fevereiro 2003, a que se seguiu a edição de várias normas de serviço e decretos e portarias destinados a instituir e regulamentar o funcionamento dos Conselhos e núcleos comunitários de segurança. A Diretriz recente, anunciada como filosofia de Estado, de certo modo visa consolidar os procedimentos e esclarecer os conceitos.



VII – DISTRITO FEDERAL (continuação)

Estabelece como meta a cobertura de todo o Distrito Federal em três anos (até o final de 2007). No momento, encontram-se instalados vinte e sete conselhos comunitários de segurança, e não apenas locais (de cidades e bairros), mas também setoriais. Assim, há conselhos de segurança específicos para postos de combustível, taxistas, rodoviários, acadêmicos (na universidade de Brasília), e cinco conselhos de segurança escolares.

O processo de segurança comunitária está implantado em sete das dezenove regiões administrativas do distrito: Candangolândia (17 mil hab.), Recanto das Emas (118 mil hab.), Cruzeiro (71 mil hab.), Guará (126 mil hab.), Paranoá (62 mil hab.), São Sebastião (90 mil hab.) e Sobradinho (165 mil hab.).

No Distrito Federal, ao contrário da maioria das unidades federadas, o desenvolvimento do projeto parece envolver de modo mais decidido a Polícia Civil. É nas delegacias (e não nos quartéis) que se presume proceder a implantação de locais próprios e especializados para o relacionamento e o atendimento da comunidade. Por outro lado, o engajamento dos policiais militares ainda é bastante pequeno (86 oficiais e 1591 praças), o que configura menos de dez por cento do efetivo da corporação, mas tendo em vista a população já atingida representa 2,6 policiais militares por mil habitantes.

A secretaria desenvolve programas visando públicos específicos, que denomina de 'ações de polícia comunitária' e os definem como 'ações que atendam uma necessidade específica, de determinada comunidade' (e que) 'não devem ser entendidas como o modelo conceitual de Polícia Comunitária, pois as necessidades e demandas da comunidade são variadas e diversificadas no espaço e no tempo. Assim, o relacionamento e a aproximação entre os órgãos de Segurança Pública e a comunidade não deve se restringir à execução de ações pontuais, mas sim no estabelecimento de um canal de diálogo aberto permanentemente' (...).



VII – DISTRITO FEDERAL (conclusão)

Citam-se os programas de inclusão social de adolescentes ('Picasso não Pichava' e 'Esporte à Meia Noite') e de prevenção ao uso de drogas ('Teatro Pátria Amada', 'Museu de Drogas', além daqueles integrados ao PROERD). Há também os desenvolvidos pelas instituições pertencentes ao sistema, a polícia militar (escolinhas de futebol), polícia civil ('identidade solidária'), polícia rodoviária ('teatro rodovia') e corpo de bombeiros ('bombeiros mirins').

Como treinamento, realizaram-se nos últimos três anos quinze eventos (sete cursos, três seminários e cinco palestras) com a frequência total de 724 PM, 528 policiais civis, e 1706 pessoas das comunidades.

Registra-se como a mais bem sucedida a experiência de Candangolândia, com redução do número de demandas e ocorrências e expressivo aumento da sensação de segurança da população. O sucesso mais rápido deve-se, ao que consta, ao contingente populacional atingido ser homogêneo e relativamente pequeno.

A secretaria ressalta como pontos fortes do programa, o engajamento dos Consegs e a excelente receptividade por parte da sociedade. Quanto aos problemas, assinala: 'equívocos iniciais dos gestores e executores na conceituação da Segurança Comunitária; Resistência à mudança dos servidores em geral; Cultura extremamente arraigada do modelo tradicional de policiamento; Resistência na delegação de autoridade para subordinados'.

De todo modo, o programa 'segue como planejado' e uma avaliação mais completa para eliminar distorções e eventualmente corrigir rumos, está prevista para o final do ano.



VIII – ESPÍRITO SANTO

COLETA DE INFORMAÇÕES: ESPÍRITO SANTO		
Fornecidas pela PM: Major PM Andrey Carlos Rodrigues		
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:		
Entrevistas	Documentos Internos	
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:		
	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Os programas de policiamento comunitário mais antigos do país, em geral buscaram inspiração da nova Constituição Brasileira, de 1988. O do Espírito Santo, todavia, remonta ainda a um documento anterior, a Resolução 34/169 das Nações Unidas, que preconizava que 'toda instituição policial deve ser representativa da comunidade'.

Já em novembro de 1985, um decreto instituía e possibilitava os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (mais tarde denominados Conselhos Interativos de Segurança Pública), estabelecidos na forma de Organizações Não Governamentais e reconhecidos 'sem formalidades legais'. O mais antigo encontrava-se instalado no município de Alegre (1988), mas o mais bem sucedido e durável deu-se com a experiência da Guaçu (1994), que se tornou um exemplo de policiamento comunitário, inclusive inspirando outros programas nacionais (como o do Amapá) e obtendo prêmios e reconhecimento internacional.



VIII – ESPÍRITO SANTO (continuação)

A experiência fundava-se na ampla autonomia dos comandos locais, com o projeto descrito como a 'polícia dos capitães'. O sucesso do modelo inspirou a generalização que se buscou promover através de cursos do Modelo Interativo de Polícia ministrado nos municípios de Guaçu e Alegre atingindo Oitenta por cento dos oficiais ali lotados. Aliás, desde a época, todos os cursos de formação e especialização da PM passaram a ter como matéria obrigatória as disciplinas 'Sistema de Polícia Interativa' e 'Direitos Humanos'. Ainda em 1995, por ato governamental, o projeto declarava-se como filosofia institucional. E rapidamente encontravam-se instalados 120 conselhos interativos de segurança, atingindo todos os 98 municípios do Estado. Mais adiante, os cursos de formação - entre 1999 e 2002 - ministrados através de convênio entre a PM e UFES passaram a atingir também policiais civis e membros da comunidade.

Todavia, a ambição de generalizar, combinada com a recém introduzida noção de 'qualidade total', implicou algumas modificações significativas ao projeto original. Em princípio, na já então denominada 'Polícia Interativa' introduziu-se um SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão) em cada unidade operacional de PM, coordenada diretamente por um adjunto ao Comando Geral. Simultaneamente, de acordo com os princípios da 'qualidade', desenvolveram-se procedimentos complexos de avaliação e controle do trabalho realizado (com 56 quesitos a serem observados).

Tornando-se compulsória e sob a avaliação permanente, a atividade reduziu em princípio a autonomia dos capitães, uma das suas virtudes apregoadas. E ainda passou a regular os Conselhos criados 'sem formalidade'. Para citar a propósito alguns dos quesitos da avaliação, pode-se mencionar a periodicidade das reuniões, a quantidade de membros presentes e a lavratura de atas das reuniões dos CISP, e ainda seu registro e as respostas formais e escritas às suas demandas.



VIII – ESPÍRITO SANTO (conclusão)

Em anos recentes, face à mudanças políticas no Estado (e ainda a resistência de 'muitos oficiais') o projeto esteve virtualmente paralisado. Mesmo assim, é considerado hoje como totalmente desenvolvido. Fundado nas 'regiões' de policiamento (correspondentes as companhias instaladas) um Serviço de Atendimento ao Cidadão ou Conselho Interativo de Segurança, pode abranger vários bairros (assinala-se, por exemplo, que a 1ª Cia. do 1º Btl. cobre onze bairros da capital, e possui apenas dois SACs).

Ao todo, são oito regiões na capital, dezenove na área metropolitana (municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana), dez em Linhares, e outras em mais dezesseis municípios do Estado. O policiamento interativo envolve ao todo 1.247 policiais (é possível refira-se apenas a Vitória e sua área metropolitana).

Note-se finalmente que a repercussão externa e a avaliação altamente positiva (internacional e nacional) formaram-se sobre alguns projetos localizados (o de Guaçu e posteriormente o do Morro do Quadro, em Vitória). Há outros – os de Linhares e o da Praia do Canto na capital – onde um indicador de 86% de aprovação pelas populações de inserção é demonstrativo de iniciativas bem sucedidas.

Mas, a informação consigna também problemas e distorções que consistem em policiamento seletivo (aplicado apenas nas áreas mais ricas e voltados para crimes contra o patrimônio em detrimento das zonas de baixa renda e aos crimes contra a pessoa) patrocinado por oficiais superiores; ênfase nas contribuições financeiras das populações de inserção (proibida, recentemente, por Decreto governamental); falta de integração com outros setores do aparelho de Estado (explicitamente, Prefeituras, Polícia Civil, Judiciário e Ministério Público); e finalmente, carência de recursos e equipamentos (irregularidade nas políticas de finanças públicas) que obriga, por vezes, ao estabelecimento de parcerias nem sempre desejáveis com empresas privadas.



IX – GOIÁS

COLETA DE INFORMAÇÕES:		GOIÁS
Fornecidas pela PM:	Tem.cel. PM Sílvia Benedito Alves	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Um projeto encontra-se em desenvolvimento no Estado, com seis bases (duas na capital, duas na área metropolitana, e outras duas no interior, respectivamente em Formosa e Chapadão do Céu). Em Goiânia e imediações há bases em três áreas de baixa renda (população estimada em 125 mil habitantes) e uma em área comercial (onde se concentram 60 mil pessoas) com um efetivo policial de 420 agentes (2,3 policiais por mil habitantes).

Nas áreas de baixa renda, anuncia-se uma redução na criminalidade e expressiva melhora no relacionamento local entre a polícia e a população. O mesmo não sucede na base sediada em bairro comercial que reporta dificuldades de relacionamento na área de inserção. Como o modelo recomenda a moradia do policial em sua zona de atuação, é possível que distinções sociais tenham interferido no desempenho bem sucedido do projeto.

Há outras quatro bases em implantação (uma na capital, duas no perímetro metropolitano e a quarta em local não informado).



APROCOM

Associação Pró Comunidade

X – MARANHÃO

COLETA DE INFORMAÇÕES:		MARANHÃO
Fornecidas pela PM:		Coronel PM Nestor Renaldor Conceição Filho
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:		Entrevistas Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:		Entrevista com Comandos Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Projeto em implantação com evidências de falta de recursos apropriados. Possui cinco bases implantadas, todas em São Luís, uma na área de cada companhia metropolitana. E situadas respectivamente em Anjo da Guarda (Avenida Vaticano), Rua das Filipinas, Anjo da Guarda (Rua Bolívia), vila Embratel e Coroadinho.

Todas as bases situam-se em áreas declaradas como de baixa renda, e o contingente empregado é de cento e noventa e nove agentes (sete oficiais), dos quais oitenta e três (três oficiais) exclusivos para a PC. Cada base serve a uma área com a população média estimada em 54 mil habitantes, ou, há 0,87 agentes de policiamento para cada mil habitantes.

Em três das bases, calcula-se que houve 'significativa redução dos problemas, locais', algo 'da ordem de 30%'. Atribui-se o relativo êxito ao fato de que 'houve assimilação integral das guarnições e da comunidade quanto à essência do policiamento comunitário, tendo, pois, a parceria ativa nas ações para redução da criminalidade'. Fala-se ainda em 'mudança de hábitos locais' sendo presumível que se trate das formas de relacionamento entre a polícia e a população.



X – MARANHÃO (conclusão)

Nas demais bases, consignam-se problemas para a sedimentação do trabalho, cujas causas seriam seja 'alto índice de delitos por grupos infanto-juvenis', seja ainda pluralidade de associações representativas gerando atritos e animosidades na constituição do Conselho Comunitário de Segurança.

Não há indicações de planos para instalação de novas bases, nem em São Luís, nem no interior do estado.

XI – MATO GROSSO

COLETA DE INFORMAÇÕES:		MATO GROSSO
Fornecidas pela PM:	Major PM Wilson Batista	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

O projeto de desenvolvimento do policiamento comunitário é recente, porém ambicioso, conta com forte apoio do atual governo estadual e a coordenação da Polícia Comunitária possui um status elevado (o comando atua como uma espécie de subsecretário de justiça e segurança pública) e anuncia estar se preparando para sediar uma 'Escola Modelo de Polícia Comunitária' (no Campus da Universidade Federal). E declara sem apelo a modéstia que 'somos referência a nível (sic) de Senasp'.



XI – MATO GROSSO (continuação)

O projeto em desenvolvimento baseia-se em companhias específicas de policiamento comunitário ('temos instalado 14 companhias de Polícia Comunitária, 16 conselhos comunitários de segurança pública, com meta para darmos posse para mais 10 conselhos este ano, instalação de mais 2 a 4 companhias de polícia comunitária' totalizando 14 companhias'). Em princípio, informaram-se dezesseis bases instaladas, com outras quinze em instalação. Adiante, uma segunda informação ampliou o número para dezoito ou vinte bases instaladas reduzindo para cinco aquelas em instalação. No caso, foram assinaladas onze bases na capital e Várzea Grande, duas em Rondonópolis e Sinop, e uma em Cáceres e Barra do Garça, além de outras três de localização não declarada.

Os dados sobre o contingente empregado são controvertidos. Na informação sobre os efetivos envolvidos, constam 821 agentes (21 oficiais), e na distribuição regional 1.340 quadros (sem distinção de patente). Considerando a população das áreas afetadas como estimada em 300 mil pessoas, no primeiro caso teríamos 2,7 agentes por mil habitantes, e no segundo 4,4 por mil, números bastante significativos em relação ao universo nacional.

O comando cita ainda como iniciativa do projeto a realização do 'Mutirão da Cidadania' com 'atendimentos diversos à comunidade carente (exames médicos, palestras, recreação, expedição de documentos, etc.' que teriam, ao curso de três anos de operação proporcionado '44 mil atendimentos diretos'. Menciona também o magistério de seis cursos (2004) para 'promotor' ou multiplicador do policiamento comunitário.

O policiamento comunitário por decisão governamental foi declarado 'estratégia institucional', o que conduz a informação seguinte, a de que todos os oficiais da corporação estão envolvidos e comprometidos com o programa. Trata-se, portanto, de um modelo verticalizado, cujo desenvolvimento e implementação são, antes tudo, determinações superiores.



XI – MATO GROSSO (conclusão)

Não se conhece, assim, até por não haver informações mais detalhadas sobre os cursos ministrados e o público que os freqüentou, nem o grau de compromisso da corporação, nem o nível de engajamento das coletividades de inserção. No modelo adotado, aparentemente não se cuidou das relações sociais envolvidas, tanto internas (na corporação policial) nem externas (com a comunidade).

O material disponível, e não contrariado pelas investigações locais, aponta para soluções organizacionais (montagem e difusão de bases) sem suporte social mais denso, o que, possivelmente seria obtido no curso da própria empreitada, desde que bem sucedida.

Por outro lado, os materiais disponíveis, como os eventos realizados, possuem um caráter muito mais publicitário do que educativo e não esclarecem os suportes filosóficos ou doutrinários. Dir-se-ia tratar-se de projeto com forte grau de empirismo perseguindo metas imediatas que seriam a melhoria da imagem pública da polícia estadual, além de é certo baixas nas taxas de criminalidade.

Como bases bem sucedidas, citam-se as de Pedra 90, Moinho e Pedregal (todas em Cuiabá), onde teria havido queda nos indicadores de criminalidade. Nessas áreas, haveria 'projetos desenvolvidos nessas companhias', e 'boa aceitação do trabalho pelas comunidades'. Por outro lado, problemas e dificuldades para a implantação apareceram em Beira Rio e Santa Isabel, cuja natureza será mais bem analisada ao cuidar-se da análise regional.

De todo modo, trata-se de projeto recente, desenvolvido com rapidez, entusiasmo e apoio governamental, com metas ambiciosas, embora no todo, fortemente fundado em processos empíricos e sem suporte doutrinário ou científico claros, o que pode se refletir no surgimento de numerosos pontos problemáticos.



XII – MATO GROSSO DO SUL

COLETA DE INFORMAÇÕES:		MATO GROSSO DO SUL
Fornecidas pela PM:		Major PM Carlos de Santana Carneiro
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

O desenvolvimento do policiamento comunitário no estado vêm sendo lento e gradual, apostando na educação, na capacitação, na divulgação e em projetos específicos para levariam às transformações na 'cultura do policial' e da 'cultura sobre o policial'. A propósito, destacam: 'observa-se que em algumas unidades da federação iniciou-se o processo de forma inversa, implantando-se bases comunitárias, com veículos caracterizados, num modelo padronizado, com a legenda Polícia Comunitária. Entretanto, as práticas dos integrantes da Unidade não mudaram, pois não houve uma capacitação, uma conscientização e comprometimento tanto dos policiais quanto das Comunidades (...)'

O processo iniciou-se com a formação e capacitação de policiais militares na filosofia e prática do policiamento comunitário ainda no ano 2000 e que passaram a atuar como multiplicadores. Nos últimos três anos (2002/2004) foram ministrados dezesseis cursos e organizados onze encontros, atingindo um público de 572 PM, 268 policiais civis e 514 bombeiros. Entretanto, 'há ainda resistências em todas as instituições, bem como nas comunidades, havendo necessidade de mais cursos de capacitação e mobilização comunitária, para que realmente se entenda o verdadeiro significado da filosofia a Polícia Comunitária'.



XII – MATO GROSSO DO SUL (continuação)

Além de sensibilizar o público interno, a coordenadoria de policiamento comunitário 'buscando a interação e parceria polícia e comunidade, com o fim de estreitar laços (...)’ desenvolveu ou se responsabiliza por programas que designa como 'ações afirmativas’ seja de prevenção, seja de atendimento às necessidades sociais. Destacam-se: PROERD, Equoterapia (para portadores de necessidades especiais), Com Saber – Banda Mirim (adolescentes de baixa renda), Florestinha (educação ambiental), Caminhando com a Polícia (aeróbico, esportivo), Amigão (atividades para crianças carentes), Lições de Cidadania (menores infratores), Informática para Todos, Fidelização de Doadores (para reforço dos hemo-bancos) e Fênix (para detentos em regime semi-aberto), além de outros para educação no trânsito. Quatro desses projetos são desenvolvidos no interior: em Aquidauana, Cassilândia e Andradina.

Ainda em 2002, um decreto 'autorizou’ o funcionamento dos conselhos de segurança (regulamentado em seguida) estimulando e motivando a participação dos policiais. Hoje, existem estabelecidos dezoito conselhos comunitários, metade na capital e metade no interior (Dourados, Nova Andradina, Amambaí, Coronel Sapucaia, São Gabriel do Oeste, Coxim, Paranaíba e Navirai). A atuação dos conselhos implica a definição conjunta das estratégias e práticas policiais a serem adotadas nas áreas respectivas.

Embora os conselhos estejam legalmente disciplinados, não há propriamente normas para sua atuação: 'não acreditamos em modelo padrão e sim em princípios e exemplos’.

Assim, pelo exposto, o policiamento comunitário não decorre do tipo de ação e nem mesmo é uma iniciativa do policiamento. É a existência do conselho de segurança comunitária que precede toda a ação. Para constituí-los, a coordenadoria organiza reuniões na comunidade, com palestras e exposições. Segue-se um debate e o cadastramento dos interessados em participar, iniciando a fase de constituição e implementação do conselho,



XII – MATO GROSSO DO SUL (conclusão)

concluído e oficializado por resolução da secretaria que organiza a cerimônia de posse dos membros indicados.

Resolução recente (09 de agosto de 2005) aprovou um Plano Diretor para a Implementação da Filosofia de Polícia Comunitária em Mato Grosso do Sul, e parece destinada a acelerar o processo.

XIII – MINAS GERAIS

COLETA DE INFORMAÇÕES:		MINAS GERAIS
Fornecidas pela PM:	Major PM Leonardo	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

As informações oficiais que deveriam preencher este capítulo, no caso de Minas Gerais, são escassas e fragmentárias. Ao que consta, as primeiras experiências ocorreram em 1989, com o Policiamento Distrital, onde 'um policial específico era responsável por um bairro, com equipamento e viatura próprios. Era responsável por contatar a comunidade e descobrir os anseios com relação à segurança pública'⁴.

⁴ - Cf. já informado, a PM de MG não forneceu informações escritas. As frases entre aspas, exceto se houver outra menção, referem-se a anotações de uma entrevista verbal feita com o major Leonardo.



XIII – MINAS GERAIS (continuação)

No início da década de '90, com a publicação da Diretriz de Policiamento 3001, constituiu-se o 22º Batalhão, 'com a incumbência de implantar e implementar o policiamento comunitário na região sul da capital'. Outros batalhões vieram também a incorporar a atividade.

Embora já por na época fosse registrada uma atividade acadêmica sólida no Estado e sobre o tema, aparentemente não refletiu de imediato no cotidiano da corporação. E, sempre aparentemente, o modelo foi deformado e derivou para processos de natureza extorsiva, ao ponto de que, caso único, registrou-se um protesto contra o policiamento comunitário: seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado, aprovou uma 'moção de repúdio ao policiamento comunitário'⁵ onde se lia *'Essa tentativa tem tentado institucionalizar a prática de cobrar duas vezes pelo mesmo serviço, quase sempre de péssima qualidade (...) Trata-se, portanto, do engodo da parceria, que promove distribuição extremamente desigual do serviço e mantém os componentes de exclusão e violência'*.

Bloqueada, a iniciativa tendeu ao desaparecimento, e afinal, em 2002, a Diretriz foi revogada e substituída por uma outra (número 4) onde 'consolidamos a atual filosofia de Polícia Comunitária'.

Trata-se, ao que se depreende dos dados, não de uma filosofia institucional, e nem mesmo a uma estratégia da corporação, mas apenas de um instrumento tático dentre outros disponíveis. O comando do policiamento comunitário encontra-se no Núcleo de Prevenção Ativa, subordinado à chefia da seção de Emprego Operacional. Em cada batalhão, há um oficial responsável (P3), cuja autonomia, no entanto, parece reduzida.

⁵ - AL/MG, 20 de agosto de 1998;



XIII – MINAS GERAIS (continuação)

O procedimento para a intervenção do policiamento comunitário encontra-se definido do seguinte modo: 'os critérios utilizados são o índice de criminalidade e depois o envolvimento social. Surgida a demanda, os comandantes locais decidem pela aplicação da técnica de Policiamento Comunitário. Criamos o GPAR (Grupo Especializado de Atuação em Áreas de Risco). Possui três pilares básicos para o cumprimento de suas finalidades: 1º Prevenção através da filosofia de Polícia Comunitária; 2º Repressão Qualificada (...); 3º Promoção Social (auxílio a atividades do poder executivo ou outros órgãos).

Não se obteve dados sobre missões específicas que envolvessem o policiamento comunitário, ressalvado apenas que cabe ao P3 'o acompanhamento dos Conselhos de Segurança Pública', Entretanto, não se indicaram atividades regulares de relacionamento com a comunidade, número, função e constituição dos Conselhos de Segurança Pública instalados ou sua extensão territorial pelo Estado.

No que tange a formação, a disciplina 'Policiamento Comunitário' consta na formação de todos os integrantes da polícia militar (desde 2002) e será também incluída nos cursos de reciclagem e de especialização. Informou-se ainda que em 2005, estão sendo capacitados mil e quinhentos policiais militares e mil policiais civis (com toda a orientação metodológica da Senasp), além de cinquenta multiplicadores, prevendo-se também seminários regionais em diferentes pontos do Estado, com 'comandantes, chefes de polícia e líderes comunitários'.



XIV – PARÁ

COLETA DE INFORMAÇÕES:		PARÁ
Fornecidas pela PM:	Coronel PM Joaquim Silva Sousa	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Desde os anos '70, adota-se no Pará um sistema de policiamento local utilizando bases fixas, conhecidas como PM Box. Em princípio, os critérios para a instalação de um 'pólo de atuação' passavam por uma avaliação estatística das ocorrências no perímetro, e a decisão cabia ao comandante da circunscrição 'em estreita relação de discussão e aprovação com as lideranças constituídas dos bairros de cada área'.

Trata-se antes de mais nada de um policiamento ostensivo descentralizado, utilizando postos fixos, e que é considerado implantado no Estado, operando em 143 municípios. São, ao todo, 156 bases implantadas distribuídas pela área do comando regional metropolitano (setenta), comando regional de Santarém (vinte oito), de Marabá (vinte e quatro), de Castanhal (dezenove), de Tucuruí (doze) e na ilha do Marajó (cinco).

Embora desde logo designado como policiamento comunitário, somente em momento mais recente é que se procura incorporar uma representação local ao foro das decisões ultrapassando as 'lideranças constituídas'. Nos termos propostos, 'atualmente implementa-se um sentido inovador a essa filosofia, representado pela inclusão da comunidade na gestão operacional da defesa social'.



XIV – PARÁ (conclusão)

O novo procedimento descreve-se em Belém, do seguinte modo: 'A região metropolitana de Belém está dividida em cinco grandes áreas e, estas, em onze zonas de policiamento (Zpol), cada uma delas com quatro a seis pólos de atuação comunitária. Cada pólo possui um comitê de gestão composto por lideranças comunitárias. Mensalmente, cada comitê de gestão reúne-se com os vetores da defesa social (Comandante de Batalhão, de Zpol e Oficiais interativos do pólo), delegados de polícia civil da área, comandante da unidade de Bombeiros, etc., para avaliar e/ou modificar a estratégia para a melhoria dos níveis de segurança pública e defesa social, com objetivo do alcance da paz social'.

Sobre a distribuição social das bases, assim se expressou a corporação: 'Todos os bairros, tanto residenciais, comerciais e de locais de ocupação, serão incluídos como pólos comunitários de prevenção das desordens sociais'.

Não se receberam informações sobre formação profissional ou sobre projetos de inserção comunitária. A propósito, há uma única menção no relato, e de caráter promocional (o grifo é nosso): (...) 'tendo em vista a necessidade de se dar visibilidade às ações dos órgãos integrantes do sistema de defesa social em benefício da proteção do cidadão, periodicamente são agregadas a essas ações preventivo/repressivas da criminalidade, programas de valorização da cidadania (...)'

As informações e processos descritos mostram uma polícia que permanece fixa em seus propósitos, apelando para a colaboração das lideranças (cujos processos de detecção não são esclarecidos). Aparentemente, também era este o princípio operacional dos PM Box, que constituíam postos estacionários de patrulhamento. A despeito de seu amplo espectro e da atuação difusa, o policiamento comunitário do Pará não parece privilegiar formas de relacionamento e atuação com as comunidades.



XV – PARAÍBA

COLETA DE INFORMAÇÕES:		PARAÍBA
Fornecidas pela PM:	Tem.cel. PM Washington França da Silva	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

O policiamento comunitário na Paraíba encontra-se em um estágio embrionário. Um primeiro projeto teve curso em 1999, mas com as finalidades distorcidas por interesses políticos, foi abandonado em seguida. Feita nova tentativa em 2002 instalou-se quatro bases (três em João Pessoa, uma em Campina Grande) em condições descritas como precárias. Das bases da capital, duas localizam-se em áreas comerciais e um bairro residencial de classe média (com uma periferia de baixa renda que representa menos de vinte por cento do contingente populacional).

O efetivo disponível e de caráter não exclusivo, é de 78 homens (quatro oficiais, sendo um, o coordenador, exclusivo) ou 0,9% do contingente da PM. Em João Pessoa, a guarnição de cada base é de doze homens o que, considerando a população envolvida na área, significa em média 0,4 policiais por mil habitantes. Quanto a base de Campina Grande, serve onze bairros (de classe média, apenas um comercial) e conta com trinta e oito policiais.

XV – PARAÍBA (conclusão)

O coordenador do projeto (recém designado) detecta as seguintes dificuldades: do lado da corporação, falta de interesse da alta administração (da PM), falta de treinamento e de preparo para os policiais; falta de participação do policial nas comunidades, decorrente em parte por falta de clareza sobre os objetivos do trabalho, em parte por se constituir em corpo transitório que não permanece longo tempo na função. De parte das comunidades, o informante as considera desorganizadas e pouco informadas sobre o policiamento comunitário; e a propósito de ambos – comunidade e polícia – acrescenta: 'existe claramente um clima de desconfiança e de medo dos envolvidos nesse trabalho'.

Finalmente, aponta a precariedade do efetivo (que não permite o funcionamento noturno das bases) e a ausência de apoio de infra-estrutura e logística. Não há planos para o desenvolvimento imediato do projeto.



XVI – PARANÁ

COLETA DE INFORMAÇÕES:		PARANÁ
Fornecidas pela PM:	Major PM Marcos Teodoro Scheremeta	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Criado em 1993, o projeto 'POVO' (Policimento Ostensivo Volante) baseia-se na descentralização operacional, distribuindo efetivos e equipamentos por largas áreas, criando unidades volantes dotadas de autonomia de ação. Trata-se, portanto, em princípio de patrulhamento móvel local baseado em conceitos pró-ativos (a presença do policial como inibitória do delito). Não possui bases fixas e as circunscrições das unidades denominam-se estações. A unidade pode ter o respaldo de um local físico (o que não é a regra), mas que, no caso, constitui apenas um ponto de referência dispondo apenas de uma saleta simples e instalações sanitárias.

O modelo não se desenvolveu sem percalços, conforme as orientações doutrinárias de governantes e comandantes apresentavam-se como mais ou menos centralizadoras, mas se enraizou o suficiente para sobreviver a tais oscilações, embora tivesse momentos de estagnação. E viria a se constituir em alicerce adequado para a constituição de um policiamento comunitário institucional o que se daria, provavelmente no ano 2000, através da Diretriz número 4 da PM. Até então, o relacionamento entre policial e



XVI – PARANÁ (continuação)

coletividade de inserção dependia da sensibilidade de cada comando de estação, e ainda da fixação do policial no contingente da área. A diretriz citada desenvolve um aspecto doutrinário sobre a questão, afirmando que 'o verdadeiro ambiente de segurança é obtido pela combinação do aspecto objetivo, que é a **ausência real de riscos** e perigos (...) com o aspecto subjetivo, definido como **crença nessa ausência de riscos** a ser reforçada e cultivada junto à comunidade. A PM deverá mobilizar-se para evitar os riscos e amenizar os medos a que está sujeita a população, e também para proporcionar-lhe um ambiente de confiança em seu trabalho. Mais uma vez ressalte-se a necessidade de se cuidar, permanentemente, da integração e interação da PM com a comunidade, com o fim de alcançarem seus objetivos comuns, por meio da cooperação mútua, da unidade de propósitos e da ação solidária' (negritos do original).

Postos os princípios, a expressão 'policiamento comunitária' passa a ser aplicada ao projeto POVO (e não apenas a ele): 'Nos dias atuais, a tônica da ação policial se pauta no exercício da polícia comunitária, que consiste numa filosofia estratégica fundada na interação entre a força policial e a comunidade (...)'.

O esquema padrão de uma estação compõe-se de uma guarnição (que pode possuir de quatro a vinte homens. Como regra, em Curitiba, são doze soldados e um oficial subalterno), meios de transporte (uma ou duas viaturas, duas e até seis motos – em alguns locais podem ser cavalos e bicicletas) e equipamento de comunicações (um telefone celular da 'estação', rádio VHF nas viaturas e VHF portátil para cada policial em serviço). A rotina operacional consiste em colocar dois homens na viatura que permanecem em patrulha pela área e os demais se deslocam com as motos, bicicletas, a cavalo ou a pé. A ronda rotineira (inclusive feita a pé) deve incluir contatos pessoais freqüentes com moradores e comerciantes locais.



XVI – PARANÁ (conclusão)

Presentemente encontram-se em operação oitenta e duas estações, assim distribuídas: Curitiba, (36), Área Metropolitana – Colombo, Tamandaré, São José dos Pinhais, Araucária, Campo Largo, Pinhais e Piraquara - (8), Londrina (8), Ponta Grossa (2), Maringá (6), Guarapuava (2), Pato Branco (2), Paranaguá (2), Foz do Iguaçu (3), Cascavel (2), Paranavaí (2), Campo Mourão (2), Apucarana (3), Umuarama, Arapongas, Toledo e Sarandi (uma em cada). O efetivo do projeto é de 1071 agentes, dispondo de oitenta e quatro viaturas e cento e oitenta e seis motos. No primeiro semestre de 2005 realizou 16 mil visitas, atendeu três mil denúncias e efetuou o encaminhamento de 8,5 mil pessoas.

O objetivo estabelecido de imediato é cobrir Curitiba com mais trinta e nove estações e 507 novos agentes equipados.

Como atividade correlata, dentro da filosofia do policiamento comunitário, inclui-se também a patrulha escolar comunitária (antigo projeto Gralha Azul, aplicado desde 1993), hoje sob coordenação conjunta da PM e da secretaria da educação. Executa patrulhamento externo e interno nas escolas, com participação nas atividades do conselho escolar. Opera em vinte e sete municípios e seiscentas e nove escolas, com um universo de 491 mil alunos. Conta com um efetivo de duzentos e trinta e oito policiais e sessenta e cinco viaturas. A ação funda-se na coleta de dados sobre a população de referência (géio processamento investigativo) e nas instalações físicas, resultando em um plano de segurança para cada escola. Além das atividades de cunho eminentemente preventivo e educativo (como palestras), na ocorrência de ações coercitivas ou repressivas (no que se refere, especialmente, a comercialização e ao consumo de drogas) procura-se agir em consonância com os pais e professores, e em estrito respeito ao Estatuto do Menor. Planeja-se a extensão do serviço para mais trinta municípios recebendo a dotação de mais setenta viaturas.



XVII – PERNAMBUCO

COLETA DE INFORMAÇÕES:		PERNAMBUCO
Fornecidas pela PM:	Capitão PM Sérgio Rodrigues	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Um esboço anterior em promover um policiamento comunitário foi anulado. Consta que o atual gestor considera o modelo 'brando' e ineficaz. Desenvolveu-se a partir de agosto de 2004 e em substituição aos núcleos comunitários, um policiamento escolar ostensivo e sistemático. A prática preventiva (palestras e ações educativas) é eventual e não existem dados a respeito.

O contingente utilizado no patrulhamento escolar não é exclusivo nem recebeu treinamento específico. São oitocentos e setenta e nove agentes (vinte e quatro oficiais), para quem a patrulha escolar é uma das missões a desenvolver (apenas as funções de controle – um oficial e cinco praças – são exclusivas).

O patrulhamento escolar abrange 526 escolas (Recife, 160; perímetro metropolitano, 220; Petrolina, 28; Caruaru, 26; Palmares, 8; Nazaré da Mata, 24; Belo Jardim, 06; Santa Cruz do Capibaribe, 10; Garanhuns, 20; Arco Verde, 08; Ouricuri, 06; Afogados - Ingazeira, 10). Registrou-se, para um ano de atividades, o atendimento de três mil ocorrências.



XVIII – PIAUÍ

COLETA DE INFORMAÇÕES:		PIAUI
Fornecidas pela PM:	Coronel PM José Lucimar Oliveira	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

A busca de promover o policiamento comunitário de modo sistemático no estado é bastante recente e apenas em 23 de agosto p.p. é que foi criada uma 'Coordenadoria de Polícia Comunitária e Cidadania'. As bases são concebidas como centros integrados, com espaço para ambas as polícias (PM e PC), instalação do conselho de segurança, espaço para reuniões e palestras, além de outras atividades comunitárias. Prevê-se ainda que sejam dotados com equipamentos de comunicação, som e imagem. Anunciam-se cinco bases implantadas (três na capital e duas em Floriano), mais duas em implantação, em Teresina. Uma das bases existentes (a de irmã Dulce) foi desativada.

Não se possui informações sobre as bases de Floriano, mas o resumo de Teresina apresenta o seguinte quadro: 1. Centro Integrado de Vila Irmã Dulce – Desativado e transformado em delegacia, por se tratar, ao que consta de bairro muito violento. No que se refere à aprovação da medida, a população dividiu-se. 2. Centro Integrado do bairro de Santo Antonio – Há um Conseg (o da zona sul) organizado no local, e o equipamento está disponível, mas o prédio ainda não foi inaugurado. 3. Centro Integrado de Vila Maria – Inaugurado e equipado, todavia ainda não atua como policiamento comunitário, pois o Conseg da região (zona leste) ainda está em organização.



XVIII – PIAUÍ (conclusão)

4. Centro Integrado de Anita Ferraz, em construção. 5. Base Comunitária do Renascença II (área sudeste) – Em atividade. Nele, assinalam-se terem sido ministrados cursos de artesanato para mulheres de baixa renda. 6. Base Comunitária da Água Mineral (zona norte) – É o de maior guarnição (27 praças e uma oficial), com viatura e motos. O Conseg local, considerado o mais atuante, desenvolveu vários projetos sociais (Esporte Segundo Tempo, Jovens Unidos e Jovem - Mirim).

Calcula o comando que as bases instaladas (inclusive as de Floriano, e as em construção) favorecem diretamente um público de 51 mil pessoas e utilizam ao todo setenta e um policiais. Deve-se considerar que o indicador derivado desses números (1,4 policiais por mil habitantes) não é absoluto, pois há outras esferas de policiamento envolvidas nas áreas.

Nota-se que o modelo do estado encontra-se ainda em estágio inicial de desenvolvimento, e que se funda nos espaços de integração entre os órgãos de policiamento e a comunidade, mediado pelas associações civis organizadas.



XIX – RIO DE JANEIRO

,COLETA DE INFORMAÇÕES: RIO DE JANEIRO		
Fornecidas pela PM:	Capitão PM Carlos Henrique Martins Gonçalves	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Palco de experiências avançadas e pioneiras, tanto do ponto de vista doutrinário, como em experimentos concretos em policiamento comunitário, o estado, possivelmente devido ao que o próprio comando denomina de 'pêndulo das políticas de segurança', não conseguiu desenvolver um projeto com fortes radicações e amplitude compatível às necessidades da realidade sócio criminal da área.

Previsto no plano diretor da Polícia Militar desde 1984, instalou-se na forma de policiamento fixo para micro-regiões da capital, nos bairros de Copacabana, Grajaú, Urca, Jardim Sulacap, Laranjeiras, Flamengo e Botafogo. Seguiram-se outros. Embora de modo já oscilante quanto ao empenho no desenvolvimento, pareceu prosperar até pelo menos 1993, quando foi criado um batalhão escola de policiamento comunitário na ilha do Governador. Esse empreendimento, todavia, em pouco tempo restaria sem função pois o processo entraria em declínio. Destacam-se ainda dois projetos tópicos: Copacabana (1994), Cantagalo, Pavão e Pavãozinho (2000) que viriam a se constituir em referência pela integração com a comunidade e pelos resultados obtidos.



XIX – RIO DE JANEIRO (continuação)

Na maior parte dos anos '90 e ressalvadas as experiências mencionadas, o projeto esteve em declínio. Foi relegado ao segundo plano, tornou-se pontual e afinal, explicitamente contra indicado, (o projeto tardio de Cantagalo, Pavão e Pavãozinho já é inteiramente excepcional e representa mais uma oscilação dos 'pêndulos das políticas de segurança') de modo a que o repertório de experiências adquiridas virtualmente se perdesse não sendo mais mencionadas nos relatos oficiais.

A retomada dá-se em 2001, quando a filosofia do policiamento comunitário já se disseminara pelo país e sob novos parâmetros. São criados os módulos de policiamento comunitário. Tais módulos, qualquer que tenha sido a concepção original, parecem ter se destinado a uma atuação tática. Subordinados operacionalmente ao batalhão, referem-se administrativamente ao NAAE (Núcleo de Articulação de Ações Estratégicas), por sua vez subordinado ao Comando de Policiamento de Áreas especiais (CPAE). Não se imagina, portanto, seu emprego rotineiro, mas apenas nas áreas especiais, que assim se definem: 'localidades onde haja confronto com marginais da lei, normalmente vinculados ao tráfico de entorpecentes', casos em que o módulo é acionado, 'entrando com a filosofia da Polícia Comunitária, juntamente com ações sócio-culturais de outros órgãos, governamentais ou não'.

No momento, 'encontram-se cobertos três municípios, a saber: Niterói, Petrópolis e Rio de Janeiro'. Seguem-se áreas de circunscrição com os respectivos efetivos. No Rio de Janeiro: Santa Tereza (43 PMs); Laranjeiras, Botafogo e Urca (32 PMs); Anchieta, Jabour, Sulacap e Mallet (16 PMs); Leme e Copacabana I, II e III (37 PMs). Em Niterói: Ingá, Santa Rosa, Pé Pequeno, Icaraí e São Francisco (48 PMs). E em Petrópolis: Centro, Correias, Itaipava e Quitandinha (12 PMs). O total de agentes envolvidos (entre soldados e praças) é de 227, o que constitui 0,6% do efetivo da corporação (o mesmo indicador se aplica aos oficiais).



XIX – RIO DE JANEIRO (continuação)

Entretanto, a mesma informação, na mesma página, introduz outros locais e efetivos, fazendo crer que nessas áreas a intervenção não se dá pelos módulos acima descritos. 'Atualmente o efetivo do GPAE's' (dos grupos de policiamento em áreas especiais, não dos módulos comunitários) é de 372 PMs, nas seguintes comunidades: Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Cavalão, Chapéu, Mangueira-Babilônia, Vila Cruzeiro, Complexo do Alemão, e Formiga/Casa Branca/Chácara do Céu. O programa dessa intervenção é 'estabelecer uma relação de confiança e reciprocidade em comunidades conflagradas, entenda-se favelas. Dessa forma tanto a polícia como a comunidade por ela assistida passam por uma mudança na forma de se relacionar, surgindo uma parceria altamente salutar para ambas (...) Tal programa está em fase de estudos visando sua ampliação para outras bases onde a presença do narcotráfico subjuga os moradores'.

Como exemplo de módulos bem sucedidos, citam-se os do Interior e de Botafogo, onde o 'relacionamento da população com a PM é constante e efetivo, com alto nível de aceitação e apoio da sociedade'. Como problemático, há referência a Santa Tereza, pela heterogeneidade da população, 'com várias favelas nos arredores', difícil acesso e 'baixo nível de relacionamento entre PM e os cidadãos'

Desde 2003 não são realizados cursos de treinamento ou capacitação em policiamento comunitário. Nos últimos cinco anos, receberam treinamento 382 PMs e dois guardas municipais. Um curso encontra-se em idealizado para que 'futuramente possam ser ampliadas as áreas cobertas pelo projeto'. A mesma fonte informa ainda que desde o ano 2000 o projeto de policiamento comunitário não recebeu nenhuma dotação orçamentária específica seja do governo estadual ou federal.



XIX – RIO DE JANEIRO (conclusão)

Quanto aos Conselhos Comunitários de Segurança, instituídos por uma resolução de 1999, lhes foi atribuído um caráter 'consultivo', e não guardam qualquer relação com os módulos de policiamento comunitário. Constituem comitês de cidadãos que se reúnem regularmente com o comandante do batalhão e os delegados de polícia civil da circunscrição de 'aproximar a comunidade das organizações policiais, restaurando assim a sua imagem; conhecer melhor os problemas da localidade (...) e delimitar melhor as atribuições das organizações policiais e as missões de outros órgãos'.

Desses conselhos, 'muitos foram desativados ao longo do tempo', e numa tentativa de revitalizá-lo editou-se uma nova resolução (2003), cuja eficácia parece ter sido pouca. E a secretaria de segurança solicitou um estudo para modificar o processo.

Atualmente, numa tentativa de combater o formalismo das reuniões, em vários pontos vêm se procedendo a realização de 'cafés comunitários', nova tentativa de reforçar o relacionamento. Relata-se a existência no estado de vinte e um conselhos comunitários, e a realização periódica de trinta e nove 'cafés comunitários'.

Como projetos sociais desenvolvidos foram mencionados apenas o PROERD e o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã, destinado a preparar multiplicadores para capacitação e reciclagem dos policiais, e realizado em parceria com a ONG Viva Rio e a iniciativa privada.



XX – RIO GRANDE DO NORTE

COLETA DE INFORMAÇÕES: RIO GRANDE DO NORTE		
Fornecidas pela PM:	Ten.cel. PM Durval de Araújo Lima	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Há controvérsias sobre o processo de instalação do policiamento comunitário no estado. A primeira base estabelecida parece ter sido a de Rio Vermelho (na capital) e por instância dos comerciantes locais organizados por iniciativa própria em um conselho comunitário de segurança. Somente em 2001 é que a secretaria solicita estudos para a instalação do modelo de policiamento, rapidamente dividido em duas vertentes: uma, sob a orientação da Universidade Federal, defendia um plano trienal baseado em projetos educacionais (especialização para oficiais PM, delegados e outros servidores públicos), treinamento (para praças e agentes civis), motivação e sensibilização (para as comunidades) e estudos particulares sobre cada comunidade de inserção. A outra, empírica, defendia a aplicação do modelo de operacionalização imediata, segundo normas técnicas e operacionais fornecidas por um curso de curta duração realizado em São Paulo.

A disputa foi evidentemente lesiva. O pessoal especializado e treinado não foi aproveitado nas bases constituídas, que, aliás, não se situaram nas comunidades onde se fizera a preparação preliminar. E, com o tempo, o projeto acadêmico foi abortado.



XX – RIO GRANDE DO NORTE (conclusão)

Presentemente, há em atividade um batalhão de policiamento comunitário com um efetivo de onze oficiais e quinhentas e noventa e uma praças. Também foi instalada na secretaria uma 'assessoria comunitária', cuja atividade, contudo não guarda relação com a gestão do policiamento comunitário.

O comando considera o modelo desenvolvido e informa a existência de dezenove bases implantadas (treze na capital, duas em Parnamirim, uma em São Gonçalo e três em Mossoró). Informa também sobre onze bases em instalação. Quanto a localização social das bases, indica vinte e seis locais (o que, portanto, deve se referir a presença de conselhos e não de bases) sendo dezesseis em áreas de baixa renda, sete em áreas de classe média, e três em áreas residenciais nobres.

Indica como modelos bem sucedidos, as bases do Parque das Dunas, Neópolis e Potilândia (todas em áreas de classe média da capital), devido a 'integração polícia e comunidade; formação das lideranças comunitárias; gerenciamento e participação no programa'. Aponta ainda como exemplo de dificuldades para implantação e desenvolvimento outros dois bairros da capital, Parque dos Coqueiros (baixa renda) e Candelária (área nobre), argumentando que nesses pontos há 'resistência institucional' e/ou 'pouca participação popular'.

Não há treinamento específico para a atividade e o relacionamento baseia-se em reuniões dos conselhos e os comandos. Em caráter recente, o nome do projeto foi alterado para 'policiamento local', que o secretario descreveu como sendo 'a mesma coisa'. As informações disponíveis, contudo, levam a crer tratar-se de um policiamento ostensivo descentralizado sem pretensões de inserções mais decididas na coletividade.



XXI – RIO GRANDE DO SUL

COLETA DE INFORMAÇÕES:		RIO GRANDE DO SUL
Fornecidas pela PM:	Major BM Júlio César Marobim	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Acredita-se que o primeiro movimento na direção da instalação de um policiamento comunitário no Brasil tenha sido dado pela Brigada Militar Gaúcha, com o Manual de Instrução Policial editado em 1960, e que direcionava procedimentos policiais para uma aproximação e integração com as comunidades. Se passos concretos foram dados nesse sentido, todavia, logo sucumbiriam com o forte centralismo que viria a marcar a administração do período militar.

Muito mais tarde (em 2.000), quando o policiamento comunitário começava se constituir em uma idéia força, e tendo adotado o princípio de autonomia operacional para os comandantes de batalhões e mesmos de companhias, o comando geral determinou um levantamento para localizar projetos de inserção comunitária desenvolvidos no estado. Encontrou trinta, dezenove instalados e onze em instalação, atingindo vinte e oito municípios, sendo os mais antigos os de Farroupilha - Bento Gonçalves e Chácara das Pedras (Porto Alegre) todos iniciados em 1997.



XXI – RIO GRANDE DO SUL (continuação)

Em abril de 2001, foi baixada uma instrução cuja finalidade era 'implementar a filosofia e as ações de Policiamento Comunitário', logo seguida de uma Diretriz Geral editada em agosto do mesmo ano, cujas concepções podem ser descritas como bastante ousadas, e tendo como seu primeiro pressuposto o 'Reconhecimento de que a comunidade organizada é a instância principal do exercício da cidadania, através da qual fluem os interesses sociais (...)'.

A integração à comunidade e a própria cidadania do policial na atividade também eram consagrados no documento. Como se lê nos objetivos específicos, devia-se 'Atribuir competência de gerenciamento e decisão, em seu local de trabalho, aos policiais executantes para que, em conjunto com a comunidade, encontrem solução dos problemas, valorizando a atividade de polícia e o exercício da cidadania'. A participação policial deveria ser bastante ativa, sendo uma das estratégias o 'incentivo à presença e participação efetiva do policial fardado em todas as iniciativas da comunidade que visem o desenvolvimento e a tranquilidade social, de maneira que sejam fortalecidas as estratégias de parceria polícia-comunidade'.

A perspectiva do policial integrado à comunidade na prática da cidadania informa uma visão da segurança onde a pro atividade implica preocupações com as condições e a qualidade de vida, o que, aliás, se encontra explícito na diretriz citada.

Determina-se ainda uma implantação gradativa, e por fases: 1. Divulgação para consolidação doutrinária; 2. Estabelecimento de níveis organizacionais; 3. Treinamento por níveis de decisão até alcançar todos os servidores; 4. Coleta de dados, informações e estatísticas sobre as comunidades de inserção; 5. Comprometimento comunitário (contatos



XXI – RIO GRANDE DO SUL (conclusão)

e engajamento com as comunidades); 6. Implantação gradativa (escolha de áreas de inserção progressivas; E 7. Acompanhamento e avaliação.

Fiel aos próprios princípios de autonomia operacional, o documento não impõe a instalação do modo de policiamento, nem estabelece prazos. Ao contrário, 'o critério de implantação do Policiamento Comunitário, no âmbito de cada circunscrição, é competência de seu respectivo Comandante'.

Pode-se criticar no processo estabelecido no estado a relativa lentidão no desenvolvimento, e mesmo movimentos de retração em muitas bases estabelecidas. A resposta da instituição é a de que não adianta forçar a instalação de algo que depende da própria cultura organizacional, cuja transformação é necessariamente lenta.

Existem no estado hoje cento e dezessete bases (setenta consideradas 'em instalação'), todas no interior (quatro são bases rurais), guarnecidas por 107 oficiais e 1.534 praças.

Há, em centros urbanos, bases operacionais. Mas, em áreas de menor densidade demográfica, ou no meio rural, o processo de instalação típico inicia-se com uma negociação entre o comando e as associações existentes na comunidade (não se adotam os conselhos específicos de segurança) em geral envolvendo a prefeitura local. Através de convênio, a prefeitura cede o terreno, e a comunidade se compromete com a construção de uma casa, nos padrões das demais construções do bairro. A base física é simplesmente a casa de moradia do policial agregado voluntariamente à coletividade. Recebe como equipamento uma viatura e um celular, cujo número é passado a todos os habitantes. Sua ronda deve levá-lo a reconhecer progressivamente todos os moradores no trato dos quais goza de inteira autonomia, devendo integrar-se a vida e hábitos do local.



XXII – RONDÔNIA

COLETA DE INFORMAÇÕES:		RONDÔNIA
Fornecidas pela PM:	Ten.cel. PM Adilson Bandeira Pinheiro	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Com um efetivo de 153 PMs (treze oficiais) o policiamento comunitário do estado possui quatro bases implantadas, todas no interior (Extrema, Cacoal, Vilhena e São Francisco) e três em instalação (Buritis, Machadinho e capital – área do 5º DP). Ao todo, a população servida é informada como constituindo 76 mil habitantes, com um indicador, portanto, de 2,0 agentes por mil habitantes.

Considera-se o projeto em instalação, e o sucesso ou fracasso até agora obtido é medido pelas instalações físicas conseguidas ou não. Nesse sentido, uma base em Porto Velho e outra em Ji Paraná encontram-se bloqueadas pela ausência de estrutura física e capacitação.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

XXIII – RORAIMA

COLETA DE INFORMAÇÕES:		RORAIMA
Fornecidas pela PM:	Coronel PM Uzi Pereira Brizola	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Não se obteve no estado nenhuma informação.

XXIV – SANTA CATARINA

COLETA DE INFORMAÇÕES:		SANTA CATARINA
Fornecidas pela PM:	Ten.cel. PM César Luís Dauri	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Constituindo política de governo, o modelo catarinense parece assentar em três pilares: forte integração entre as polícias militar e civil; autonomia e hegemonia dos conselhos comunitários e treinamento intenso tanto para policiais como para membros da comunidade.



XXIV – SANTA CATARINA (continuação)

A coordenação do programa é feita simultaneamente por um oficial PM e um delegado da PC que acompanham em conjunto todas as atividades, inclusive instalação de cursos e reuniões excepcionais com os conselhos ou com os comandos operacionais (as reuniões de rotina são feitas com pessoal local, onde os policiais residentes de ambas as corporações são estimulados a participar dos respectivos conselhos).

As bases instaladas são, na verdade, a sede dos próprios conselhos. As edificações possuem espaços comuns (salas de atendimento, cozinha, pequenos auditórios etc.), um centro de operação policial (com arquivos e equipamentos de comunicação) e uma sala principal (a sala do conselho), além de outros espaços eventualmente disponíveis para uso das iniciativas dos conselhos e que não se restringem aos assuntos de segurança; Dedicam-se a uma gama de serviços que podem ser qualificados como de interesse comunitário, e que abrangem desde assistência social aos moradores, até capacitação, programações esportivas e festas de conagraçamento. O conselho (e não a polícia) é, em última instância, o responsável pelo prédio e por sua utilização.

Em locais que atendam um contingente populacional maior e/ou com características de diversidade social, onde se reconheça a existência de duas ou mais comunidades sem instalações próprias de policiamento, podem existir 'sub-conselhos' atuantes em 'vilas', conjuntos ou outros núcleos homogêneo, com representantes no conselho principal.

No que se refere às comunicações e as atividades de divulgação, é bastante intensa a produção de materiais impressos de prevenção ou divulgação de atividades dos conselhos, incluindo a produção de jornais locais. Quando gerais, por exemplo, a cartilha sobre policiamento comunitário, ou o 'Manual do Sortudo' (com dicas de prevenção e segurança), o material é proporcionado pela secretaria. No caso de publicações dirigidas, a responsabilidade é dos próprios conselhos, que os financiam com publicidade local.



XXIV – SANTA CATARINA (continuação)

O treinamento cuidado diretamente pela Diretoria de Ensino, quando em nível de especialização ou formação é conveniado com universidades da região (no momento, é ministrado pela UNIVALI, Universidade do Vale do Itajaí). Quanto às capacitações através de cursos de curta duração são aplicados pelos instrutores da própria Diretoria de Ensino e da Coordenação do Programa, e tendo em vista que devem atingir todo o estado, são quase que permanentes. Em 2005 foram (ou estão sendo) realizados os seguintes cursos e seminários com as respectivas cargas horárias e público atingido: 1. Seminário Estadual de Polícia Comunitária (Florianópolis, 15 h.a., 400 participantes); 2. Seminários Regionais de Polícia Comunitária (Joinville, Criciúma, Chapecó, Lages, Camboriu e Florianópolis, 8 h. a. e público total de 1.200 participantes); 3. Cursos de Sensibilização para a Prática do Policiamento Comunitário (Itajaí, Joinville, Criciúma, Chapecó, Curitiba e Florianópolis, 40 h. a., para 175 policiais); Curso de Multiplicadores de Polícia Comunitária (Florianópolis, 2 turmas e 70 alunos, 80 h. a.); 5. Cursos para líderes comunitários (Criciúma, Chapecó, Lages, Tubarão, Florianópolis, Itajaí, Canoinhas, São José, São Miguel do Oeste e Blumenau, 20 h.a., 350 membros de comunidades).

O estado conta com noventa e uma bases de policiamento comunitário (consideram-se doze 'em instalação') distribuídas pelas diferentes regiões (Florianópolis, 16; Perímetro Metropolitano, 9; Jaraguá do Sul, 12; Joinville, 9; Chapecó, 5; Caçador, 4; Gaspar, 3; além de outras, em mais vinte e um municípios. Por área social, incluindo as das bases em implantação, 35 estão localizadas em áreas de classe média; 30 em bairros de baixa renda; 17 em bairros comerciais; e 9 em áreas nobres. A população total abrangida pelas bases é de 1,4 milhão de moradores (15,8 mil em média, por base). E o pessoal de serviço, entre oficiais e praças, chegam ao contingente de 1.329 homens (0,9 por mil habitantes).



XXIV – SANTA CATARINA (conclusão)

A rotina de policiamento varia segundo as necessidades e características locais. As bases em geral contam com três ou quatro viaturas, com as quais é feita o patrulhamento. Em Joinville, a base de Pirabeiraba dá preferência às bicicletas (bike policiamento). Como regra, a corporação admite que o policiamento segue sendo reativo, mas que um bom avanço já foi obtido para a implantação de modelo preventivo eficaz..

XXV – SÃO PAULO

COLETA DE INFORMAÇÕES:		SÃO PAULO
Fornecidas pela PM:	Capitã PM Mônica P. D. F. Bondezan	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Talvez em razão do elevado contingente populacional e a complexidade da gestão pública, todas as atividades relativas ao policiamento comunitário, no estado, foram precedidas por atos legais e normativos. Já em maio de 1985, foram criados e regulamentados os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs). Em momento político de efervescência e disseminação das associações reivindicatórias civis, o estabelecimento formal dos Conselhos pretendia democratizar e disciplinar o relacionamento entre a polícia e a sociedade.



XXV – SÃO PAULO (continuação)

De fato, como indica documento produzido pela Comissão de Assessoramento à Implantação do Policiamento Comunitário (instalada em setembro de 1997), 'Em São Paulo, estava claro desde o início do projeto de policiamento comunitário que a aproximação da polícia e da comunidade não seria fácil devido a uma longa história de uso da violência, particularmente em relação aos grupos de baixa renda e as minorias (...) Estava claro que o sucesso de policiamento comunitário dependeria da criação de mecanismos para aproximar a polícia e a comunidade e para definir o policiamento comunitário como um projeto da polícia e da comunidade e não como um projeto de um governo ou de um partido político'.

Em 1985, já se encontrava designado na estrutura da PM um 'Coordenador para Assuntos dos Conselhos Comunitários'. Entretanto, o assunto perdeu prioridade nas gestões administrativas seguintes, e quando retomado, constata-se que 'existem hoje 795 Consegs instalados na capital e no interior, mas a maioria não funciona regularmente' (...) E mesmo onde sustenta a atuação 'nem mesmo nesta comissão, entretanto, os policiais e os representantes da comunidade conseguiram estabelecer uma relação de parceria na identificação e na resolução dos problemas', até que em 1998, 'representantes de algumas entidades começaram a questionar o compromisso da PM com o policiamento comunitário'.

Na época, instâncias jurídicas do Estado questionavam ainda a 'legalidade' do policiamento comunitário, e haviam se instalado apenas onze bases piloto na Grande São Paulo (duas na capital, seis no ABC e três em municípios da zona oeste) e outros onze projetos distribuíam-se pelo interior.



XXV – SÃO PAULO (continuação)

Numa instituição fortemente estigmatizada, e em período recente pelo massacre do Carandiru, novas manifestações de truculências e arbitrariedades provocaram a indignação da opinião pública (os assassinatos da Favela Naval foi o mais notório, mas internamente repercutiu também a morte de uma professora em Jacareí, e a invasão de uma escola pública em Osasco, dispersando-se com o uso de gás lacrimogêneo uma manifestação de estudantes), a procrastinação dos órgãos policiais deixou de ser admitida. A filosofia do policiamento comunitário foi declarada política de Estado e uma Comissão de Direitos Humanos instituída na PM. A Comissão de Assessoramento foi transformada em Comissão Estadual de Policiamento Comunitário e as duas comissões (e ainda o PROERD e o programa de Patrulha Escolar) integraram uma diretoria (depois Divisão) ligada diretamente ao comando do Estado Maior.

A introdução firme da nova política (conjugada a fortes investimentos em pessoal e equipamentos) obteve resultados notáveis. A criminalidade iniciou uma curva descendente. Na capital, o número de assassinatos reduziu-se 40,6% em quatro anos, e a redução foi mais expressiva em áreas onde funcionam bases da polícia comunitária e/ou Conselhos de Segurança. O caso paradigmático tornou-se o do Jardim Ângela (zona sul da capital), considerado pela ONU em 1996 o distrito 'mais violento do planeta'. Ali, em 2004, já se obtivera uma redução percentual de 50% no número de homicídios, e pelos números disponíveis para 2005, pode chegar aos 70%. Pela primeira vez, em décadas, a imprensa passou a elogiar o trabalho policial.

Hoje, o estado possui duzentas e cinco bases instaladas (sessenta e nove na região metropolitana e cento e trinta e seis em cidades do interior), além de nove bases 'rurais' (cinco na região de Taquaritinga, quatro na área de Bauru). Não se reportam bases em instalação, pois há equipamento para que a expansão seja uma política permanente:



XXV – SÃO PAULO (conclusão)

Há duzentas e oitenta e seis bases móveis (furgões guarnecidos por quatro policiais) que são instaladas por demanda da população (em geral, de comerciantes da área). Estacionadas, operam simultaneamente como ponto de atendimento e sede de patrulhamento. Por decisão do comando, e tendo em vista os dados de criminalidade da área, uma base móvel pode evoluir para uma base fixa, manter-se no local, ou ser removida.

Estão instalados 784 Consegs atuando em 522 municípios e que 'tem autonomia para captar os recursos necessários ao desempenho de suas tarefas'. Seus custos de manutenção são basicamente os de materiais impressos, reprografia e transporte'. Entretanto, podem subsidiar também equipamentos policiais ou custos de instalações para uso da polícia. Sendo o modelo fortemente burocratizado (até as pautas de reunião, atas e registros de atas estão regulamentados em Lei) não é de estranhar que a participação comunitária se faça também por associações civis (ONGS) que não fazem parte do sistema, mas cuja participação é permitida e muitas vezes estimulada.

Consta que 'a Polícia Comunitária é uma filosofia, uma estratégia institucional, (que) deve permear todos os níveis e ser absorvida por todos os membros da Instituição Policial Militar', o que fez com que a disciplina 'Policciamento Comunitário' fosse integrada aos currículos de formação e reciclagem dos policiais.



XXVI – SERGIPE

COLETA DE INFORMAÇÕES:		SERGIPE
Fornecidas pela PM:	Ten.cel. PM Carlos Augusto Lima Bispo	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Existem trinta e duas bases implantadas, sendo vinte e cinco em Aracaju e as demais, respectivamente, nos municípios de Tobias Barreto, Itaporanga da Judá, Estância, Canindé. Propriá, Nossa Senhora da Glória e Itabaiana. Na capital, A PM utiliza cerca de quatrocentos homens no policiamento comunitário indicado para atender 480 mil pessoas (número que corresponde a toda população de Aracaju). Não foram coletadas informações sobre o modo de funcionamento, destacando-se apenas que a coordenação não considera que a comunidade deva participar de qualquer forma de gestão ou controle do efetivo.

XXVII – TOCANTINS

COLETA DE INFORMAÇÕES:		TOCANTINS
Fornecidas pela PM:	Tencel. PM Wesley Divino de Castro	
Questionário genérico	Questionário específico	Outras informações
Coletadas:	Entrevistas	Documentos Internos
Fontes Secundárias	Material de Treinamento	Bibliografia
Realizadas no local:	Entrevista com Comandos	Entrevista com Policiais
Visita a (s) base (s)	Pesquisa Domiciliar	Pesquisa sobre Treinamento

Não se obteve qualquer informação.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais¹

7.1. Survey

Apresenta-se neste tópico em linguagem tabular e gráfica a descrição das entrevistas familiares realizadas durante a pesquisa em dezoito áreas de policiamento em oito estados. Embora se apresentem os dados como gerais (Brasil) é preciso lembrar tratar-se de amostra aleatória, nem sempre estabelecida com o mesmo critério para a seleção das populações em cada Estado. Os resultados são válidos e significativos em cada Estado, não sendo legítimas comparações ou generalizações automáticas. Dados particulares, ilustrativos e comparativos, quando lícitos e necessários aparecerão nos respectivos. Um quadro detalhado, com as questões pertinentes ao policiamento, será incluído ao final do capítulo.

Em vários casos a amostra foi colhida em um bairro localmente definido como de policiamento satisfatório e outro 'problemático' (AC, RN, RS). Outro critério foi o de cruzar populações de classe média, com outras de baixa renda (ES, MT, SP). Finalmente, em dois casos (SC e PA) foram obedecidas indicações do comando, tendo em vista a possibilidade de acesso dos entrevistadores à área (nestes casos foram utilizadas três áreas).

Foram aplicados ao todo 486 questionários em oito estados, consignando-se ao menos dois bairros por estado.

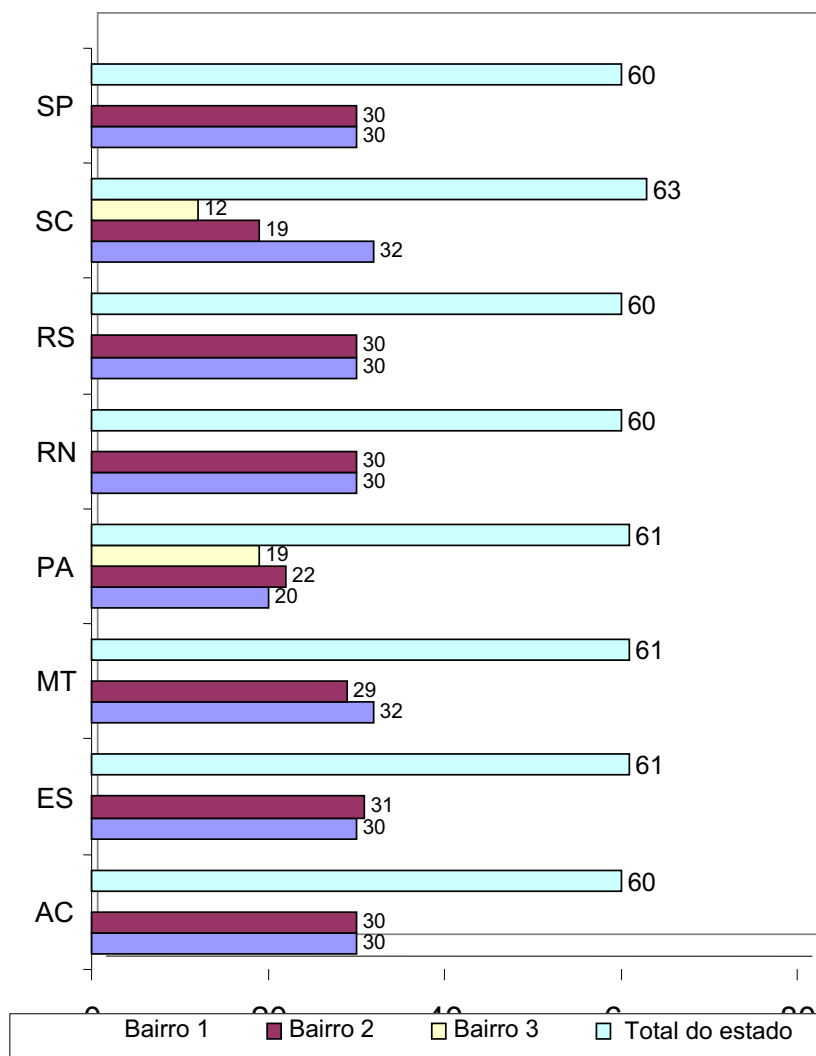
A tabela e o gráfico a seguir localizam as aplicações:

¹ - Por Mairê Leite de Miranda, professora das Faculdades Integradas Alcântara Machado (SP).



UF	Bairro 1	Quant.	Bairro 2	Quant.	Bairro 3	Quant.	TOTAL
AC	Jorge Lavocault	30	Santa Cecília	30			60
ES	Ilha do Boi	31	Santo Antonio	30			61
MT	J. Universitário	29	Pedra 90	32			61
PA	Guaná	22	Jurunás	19	Sacramenta	20	61
RN	B. Nordeste	30	Gramoré	30			60
RS	Farroupilha	30	B. Gonçalves	30			60
SC	Ipiranga	32	Forquilha	19	J. Palmeiras	12	63
SP	J. Ranieri	30	Remédios	30			60

Quantidade de pesquisas quantitativas aplicadas
junto à população



7.1.1. Panorama dos domicílios pesquisados

Dos domicílios pesquisados, 74,8% estão situados em ruas pavimentadas ou urbanizadas e 71,5% em trechos da rua considerados limpos ou muito limpos. As casas, em sua grande maioria estavam conservadas (70,3%) e arrumadas (69,8%). Os terrenos foram considerados grandes em 53,7% das casas e pequenos em 46,3%.

7.1.2. Perfil das famílias (moradores) pesquisadas

De aparência limpa ou cuidada (79,8% dos entrevistados), a maioria das pessoas (70,1%) se disse satisfeita com o bairro em que mora e 81,3% descreveu a vizinhança como tendo uma boa relação ou mesmo amiga.

O maior índice de frequência entre a quantidade de moradores esteve entre 3 e 6 habitantes por casa (3 ou 4 frequência de 44,8% e 5 ou 6 frequência de 32%).

Apenas 10% dos lares pesquisados são providos financeiramente por pessoas que tenham curso universitário e exerçam sua profissão.

7.1.3. Avaliação dos serviços públicos

Para saber o grau de satisfação da população com o policiamento foi perguntado como o entrevistado avaliava além do policiamento, alguns outros serviços públicos, para que assim pudesse ser estabelecidos parâmetros e critérios de exigência dos moradores do bairro.

Os resultados gerais estão expressos no próximo gráfico.

Dentre os itens pesquisados constatou-se que o serviço público com maior índice de aprovação foi o policiamento, com 55,9% de classificação como *ótimo ou bom*.

Porém, contraditoriamente, o policiamento foi também o item de maior rejeição com 41,2% de avaliação *falho ou muito ruim*.

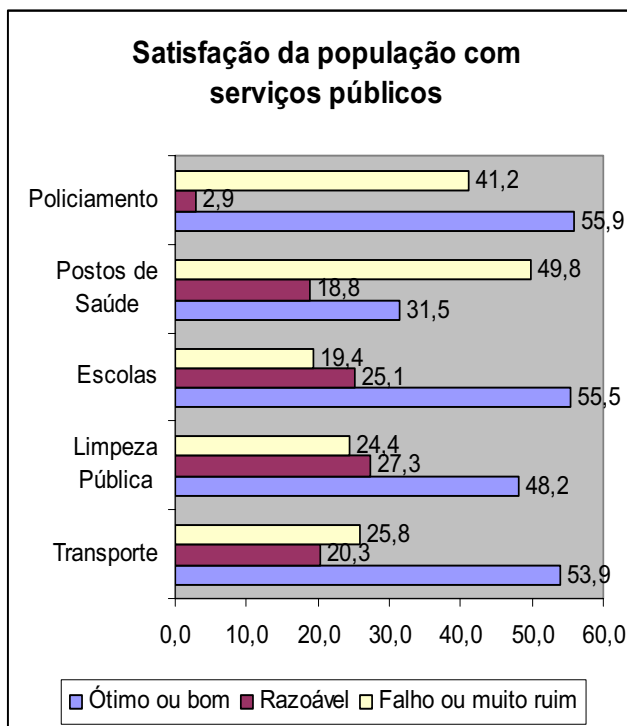


Gráfico 2

Pode-se afirmar então, que duas variantes são possíveis: em alguns bairros ou estados o policiamento foi classificado em sua maioria como *ótimo ou bom* e em outros como *falho ou muito ruim*; Segundo o local, a avaliação do policiamento variou em grau bastante superior ao de outros serviços.

Em todos os bairros, há uma opinião predominante claramente expressa. A exceção deu-se em Pedra 90, Cuiabá – MT, onde 36,6% aprovam o policiamento e 39% reprovam.

Em Caravaggio, na cidade de Farroupilha – RS, ninguém classificou o policiamento como *falho ou ruim*, e 93,4% o classificou como *ótimo ou bom*. Já em Gramoré, Natal – RN, ninguém classificou o policiamento como *ótimo ou bom*, e 96,5% dos entrevistados o classificaram como *falho ou ruim*.

Dos 18 bairros pesquisados, em dez houve predominância de aprovação do policiamento e em oito houve rejeição.

7.1.4. Participação dos moradores em órgãos democráticos

Para avaliar o conhecimento e a disposição da população em participar de entidades que lhe possibilitem opinar sobre os assuntos comuns, quatro categorias foram pesquisadas indagando-se se *alguém da família* conhecida ou atuava em associação de moradores, conselho escolar, conselho de saúde e conselho de segurança. Em todos eles, o desconhecimento e a não participação foram dominantes.

Eis a frequência relativa ao conhecimento e atuação em atividades de segurança:

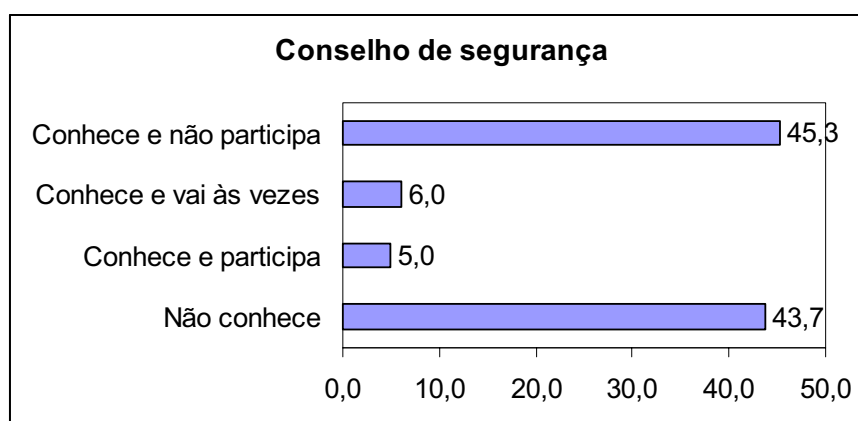


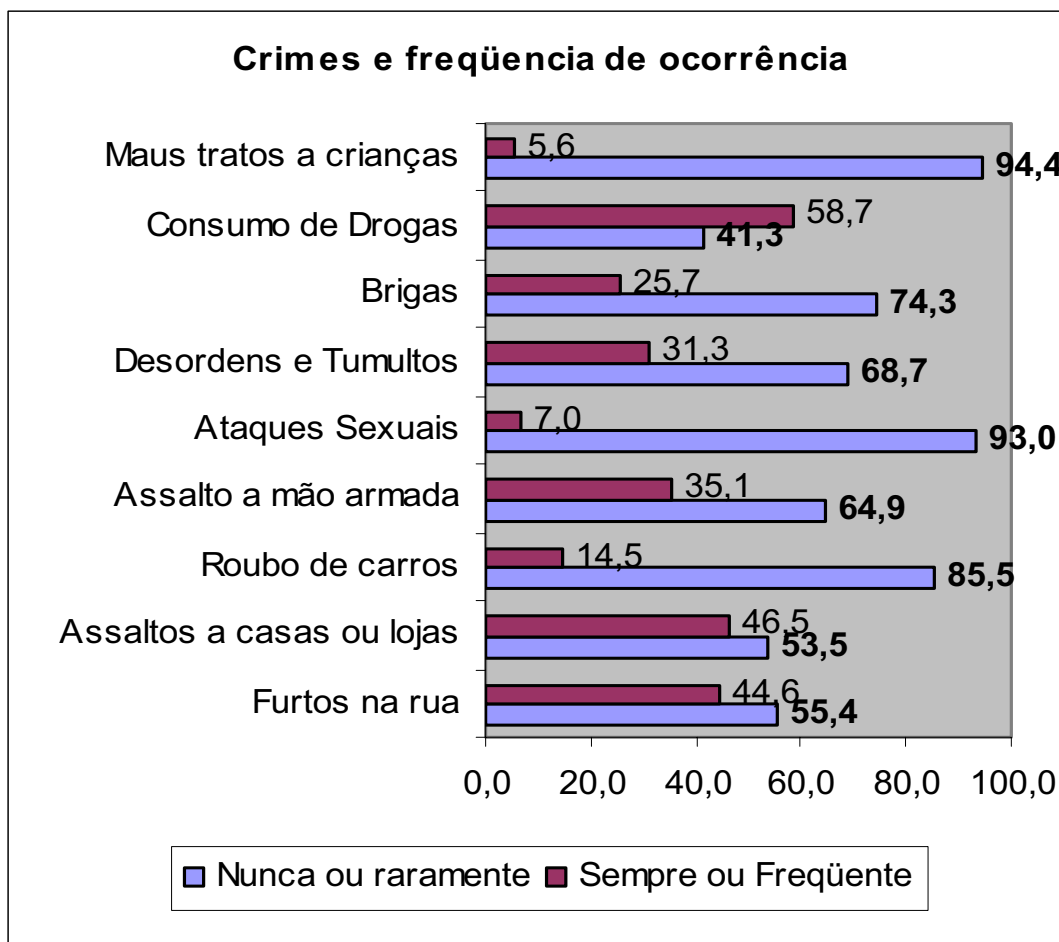
Gráfico 3

7.1.5. Percepção da população quanto à ocorrência de crimes

Visando verificar a Sensação de Segurança dos moradores e qualificar os crimes mais comuns ocorridos nas áreas pesquisadas, alguns foram citados e tiveram suas frequências quantificadas em: *nunca ou raramente* e *várias vezes ou é freqüente*.

A alternativa *outros crimes* também foi fornecida e quando citada (18%) e justificada tinha significação de tráfico de drogas ou homicídio.

Gráfico 4



Faz-se necessário ressaltar a constante negação de ocorrência em uma das categorias pesquisadas: *maus tratos a crianças*. Em todos os bairros a maioria absoluta declarou que jamais houve tal crime.

Dentre as categorias com maior índice de frequência estão consumo de drogas, assaltos e furtos.

7.1.6. Avaliação dos Policiais

Quando perguntados sobre as características dos policiais, 31,8% dos entrevistados responderam *bons, atenciosos*, 20,3% *pacientes*, 25% *indiferentes*, 11,9% *ríspidos* e 11% os classificam como *mal-educados*.

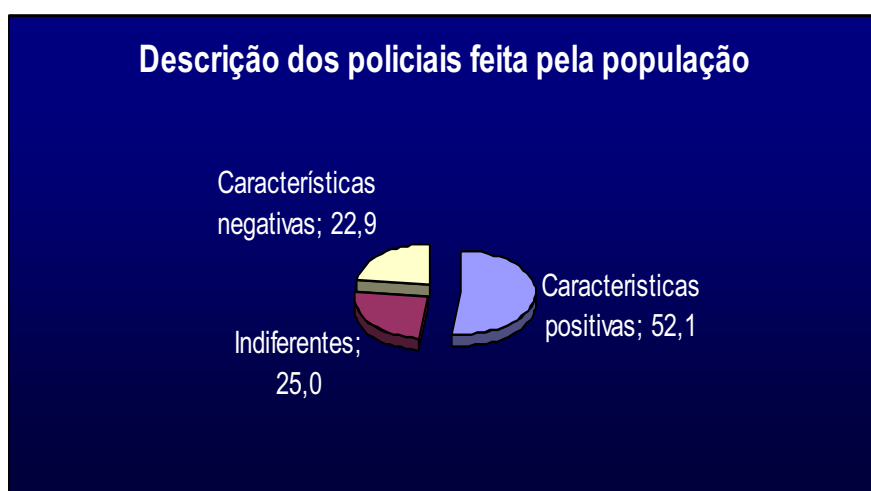


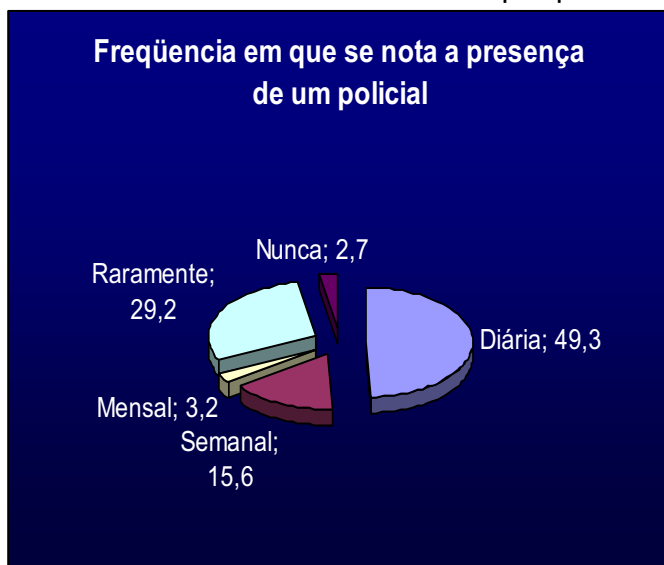
Gráfico 5

Considerando-se o universo total dos 8 estados pesquisados, a predominância foi de bairros (estados) que aprovam o tratamento dado pelos policiais à população.

Bem como quando perguntados sobre a satisfação com os serviços públicos, esta questão foi ambígua. Se considerar *indiferentes* como características negativa, tem-se novamente divisão de opiniões. Porém, ao cruzar os dados desta questão com a de satisfação quanto ao policiamento pode-se verificar que nos bairros em que o policiamento é dado como satisfatório, os policiais são qualificados com características positivas. Em Caravaggio, Farropilha – RS, 86,7% dos entrevistados atribuem características positivas aos policias e em Gramoré, Natal – RN, 96,5% indiferentes ou negativas.

7.1.7. Atuação da Polícia

Entre os bairros e cidades pesquisadas houve sempre predominância de uma



resposta, com exceção de Ilha do Boi, Vitória – ES. As respostas forma divididas, pois há um posto policial no bairro e aqueles que disseram notar a presença dos policiais com freqüência o faziam, pois em seus caminhos rotineiros passam em frente ao posto. Ficou evidenciada então, a

Gráfico 6

presença de policiais no bairro, porém estes, não saem das guaritas

para fazer rondas. Justificavam, por isso, não assinalar a presença freqüente da polícia.

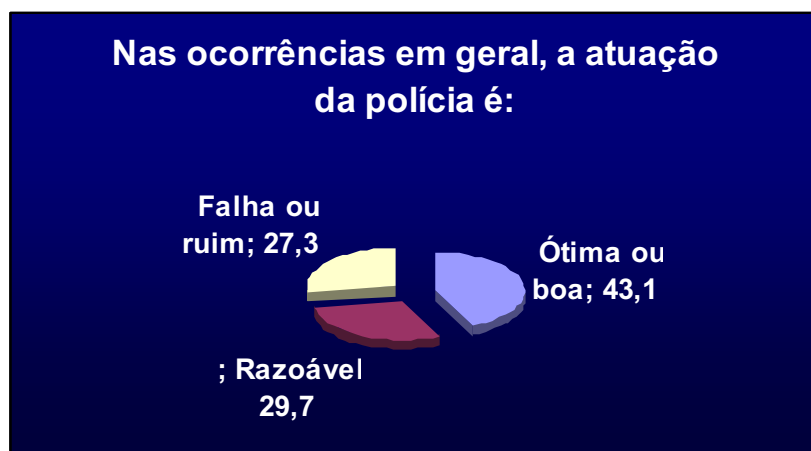


Gráfico 7

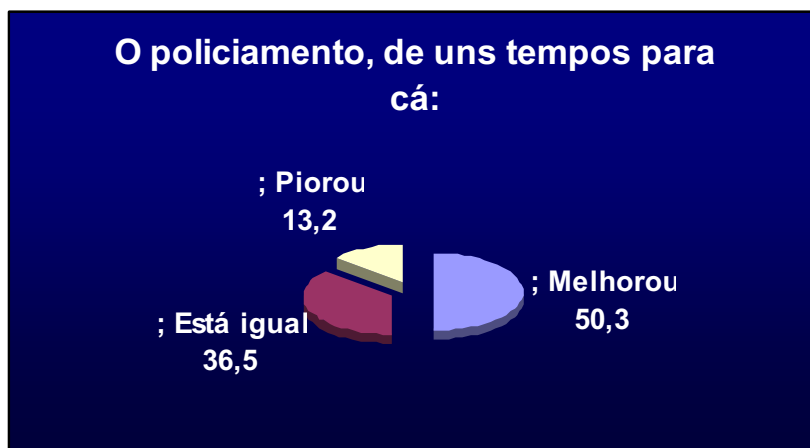


Gráfico 8

Nas questões que abordam diretamente o policiamento houve coerência entre as respostas. Ao analisar o resultado da pesquisa em cada bairro, como detalhado a seguir por região (capítulo 8 a 11), pode-se constatar que em sua maioria, tanto o policiamento comunitário, a conduta dos policiais, quanto o tratamento dado à população é aprovado pela população. Desta forma, nos bairros de predominância positiva, todos os itens pertinentes o são também, da mesma forma que naqueles de predominância em rejeição todos o são.

7.2. Policiais – Polícias Comunitárias

Para avaliar a percepção e a satisfação dos policiais que atuam na polícia comunitária, foram feitas entrevistas, com aplicação de questionários aberto em amostra qualitativa. Considerando o tipo de questionário, envolvendo respostas discursivas e referências localizadas, a coordenação não julgou útil uma tabulação genérica, dando preferência a menção localizadas dos dados pertinentes e significativos nas exposições destinadas a cada região ou estado. Aqui se assinalam apenas o número e os locais de trabalho dos policiais entrevistados em serviço.

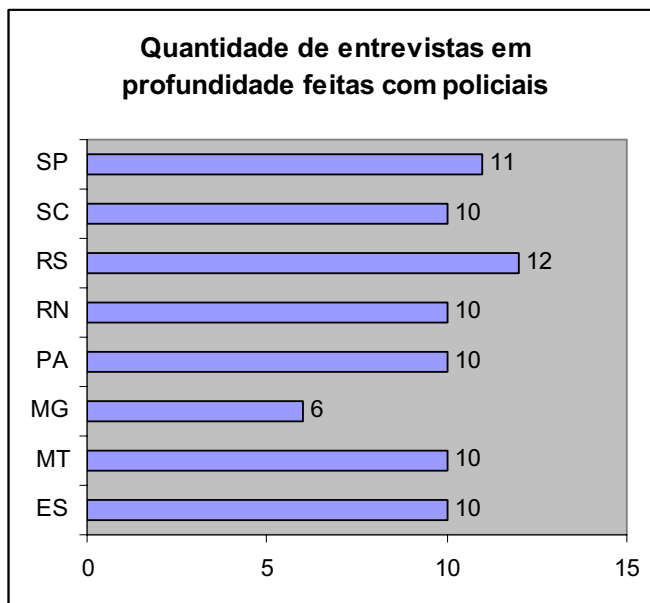


Gráfico 9

Na derradeira tabela, a seguir, procura-se reunir todos os dados pertinentes ao policiamento por setor pesquisado e Estado. Para destacar os dados, adotou-se uma classificação pelas cores da tabela e que pode assim ser descritas:

Avaliações positivas (índices de aprovação ou alta sensação de segurança) 80% ou +	turquesa	
Avaliações satisfatórias (índices de aprovação ou sensação de segurança) 60 a 80%	Azul pálido	
Avaliações admissíveis (índices de aprovação ou sensação de segurança de 40 a 60%)	cinza	
Avaliação preocupante (índices de aprovação ou sensação de segurança de 20 a 40%)	laranja	
Avaliação crítica ou criminalidade fora de controle (avaliações de 20% ou -)	vermelho	



RESUMO DO TABULAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS													
SP (VR=Vila dos Remédios/JR=Jardim Ranieri) – MT (JU=Jardim Universitário P90=Pedra 90)													
SC (IP=Ipiranga/FQ=Forquilha/JR=Jardim das Palmeiras)													
RS (FR=Farroupilha/BG=Bento. Gonçalves)													
Satisfação com serviços públicos (Soma das Respostas Ótimo + Bom)													
	SÃO PAULO			MATO GROSSO			SANTA CATARINA				R. G. DO SUL		
LOCAL	VR	JR	SP	JU	P90	MT	IP	FQ	JP	SC	FR	BG	RS
Transporte	96,7	63,3	80,0	58,6	15,6	26,1	68,8	73,7	83,4	73,0	40,7	61,5	50,9
Limpeza	76,7	50,0	63,3	34,5	28,2	31,2	21,9	36,8	58,3	33,3	60,0	60,0	60,0
Escolas	82,8	36,6	59,4	27,2	28,2	27,8	65,6	57,9	66,7	63,5	100	84,6	92,6
Saúde	90,0	50,0	70,0	42,3	6,9	23,7	28,1	26,4	8,3	23,8	-	13,3	6,7
Policiamento	56,7	53,3	55,0	79,3	36,6	54,3	34,4	36,8	58,3	39,7	93,2	13,8	54,2
Intervenção Policial													
Tranquilidade ¹	93,3	23,3	58,3	67,9	15,6	40,0	12,5	21,3	25,0	17,5	70,0	20,0	45,0
Presença ²	90,0	80,0	85,0	89,3	71,9	80,0	37,6	36,8	33,3	36,5	96,7	46,7	71,7
Atuação Social	26,7	33,4	35,0	10,3	80,6	46,7	61,3	10,5	16,7	37,1	48,1	10,7	29,1
Atuação ⁴	68,0	36,7	50,9	69,0	53,6	61,4	40,6	11,1	41,6	32,2	85,8	50,0	67,8
Descrição ⁵	90,0	44,8	67,8	50,0	75,0	62,5	25,1	21,1	33,3	25,4	86,7	75,0	81,0
Mudanças ⁶	70,0	75,0	72,4	62,0	78,1	70,4	21,9	15,8	16,7	19,1	93,1	30,0	61,0
1 – Soma das respostas Bairro Muito tranqüilo e em geral tranqüilo													
2 – Respostas: Policiamento Diário + pelo menos uma vez por semana.													
3 – Respostas: Polícia em Serviços Sociais = Muitas vezes + de vez em quando													
4 Respostas: Ótima + Boa													
5 – Respostas: Bons, Atenciosos + Pacientes													
6 – Respostas: O policiamento está muito melhor + melhor													
Percepção de Ocorrências (Soma das respostas: Frequente + Várias Vezes)													
Furtos	0	16,7	8,3	10,3	56,2	34,4	81,3	94,8	91,7	87,3	3,3	33,3	18,4
Roubo/Casas	3,3	20,0	11,6	10,3	61,3	36,6	79,3	89,5	75,0	81,6	20,0	56,7	38,3
Roubo/Auto	0	33,4	16,6	0	3,7	1,8	18,8	57,9	58,3	38,1	10,3	40,0	25,5
Assaltos	0	20,7	10,3	10,3	44,8	27,6	56,3	66,7	58,3	59,7	0	20,0	10,2
At. Sexuais	0	24,1	11,9	0	16,2	8,3	12,5	5,3	0	7,9	0	17,2	8,5
Desordens	0	6,7	3,4	10,3	60,0	35,6	56,3	42,1	16,7	44,4	17,2	3,3	10,2
Brigas casal	0	23,3	11,7	13,7	35,5	25,0	28,2	31,6	16,7	27,0	0	13,3	6,7
Uso drogas	3,3	63,3	33,3	51,7	64,5	58,3	93,8	94,4	83,4	91,9	0	20,0	10,0
Maus tratos	0	6,7	3,3	0	13,8	6,8	0	5,3	0	1,6	0	0	0
Outros	0	6,7	3,3	0	41,7	18,9	37,6	0	0	19,0	0	0	0



Resumo da Tabulação dos Questionários (continuação)													
AC (CL=Santa Cecília/JL=Jorge Lavoucat PA (GN=Guaná/JN=Jurunas/ST=Sacramenta)													
RN (GR=Gramoré/BN=Bairro Nordeste) ES (IB=Ilha do Boi/SA=Santo Antonio)													
Satisfação com serviços públicos = Ótimo + Bom													
	ACRE			PARÁ				R, G DO NORTE			ESPÍRITO SANTO		
LOCAL	CL	JL	AC	GN	JN	ST	PA	GR	BN	RN	IB	SA	ES
Transporte	40,0	93,3	66,7	59,1	57,9	40,0	52,5	0	10,3	5,2	50,0	73,3	61,7
Limpeza	53,3	58,6	55,0	52,4	31,6	5,0	30,0	24,1	66,5	44,8	87,1	50,0	67,9
Escolas	80,0	60,0	70,0	31,8	63,2	45,0	45,9	10,3	20,7	15,5	-	82,8	82,8
Saúde	30,0	51,7	40,7	14,3	10,5	15,0	13,3	0	8,3	3,8	-	70,0	70,0
Policiamento	23,3	63,3	43,4	31,8	21,1	20,0	24,6	0	58,6	29,3	84,5	24,1	45,0
Intervenção Policial													
Tranquilidade ¹	43,3	58,6	50,9	4,5	0	10,0	4,9	0	14,8	7,2	94,2	30,0	52,5
Presença ²	86,7	96,2	91,0	31,8	36,8	70,0	45,9	3,4	96,3	48,2	50,0	77,7	63,1
Atuação Social	73,4	70,0	71,6	-	0	5,0	1,6	44,8	88,9	66,1	12,9	20,0	16,4
Atuação ⁴	36,7	30,0	33,3	50,0	5,6	20,0	25,0	0	57,7	27,2	58,1	36,6	47,5
Descrição ⁵	73,3	53,6	63,3	28,5	26,3	30,0	28,4	3,4	57,7	29,1	48,4	73,4	60,6
Mudanças ⁶	60,0	83,7	73,4	20,0	26,4	40,0	28,8	3,4	81,4	41,1	29,0	46,6	37,7
1 – Soma das respostas Bairro Muito tranquilo e em geral tranquilo													
2 – Respostas: Policiamento Diário + pelo menos uma vez por semana.													
3 – Respostas: Polícia em Serviços Sociais = Muitas vezes + de vez em quando													
4 Respostas: Ótima + Boa													
5 – Respostas: Bons, Atenciosos + Pacientes													
6 – Respostas: O policiamento está muito melhor + melhor													
Ocorrências (Soma das respostas: Freqüente + Várias Vezes)													
Furtos	6,7	13,8	10,2	80,9	68,4	60,0	70,0	100	88,8	94,6	16,7	51,7	33,9
Roubo/Casas	0	46,6	23,4	81,8	42,1	40,0	55,8	89,6	88,2	89,1	16,1	55,8	45,0
Roubo/Auto	0	0	0	9,5	11,2	0	6,8	7,1	7,4	7,3	12,9	21,5	17,0
Assaltos	0	16,7	8,3	81,8	77,8	50,0	70,0	93,1	63,0	76,6	0	34,3	16,7
At. Sexuais	0	0	0	9,5	0	5,0	5,1	6,8	18,5	12,5	0	3,6	1,7
Desordens	23,4	24,1	23,7	61,9	27,8	40,0	44,0	75,8	55,5	66,1	19,4	27,5	23,3
Brigas casal	40,0	43,3	41,6	31,8	31,6	20,0	27,9	66,5	40,0	53,7	6,5	20,6	13,3
Uso drogas	76,7	70,0	73,3	40,0	73,7	35,0	49,2	96,5	77,8	87,5	58,1	75,9	66,7
Maus tratos	3,3	6,7	5,0	13,6	15,8	20,0	15,4	17,2	7,4	12,5	0	0	0
Outros	0	3,3	1,7	33,4	45,0	25,0	34,3	67,9	66,7	67,3	3,2	7,1	5,1



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;



8 – Mato Grosso e Região Centro Oeste

Segundo as informações coletadas, em todos os estados do centro oeste os projetos de implantação do policiamento comunitário vêm alcançando um desenvolvimento satisfatório, em alguns casos com crescimento acelerado e metas de gestão bastante ambiciosas. Há, na região entre sessenta e sete e setenta e um conselhos comunitários de segurança instalados e operando (vinte e sete no **Distrito Federal**, cerca de dezoito em **Mato Grosso** e **Mato Grosso do Sul** e seis em **Goiás**), criados e estabelecidos segundo diferentes concepções do que seja o policiamento comunitário.

Aparentemente, o projeto mais antigo é o de **Mato Grosso do Sul** (não possuímos dados históricos sobre o desenvolvimento em **Goiás**), que adotou por motivos afirmadamente doutrinários um procedimento de instalação mais lento e que se imagina possa conduzir a resultados mais fortemente estruturados. Trata-se, como afirmam, de 'transformar a cultura do policial e sobre o policial'; Em conseqüência, opera-se em duas frentes principais: convencimento, formação e capacitação dos próprios policiais; E iniciativas e promoções de eventos, serviços e campanhas destinados a renovar a imagem policial diante do público. Na seqüência do procedimento, dão-se os estímulos (pela organização de palestras e seminários) para a organização de conselhos de segurança locais, respeitadas suas formas próprias de organização. E somente na conclusão é que decorre a instalação de um policiamento comunitário.

Embora a inspiração e o embasamento do processo sejam claramente altruístas e democráticos, com a precedência dos Conselhos implicando a definição conjunta das estratégias e procedimentos policiais a serem adotados nas áreas respectivas, a concepção sul-mato-grossense encontra dificuldades no processo de implantação possivelmente vinculadas às questões conceituais.



Com efeito, o processo educativo de convencimento e doutrinação supõe a possibilidade de universalização de um conhecimento, dito 'o verdadeiro significado da filosofia do policiamento comunitário'. Implica dizer a superioridade filosófica incontestada dos *valores* comunitários. Ora, nem a instituição policial e nem todas (ou a maioria) das coletividades de inserção se constituem em comunidades e professam seus *valores* de sorte que, em consequência 'há ainda resistências em todas as instituições, bem como nas comunidades'.

Por um lado, o instituto policial é uma corporação e como tal se comporta, vale dizer que seus membros agem segundo interesses pessoais, profissionais ou, se possível, ambos. E de outro, os conjuntos sociais não são necessariamente comunitários. Pode-se de um modo muito geral esperar a presença forte de valores comunitários em grupos sedimentados e de baixa renda, mas certamente não em áreas comerciais e em conjuntos de classe média¹. Trata-se, portanto, ao lado da doutrinação, de no interior da corporação proporcionar estímulos sócio-profissionais sólidos o que, certamente, não se conseguirá sem um apoio político consistente. E ainda de analisar adequadamente as coletividades de inserção preservando o caráter dos Conselhos, impedindo sua eventual instrumentalização pessoal ou política. Possivelmente se dando conta de tais circunstâncias, em período mais recente, o projeto de **Mato Grosso do Sul** achou necessário estabelecer algumas correções de curso, regulamentando o funcionamento dos Conselhos, e obtendo em resolução um plano diretor para acelerar a adesão policial a todo o processo.

Procedimento bastante diverso foi o adotado pelo **Distrito Federal** cujo processo atual foi desencadeado por atos de natureza técnica administrativa, inclusive no que se refere ao processo de aprovação e legitimação do policiamento comunitário. Tratou-se antes de qualquer coisa de planejamento governamental.

¹ A propósito vale lembrar que **Goiás** (como vários outros estados) reporta o sucesso do policiamento comunitário com baixa da criminalidade e relacionamento positivo com a população nas áreas de baixa renda e dificuldades para o desenvolvimento do projeto nas áreas mais fortemente comerciais.



Não há nenhum trabalho prévio junto às comunidades, mas um apelo direto às lideranças, tratando-se da obtenção de um consenso de cúpulas, através de um seminário reunindo os órgãos governamentais, lideranças ditas civis, implicando organizações classistas e de associações de moradores com a legitimação teórica da universidade de Brasília. O processo desencadeou um processo bastante rápido, com sucessivos atos administrativos e metas para uma consolidação em cerca de cinco anos de todo o processo de transformação.

O esquema parece bastante hábil, aparentemente utilizando-se de experiências anteriores bem desenvolvidas (em especial, ao que parece, a realizada no Amapá), cuidando desde logo de remover inconvenientes naquelas ocorridos. Tratou, então, desde o estágio de projeto, de desenvolver vários pontos fortes que provavelmente virão a facilitar sua consecução. Primeiro, a legitimação pública através do consenso das organizações civis. Segundo, a integração imediata dos todos os órgãos públicos de segurança (provavelmente, o **Distrito Federal** – talvez ao lado de **Santa Catarina** – seja a unidade da federação que mais delegou papel e estimulou a integração da polícia civil). Terceiro: a planificação extensiva que visa estruturar o projeto em prazo relativamente rápido, evitando oscilações provenientes de mudanças políticas. E, finalmente, o que, aliás, é um aspecto original do projeto, e entendimento de que no policiamento comunitário, nem tudo é de fato comunitário e em consequência o reconhecimento e a legitimidade das representações de interesses específicos (a referência, no caso, deve-se a instalação dos conselhos de operadores de transportes de passageiros e de carga, e dos conselhos ligados às instituições de ensino).

O fato de que o processo em cada caso não seja desencadeado com assentimento prévio das áreas de inserção não pode ser visto como objeção séria, pois em face do tema, a aplicação de técnicas ainda que não de domínio público, resultando em baixa da criminalidade e melhor qualidade de serviço seriam em si mesmas convincentes.



Os problemas que se colocam para a plena consecução do projeto no **Distrito Federal** são de outra natureza. Das questões internas, os executores dão-se conta, e que é a capacidade de resistência às mudanças que ocorre na estrutura do aparelho burocrático do Estado. E que, aparentemente, são ainda maiores nas instituições fundadas com base na disciplina militar, onde os comandos têm enorme dificuldade em tratar com a delegação do poder, imprescindível à autonomia do agente comunitário. Seria recomendável a adoção de processos de treinamento continuado em serviço, envolvendo para os oficiais a prática da moderna administração.

Externamente, se é original a concepção da identidade de interesses para formar os conselhos classistas ou profissionais, talvez haja dificuldades com relação aos Conselhos geograficamente estabelecidos. Algumas circunscrições por serem delimitadas por critérios puramente administrativos possivelmente não coincidam com as demarcações estabelecidas pelas próprias comunidades. E poderia haver dificuldades para a implantação de módulos, seja pela heterogeneidade, seja pela extensão populacional das populações circunscritas.

O objeto central da análise, todavia, será o policiamento comunitário que vem sendo implantado no estado de **Mato Grosso**, e que vêm se apresentando como modelo e referência até mesmo internacional. Ali foram visitadas três bases operacionais apontadas como bem sucedidas e em duas delas (Moinho e Pedra Noventa) foram feitas entrevistas com os policiais de serviço, e pesquisas residenciais com os moradores. Além disso, buscaram-se informações com diversos oficiais superiores da PM, envolvidos ou não com o policiamento comunitário. No curso de um 'seminário internacional' ali promovido, contataram-se lideranças comunitárias presentes e que também acrescentaram impressões e depoimentos. Conversou-se ainda com docentes de Universidade Federal. Infelizmente, embora se tentasse em várias oportunidades, não se fez uma entrevista longa e direta com a coordenação do projeto que, no entanto, forneceu a maior parte da documentação solicitada.



Todavia, nem no material coletado, nem nas entrevistas realizadas e eventos cobertos foram encontrados elementos constituintes de um desenvolvimento doutrinário próprio e sólido. Trata-se, ao que parece de modelo transplantado e imposto a partir de decisões políticas governamentais.

Evidentemente, encontrando-se a segurança em estado de calamidade em muitas áreas do país, o procedimento pode ser justificado como emergencial, desde que a implantação de processos de policiamento mais eficazes a partir de medidas verticais produza bons resultados em curto prazo.

É o caso. Em dois dos bairros que o comando indicou como casos de instalação bem sucedida do policiamento comunitário foram feitas pesquisas domiciliares e também entrevistados policiais de serviço. A primeira das bases – Moinho – situa-se em região pavimentada e totalmente urbanizada, e a população servida é predominantemente de classe média, intelectuais (o Jardim Universitário é servido pela base), profissionais liberais, empresários de pequeno porte e técnicos especializados, tendo, estes últimos, constituído a maioria da amostra. Em Pedra Noventa, a outra base pesquisada, a maioria das ruas não tem capeamento asfáltico, os serviços públicos são precários e incompletos, a população é de baixa renda, com a chefia da maioria das famílias entrevistadas exercida por profissional sem qualquer especialização. Os dados sobre a sociabilidade (que indicariam a presença de comunidades estabelecidas) são inconclusivos.

Em ambas as áreas domiciliares, a percepção da população indica boa receptividade à iniciativa. Em primeiro lugar, como ponto notável, destaque-se a *qualidade* do policiamento tendo como referência os outros serviços públicos locais. O levantamento comparou os serviços de transporte, saúde, educação, limpeza pública e segurança em dezoito núcleos habitacionais do país. Apenas em Mato Grosso, e nos dois locais é que o policiamento aparece considerado como o serviço público de melhor qualidade (soma das respostas 'ótimo' e 'bom'), como se pode verificar nos quadros a seguir:

*"Como avalia os seguintes serviços públicos?"*

Respostas em %

Moinho	ótimo	Bom	Razoável	Falho	Muito Ruim
Transporte	3,4	55,5	31,0	6,4	6,9
Limpeza	0	34,5	34,5	24,1	6,9
Escolas	4,5	22,7	40,9	18,2	13,5
Saúde	7,7	34,6	30,8	19,2	7,7
Policimento	10,3	69,0	13,8	6,9	0

Pedra 90	ótimo	Bom	Razoável	Falho	Muito Ruim
Transporte	3,1	12,5	40,6	9,4	34,4
Limpeza	6,3	21,9	40,6	15,6	15,6
Escolas	9,4	18,8	43,8	9,4	18,8
Saúde	6,9	0	27,6	6,9	58,6
Policimento	7,3	29,3	24,4	0	39,0

Como é evidente, o indicador é relativo. Implica dizer que o policiamento é visto como melhor do que outros serviços, que, na verdade, tomada toda a amostra, revelam-se como bastante precários (todos são avaliados como abaixo da média). A rigor, se poderia afirmar que a população do bairro de classe média está satisfeita com o novo modelo de policiamento, mas que a opinião na área de baixa renda é controvertida (quase quarenta por cento de 'muito ruim'). De todo modo, concorda-se em que o policiamento tem se aprimorado, melhorando 'muito' (30,6%) ou 'um pouco' (39,2%), sentido em que se manifestaram 78,1% dos entrevistados em Pedra Noventa e 62% no Moinho.

Quanto à atuação dos policiais na rua, com quem a população tem efetivamente contato, a percepção dos moradores também é animadora. Constatam a presença diária do policiamento (71,4% no Moinho e 62,5% em Pedra Noventa). Nesse último bairro, entretanto, parece haver locais não percorrido pelo policiamento, pois 28,1% dos entrevistados só os encontram 'raramente'.



A eficácia dos policiais em serviço é descrita como 'boa' no Moinho (62,1) e entre 'boa' e 'razoável' em Pedra Noventa (39,3 e 35,7% respectivamente). E eles são descritos como 'bons e atenciosos' no bairro popular (57,1%) e entre 'atenciosos' e 'indiferentes' (36 e 39% respectivamente) na área de classe média. Finalmente, como era de se prever, é na região de baixa renda que os policiais são vistos 'muitas vezes' prestando outros serviços (assistenciais ou de utilidade pública) por 54,8% dos entrevistados, ao contrário do Moinho, onde o fato 'nunca ocorreu' (69%).

Tratando-se de um processo em implantação, a perspectiva da população pesquisada é animadora, embora, o policiamento ainda não tenha servido para melhorar decididamente a sensação de segurança local. No bairro de classe média, descrito como 'muito sossegado', a percepção da ocorrência de eventos criminais é (e já era antes) bastante baixa, com exceção ao tráfico e consumo de drogas (citado como comum por 51,7% dos entrevistados). Mas, em Pedra Noventa percebem-se assiduamente furtos de rua (56,2%), roubos em lojas ou residências (61,3%), assaltos a mão armada (44,8%), desordens e distúrbios (60%), brigas domésticas ou de vizinhos (35,5%) e o consumo de entorpecentes (64,5%), além de se acrescentar outros crimes (41,7%).

Passemos agora à visão dos policiais. No moinho, todos descrevem sua atuação função como 'muito melhor' das que exerciam anteriormente. Em Pedra Noventa, a avaliação é menos generosa: 60% de 'melhor' e os demais distribuídos igualmente entre 'muito melhor' e 'igual'. As rondas são feitas a pé, ou de auto (iguais proporções) com altas indicações de relacionamento com a população, o que é apontado de forma unânime como a maior vantagem do tipo de policiamento. Para os usuários, acreditam os policiais, isto favorece e agiliza o atendimento, aumenta o respeito pela instituição, e em Pedra Noventa, acredita-se na redução da criminalidade. Quanto à prestação de serviços, todos no bairro popular mencionam socorro e encaminhamento de doentes, idosos ou deficientes mentais. No Moinho, a incidência desses casos é pouco significativa e fala-se em prestar informações e acompanhar moradores que chegam à casa em horários tardios.



No geral, portanto, e de ambas as partes, parece ter se estabelecido (ou estar se estabelecendo) uma relação mutuamente proveitosa.

No que se refere a capacitação profissional, 40% dos policiais ouvidos afirmam haver recebido treinamento (cursos de 40 horas) que se poderia classificar como 'suficiente', 20% insuficiente (até quatro horas de palestras), e 40% inexistente (nenhuma preparação ou explicação institucional sobre o trabalho a realizar). Nesse tópico, parte dos manifestantes (30%) demanda melhor formação para si próprios, e outra parte, menor, pede uma formação para a comunidade.

As entrevistas mostraram ainda que os policiais, em manifestação livre (não provocada por questões da entrevista) enunciaram dificuldades para a consecução de suas tarefas, e nesse tópico aparece um diferencial entre as guarnições de Pedra Noventa e do Moinho. No primeiro caso, o foco é a insuficiente prestação de serviços públicos à população (principalmente nas áreas de saúde, educação e geração de empregos) o que é visto como estímulo à criminalidade. Ao nível da corporação, fala-se ainda na falta de equipamento para o trabalho e de cursos de formação adequados. Pode-se afirmar que em todos os depoimentos, o centro das preocupações é a comunidade, o relacionamento com ela estabelecido, e a qualidade do serviço prestado.

No Moinho, a preocupação expressa refere-se às relações internas da Polícia Militar, sobre a qual se manifestaram 80% dos depoentes. Fala-se de forma explícita em 'valorização profissional', com um outro esclarecendo que 'não é só a questão salarial', mas 'é necessário que haja um tratamento mais flexível entre os subordinados e superiores da própria corporação'. 'Seria bom' – acrescenta um terceiro – 'se houvesse possibilidade de diálogo, de conversas dentro da corporação'. Há ainda versões mais radicais: 'o que emperra o funcionamento da polícia comunitária é o tradicionalismo dos comandantes', ou ainda 'vivemos como se fosse numa ditadura militar. Há um controle muito rígido (...) para a polícia comunitária melhorar mais teria que desvincular do regime militar'.



A semelhança temática e de conteúdo desses depoimentos torna necessário lembrar que foram colhidos individualmente, e sem nenhuma indução do pesquisador. As manifestações consignadas davam-se ao perguntar-se ao depoente se desejava acrescentar mais alguma informação

Pelo menos parte das críticas recém mencionadas parece assentar em uma demanda por maior autonomia no trabalho, pois parece consenso que é o policial na rua que 'está em contato com a população e conhece seus problemas', ocorrendo 'centralizações' (deslocamentos do efetivo ou parte dele para outras missões) vistas como desnecessárias e que 'desguarnecem' a região.

Um apoio a tais demandas parece provir do próprio comando, quando esclarece os problemas e dificuldades havidas para a implantação de algumas bases (caso específico das bases de Beira Rio e Santa Isabel), revelando a natureza dos problemas: 'O gestor responsável pelo Batalhão que compreende essas companhias recolheu todo o efetivo, acreditando que a centralização é a melhor forma de se ter controle'.

Introduz-se a questão mais complexa inerente ao modelo verticalizado. Segundo consta, a mera declaração do policiamento comunitário como estratégia institucional, implicaria que, a partir de determinações superiores e normas de comando todos os oficiais (443) estariam envolvidos com o policiamento comunitário. Seguramente o número não pode incluir o comandante recém citado.

Trata-se, como verificado em outros locais, de resistência institucional. Mas, em Mato Grosso pode adquirir uma conotação mais forte, pois como afirmou um coronel entrevistado, ele próprio simpático a causa do policiamento comunitário, 'nem por treinamento, nem por reuniões para definição de estratégias, os comandantes de batalhões e companhias foram suficientemente conquistados para o projeto (ou mesmo informados dele) levando-nos a situação paradoxal de comandar sem participar das decisões'.



A falta de uma concepção doutrinária, ou mesmo de alicerces democráticos ao projeto, pode ser indicada como sua mais aguda fraqueza, no limite, conduzindo a cizânia a própria corporação. Referindo-se ao recente seminário internacional de polícia comunitária realizado em Cuiabá disse um soldado: 'os coronéis não foram porque eles têm inveja de que um major é o comandante'. E relatou um oficial superior: 'nossa presença seria só para aplaudir o governador'.

Aliás, no evento mencionado, foram visíveis aos observadores experimentados, os esforços para personalizar e politizar o projeto, como obra de uma administração (e de atores nomeados). Por mais legítima que seja a reivindicação de autoria de um trabalho realizado, a personalização certamente o expõe as incertezas e vicissitudes políticas, que já vitimaram, no Brasil, projetos mais fortemente estruturados e com base institucional mais densa.

É possível (mas não certo) que a questão da instrumentalização atinja também os Conseqs. No próprio evento mencionado, apresentou-se um líder 'de uma federação de 1200 comunidades', que convidado a discursar o fez com óbvia motivação política pessoal. Também entrevista realizada em Pedregal indicou relações político-partidárias atingindo a 'liderança'. Para dizer o mínimo, a relação entre as comunidades e as instituições de segurança, mediada pelos Conselhos, permanece enigmática.

Conclui-se que o programa desenvolvido em Mato Grosso e caracterizado pelo verticalismo e pelo voluntarismo tem bons resultados para exibir em suas bases de excelência, onde atuam profissionais dedicados. Entretanto, há ainda muitos elementos de incerteza quanto ao seu desenvolvimento, aí se incluindo conceitos doutrinários que conciliem a técnica policial com a democratização das decisões, e em decorrência, a maior autonomia e participação, sejam dos agentes policiais, sejam das comunidades servidas.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;



10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste¹

Em todos os países democráticos do mundo há uma tendência da polícia se tornar mais comunicativa, humanizada e democratizada à medida que no exercício do uso da força autorizada pelo Estado democrático de direito, está também, submetida mais do que nunca ao rígido controle desse mesmo Estado e da sociedade.

O caminho a ser percorrido na direção dos objetivos propostos terá que ser sinalizado por sugestões concretas de políticas de segurança que visem redefinir o papel das organizações policiais no atual contexto e sejam capazes de integrar um processo de produção social que proporcione aumento substancial de confiabilidade dos serviços prestados ao cidadão e satisfação profissional dos integrantes dessas organizações.

Há atualmente uma consciência de uma significativa parcela de dirigentes de polícia, no sentido de romper na prática, com o isolamento das organizações policiais, que estruturadas em modelos considerados na contemporaneidade, arcaicos e fundados em ultrapassados métodos de gestão, tornaram-se pouco sensíveis para compreender o complexo e dinâmico contexto social. Tudo isso resulta em uma deterioração natural das relações entre a polícia e a população de um modo geral, e particularmente, com as comunidades mais pobres.

A nova consciência policial, resultado das liberdades democráticas e da própria ineficiência do modelo policial existente em nossa sociedade busca transformar as organizações policiais caracterizadas pela falta de diálogo entre polícia e comunidade e por uma rígida hierarquia interna, em instituições pautadas na necessidade de

¹ - pelo coronel RR Valdenor Félix da Silva, professor da Academia da Polícia Militar do RN; Este capítulo e o que se segue (do mesmo autor) foram escritos como um único texto e aqui separados para manter o formato contratado. Deve entender-se, portanto que tanto a introdução, aqui desenvolvida, como as conclusões expostas no próximo capítulo referem-se a ambos os textos.

democratização dos processos decisórios relacionados à segurança e a relação de cumplicidade entre os agentes da lei e as comunidades nas quais se inserem.

O Brasil é um país de contrastes e diversidades. Em seu interior há inúmeras práticas e instituições cuja atuação está relacionada também as particularidades de cada região. No caso específico da polícia, embora se tenha diretrizes gerais e mesmo uma instituição, cuja organização interna se pauta em uma forte disciplina e hierarquia, há diferenças marcantes nas suas ações cotidianas, em razão das particularidades de cada localidade.

No presente item, iremos analisar mais de perto a experiência de implantação e efetivação da Polícia Comunitária no nordeste. Inicialmente consideramos interessante ressaltar que mesmo dentro da região há também formas diversas de pensar e efetivar a Polícia Comunitária, o que se deve principalmente a visão de alguns governantes que mesmo colocando em seus discursos a importância e a necessidade da Polícia Comunitária não dão condições reais para que o projeto seja bem sucedido, seja pela diminuição ou corte de verbas, seja pela ausência de uma formação específica que venha a fortalecer ou mesmo possibilitar a transformação na maneira como o agente policial se percebe e percebe a comunidade.

De forma geral, podemos afirmar que no nordeste a partir dos anos 90, setores da própria polícia passaram a verificar que a eficácia das ações de controle da criminalidade comum, mais precisamente aquelas voltadas para os delitos de menor gravidade, não resultavam em nenhum efeito satisfatório, em razão principalmente da falta de cooperação da comunidade. Tal percepção tem levado a polícia, ainda de forma tímida, a reavaliar sua posição de garantir a paz e a justiça social, priorizando a necessidade de maior estreitamento de sua relação com o público.

A busca pelo conhecimento de uma nova forma de policiar interagindo com a comunidade motivou os comandos PM a enviar oficiais para outros Estados, prioritariamente **São Paulo**, e até mesmo para o exterior, Canadá e Estados Unidos, com



a finalidade de conhecer as experiências, obter informações, estudar e analisar os processos desenvolvidos em tais localidades.

Contudo, as informações colhidas não trouxeram os resultados esperados. Em outras palavras, o intercâmbio de agentes e informações não foi capaz de possibilitar o necessário debate entre as corporações policiais e as comunidades, assim como não houve no interior das organizações policiais, qualquer projeto de mudança do comportamento organizacional, o que demonstra que a mudança está relacionada a inúmeros outros fatores.

Não basta conhecer novas experiências ou enviar pessoas para que vivenciem tais práticas, é necessário que toda a instituição esteja disposta a compreender e implantar as mudanças. A Polícia Comunitária, para que não seja uma mera alteração de nomenclatura, tem que estar assentada em uma filosofia diferenciada, e também em uma nova postura técnica e ética, de um lado por parte dos policiais e de outro, diferentemente, por parte das populações nas quais se inserem.

Mesmo que o esforço inicial tenha sido infrutífero, muitas outras tentativas o seguiram e em todos os estados do nordeste, ao menos por uma vez, tentou-se implantar um modelo de polícia pautado nos valores e na filosofia da Polícia Comunitária, mesmo que nos últimos anos tais experiências tenham recebido denominações diferentes. Nos Estados de **Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe** as experiências são chamadas de Polícia Comunitária; Em **Pernambuco**, Patrulha Escolar e no **Rio Grande do Norte**, Polícia do Bairro.

Diante disso, podemos afirmar que as polícias militares da região nordeste tentaram em sua prática cotidiana implantar a prestação de um serviço que não se limitava somente à rotina do policiamento tradicional, tampouco ao atendimento de emergência, mas, que fosse capaz de oportunizar a integração entre polícia e comunidade, mesmo que nem sempre tenham tido sucesso em suas empreitadas.

**Os Estados e suas experiências:**

O clamor social por mais segurança, tendo em vista o crescimento da violência e da criminalidade nos centros urbanos de médio e grande porte; a pressão sofrida pelos governantes para apresentar à sociedade soluções imediatas capazes de diminuir o medo e a sensação de insegurança da população; os discursos políticos e de pregação de uma nova polícia “cidadã”, “interativa”, “de bairro”, “comunitária”, e a oportunidade de buscar melhorar a imagem do governo e da organização policial, são fatores que, inegavelmente, influenciaram a implantação do policiamento comunitário no nordeste.

Mesmo que os motivos se assemelhem e as experiências sejam fruto do que poderíamos denominar de uma crise do modelo policial atualmente em vigor em nossa sociedade, cada Estado tem um tipo diferenciado de experiência que passaremos agora a descrever e analisar.

No Estado de **Alagoas**, mesmo que tenha sido a algum tempo criado um projeto de implantação de Polícia Comunitária, a experiência não prosperou. Percebe-se que não há uma priorização de tal forma de policiamento, embora haja um modelo descentralizado onde ela se insere. Parece existir uma confusão de instâncias, a chefia da PC se localiza no Centro de Gerenciamento de Crises, que funciona de forma a tentar apaziguar situações críticas relacionadas a conflitos sociais. A Polícia Comunitária não conseguiu se autonomizar e, até o término do presente relatório, suas ações não chegaram a se desenvolver.

No Estado do **Ceará**, atualmente não existe nenhum projeto de policiamento comunitário. Há informações de que anteriormente havia no estado um processo em andamento considerado bastante desenvolvido. No entanto, um traço característico da política na região nordeste é a descontinuidade dos projetos nos períodos de mudança de governo, em especial quando os dirigentes pertencem a bases partidárias opositoras e foi esse o caso do **Ceará**. O projeto, que já podia se considerar adiantado, sofreu um



desmanche, restando dele apenas uma base funcionando precariamente situada na cidade de Caucaia, região metropolitana da Capital.

Recentemente foi criada na estrutura organizacional da Polícia Militar - uma Coordenadoria de Polícia Comunitária - que tem como objetivo trabalhar um novo projeto de policiamento interativo de segurança. Até o mês de agosto de 2005, o referido órgão não dispunha de qualquer dotação em recursos humanos, financeiros e materiais para iniciar suas atividades. Diante de tal quadro, consideramos relevantes não somente um repensar sobre o projeto em andamento, mas uma reavaliação das bases em que se propõe o seu funcionamento.

Temos uma pequena quantidade de informações sobre o Estado do Maranhão. Consta que há uma experiência de policiamento comunitário em andamento que, de acordo com nossas observações, não parece ser êxitosa ou mesmo estar plenamente desenvolvida. Conforme nos foi informado há, na capital, cinco bases implantadas, com três oficiais e oitenta praças. No entanto, podemos afirmar que a estrutura é ineficiente ou talvez até mesmo inadequada, pois não é capaz de garantir um bom funcionamento da PC e não há registro de implantação de novas bases ou de ampliação da experiência no Estado. Vale ressaltar, que parece estar em andamento um processo de avaliação do policiamento comunitário, o que, a nosso ver, se configura como um ponto positivo, já que a avaliação pode proporcionar a conscientização dos óbices e o fortalecimento dos aspectos promissores do trabalho.

No Estado da **Paraíba**, a primeira tentativa para implantar um policiamento adotando a estratégia de parceria entre a organização policial e a população data de 1999. O tenente coronel PM Washington França, que participou efetivamente da experiência, nos informou que o insucesso teve como causa principal a forte influência de lideranças políticas que manipularam a execução do projeto de forma a inviabilizá-lo e a impedi-lo de alcançar seus objetivos.



Uma nova tentativa se verificou no ano de 2002, com a instalação de quatro bases comunitárias, sendo três na Capital, e uma em Campina Grande, segunda maior cidade do Estado. Para assegurar a execução do programa, o governo investiu na qualificação dos policiais militares e civis, designados para trabalhar no projeto. A qualificação foi também estendida às populações de inserção da PC, sendo contempladas, portanto, as comunidades de Mussumagro e Paratibe situadas na cidade de João Pessoa.

É importante ressaltar que nos últimos três anos o projeto, embora seja considerado pela atual coordenação como um trabalho precário o que se dá devido à absoluta falta de recursos financeiros, tem se beneficiado de iniciativas educacionais através do Curso de Mobilização Comunitária promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, que já beneficiou sete bairros da Capital e um de Campina Grande. Em 2005, o referido curso foi ministrado nos bairros de Mussumagro em João Pessoa e Jardim Paulistano em Campina Grande, com a participação de policiais civis e militares.

Para planejar e reorganizar o policiamento comunitário a partir das bases existentes, o governo criou uma Coordenadoria junto ao Centro Integrado Policial da Secretaria de Segurança Pública. Ainda segundo o oficial PM acima citado, até o momento de realização da entrevista², nada havia sido feito para desenvolver e fortalecer o projeto de Policiamento comunitário, não somente pela falta de recursos financeiros, mas, também pela deficiência de recursos humanos e materiais indispensáveis para promover as melhorias e as mudanças necessárias.

Um elemento que parece explicitar as dificuldades acima elencadas diz respeito ao número de praças que estão diretamente ligadas ao exercício do policiamento comunitário. Segundo as informações obtidas através da coordenação do

² Entrevista realizada no dia 13 de julho de 2005.



projeto, a Polícia Militar do Estado possui um contingente aproximado de 8.000 integrantes, mas, deste, somente 74 policiais nas duas cidades, João Pessoa e Campina Grande, foram designados para exercer tarefas consideradas de policiamento comunitário. Do efetivo total, há pelo menos 1.000 PMs envolvidos no policiamento ostensivo tradicional no perímetro da Capital, e cerca de 2.000 na região da grande João Pessoa.

Das três bases comunitárias instaladas na Capital, duas estão localizadas em bairros comerciais com uma população aproximada de 55.000 habitantes³, onde se encontram lotados 25 PMs. A outra base está situada em espaço urbano constituído basicamente por casas e edifícios residenciais e prédios comerciais de classe média, com uma população estimada em 29.000 habitantes. Além dessa população a referida área abarca também uma população de 6.500 habitantes de baixa renda. Em toda essa vasta extensão territorial há apenas 11 PMs trabalhando.

Na cidade de Campina Grande funciona uma única base de Polícia Comunitária, com um contingente de 38 PMs, instalada num território que comporta 11 bairros da cidade, dos quais 10 se caracterizam por se constituírem como espaços residenciais e apenas um está prioritariamente destinado ao comércio. Aqui consideramos interessante destacar um ponto que a nosso ver demonstra o nível de desorganização e descaso com o projeto, que é o fato de, na cidade de Campina Grande, a base existente funcionar na sede de um sindicato em sala cedida para tal fim. Diante de tal quadro, embora exista um projeto embrionário de Polícia Comunitária, não há, na verdade, uma iniciativa mais contundente por parte da organização como um todo no sentido de desenvolvê-lo. Apesar disso, não podemos deixar de registrar o esforço e compromisso de alguns em dar continuidade ao programa.

³ Segundo último censo do IBGE, realizado no ano 2000.



Um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do projeto é, segundo o coordenador, a divergência de pensamento entre os dirigentes da organização policial militar com a política de segurança pública que está na base do projeto de PC.

A Polícia Comunitária, conforme já dissemos anteriormente, é, na realidade, um projeto que se assenta em uma avaliação negativa do policiamento hoje em vigor no país. Ela se configura como uma proposta alternativa que aponta para a necessidade não apenas de repensar a instituição internamente, mas também em sua relação com a sociedade. O estado da **Paraíba** parece se situar na contramão de tal avaliação. Pois, ao não assumir o projeto de Polícia Comunitária, tampouco propor uma outra experiência, reafirma o modelo existente, o que, a partir da nossa percepção, parece desconsiderar o que realmente ocorre no Estado, em suas cidades, bairros e ruas.

No Estado de **Pernambuco** a primeira iniciativa relacionada à Polícia Comunitária data de 2001 e tinha como objetivo estabelecer um policiamento que interagisse com os moradores e pudesse se transformar numa parceria capaz de promover um trabalho policial mais interativo. Para alcançar esses objetivos foram criados os Núcleos Integrados de Segurança Comunitária.

Anteriormente, a partir do ano 2000, já vinha funcionando o Projeto Patrulha Escolar, que mesmo enfrentando no seu processo de implantação sérias dificuldades, devido ao relacionamento com diretores, professores e funcionários das escolas, e, sobretudo com o sindicato da categoria que não aceitava o projeto por entendê-lo como indo de encontro aos valores de uma sociedade democrática, já que, a primeira vista, parecia estar centrado na interferência direta do policial militar na escola. A resistência inicial fez com que o governo investisse em recursos humanos, financeiros e materiais para promover melhorias tanto no serviço, quanto na imagem do policial que era impregnada por uma visão preconceituosa centrada na percepção dos agentes como indivíduos autoritários, violentos e arbitrários.



Com a desmistificação ou mesmo um maior entendimento por parte da comunidade escolar do papel do policial na escola, que buscava garantir a segurança de estudantes, pais e professores e colaborar com ações de cidadania para o processo de ensino-aprendizado, o projeto passou a receber a adesão voluntária e quase massiva dos pais de alunos, ganhando com isso novos adeptos e a necessária aceitação da sociedade.

O sucesso do Patrulha Escolar fez com que fossem desativados os Núcleos Integrados de Segurança Comunitária em agosto de 2004. Atualmente, o projeto está implantado em diversos estabelecimentos de ensino da rede estadual, perfazendo um total de 526 escolas atendidas, das quais, 160 estão situadas na Capital, 220 na região metropolitana e 146 espalhadas em 10 cidades do interior do Estado.

O Projeto Patrulha Escolar é coordenado pela Diretoria Geral de Operações e seu pessoal pertence ao Batalhão (BPM) situado na região ou cidade onde é também responsável pelo policiamento ostensivo tradicional.

De forma ampla, o Patrulha Escolar é formado por policiais militares que estando em sua folga na escala normal de serviço do batalhão onde é lotado, utiliza 6 horas desse período de descanso para exercer o patrulhamento escolar. Para cumprir integralmente esse trabalho extra, o policial percebe mensalmente a importância de R\$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais).

As escolas têm em média 3.000 alunos distribuídos nos três turnos para um efetivo aproximado de 850 policiais militares, dentre estes, 23 são oficiais. Um dado bastante significativo para os dirigentes da polícia é o de a Patrulha Escolar ter neste primeiro semestre do ano, apreendido mais armas de fogo do que as unidades operacionais durante o trabalho de rotina.

O Projeto vem se mostrando eficaz e combina elementos do policiamento ostensivo tradicional e de uma nova forma de fazer polícia, que, de certa forma, parece



ter alguns elementos do modelo do policiamento comunitário. De um lado, percebe-se, claramente, que o governo investiu no policiamento ostensivo tradicional, estratégia que oferece em curto espaço de tempo visibilidade e promoção com reduzidos custos, uma vez que toda a estrutura administrativa do Patrulha Escolar é do próprio batalhão. De outro, o patrulhamento escolar tende a aproximar o policial da comunidade e só é possível na medida em que o policial conta com a colaboração de pais, alunos, professores e outros agentes administrativos da escola.

Outro fator considerado importante pela administração policial no que diz respeito ao projeto implantado em **Pernambuco** é o fato do PM não ser incentivado a trabalhar fazendo “bicos” nos horários de folga, preferindo ser remunerado realizando sua própria atividade, além de aumentar, através da presença constante do policial, o seu controle sobre possíveis comportamentos desviantes.

Em **Pernambuco**, atualmente, não se pode falar em policiamento comunitário, mas, por outro lado, percebemos uma preocupação local com a forma de fazer polícia no estado, através da implantação das patrulhas escolares.

No **Piauí** a Polícia Comunitária funciona a partir do que são denominados Centros Integrados de bairros. Um ponto interessante a destacar na experiência piauiense é que o policiamento comunitário está ligado tanto à polícia militar quanto a civil. Há na capital três centros em funcionamento e dois em fase de implantação. No interior do Estado existem dois centros implantados na cidade de Floriano. Não há, mesmo dentro dos comandos da polícia, um consenso geral com relação à experiência, o que é demonstrado pela transformação de um dos centros em delegacia, o que ocorreu por iniciativa da Secretaria de Segurança Pública do Estado. A ação dividiu também a população, pois certa parcela considerou a iniciativa positiva e uma outra a considerou negativa.



Dentre os centros implantados o da Água Mineral, localizado em Teresina é o que, segundo o cel. José Lucimar de Oliveira, coordenador de Polícia Comunitária e cidadania, mais se assemelha ao funcionamento esperado de uma base comunitária. O centro possui um efetivo considerável, cerca de 27 praças, e além disso, conta com uma infra-estrutura avaliada pelo coronel acima mencionado como sendo muito boa, contando com um espaço físico adequado e estando equipado com viaturas e motocicletas para a realização de rondas e atendimento das demandas da população.

De 2002 até meados do ano de 2005 foram treinadas 1.500 pessoas entre policiais civis e militares e moradores das comunidades em que a Polícia Comunitária vinha sendo implantada. Vale ressaltar que em tais centros há uma ênfase no aprendizado de trabalhos artesanais, como também são oferecidas aulas de artes marciais, dança, canto e práticas de esporte e lazer.

Mesmo que a primeira vista o trabalho pareça deslocado da idéia de Polícia Comunitária é na realidade bastante relevante, pois, através dele além de se possibilitar um lugar de encontro para a população, se constrói um espaço de aprendizado, retirando das ruas aquelas pessoas que de outra maneira poderiam, inclusive, estar realizando práticas delituosas. Podemos perceber que talvez seja esse o traço mais interessante da experiência do **Piauí**, que congrega a população local criando espaços de aprendizado e sociabilidade e com isso reforçando os laços comunitários e contribuindo para pensar a questão da segurança pública para além do mero policiamento.

O Estado do **Rio Grande do Norte** iniciou a implantação de um programa de Polícia Comunitária no ano 2000, através da instalação de bases comunitárias em alguns bairros da Capital, especialmente, aqueles onde se concentram os conjuntos residenciais de classe média e de baixa renda.



A experiência não contou com a formalização de um projeto, na realidade, tomou como base o modelo que à época estava sendo implantado na cidade de São Paulo. Sem um ordenamento administrativo, o que se passou a denominar de Polícia Comunitária, foi sendo apresentado, através de reuniões e palestras realizadas nos conselhos comunitários de diversos bairros da Capital, de maneira um tanto quanto desordenada.

As reuniões geraram um clima de euforia com relação à Polícia Comunitária como único caminho para resolução dos problemas de segurança dos bairros. Conselhos comunitários se organizaram, comunidades se cotizaram e alugaram casas para implantação das bases, criaram-se CONSEG's, enfim, a implantação da Polícia Comunitária apareceu e foi apresentada como solução para todos os problemas vivenciados pelas diferentes comunidades.

Para atender a demanda cada vez mais crescente, em especial nos bairros de classe média, foi aberto um concurso público oferecendo um total de 1.000 vagas para policiais militares, cujos aprovados foram incorporados a recém criada unidade operacional denominada 9º Batalhão (BPM). Dentre os policiais já em exercício e os recém contratados um efetivo de 656 integrantes foi incluído em programa de treinamento para Polícia Comunitária, através de cursos, palestras, seminários, etc. Contudo, muitas dificuldades surgiam e se constituíam em obstáculos difíceis de serem superados. Em meio a eles, destaca-se a falta de recursos materiais, mais precisamente, no que se refere às viaturas destinadas às bases comunitárias, com as quais as rondas poderiam se acentuar.

Acreditamos ser importante destacar o papel e a força das comunidades organizadas como impulsionadoras do processo. Mesmo que a experiência tenha se iniciado de forma pouco organizada, sem objetivos claros, copiando um modelo já existente e não levando em consideração as especificidades do local, o fato de ter



tomado, desde o princípio, as populações como parceiras se mostrou um diferencial importante no processo.

A prevenção do crime com base na participação popular é o objetivo último e a peça central do policiamento orientado para a comunidade. Em Natal, pelo fato das comunidades serem constituídas em sua maioria por grandes conjuntos residenciais que formam o bairro, o programa passou a ser chamado de Polícia do Bairro a partir de 2003. A nova denominação, de fato, não trouxe mudanças substanciais, se resumindo apenas a uma alteração de nomenclatura e a transferência da responsabilidade com o projeto para a Coordenadoria de Programas para a Cidadania da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Além disso, foi também criado e ministrado o Curso de Vigilância de Bairro, direcionado tanto para policiais militares quanto para pessoas das comunidades.

A Vigilância de Bairro surgiu no século passado, no início dos anos 70, mais precisamente nos Estados Unidos da América. O programa ganhou, em todo o mundo, variações diversas de acordo com o lugar onde foi implantado, devido aos costumes e a cultura de cada país e as peculiaridades de cada comunidade.

Apesar de ter sido criada nos Estados Unidos é a Polícia Metropolitana de Londres que melhor define a Vigilância de Bairro. De acordo com os princípios que estão na base da experiência londrina ela se compõe de três elementos fundamentais⁴:

- *Vigilância Pública* – Os moradores de uma determinada área são encorajados a se associar e a agir como os olhos e os ouvidos da polícia. Isso requer certa atividade de vigilância por parte dos moradores, prestando atenção a transeuntes e veículos suspeitos e, em seguida, repassando às informações a polícia;

- *Marcação da Propriedade* – A polícia empresta equipamentos para marcar as propriedades de forma que os moradores possam assinalar seus bens com o número da

⁴ SKOLNICK, H. Jerome & BAYLEY, H. David. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo. Tradução Ana Luisa Amêndola Pinheiro, São Paulo: Edusp, p. 19-20, 2002.



casa ou apartamento, o código postal e suas iniciais. Isso pretende ser um fator para desencorajar ladrões e, além disso, um método de proporcionar identificação e retorno mais rápido da propriedade roubada;

- *Segurança da Moradia* – Quando um esquema de Vigilância de Bairro é estabelecido, as forças policiais devem se propor a visitar as casas em toda aquela área, sem cobrar taxas e a fazer recomendações que melhorem a segurança.

Acima de tudo, a Vigilância de Bairro tenta incutir um sentimento de identidade do policial com a população local, ou seja, é preciso que haja um reconhecimento do policial como parte da comunidade e um respeito mútuo entre ambos.

Ao vislumbrarmos e analisarmos de perto os elementos supra citados, considerados por nós essenciais não apenas para o modelo de Londres, mas para o que entendemos como um policiamento comunitário eficiente, resguardadas, é lógico, as devidas especificidades, é possível perceber-se o quanto o programa adotado no Rio Grande do Norte, designado Polícia do Bairro, está distante de tais preceitos.

Atualmente, diversas atividades são exercidas no sentido de fortalecer o modelo de policiamento comunitário, ganha destaque às atividades referentes às reuniões com as comunidades, com as quais são realizadas cursos, palestras e seminários. No ano de 2005 ocorreu ainda à realização do congresso Sul Americano de Polícia Comunitária, que contou com a participação efetiva de diversos representantes das comunidades do Estado e policiais envolvidos direta ou indiretamente com o processo. Todas as ações são planejadas, executadas e promovidas pela Coordenadoria de Programas para cidadania, órgão pertencente à Secretaria de Segurança do Estado.

No Estado a experiência de Polícia Comunitária tem se estruturado a partir da adoção de bases, denominadas como bases de Polícia de Bairro. Na Capital existem treze bases implantadas e seis em fase de implantação. São previstos dois PMs em cada



base diariamente com o apoio de cinco outros PMs em unidades móveis, sendo, três PMs em viatura (automóvel) e dois PMs em motocicleta, com emprego de uma média de duzentos e vinte PMs.

Na região metropolitana de Natal, foi instalada uma base na cidade de São Gonçalo do Amarante, e duas na cidade de Parnamirim. No interior do Estado, somente foi contemplada com o programa a cidade de Mossoró com três bases e cinco em processo de implantação.

Quanto à distribuição social das bases, foram instaladas e estão em fase de instalação na Capital e no interior: três bases em área residencial nobre; sete em área de classe média e dezesseis em área de baixa renda, empregando quinhentos e noventa e um policiais militares⁵.

O programa encontra-se presente em vinte bairros pertencentes às quatro zonas da Capital, atingindo diretamente quinze conjuntos residenciais de médio e grande porte. Aquelas consideradas como iniciativas de maior sucesso são as seguintes: Parque das Dunas, na zona norte, Neópolis e Potilândia, situadas na zona sul e bairro Nordeste, na zona oeste, todas elas localizadas em Natal.

O diferencial se dá, segundo a coordenadoria, pelo trabalho de integração da polícia com a comunidade promovida por lideranças dos bairros. A nosso ver, tal trabalho aponta para a existência de laços comunitários mais fortes que se pautam em experiências positivas no que concerne à participação, a idéia de coletividade e na auto-estima das populações em que as experiências se situam.

Ainda na Capital, são apontadas também áreas onde as bases não obtiveram êxito, sendo elas: Parque dos Coqueiros e Gramoré, conjuntos residenciais periféricos de baixa renda localizados na zona norte e o conjunto residencial Candelária, zona sul,

⁵ Dados fornecidos pela Coordenadoria de Programas Para a Cidadania e constante do Questionário nº 2 da pesquisa



formado por classe média, onde, segundo a coordenação do programa, a presença da polícia não é sequer notada pela população, tendo em vista que há uma forte resistência, pautada em certo preconceito e uma visão negativa das instituições policiais.

Em tais localidades há também uma pequena participação dos moradores na determinação dos rumos da polícia, além de uma cultura de atomização do ser humano que, em tal processo, é transformado em indivíduo isolado, o que se deve não somente as formas como as relações se erigem em nossa sociedade, mas também por se inserirem em territórios no quais se concentram grandes empreendimentos comerciais da Capital.

Um elemento que merece ser ressaltado no Rio Grande do Norte e que parece diferir da maioria dos Estados da região é que, mesmo com a mudança político-partidária do governo do estado o programa de Polícia Comunitária continua sendo desenvolvido, apesar de ser hoje denominado Polícia do Bairro. Assim, em 2005 foram construídas novas bases dotadas de moderna arquitetura. Oito delas em bairros de classe média da zona sul, e apenas uma instalada no bairro Felipe Camarão, que se configura como uma área de baixa renda, localizado na zona oeste da Capital.

Quanto aos Conselhos Comunitários de Segurança, ao contrário do que ocorre no Estado da Bahia, no Rio Grande do Norte, não há interferência estatal em sua criação ou mesmo funcionamento. Segundo informa o Tenente Coronel ex-comandante do 9º BPM e oficial responsável pela implantação do programa de Polícia Comunitária no Estado, ficando à frente do projeto por mais de três anos, não existe nenhum controle sobre a criação dos CONSEG's.

Segundo o entrevistado houve, inclusive, casos em que alguns conselhos foram formados em face da existência de dissidência dentro dos Conselhos Comunitários de alguns bairros, o que motivou a criação de grupos contrários que se

separavam dos conselhos e fundavam o CONSEG, onde iniciam uma disputa de poder na comunidade, aumentando ainda mais as dificuldades para a interação entre polícia e comunidade.

A experiência relatada pelo entrevistado demonstra a existência de uma tênue participação comunitária, o que, prejudica em muito a efetivação da Polícia Comunitária que, para ser realmente eficaz deveria estar assentada na organização e participação popular. Em tais locais a participação está basicamente centrada em lideranças que, por sua vez, travam entre si uma luta pelo poder e, portanto, não têm uma prática voltada de fato para as demandas e fortalecimento das populações que representam.

Durante a realização da presente pesquisa dois bairros foram escolhidos para realização de pesquisa domiciliar, visando avaliar os serviços públicos, dentre eles, o policiamento, sendo estes o bairro Nordeste, apontado pela PM como um local onde há uma experiência bem sucedida no que concerne a PC e o bairro Gramoré, onde não ocorreu o êxito esperado pelo programa. Dentre os itens avaliados estão os transportes, a Limpeza Pública, a Escola, os Postos de Saúde e o Policiamento.

No corpo do presente texto, trabalharemos mais especificamente com os dados referentes ao policiamento. É importante frisar que no bairro Gramoré foram ouvidas 30 famílias, dentre as quais 27 consideram o policiamento muito ruim, o que representa 90% dos entrevistados, as demais opiniões se dividem entre falho e razoável, não havendo qualquer referência positiva ao serviço prestado pela polícia.

O resultado, a partir de certo ângulo, remete a própria experiência de Polícia Comunitária no local que não conseguiu se firmar e desenvolver um trabalho realmente significativo, de outro, a percepção geral da ineficiência do modelo de policiamento existente. No cômputo geral o policiamento apareceu como o pior serviço público local, apresentando um alto nível de rejeição, o que vem a demonstrar a necessidade de uma

reforma estrutural que possa vir a transformar ou ao menos trazer novos elementos para a realidade local.

No Bairro Nordeste, por sua vez, os dados apontam para uma outra realidade, na qual o policiamento oscila entre bom e razoável, sendo visto por uma parcela significativa das famílias entrevistadas como um serviço considerado bom (53,3%) e por uma outra parcela, (33.3%) como razoável. Os demais itens foram todos citados uma única vez.

Os resultados acima descritos apontam para uma visão mais positiva do policiamento, o que se deve, dentre muitos outros motivos, a configuração e organização local da Polícia Comunitária. Mesmo que não possamos perder de vista que há ainda um longo caminho a percorrer para que o serviço de policiamento comunitário venha a se configurar como realmente eficaz não podemos, por outro lado, deixar de notar que, certamente, há pontos fortes na experiência que tem lugar no bairro Nordeste.

As divergências existentes entre um e outro espaço demonstram, dentre outros aspectos, que o sucesso ou não da experiência da Polícia Comunitária está relacionado à própria configuração do espaço no qual ela se insere. E este talvez seja um dos maiores desafios e, porque não dizer, uma grande dificuldade no processo de implementação do projeto, pois cada lugar exige do policial flexibilidade para atender e perceber as necessidades das populações específicas.

Mesmo mediante de experiências bem sucedidas e outras completamente desastrosas, reconhecemos o esforço empreendido para que o projeto de Polícia Comunitária ou de Polícia do Bairro vença obstáculos e possa manter-se presente junto às comunidades. Não podemos esquecer que o projeto já se encontra em funcionamento há cinco anos, porquanto, apenas ocorreu uma mudança na denominação original e, embora, seja notória a deficiência em recursos humanos financeiros e materiais, tem apresentado resultados que justificam a permanência.



No **Rio Grande do Norte**, mais especificamente nas cidades de Natal e Mossoró, existe, sem dúvida, um policiamento mais visível e orientado para o atendimento das demandas cotidianas dos moradores dos bairros em que se insere, não obstante, é preciso reconhecer que ainda há uma enorme ausência de informações, tanto dos policiais quanto da população, acerca da verdadeira finalidade e dos objetivos do policiamento comunitário.

O que, de acordo com nosso entendimento se dá pela falta de um planejamento estratégico embasado em pesquisas e estudos mais aprofundados das questões genuinamente comunitárias, do desconhecimento dos obstáculos existentes nas próprias polícias, que preservam estruturas incompatíveis com uma polícia moderna, pois geram e mantém o comportamento organizacional originado pela mudança de 1969⁶.

Além disso, destacamos ainda a falta de um envolvimento mais concreto com a formação da Polícia Comunitária, pois entendemos que, para ser eficiente ela exige uma mudança de mentalidade, na qual a polícia perceba as comunidades como parceiras e estas, por sua vez, construam uma nova visão do policial, que deverá estar pautada no respeito e confiança mútua. Essas são, sem dúvida, as principais causas da instabilidade dos programas e insucessos, não apenas no **Rio Grande do Norte**, mas nos diversos Estados e regiões do Brasil.

Em **Sergipe**, segundo as informações coletadas, existem vinte e cinco bases implantadas na capital e sete em fase de instalação no interior do Estado, que ocupam cerca de 10% do efetivo da tropa. A experiência, ao menos aparentemente, parece estar ainda em fase inicial e as poucas informações coletadas por nós não nos permitem inferir maiores considerações.

⁶ As Polícias Militares, com raras exceções preservam a estrutura e o modelo organizacional ditados pelo Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganizou as polícias para o policiamento ostensivo com ênfase nos valores militares.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste e Bahia¹

Os programas de policiamento comunitário mais antigos do país, em geral buscaram inspiração da nova Constituição Brasileira, de 1988. O do **Espírito Santo**, todavia, remonta ainda a um documento anterior, a Resolução 34/169 das Nações Unidas, que preconizava que 'toda instituição policial deve ser representativa da comunidade'.

Já em novembro de 1985, um decreto instituía e possibilitava os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (mais tarde denominados Conselhos Interativos de Segurança Pública), estabelecidos na forma de Organizações Não Governamentais e reconhecidos 'sem formalidades legais'. O mais antigo encontrava-se instalado no município de Alegre (1988), mas o mais bem sucedido e durável deu-se com a experiência da Guaçuí (1994), que se tornou um exemplo de policiamento comunitário, inclusive inspirando outros programas nacionais (como o do Amapá) e obtendo prêmios e reconhecimento internacional.

A experiência fundava-se na ampla autonomia dos comandos locais, com o projeto descrito como a 'polícia dos capitães'. O sucesso do modelo inspirou a generalização que se buscou promover através de cursos do Modelo Interativo de Polícia ministrado nos municípios de Guaçuí e Alegre atingindo Oitenta por cento dos oficiais ali lotados. Aliás, desde a época, todos os cursos de formação e especialização da PM passaram a ter como matéria obrigatória as disciplinas 'Sistema de Polícia Interativa' e 'Direitos Humanos'.

1 - pelo coronel RR Valdenor Félix da Silva, professor da Academia da Polícia Militar do RN;



Mesmo que a iniciativa mereça ser reconhecida e tenha o mérito de socializar informações sobre a filosofia e os preceitos da Polícia Interativa, é preciso não perder de vista que uma única disciplina não é capaz de dar conta da complexidade que envolve o entendimento e a prática de tal projeto e mesmo os cursos modulares, por serem de curta duração e oferecidos esporadicamente, não possibilitam uma compreensão mais aprofundada das questões que envolvem o novo modelo policial proposto.

De acordo com o nosso entendimento, quaisquer tipos de treinamento envolvendo a Polícia Interativa ou Comunitária teriam que estar pautados na disseminação não apenas de uma nova filosofia para o policiamento, mas, e principalmente, na construção de um novo agir por parte dos policiais. Dito de outra forma trata-se de buscar trabalhar teoria e prática de forma entremeada, estando o policial, inclusive em contato direto com a população e sendo habilitado não apenas para o cumprimento eficiente das normas superiores, mas para se comportar como agente capaz de, juntamente com as populações nas quais se insere, procurar saídas para os problemas com os quais se depara. A nós parece que não é o que ocorre no Estado em nível de formação.

O modelo de polícia Interativa vai passando por diversas modificações ao longo do tempo devido à própria dinâmica da realidade do Estado. Em 1995, por ato governamental, o projeto declarava-se como filosofia institucional. E rapidamente encontravam-se instalados 120 conselhos interativos de segurança, atingindo todos os 98 municípios do Estado. Mais adiante, os cursos de formação - entre 1999 e 2002 - ministrados através de convênio entre a PM e UFES passaram a atingir também policiais civis e membros da comunidade.

Todavia, a ambição de generalizar, combinada com a recém introduzida noção de 'qualidade total', implicou algumas modificações significativas ao projeto original. Em princípio, na já então denominada 'Polícia Interativa' introduziu-se um SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão) em cada unidade operacional de PM, coordenada por uma



Assessoria do Comando Geral. Simultaneamente, de acordo com os princípios da 'qualidade', desenvolveram-se procedimentos complexos de avaliação e controle do trabalho realizado (com 56 quesitos a serem observados).

Tornando-se compulsória e sob a avaliação permanente, a atividade reduziu em princípio a autonomia dos capitães, uma das suas virtudes apregoadas. E ainda passou a regular os Conselhos criados 'sem formalidade'. Para citar a propósito alguns dos quesitos da avaliação, pode-se mencionar a periodicidade das reuniões, a quantidade de membros presentes e a lavratura de atas das reuniões dos CISP, e ainda seu registro e as respostas formais e escritas às suas demandas.

Em anos recentes, face às mudanças políticas no Estado (e ainda a resistência de 'muitos oficiais') o projeto esteve virtualmente paralisado. Mesmo assim, é considerado hoje como totalmente desenvolvido. Fundado nas 'regiões' de policiamento (correspondentes as companhias instaladas) um Serviço de Atendimento ao Cidadão ou Conselho Interativo de Segurança, pode abranger vários bairros (assinala-se, por exemplo, que a 1ª Cia. do 1º Btl. cobre onze bairros da capital, e possui apenas dois SACs).

Ao todo, são oito regiões na capital, dezenove na área metropolitana (municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana), dez em Linhares, e outras em mais dezesseis municípios do Estado. O policiamento interativo envolve ao todo 1.247 policiais (é possível refira-se apenas a Vitória e sua área metropolitana).

Note-se finalmente que a repercussão externa e a avaliação altamente positiva (internacional e nacional) formaram-se sobre alguns projetos localizados (o de Guaçu e posteriormente o do Morros do Quadro, em Vitória). Há outros – os de Linhares e o da Praia do Canto na capital – onde um indicador de 86% de aprovação pelas populações de inserção é demonstrativo de iniciativas bem sucedidas.



Mas, a informação consigna também problemas e distorções que consistem em policiamento seletivo (aplicado apenas nas áreas mais ricas e voltados para crimes contra o patrimônio em detrimento das zonas de baixa renda e aos crimes contra a pessoa) patrocinado por oficiais superiores; ênfase nas contribuições financeiras das populações de inserção (proibida, recentemente, por Decreto governamental); falta de integração com outros setores do aparelho de Estado (explicitamente, Prefeituras, Polícia Civil, Judiciário e Ministério Público); e finalmente, carência de recursos e equipamentos (irregularidade nas políticas de finanças públicas) que obriga, por vezes, ao estabelecimento de parcerias nem sempre desejáveis com empresas privadas.

O projeto de Polícia Comunitária ou Polícia Interativa do **Espírito Santo** já foi considerado o melhor do país (sendo chamado inclusive de polícia campeã brasileira), tendo ações consolidadas e um policiamento extremamente eficaz. Atualmente, com as mudanças ocorridas no projeto, a Polícia Interativa sofreu um processo de desmanche não conseguindo atender as demandas da população. Um dos principais aspectos que contribuíram para a derrocada do projeto foi à centralização das ações, pautada em uma visão hierárquica que inicialmente havia sido superada. Com tal centralização surgiram os SACS, cujas ações não conseguem ultrapassar os procedimentos burocráticos, se constituindo como postos policiais de atendimento ao cidadão, mas não mantendo com ele nenhuma relação mais próxima.

Torna-se complicado pensar as razões porque um projeto que alcança 86% de aceitação por parte da população sofre um processo de sucateamento. Sem dúvida, muitos fatores devem ter contribuído para tal fato. Mas, além do acima citado, gostaríamos ainda de destacar que, quando do seu início, toda a filosofia e prática da polícia interativa estava pautada na realidade local, o que garantia um certo ineditismo ao projeto e também o fazia estar quase absolutamente em consonância com os anseios da população. Tratava-se de um trabalho descentralizado, no qual ocorreu um

fortalecimento da auto-estima tanto do policial quanto dos demais cidadãos do Estado, havia, de fato, uma interação entre a polícia e a comunidade.

As mudanças implementadas ao longo do tempo, no entanto, deixaram de lado as necessidades locais e passaram a adotar procedimentos mais gerais, que, em grande parte desconsideravam a experiência do lugar e com isso se afastaram enormemente da realidade e comunidades nas quais se inseriam. Ocorreu uma tendência de institucionalizar, a exemplo de alguns Estados, um modelo pautado na quantidade. A prioridade passou a ser o aumento do efetivo de policiais treinados para o trabalho comunitário, mas, ao menos aparentemente, os elementos qualitativos que são os verdadeiramente importantes no processo foram desconsiderados. Entendemos que é importante repensar o modelo existente, sem esquecer que, algumas vezes, para se avançar é preciso aprender com os erros e acertos do passado.

O Estado da **Bahia** também merece destaque, pois lá se registra a primeira experiência do tipo implantada em 1999 e denominada Projeto Polícia Cidadã. O projeto, inicialmente, tinha como base duas prioridades: a integração da polícia com a comunidade e a gestão pela qualidade de serviços. Essa experiência não prosperou.

Após esse primeiro insucesso e tendo havido uma reavaliação dos erros e acertos cometidos no processo, a Polícia Militar baiana percebeu a necessidade de promover uma reforma em sua estrutura organizacional para tentar assumir os novos desafios com os quais se deparava. A reforma fez surgir em 2003, o Departamento de Qualidade, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - DQPDT, órgão de planejamento operacional e administrativo ao qual cabe a responsabilidade de supervisionar a implantação do novo Projeto Polícia Cidadã em todo o Estado, no qual se inclui o policiamento comunitário.

Em sua nova fase, o projeto instituiu o Curso de Gestão da Qualidade em Segurança Pública – Polícia Comunitária e Qualidade, com duração de 40 horas/aula. O



curso tem a finalidade de treinar o efetivo existente na corporação, objetivando conscientizar através da educação os policiais para uma nova forma de abordagem do cidadão e também para uma atuação pautada em rigorosa obediência aos direitos, normas, preceitos e valores sociais, de acordo com o que estabelece o manual do aluno do referido curso².

Contudo, mais uma vez, o projeto foi interrompido em meados de 2004, sem atingir a meta inicialmente estabelecida para o treinamento de pessoal, por falta de recursos financeiros. Segundo o oficial chefe do Serviço de Gestão da Qualidade do DQPDT³, o projeto deverá ser retomado até o final do corrente ano, com a previsão de treinar três mil policiais militares na Capital, e em seguida, deverá se estender ao interior do Estado. Além disso, o treinamento previsto deve contemplar as 79 (setenta e nove) unidades operacionais (UOp) entre batalhões e companhias independentes que estão envolvidas, atingindo cerca de 30.000 (trinta mil) policiais militares.

Segundo o major Lázaro o primeiro passo para a retomada do projeto é a instalação de um Comitê de Qualidade em Serviços nas unidades operacionais (UOp), a quem cabe a responsabilidade direta da implantação da polícia cidadã, e especificamente, o policiamento comunitário, em suas respectivas áreas de atuação. O comitê estaria ainda *'apoando os comandantes de unidades operacionais nos limites de sua competência, identificando obstáculos a serem removidos e responsabilizando-se pelas políticas e diretrizes de qualidade e produtividade no âmbito administrativo e operacional da unidade'* (Polícia Militar da **Bahia**, 2003, p. 15).

Um elemento que consideramos importante ressaltar é a inexistência de bases de policiamento comunitário inseridas em bairros, o que, a nosso ver, reforça a distância entre policiais e comunidade. O gerenciamento do policiamento comunitário,

² Manual do Aluno do Curso de Gestão da Qualidade em Segurança Pública. Salvador: Polícia Militar da Bahia, DQPDT, Set/2003.

³ A entrevista com o Major Lázaro Raimundo Oliveira Monteiro foi realizada em 25/08/2005.



na realidade, se dá a partir das unidades operacionais, de onde todo o trabalho é encaminhado, planejado e as atividades distribuídas.

Diante de tudo isso, percebemos que não houve uma mudança significativa do comportamento organizacional que possibilitasse viabilizar o projeto e desburocratizar procedimentos, haja vista, ser o Comitê de Qualidade em Serviço, uma sobreposição de estruturas de poder na unidade operacional, de característica de administração conservadora.

Como segundo passo, a PM determina a implementação do Núcleo de Qualidade em Serviços: *'será efetivada a formação do Núcleo de Qualidade em Serviços da Unidade. Esta repartição será a responsável pela assessoria direta ao comandante da unidade operacional, nos assuntos que digam respeito à operacionalização da implantação do Projeto de Polícia Cidadã na unidade operacional. O chefe deve ser um oficial, com perfil voltado aos desafios institucionais; criativo, comunicativo e comprometido com a causa policial militar'*(idem, 2003, p. 16)⁴.

O programa que se busca implantar na organização policial da **Bahia** é, sem dúvida, meritório, porque procura estabelecer normas de ação calcadas na qualidade, isto é, na excelência da prestação do serviço policial ao cidadão. Entretanto, as entrevistas realizadas com oficiais e as publicações de manuais, cartilhas e outros documentos, mostram fortes contradições no projeto. De um lado, a corporação busca eliminar práticas policiais incompatíveis com uma sociedade detentora de direitos e garantias constitucionais, portanto, cidadã, mas, por outro lado e ao mesmo tempo, não adota uma estrutura descentralizada, tanto territorialmente quanto no que concerne a questões relativas ao exercício do poder.

⁴ O DQPDT não soube informar como se verifica a seleção para a escolha do oficial que possui o perfil exigido pela organização.



A estrutura existente, portanto, está ela mesma imersa em uma série de contradições. Há uma forte concentração de poderes nas mãos de comandantes de unidades e uma enorme estrutura, cuja organização e gerenciamento são dificultados pela sua amplitude. Além disso, poderíamos ainda citar a questão da formação que embora esteja pautada em valores como democracia, cidadania e respeito ao outro, esbarra em um modelo educativo que parece priorizar a quantidade em detrimento da qualidade.

Diante do quadro acima delineado uma série de questionamentos se impõe ao nosso olhar, tais como: é possível trabalhar com 30.000 pessoas tendo por base cartilhas de orientação, um manual e outros documentos? Não seria necessária a leitura e exploração de teorias ou outras bibliografias que permitissem uma leitura crítica da realidade da Polícia Comunitária? Como mudar a polícia a partir de estruturas que não levam em conta a realidade da população? Um curso de 40 horas/aula habilita o policial técnica, ética e criativamente para responder as demandas a ele solicitadas?

Consideramos necessário repensar tais aspectos para que a polícia cidadã venha a ser realmente efetiva. A implantação do projeto deve ser, sem dúvida, gradual. A formação é de extrema importância, mas, acreditamos que seja necessário rever suas bases. Tal afirmação se baseia, principalmente no conceito de Polícia Comunitária cunhado por Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux que o definem como: *'uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área'* (IN: Marcineiro e Pacheco, 2003, p. 83).



Pelas declarações prestadas, pode-se afirmar que pelo menos, no nível teórico, a idéia principal do projeto em vigor na **Bahia** é permitir que todos os integrantes da organização policial obtenham informações e conhecimento sobre como deve ser o trabalho de uma força policial e sua relação com a sociedade no Estado democrático de direito. O projeto proposto não é de Polícia Comunitária, contudo, cria uma expectativa de que essa estratégia venha a se concretizar.

Destarte, na reforma idealizada pelo DQPD, ao concentrar excessivo poder nos comandantes de unidades operacionais, acaba por operacionalizar uma estratégia altamente hierarquizada e excludente com vistas a eliminar os conflitos organizacionais e superar as reações por parte daqueles que não concordam com o projeto, ao mesmo tempo em que os comandantes de unidades são também responsáveis por convocar e organizar os conselhos comunitários de segurança – CONSEG's, sobre os quais estabelecem um rígido controle.

Embora, a polícia cidadã possa, à primeira vista, parecer de fácil compreensão, é na verdade um projeto complexo que se assenta em uma mudança tanto estrutural quanto ideológica da organização e dos agentes policiais e, por isso mesmo, a execução do programa enfrenta grandes obstáculos. Conforme destacamos anteriormente o treinamento de pessoal é, sem dúvida, um enorme desafio. Trata-se de um programa ousado que para se mostrar efetivo e eficaz precisará realizar uma mudança significativa na cultura e no comportamento organizacionais e não somente reformas pontuais, do contrário, o projeto polícia cidadã, será apenas mais uma estratégia institucional voltada unicamente para criar uma nova imagem da organização policial.



Em **Minas Gerais** o procedimento para a intervenção do policiamento comunitário encontra-se definido do seguinte modo: *'os critérios utilizados são o índice de criminalidade e depois o envolvimento social. Surgida à demanda, os comandantes locais decidem pela aplicação da técnica de Policiamento Comunitário. Criamos o GPAR (Grupo Especializado de Atuação em Áreas de Risco). Possui três pilares básicos para o cumprimento de suas finalidades: 1º Prevenção através da filosofia de Polícia Comunitária; 2º Repressão Qualificada (...); 3º Promoção Social (auxílio a atividades do poder executivo ou outros órgãos).'*

Não se obtiveram dados sobre missões específicas que envolvessem o policiamento comunitário, ressalvado apenas que cabe a Sessão de Planejamento do P3 (Unidade Operacional) *'o acompanhamento dos Conselhos de Segurança Pública'*. Entretanto, não se indicaram atividades regulares de relacionamento com a comunidade, número, função e constituição dos Conselhos de Segurança Pública instalados ou sua extensão territorial pelo Estado.

No que tange a formação, a disciplina 'Policiamento Comunitário' consta na formação de todos os integrantes da polícia militar (desde 2002) e será também incluída nos cursos de reciclagem e de especialização. Informou-se ainda que em 2005 estariam sendo capacitados mil e quinhentos policiais militares e mil policiais civis (com toda a orientação metodológica da Senasp), além de cinquenta multiplicadores, prevendo-se também seminários regionais em diferentes pontos do Estado, com *'comandantes, chefes de polícia e líderes comunitários'*.

No início da década de '90, com a publicação da Diretriz de Policiamento 3001, constituiu-se o 22º Batalhão, *'com a incumbência de implantar e implementar o policiamento comunitário na região sul da capital'*. Outros batalhões vieram também a incorporar a atividade.

Embora já na época fosse registrada uma atividade acadêmica sólida no Estado e sobre o tema, aparentemente não refletiu de imediato no cotidiano da corporação. E, ao que parece, o modelo foi deformado e derivou para processos de natureza extorsiva, ao ponto de ocorrer um caso único no Brasil no qual se registrou um protesto contra o policiamento comunitário: seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado, aprovou uma 'moção de repúdio ao policiamento comunitário'⁵ onde se lia *'Essa tentativa tem tentado institucionalizar a prática de cobrar duas vezes pelo mesmo serviço, quase sempre de péssima qualidade (...) Trata-se, portanto, do engodo da parceria, que promove distribuição extremamente desigual do serviço e mantém os componentes de exclusão e violência'*.

Bloqueada, a iniciativa tendeu ao desaparecimento, e afinal, em 2002, a Diretriz foi revogada e substituída por uma outra (número 4) onde *'consolidamos a atual filosofia de Polícia Comunitária'*.

O comando do policiamento comunitário encontra-se no Núcleo de Prevenção Ativa, subordinado à chefia da seção de Emprego Operacional. Em cada batalhão, há um oficial responsável (P3), cuja autonomia, no entanto, parece reduzida.

As informações oficiais que deveriam preencher este capítulo, no caso de Minas Gerais, são escassas e fragmentárias. Ao que consta, as primeiras experiências ocorreram em 1989, com o Policiamento Distrital, onde *'um policial específico era responsável por um bairro, com equipamento e viatura próprios e também por contatar a comunidade e descobrir os anseios com relação à segurança pública'*⁶.

O protesto ocorrido demonstra que um projeto, por mais bem intencionado ou revolucionário que seja, é construído no dia-a-dia e sujeito a obstáculos e as próprias limitações humanas.

⁵ - AL/MG, 20 de agosto de 1998;

⁶ - Cf. já informado, a PM de MG não forneceu informações escritas. As frases entre aspas, exceto se houver outra menção, referem-se a anotações de uma entrevista verbal feita com o major Leonardo.



A filosofia e as propostas que estão no cerne da Polícia Comunitária são, sem dúvida, de extrema importância para a construção de um novo modelo de policiamento pautado em valores como a participação, o respeito, a cidadania e a equidade, no entanto tais valores precisam ser expressos em ações e nem sempre isso ocorre.

Quando não há um entendimento dos papéis e funções de cada uma das partes, muitos complicadores dificultam ainda mais o processo. A população não se sente parte atuante e reage como se dela fossem cobradas ações que na realidade deveriam estar a cargo do poder público. O mesmo também pode ocorrer em nível de policiais, que se sentem pressionados pela população e invadidos nas suas responsabilidades e competências. Fazer Polícia Comunitária, como já foi dito algumas vezes no corpo desse relatório, implica na construção do novo, tanto por parte dos policiais quanto das populações com os quais eles se relacionam. Se não há uma comunicação e um diálogo constante entre esses dois pólos o projeto tende a ser corrompido pelas suas próprias contradições, o que, parece ter ocorrido no Estado de **Minas Gerais**.

Assim, o policiamento comunitário no Estado, ao que se depreende dos dados, trata-se não de uma filosofia institucional, e nem mesmo de uma estratégia da corporação, mas apenas de um instrumento tático dentre outros disponíveis.

O Estado do **Rio de Janeiro** tem sido palco de experiências avançadas e pioneiras, tanto do ponto de vista doutrinário, como em experimentos concretos em policiamento comunitário, o estado, possivelmente devido ao que o próprio comando denomina de '*pêndulo das políticas de segurança*', não conseguiu desenvolver um projeto com fortes radicações e amplitude compatível às necessidades da realidade sócio criminal da área.

Previsto no plano diretor da Polícia Militar desde 1984, instalou-se na forma de policiamento fixo para micro regiões da capital, nos bairros de Copacabana, Grajaú,



Urca, Jardim Sulacap, Laranjeiras, Flamengo e Botafogo. Seguiram-se outros. Embora de modo já oscilante quanto ao empenho no desenvolvimento, pareceu prosperar até pelo menos 1993, quando foi criado um batalhão escola de policiamento comunitário na ilha do Governador. Esse empreendimento, todavia, em pouco tempo restaria sem função, pois o processo entraria em declínio. Destacam-se ainda dois projetos tópicos: Copacabana (1994), Cantagalo, Pavão e Pavãozinho (2000) que viriam a se constituir em referência pela integração com a comunidade e pelos resultados obtidos.

Na maior parte dos anos '90 e ressalvadas as experiências mencionadas, o projeto esteve em declínio. Relegado ao segundo plano, tornou-se pontual e afinal, explicitamente contra indicado, (o projeto tardio de Cantagalo, Pavão e Pavãozinho já é inteiramente excepcional e representa mais uma oscilação dos 'pêndulos das políticas de segurança') de modo a que o repertório de experiências adquiridas virtualmente se perdesse não sendo mais mencionadas nos relatos oficiais.

A retomada dá-se em 2001, quando a filosofia do policiamento comunitário já se disseminara pelo país e sob novos parâmetros. São criados os módulos de policiamento comunitário. Tais módulos, qualquer que tenha sido a concepção original, parecem ter se destinado a uma atuação tática. Subordinados operacionalmente ao Batalhão referem-se administrativamente ao NAAE (Núcleo de Articulação de Ações Estratégicas), por sua vez subordinado ao Comando de Policiamento de Áreas especiais (CPAE). Não se imagina, portanto, seu emprego rotineiro, mas apenas nas áreas especiais, que assim se definem: *'localidades onde haja confronto com marginais da lei, normalmente vinculados ao tráfico de entorpecentes'*, casos em que o módulo é acionado, *'entrando com a filosofia da Polícia Comunitária, juntamente com ações sócio-culturais de outros órgãos, governamentais ou não'*.



No momento, *'encontram-se cobertos três municípios, a saber: Niterói, Petrópolis e Rio de Janeiro'*. Seguem-se áreas de circunscrição com os respectivos efetivos. No Rio de Janeiro: Santa Tereza (43 PMs); Laranjeiras, Botafogo e Urca (32 PMs); Anchieta, Jabour, Sulacap e Mallet (16 PMs); Leme e Copacabana I, II e III (37 PMs). Em Niterói: Ingá, Santa Rosa, Pé Pequeno, Icaraí e São Francisco (48 PMs). E em Petrópolis: Centro, Correias, Itaipava e Quitandinha (12 PMs). O total de agentes envolvidos (entre soldados e praças) é de 227, o que constitui 0,6% do efetivo da corporação (o mesmo indicador se aplica aos oficiais).

Entretanto, a mesma informação, na mesma página, introduz outros locais e efetivos, fazendo crer que nessas áreas a intervenção não se dá pelos módulos acima descritos. *'Atualmente o efetivo do GPAE's'* (dos grupos de policiamento em áreas especiais, não dos módulos comunitários) é de 372 PMs, nas seguintes comunidades: Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Cavalão, Chapéu, Mangueira-Babilônia, Vila Cruzeiro, Complexo do Alemão, e Formiga/Casa Branca/Chácara do Céu. O programa dessa intervenção é *'estabelecer uma relação de confiança e reciprocidade em comunidades conflagradas, entenda-se favelas. Dessa forma tanto a polícia como a comunidade por ela assistida passam por uma mudança na forma de se relacionar, surgindo uma parceria altamente salutar para ambas (...) Tal programa está em fase de estudos visando sua ampliação para outras bases onde a presença do narcotráfico subjuga os moradores'*.

Como exemplo de módulos bem sucedidos, citam-se os do Interior e de Botafogo, onde o *'relacionamento da população com a PM é constante e efetivo, com alto nível de aceitação e apoio da sociedade'*. Como problemático, há referência a Santa Tereza, pela heterogeneidade da população, *'com várias favelas nos arredores'*, difícil acesso e *'baixo nível de relacionamento entre PM e os cidadãos'*.



Desde 2003 não são realizados cursos de treinamento ou capacitação em policiamento comunitário. Nos últimos cinco anos, receberam treinamento 382 PMs e dois guardas municipais. Um curso encontra-se idealizado para que *'futuramente possam ser ampliadas as áreas cobertas pelo projeto'*. A mesma fonte informa ainda que desde o ano 2000 o projeto de policiamento comunitário não recebeu nenhuma dotação orçamentária específica seja do governo estadual ou federal.

Quanto aos Conselhos Comunitários de Segurança, instituídos por uma resolução de 1999, lhes foi atribuído um caráter 'consultivo', e não guardam qualquer relação com os módulos de policiamento comunitário. Constituem comitês de cidadãos que se reúnem regularmente com o comandante do batalhão e os delegados de polícia civil da circunscrição de *'aproximar a comunidade das organizações policiais, restaurando assim a sua imagem; conhecer melhor os problemas da localidade (...) e delimitar melhor as atribuições das organizações policiais e as missões de outros órgãos'*.

Desses conselhos, *'muitos foram desativados ao longo do tempo'*, e numa tentativa de revitalizá-lo editou-se uma nova resolução (2003), cuja eficácia parece ter sido pouca. E a secretaria de segurança solicitou um estudo para modificar o processo.

Atualmente, numa tentativa de combater o formalismo das reuniões, em vários pontos vem se procedendo a realização de 'cafés comunitários', nova tentativa de reforçar o relacionamento. Relata-se a existência no estado de vinte e um conselhos comunitários, e a realização periódica de trinta e nove 'cafés comunitários'.

Como projetos sociais desenvolvidos foram mencionados apenas o PROERD e o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã, destinado a preparar multiplicadores para capacitação e reciclagem dos policiais, e realizado em parceria com a ONG Viva Rio e a iniciativa privada.



Como em vários Estados do país o **Rio de Janeiro** esbarra em suas próprias contradições. Um estado em que o nível de violência é altíssimo, onde as relações societárias dominam e há inúmeros problemas relacionados à violência e a criminalidade, o modelo de polícia comunitária, para ter sucesso, teria que estar altamente introjetado nos agentes da lei, bem como ser amplamente compreendido e aceito pela população, o que não é o que se percebe na realidade.

Os próprios princípios da polícia comunitária chamam à atenção para a necessidade de se estar conectado com os anseios e necessidades das populações, dito de outra maneira, não basta apenas ter diretrizes gerais, criar bases, oferecer treinamentos de curta duração ou fazer contato com alguns líderes comunitários, a proposta exige mais. É necessário que a população confie no policial e vice-versa. Não se faz polícia comunitária sem respeito mútuo e sem divisão de responsabilidades.

Em um estado nas proporções do **Rio de Janeiro** é preciso um conhecimento profundo das populações de inserção do policiamento e isso só a própria comunidade é capaz de ter, as especificidades de cada cidade ou mesmo bairro têm que ser consideradas para que o policiamento comunitário consiga, ao menos parcialmente, atender aos seus objetivos.

É mister destacar também que a polícia comunitária, especialmente em um estado com as características do **Rio de Janeiro**, não prescinde do policiamento ostensivo, mas ao contrário deve ser um suporte para que o mesmo também possa ser exercido com mais qualidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do quadro acima exposto é possível perceber o quanto às particularidades de cada região, estado ou cidade são importantes para a construção do policiamento comunitário. Embora, haja uma filosofia e diretrizes gerais que dão suporte ao modelo, ele não poderia existir se não levasse em conta as peculiaridades dos locais em que é implementado, o que parece também, estar na base dos seus princípios e filosofia.

Portanto, poderíamos afirmar que há no país inúmeras formas de fazer policiamento comunitário, talvez não seja possível para nós apontar um único modelo como representativo do que se considera fundamental para a polícia comunitária ou mesmo como uma proposta completamente bem-sucedida. Na realidade, parece haver, nas diferentes experiências, pontos positivos e negativos que deveriam ser reavaliados e também socializados.

De forma geral, é possível vislumbrar uma enorme dificuldade em implantar o policiamento comunitário eficiente no Brasil. Isso ocorre por variados motivos, mas acreditamos que, principalmente, por estarmos falando de uma filosofia comunitária sendo implementada em relações predominantemente societárias, onde dominam o individualismo, a competição, o egoísmo e o eu em detrimento do nós. Uma polícia comunitária realmente eficiente e eficaz não prescinde da existência do coletivo, aliás, essa é uma condição *sine qua non* para sua implantação e sucesso.

Assim, encontramos em todo o país, ressalvadas algumas exceções, a existência de um policiamento comunitário que não consegue superar a burocracia, o individualismo e a falta de participação efetiva das populações de inserção. São criadas bases, cursos são ministrados, Conselhos de Segurança instalados, mas não se avança nas propostas. Em geral as bases são fundadas em uma rígida hierarquia e disciplina



que impede o desenvolvimento da capacidade criativa dos policiais no trato com as comunidades e, muitas vezes, dificulta até mesmo sua relação com as comunidades.

Os cursos e treinamentos, em sua maioria, priorizam a quantidade em detrimento da qualidade da formação. Eles se pautam na idéia de que é necessário criar o maior contingente possível de policiais comunitários, mas esquecem-se que para se formar um policial comunitário, não basta apenas repassar informações e ensinar algumas técnicas específicas, mas incentivar a sua aproximação com a população e a busca conjunta de soluções para os problemas.

Quanto aos Conselhos estes se configuram algumas vezes mais como empecilhos do que como fortalecedores do processo, pois, na grande maioria dos estados analisados, não há uma verdadeira consciência do seu papel, seja por parte dos líderes, da população ou mesmo dos policiais, tampouco eles conseguem arregimentar a participação coletiva de forma realmente eficiente.

Com tais observações não estamos, de forma alguma, desqualificando as iniciativas que vem sendo produzidas pelo país afora, mas não podemos deixar de ressaltar a necessidade de que ocorra um repensar profundo das organizações policiais, a partir delas mesmas e também da sociedade abrangente, para que se possa avançar sobre os obstáculos encontrados e consolidar um policiamento comunitário de qualidade. Não pode existir policiamento comunitário sem mudança organizacional.

A sociedade se redemocratizou, mas suas instituições ainda preservam muitas estruturas autoritárias e conservadoras que parecem ser impermeáveis à mudança. As organizações policiais, a nosso ver, precisam avançar nesses aspectos para que possam cumprir sua função social e construir, de fato, polícias cidadãs e comunitárias. As experiências mais bem sucedidas se pautam na descentralização das ações, na diminuição da hierarquia, na autonomia do policial e na participação mais efetiva das populações, elementos imprescindíveis para a existência da polícia comunitária.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;



9. Policiamento Comunitário na Região Norte¹

Uma leitura preliminar e genérica da realidade permite pensar que talvez o maior desafio da sociedade contemporânea seja o de compatibilizar a expansão das liberdades sociais e individuais crescentes e expressas em um aparato jurídico que busca garanti-las e um Estado, que enquanto gerenciador das políticas públicas mostra-se pouco qualificado para a garantia dos direitos básicos dos cidadãos.

A sociedade atual organiza-se através e a partir da existência de grandes cidades. A região norte do Brasil, embora concentre apenas 7% da população nacional não foge a regra, e apresentou na última década o maior incremento médio na população das capitais do país. Trata-se de um crescimento descontrolado, que se expressa principalmente no surgimento das favelas e bairros periféricos, onde não é garantida nem mesmo a infra-estrutura básica e onde parece estar se construindo uma estrutura difícil de ser abarcada pela ação do Estado. Há grandes demandas por políticas públicas de saúde, educação, trabalho, renda e cultura, exigências que os órgãos gestores não estão preparados ou não tem condições de prover.

Se tais características podem ser consideradas gerais, de toda a nação, há na região norte algumas agravantes. Trata-se de gerir 45% do território brasileiro com menos de 4% do PIB, complexos problemas viários e de comunicações, forte fluxo migratório incentivado no último meio século com a expansão da fronteira agrária, e que não está equacionado ao grave problema de conservação ambiental. No norte, se expressam e de forma aguda, problemas acumulados de um Brasil antigo – convivência de etnias em áreas

¹ - Pelo Dr. Gilmar P. Silva, professor da Universidade Federal do Pará.



selvagens de garimpo, remanescentes problemas sociais de garimpos esgotados, conflitos de terra, exploração e contrabando de madeira, trabalho e escravo – e problema modernos (novos para a região): pontos de tráfico internacional de drogas e de lenocínio. Todos esses aspectos produzem conflitos e ações criminosas que se espera sejam resolvidos pelos órgãos de segurança pública, sobretudo com ações coercitivas.

Toda a situação não tem permitido aos órgãos do Estado estruturar-se de forma racional no sentido de introduzir saídas para os problemas do crime e da violência da realidade atual. Convém destacar que tais problemas jamais serão resolvidos exclusivamente por ações policiais. No nosso entender aos órgãos policiais são atribuídas responsabilidades que em nenhuma circunstância poderão ser resolvidas apenas através de suas ações, mas, ao contrário, requerem uma integração com outros órgãos e com a construção de políticas sociais que possibilitem se não a resolução, ao menos o controle das situações mais emergenciais.

No campo da segurança pública e da criminalidade, o policiamento comunitário vai se inserir de forma atípica, instrumento de última geração aplicado a uma região em que o Estado – e as relações sociais – não atingiram ainda os patamares mínimos de eficácia e da civilidade. Ainda assim, pode se constituir – e em certos casos já vêm se constituindo - como instrumento capaz de apontar saídas para a complexa situação social e para a violência urbana. Acreditamos que tais experiências possam se constituir em um instrumental importante para compreensão do papel que deve ser exercido pelos órgãos policiais na sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, é importante destacar o papel que a sociedade civil pode estar exercendo neste processo – tendo em vista que a polícia comunitária só tem sentido se relacionada diretamente a participação popular, elemento primordial para sua existência, na medida em que para realizar bem o seu trabalho é necessário construir alianças e levar em consideração o saber popular para resolução dos seus próprios problemas.



Em outras palavras, ao fazermos tais afirmações não queremos atribuir ao policial comunitário responsabilidades, que estão além das suas habilidades, mas ressaltar que não é possível realizá-las eficazmente sem que haja colaboração e uma participação efetiva da comunidade. O trabalho do policial comunitário exige flexibilidade, criatividade e também consciência crítica para cumprir com justiça e equidade seus deveres, buscando ainda compreender as limitações e reconhecer a força da coletividade organizada.

É, portanto com o intuito de refletir a respeito do policiamento comunitário na região norte que colocamos as questões acima como preliminares para o entendimento do papel que os policiais podem desempenhar junto às comunidades.

Nesta introdução, procuramos destacar o norte, e sua especificidade dentro do contexto brasileiro. Agora, é preciso estabelecer um novo recorte. De fato, em nossa pesquisa, na região situam-se os dois únicos Estados sobre os quais não fomos capazes de obter qualquer informação a propósito do policiamento comunitário – **Roraima** e **Tocantins** – e com outros dois – **Amazonas** e **Rondônia** – foi extremamente difícil estabelecer uma comunicação sistemática e as informações obtidas já foram consignadas em outro capítulo. Neste espaço, vamos nos ater ao **Amapá** – cujo modelo já é conhecido e suficientemente divulgado e aos dois onde efetuamos pesquisas de campo: **Acre** e **Pará**.

No **Amapá**, o projeto iniciou-se como um projeto social, possivelmente o mais amplo alcance já desenvolvido no Estado, de integração das comunidades, e nesse sentido foi desenvolvido até época recente. As comunidades – especialmente seus setores mais carentes – foram fortemente envolvidas na constituição e execução de políticas sociais localizadas. Os exemplos clássicos constituíram ações de cidadania, incorporando crianças e adolescentes em atividades sociais e pedagógicas vindo a obter, indiretamente, resultados na atividade fim da polícia Militar, como seja a redução acentuada da criminalidade, o que vêm sendo, conforme todos os relatos, realizado com êxito.



Mesmo sólido bem sucedido e consolidado, com fundamentos doutrinários estabelecidos, e resultados práticos comprovados, o modelo perdeu força (e verbas) por uma reorientação política proveniente da secretaria de segurança pública do Estado. Embora de público em geral não se admita a retomada recente de seu desenvolvimento parece estar produzindo alguma reorientação quanto às metas e procedimentos.

Os projetos sociais prosseguem e como relatou o comandante de Sexto Batalhão: - *'Em nível de polícia comunitária, além das operações policiais e outras ações educativas preventivas: objetivando-se proporcionar a integração social das camadas mais carentes da população, são desenvolvidos diversos projetos sociais tais como Projeto Cidadão Mirim, Peixinhos Voadores Caratê e Capoeira na PM, Escolinha de Futebol Campeões do Amanhã Programa Educacional de resistência as Drogas – PROERD e Telecentro de inclusão Digital, pela polícia Militar e outros pelo PROCON como PROCON nas escolas, Semeando Direitos e PROCON itinerante'* - e as anunciadas mudanças (incluindo a nomenclatura que passou a ser 'segurança comunitária') visam envolver no projeto outros setores da administração pública, mais especificamente aqueles voltados para assuntos de infra-estrutura e desenvolvimento social.

Em termos da estrutura do policiamento, as modificações foram enunciadas do seguinte modo:

'A nova estrutura organizacional do projeto recebeu a denominação de segurança comunitária e passou a ser formada por cinco batalhões PM. Cada batalhão e suas companhias incorporadas representam as células de policias comunitárias que substituem as base comunitárias. Nessas células existe um número de policias militares envolvidos de acordo com a complexidade de suas área de atuação, num total de 479 PMs, contemplando 11 bairros da capital 6 bairros da cidade de Santana e um bairro da cidade de Amapá'.



As palavras dos comandos não deixam explícito mas permitem interpretar como tendo havido não apenas uma expansão dos objetivos (para incorporar outros setores da administração e ainda abranger uma maior área de atuação) e alterações na estrutura policial, mas que possam estar implicando alterações de fundo no projeto. Em primeiro lugar, os projetos sociais são descritos como feitos *para* a comunidade e não *com* a comunidade. Em segundo lugar, a desativação das bases, transformadas em 'células' localizadas nos batalhões, pode estar constituindo um retorno às zonas de patrulhamento ostensivo local, e dissolvendo o caráter integrativo com a comunidade, considerado fundamental do modelo anteriormente vigente.

Não há outros elementos para que se possa avaliar o alcance e a profundidade das mudanças, de resto recém introduzidas até porque a pesquisa não procedeu a visitas ou entrevistas com pessoal das bases locais de policiamento.

No Estado do **Acre** há apenas três bases de policiamento comunitário, todas na capital, núcleos de Vitória, Jorge Lavocault e Santa Cecília, com o envolvimento de um contingente de 51 policiais para uma população estimada em 45 mil moradores (quase todos de baixa renda). Embora de modestas dimensões, o projeto acreano tem indicadores bastante interessantes. Em relação aos dois primeiros núcleos, ali *'há dois anos registravam-se os maiores índices de criminalidade da capital, e atualmente os índices são irrelevantes'*. Em Santa Cecília, relatam-se problemas para o desenvolvimento do projeto pela baixa densidade demográfica da ocupação local, com a *'ausência de meios de transporte adequado para atingir a toda a comunidade'*.

Dados coletados em Jorge Lavocault e Santa Cecília confirmam, em princípio, o diagnóstico da autoridade: em Jorge Lavocault, o policiamento é o segundo serviço público melhor considerado (abaixo apenas do transporte) obtendo a qualificação de 'ótimo' ou 'bom' por 63,3% da população. Em Santa Cecília, a avaliação é bem mais negativa, e a mesma descrição foi obtida apenas entre 23,3% dos pesquisados.



Entretanto, em praticamente todos os outros indicadores, os resultados podem ser considerados satisfatórios e estimulantes em ambos os bairros.

Começamos pela sensação de segurança: O lugar é considerado 'tranquilo' ou em 'geral tranquilo' tanto em Jorge Lavocault (58,6%) como em Santa Cecília (43,4%). Se tais dados, em princípio, podem parecer apenas razoáveis, é preciso acrescentar que foram os melhores obtidos na pesquisa em doze regiões de baixa renda do país. Quase todas as fontes de criminalidade ou desassossego para a população aparecem como sob controle (índice de frequência abaixo dos 25%). Os que se excetuam (uso de drogas, 73% e brigas entre casais ou vizinhos, 41,0%) não se colocam propriamente entre aqueles suscetíveis de controle policial. Nas ocorrências criminais, apenas os roubos em casas ou lojas (não assaltos) parece ter habitualidade suficiente para preocupar os moradores e exclusivamente em Jorge Lavocault (46,6%).

Quanto a polícia, a população percebe sua presença constante no bairro (96 e 88% respectivamente verificam a presença ao menos semanal de agentes na área), e atestam mudanças no policiamento para 'melhor' ou 'muito melhor' (84 e 60%). Curiosamente, e em compensação, Santa Cecília que tem que tem uma percepção menos intensa da presença e nas melhorias do policiamento, avalia melhor o agente policial. De fato ele é descrito como 'bom', 'atencioso' e 'paciente' por 73,3% dos entrevistados (contra 53,6% em Lavocault). Ambas as comunidades vêm no agente um prestador de serviços (72%) para além de suas obrigações policiais. Diante do quadro de polícia presente e agente qualificado, o que seria preciso esclarecer é porque, ainda assim, a ação policial não é eficaz (33,3%). Não foram feitas no Estado entrevistas com policiais, e talvez o fato se refira a carência de equipamento (o de transporte foi citado) ou outros fatores que a pesquisa não esclareceu. Não possuímos, pelas razões já assinaladas, uma descrição mais pormenorizada da ação do policiamento comunitário no estado do **Acre**. No entanto, os dados obtidos nas entrevistas domiciliares são de modo a estimular e desenvolver o modelo adotado.



Finalmente, o **Pará**. Trata-se da maior estrutura física organizada para o atendimento em policiamento comunitário, com cento e cinquenta e seis bases implantadas e distribuídas em cinco pólos que cobrem os cento e quarenta e três municípios do estado. Diferente de outros estados onde o policiamento comunitário parece não pretender um vínculo mais sólido com as coletividades de onde se instala, o discurso paraense corre na direção contrária: *'Atualmente, implementa-se um sentido inovador a essa filosofia, representado pela inclusão da comunidade na gestão operacional da defesa social. Um comitê comunitário decide solidariamente com os vetores da defesa social, a estratégia mais viável para o combate da violência e o controle da criminalidade nos respectivos bairros'*.

Ainda segundo a entrevista com o coronel Joaquim Silva Souza, presentemente chefe do Estado Maior da Polícia Militar, o direcionamento desta 'inclusão' é duplo, refere-se tanto à comunidade, como aos órgãos responsáveis pelos serviços públicos. Para ele, a polícia não pode abdicar dos instrumentos tradicionais *'para fazer frente à situação emergenciais e, tendo em vista a necessidade de se dar visibilidade às ações dos órgãos integrantes do sistema de defesa social em benefício da proteção do cidadão'*.

Todavia, *'Periodicamente são agregadas a essas ações preventivo-repressivas da criminalidade, programas de valorização à cidadania, através do desempenho da Defensoria pública, do Departamento de trânsito, do corpo de bombeiros dentre outros, integrados aos demais órgãos e entidades públicas e privados, em benefício da paz social'*.

Perseguindo tais objetivos, mensalmente realizam-se reuniões dos comitês de gestão com setores da defesa social (comandante de batalhão e oficiais interativos de pólo), delegados da polícia civil da área, comandante da unidade de bombeiros e outros, para avaliar e/ou modificar a estratégia para melhoria dos níveis de segurança pública e defesa social.



Em tese, a experiência dos comitês é uma tentativa explícita de integração dos órgãos policiais e destes com a comunidade e constitui segundo informado, preocupação prioritária da Polícia Militar. Contudo, parecem persistir problemas derivados tanto da falta de integração dos diferentes órgãos de segurança e do setor público, como da representatividade pouco esclarecida da comunidade no processo.

Aparentemente, na intenção de integrar as ações da polícia comunitária com a polícia repressiva, há uma tentativa de compreensão da dinâmica da sociedade de modo a que seja possível realizar um combate estratégico dos crimes e das ações criminosas. Nesse sentido, é possível que seja o início de um trabalho fecundo.

Entretanto, é preciso lembrar que o que se adota já há trinta anos no **Pará**, a partir das caixas da PM (PM Box) era um policiamento ostensivo descentralizado que não possuía características de integração mais ativa com a área. De fato, depoimentos e documentos falam em aprovação das 'lideranças constituídas dos bairros', o que não significa interação com a comunidade, e mais preocupante, pode implicar apenas em ingerências políticas no trabalho policial.

Como o comando refere-se a 'incluir a comunidade', pode-se supor que esta seja uma meta recente, pois os resultados verificados pelas pesquisas de campo com policiais e em entrevistas residenciais em três bairros de Belém, ficaram bastante aquém das expectativas.

Foram pesquisadas sessenta famílias em três bairros (Guaná, Jurunas e Sacramento), onde se avaliaram principalmente dois tópicos: a Sensação de Segurança e a Percepção do Policiamento. Começaremos pelo primeiro aspecto: 95,1% dos entrevistados consideram que suas famílias vivem em local 'intranquilo' ou 'perigoso'. Nos três bairros, a percepção da intranquilidade situa-se entre as quatro maiores obtidas pela pesquisa em dezoito coletividades de oito estados. E há uma relação evidente entre o fenômeno e ocorrência de eventos criminais.



A percepção da frequência dos pequenos furtos, roubos em lojas ou residências e assaltos à mão armada, da população de Guaná (no último caso, também em Jurunas) qualificam tais ocorrências como fora de controle (consideradas 'comuns' por 70% ou mais da população). Todos os outros crimes (exceto ataques sexuais e roubos de automóveis) encontram-se acima do percentual de frequência considerado suportável (25%). Sobre o papel da polícia em assegurar tranquilidade à população, pode-se fazer uma comparação: No **Acre**, onde o sossego nos dois bairros de baixa renda pesquisados foi estabelecido em por volta de 50%, os dois únicos indicadores maiores do que os verificados em Belém foram justamente aqueles que dependem menos da atuação policial (brigas de casais ou vizinhos e consumo de drogas).

Passemos ao desempenho da polícia: Para 71,2% dos pesquisados, não houve nenhuma melhora no policiamento que pudessem perceber. A eficácia da ação policial é tida como não tendo um padrão desejável nos três bairros, mas varia bastante entre eles (o número daqueles que classifica a ação como de média para muito ruim é de 50% em Guaná; 80% em Sacramento; e 94,4% em Jurunas). Mesmo o que costuma ser o ponto forte do policiamento comunitário, a presença constante nas ruas, é significativamente percebida. Em Sacramento, eles são mais visíveis, e 70% da população considera vê-los patrulhando o local ao menos uma vez por semana. Nos outros bairros, os que assim pensam são inferiores a 40%.

Vejamos como os policiais são descritos: 'indiferentes', 'rígidos', 'mal-educados' foram os adjetivos escolhidos por 71,6% dos entrevistados. Além disso, não há a percepção de que prestem quaisquer outros serviços de apoio (transporte de doentes, encaminhamento de casos sociais, informações e direitos de cidadania, etc.) com habitualidade. Apenas um morador de Sacramento registrou tais procedimentos (no **Acre** a atividade frequente de casos dessa natureza foi acusada por 71,6% dos entrevistados). De fato, os próprios policiais em suas entrevistas declaram que sua ação nesses casos limita-se a 'acionar' a ambulância, os bombeiros ou o serviço de zoonoses.



A comunidade não relatou; os policiais entrevistados também não, e nem houve menção por parte do comando de qualquer empreendimento social ou de natureza assemelhada com parceria entre a polícia e as populações locais, nem mesmo em assuntos pertinentes à segurança pública.

Passemos as falas dos policiais. Todos eles possuem um tempo razoável de corporação (no mínimo sete anos), mas são recém iniciados em atividades de policiamento comunitário (nenhum está na função há mais oito meses). Em geral, avaliam as novas atividades como 'melhores' que as anteriores (80%), cujas vantagens descrevem de modo estereotipado ('proporciona um atendimento personalizado'). No geral, vêm com simpatia a 'aproximação' com a coletividade, mas não revelam clareza para diferenciar métodos e objetivos do programa que agora os envolve daqueles em que estiveram anteriormente.

E estão conscientes de suas dificuldades. Receberam para a missão apenas 'algumas palestras de instrução', e todos eles (100%) reivindicam mais treinamento e capacitação e em geral, não apenas para si. Eis como se manifesta um dos policiais *'Pelo que posso perceber, agora que as autoridades estão tentando investir em polícia comunitária, os resultados são poucos, mas já é um começo (...) acredito ser necessário mais investimento em capacitação, pois até hoje foram poucos os policiais e comunitários que tiveram a oportunidade em conhecer a filosofia da polícia comunitária'*.

Também praticamente unânime a reclamação contra interferências no serviço (90%), de que se acusa a 'comunidade' (?). No caso, se trata de um eufemismo que aparece desvendado em vários depoimentos: 'tem muito político que se aproveita e isso atrapalha'; 'as vezes, risco de ingerência política'; 'interferência político partidária' (duas vezes) e afinal 'certos líderes comunitários usam a política para tentar mandar no serviço'. Conforme já se sugerira, o processo ao partir de uma representação nominal e de cúpula selecionada para a interlocução com as autoridades, pode estar mais erigindo problemas de que atuando para resolvê-los.



Há outras queixas em menor número: efetivos, salários, equipamentos, pouca integração com órgãos públicos, mas a principal, como se pode observar, refere-se à representação da comunidade, e os intermediários que na ausência de um contato direto e efetivo assumem um discurso em seu nome.

Por tudo o que se expôs o contato entre a polícia e a comunidade não está firme e nem possui parâmetros claramente estabelecidos. A fala de um policial entrevistado denota certa perplexidade e ao mesmo tempo toda a confusão: Segundo ele, *"deve ter um jeito de informar todo tempo a comunidade dos serviços que cabe a cada órgão, para fazer policiamento comunitário"*. Não lhe ocorre, e provavelmente não lhe disseram que talvez seja este um de seus papéis. Por outro lado, na demanda dos agentes e mesmo na preocupação com a definição dos papéis, emerge a questão da autonomia. Deveriam, em tese, ser *agentes, atores*, a polícia em contato com o público. Mas, como isso pode ser viabilizado com interferência externa, e na ausência de um treinamento consistente e permanente, um processo contínuo de educação onde esteja presente a idéia de autonomia e do respeito ao saber que a prática já lhes proporcionou? Sem dúvida, as funções e as responsabilidades devem estar claramente delimitadas, mas para tanto, é necessário um forte e intensivo processo de formação voltado também - e complementado por ações junto - às comunidades.

Voltemos ao quartel geral, onde o coronel chefe do Estado Maior com propriedade e convicção afirma que as experiências de policiamento comunitário *'propiciam a aproximação e o vivenciamento dos problemas do bairro, relacionados, embora indiretamente com a segurança de todos'*. A experiência da pesquisa só pode acrescentar que *'vivência'* é um procedimento direto, a ser absorvido pelos agentes locais e processado nos escalões da corporação. Para tanto, será necessário intensificar o treinamento nos vários níveis, para que o projeto possa se desenvolver sem a intermediação indevida de pequenos políticos, e possa atingir aos objetivos que o comando almeja.



Vamos concluir com um pequeno balanço: nos três Estados que tivemos condição de analisar, há projetos carregados de intenções, resultados, riscos e esperanças.

As polícias militares nos Estados do **Pará**, **Amapá** e **Acre** têm o propósito de modernizar e desenvolver o policiamento comunitário e do ponto de vista institucional, possuem estruturas bastante robusta. Percebe-se que existe uma compreensão com relação a importância do papel que os órgãos de segurança podem desempenhar se estiverem em articulação com a comunidade.

Por outro lado é possível inferir que a devida articulação com a comunidade – por circunstâncias e de modo diferente em cada Estado - ainda é bastante frágil, o que no nosso entender demanda a realização de ações coletivas polícia e comunidade, sobretudo no campo da Educação.

Não será apenas viés de educador defender que seminários, encontros, palestras, além de campanhas massivas de informação que se coloquem para além das direções seja dos órgãos comunitários ou das policias fazendo com que realmente a população sinta-se co-responsável pela sua segurança e conseqüentemente dos demais. As experiências são novas e necessitam de suporte conceitual e educativo para que possam seguir se desenvolvendo.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

2ª PARTE

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

6. Descrição Geral do Policiamento Comunitário nos Estados;

7. Pesquisas Domiciliares e Entrevistas com Policiais;

8. Policiamento Comunitário na Região Centro Oeste;

9. Policiamento Comunitário na Região Norte;

10. Policiamento Comunitário na Região Nordeste;

11. Policiamento Comunitário na Região Sudeste-Leste;

12. Policiamento Comunitário na Região São Paulo/Sul;



12. Região Sul e São Paulo

Optou-se por reunir numa mesma análise **São Paulo** e a região sul, não apenas pela proximidade geográfica, mas obedecendo a duas considerações principais: o número de núcleos (bases ou estações como preferem os paranaenses) estabelecidos representa cerca de 60% do total nacional (mesmo como considerando como 'bases' a distritos operacionais para *policimento ostensivo*, onde a aplicação do conceito de *policimento comunitário* pode ser questionada). São pouco mais de quinhentas unidades operacionais no exercício do policiamento comunitário (82 em **Santa Catarina**, 117 no **Rio Grande do Sul**, 91 no **Paraná** e 214 em **São Paulo**). E ainda nos quatro estados considerados, manifesta-se o objetivo comum de gestão democrática, com a inserção comunitária e a participação das comunidades nas determinações do policiamento. Por outro lado, são programas autônomos, auto-elaborados, e que, por isso mesmo, desenvolveram entre si diferenças conceituais e doutrinárias significativas.

Acompanhando o modelo desenvolvido (que no **Rio Grande do Sul** e em **Santa Catarina** descentraliza-se e parte das ações no interior), nossos pesquisadores percorreram doze cidades (cinco em **SC**, quatro no **RS**, duas em **SP**, além de Curitiba), entrevistando tenentes e capitães no comando de unidades de campo e coronéis a testa de batalhões (exceto em **São Paulo**). Verificaram dezoito bases e estações, conhecendo rotinas operacionais e sendo recebidos e dialogando com policiais e dirigentes de conselhos comunitários (este último caso, apenas em **SC** e **RS**). Visitaram cursos e seminários em funcionamento, foram convidados a expor os objetivos da pesquisa em reuniões de conselhos (**SC** e **RS**). Conversaram com dois comandantes de academias (**SC** e **PR**) e com o comandante da Patrulha Escolar do **Paraná**, além de estar com três comandantes gerais (**RS**, **SC** e **PR**), ouvindo do último uma detalhada exposição dos planos da corporação. E as entrevistas domiciliares e com policiais em serviço foram aplicadas em sete áreas de três estados (exceto **Paraná**).



Se tivéssemos que sintetizar cada programa estabelecendo um rótulo para cada um deles, e com certeza correndo o risco de cometer uma simplificação excessiva, denominaríamos o de **São Paulo** como projeto '*Racional Burocrático*'; No **Paraná**, diríamos '*Accional Motivacional*'; Em **Santa Catarina**, talvez fosse conveniente utilizar a expressão '*Integração Progressiva*'; e afinal, no **Rio Grande do Sul**, o projeto funda-se numa '*Autonomia Operativa*'. Embora, como é evidente, todos busquem reduzir ou controlar a criminalidade e introduzir formas de policiamento pró-ativo, é esse o ponto focal (e, em certos casos, quase único) da semelhança. No que se refere à filosofia de gestão, à percepção da comunidade, e aos modos de interação social e inserção nas populações locais, partem de pressupostos, concebem o público a ser servido e visam objetivos de longo alcance com nítidas diferenças.

Um primeiro diferencial que chama a atenção encontra-se na gênese das propostas, nas argumentações e fatos que originam os programas. Só no **Paraná** é que os fundamentos são propriamente criminológicos, baseados no desenvolvimento do conceito de 'sensação de segurança'. Não basta que o evento criminoso seja reprimido ou mesmo não ocorra, é necessário que a pessoa se sinta segura, o que só se dará pela presença e com a confiança da e na polícia. Nos outros estados, os discursos formadores e/ou os fatos que consolidam a instalação apelam para argumentos ou ações de caráter filosófico ou político. Em **São Paulo**, aparece claramente inserido no processo de democratização, a que as instituições policiais do Estado, pelo menos aos olhos da opinião pública, opunham-se quase com ferocidade. Deste modo, ocorreu como um movimento de fora para dentro: a partir da assim chamada sociedade civil organizada a exigir que a polícia ao menos cumprisse as Leis, e atuasse dentro dos parâmetros do respeito aos direitos civis e humanos. E desencadeado pelo governo estadual (em vários estados a questão foi desenvolvida nos foros profissionais e só depois levada ao poder público) para, citando um governador, remover afinal os escolhos da ditadura.



Assim, tendo em vista a democratização das instituições, o projeto paulista visou, em primeiro lugar a submeter e domesticar a própria polícia, e como objetivo secundário, através dos Consegs e toda a legislação pertinente, regulamentar (e assim controlar) os agressivos movimentos sociais e organizações não governamentais que haviam passado a atuar na área. Procurou legitimar formas de associação compatíveis a ordem e a *sociedade* democrática, o que provavelmente explique porque jamais (ao que saibamos ou tenhamos coletado em depoimentos) ter buscado uma definição mais aguda da *comunidade* em que se procura inserir. O fato terá ainda outras implicações, como veremos ao tratar das rotinas de policiamento.

Se em **São Paulo**, o aparelho de estado e suas instâncias formais desde logo aparecem como regentes de um processo de normalização e normatização de relações sociais complexas, no **Rio Grande do Sul** tais estruturas são, *a priori*, descartadas. Afirma-se uma relação direta e autônoma entre o indivíduo – o policial – e a fonte da sua legitimidade, o grupo comunitário. Todo o poder deriva da comunidade, que, quando 'organizada é a instância principal do exercício da cidadania, através da qual fluem os interesses sociais'. A própria corporação será assim colocada em segundo plano, pois o indivíduo policial para constituir sua própria cidadania deverá integrar-se a esta 'instância principal'. E de modo inteiramente autônomo: Deve receber 'competência de gerenciamento e decisão, em seu local de trabalho (...) para que, em conjunto com a comunidade, encontrem solução dos problemas'. A farda, no caso, simboliza o duplo papel, o de policial cidadão, e como tal autônomo, e o de membro da comunidade, e como tal incluído nos movimentos coletivos. A farda expressa o compromisso entre a instituição e a população, de onde o 'incentivo à presença e participação efetiva do policial *fardado* (grifo nosso) em todas as iniciativas da comunidade que visem o desenvolvimento e a tranquilidade social, de maneira que sejam fortalecidas as estratégias de parceria polícia-comunidade'.



Santa Catarina, de certa forma expressa um meio termo. No estado, a estrutura comunitária é ainda bastante presente em cidades de pequeno e médio porte com nichos culturais bem conformados, e o programa parece ter uma inspiração humanista acentuada em que, por um lado, somos todos partes de uma mesma unidade, com objetivos comuns e a educação constitui o processo primordial através do qual esta concepção pode se generalizar, superar egoísmos e interesses pessoais e conduzir ao objetivo da integração (que o Estado representa). Mas, como outra face, é também preciso respeitar tanto as formas particulares de organização presentes nas micro-culturas locais, como os interesses individuais legítimos envolvidos. Apresenta-se a questão do *um no todo e do todo no um*, que já atormentou tantos filósofos, e que na sua generosidade encerra certo número de virtudes e contradições.

Passemos agora ao *modus operandi*:

No Paraná, o programa sofreu percalços, aliás, comuns no Brasil, decorrentes das oscilações nas orientações governamentais, e esteve congelado, retomado apenas nos atual mandato executivo. Pratica-se – a expressão é do comando – um policiamento reativo local, com ações pontuais de prevenção. Busca a integração das várias corporações policiais (polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros e guardas municipais) e com a academia, com a capacitação delegada à Universidade Federal do Paraná. A meta, para a qual se espera conseguir pessoal e equipamento, é generalizar o modelo tanto em Curitiba como no estado, antes de se poder investir na pro atividade.

De todo modo, o modelo já se apóia em um serviço de géo processamento de dados bem desenvolvido, e nas 'estações' visitadas, as guarnições previstas estavam completas e equipadas, com veículos novos e conservados.

O programa do projeto POVO, afirmando em sua diretriz que 'nos dias atuais, a tônica da ação policial se pauta no exercício da polícia comunitária (...) fundada na interação entre a força policial e a comunidade' (...) sustenta como sujeito a ação policial.



Na prática, cioso das responsabilidades e deveres da polícia, nela se concentrará o programa, que não propõe efetivamente uma integração com as populações locais. Por assim dizer, polícia e comunidade encontram-se justapostas.

A 'estação' não é um ponto de conexão e encontro entre polícia e comunidade. Quando possui estrutura física (o que dizem ser raro) não é provida de um plantão, não atende público e serve apenas como ponto de descanso para os policiais. Não constitui nem mesmo um ponto de referência (em visita, o motorista policial não encontrou a 'estação'; Recorreu-se a um pelotão de trânsito, que também nada conseguiu informar. Mais tarde verificou-se que as dependências da estação situavam-se numa rua lateral, a menos de quinhentos metros da sede do pelotão).

Os Consegs existem e são estimulados à 'cooperar' de dois modos: apresentando reivindicações que podem originar a chamada 'operação presença', que consiste numa verificação geral do bairro pelas várias corporações, com a determinação das medidas pontuais que se fizerem necessárias, cujo cumprimento será posteriormente verificado; ou ainda pelo patrocínio direto (dotação ou reforma de uma 'estação', por exemplo) e indireto, este expresso no ônus por programas e material publicitário com caráter preventivo e local. Os Consegs reúnem-se com frequência irregular (ao menos em Curitiba) na presença do oficial de policiamento local. E nesse ato se extingue a relação entre o policiamento e a coletividade.

É preciso destacar que o contato com a estação (selecionada pela PM) deu-se provavelmente em local atípico. De fato, estivemos no Jardim Social, bairro de classe média alta, por onde os moradores não circulam. Não há uma vida social mais densa em termos de vizinhança. Feita a ressalva, o fato é que os policiais de serviço com quem tivemos contato não sabiam informar aonde funcionaria o Conseg local e nem mantinham qualquer relacionamento com seus componentes. Um deles, com certo desprezo, e por ouvir dizer, informou que o presidente do Conseg era também o proprietário da empresa

de segurança privada que atua na área, em óbvio conflito de interesses. O contato com os moradores dá-se quando os policiais vão às casas, apresentar-se e distribuir material publicitário das campanhas de prevenção.

Por fim, a ronda policial obedece ao padrão ostensivo e motorizado, com dedicação aos pontos de proteção patrimonial (os estabelecimentos comerciais). Interessante notar que, na patrulha escolar, o padrão é similar. Há uma professora, indicada pela secretaria da educação, adjunta ao comando. Nas escolas, os policiais atuam como palestrantes (em especial sobre drogas), instrutores de treinamento, realizam um patrulhamento interno ostensivo, assessorando a direção no estabelecimento de planos de segurança, e zelando pela integridade física de alunos e professores. Não há, nem se propõe a haver, um trabalho integrativo mais denso. Por tudo isso, dizemos que no **Paraná** a polícia e os conselhos de moradores (ou os conselhos escolares) encontram-se justapostos, com a primeira conservando a iniciativa e o monopólio da ação, procurando promover de parte dos segundos uma atitude de cooperação.

Em **Santa Catarina**, a palavra de ordem parece ser 'integração', a começar da associação entre as polícias militar e civil. Em todas as questões que transcendem e especificidade de uma das corporações, as duas se representam. No que se refere ao policiamento comunitário, a 'integração' implica estimular os policiais militares ou civis a participar dos conselhos de segurança em suas áreas de moradia (isto é, participam dos conselhos, mas não fazem parte das guarnições de policiamento). Além disso, os agentes locais e os Consegs compartilham o espaço físico, reservado o espaço específico para as atividades do policiamento, como uma sala de comunicações e guarda de equipamento, vestiário dos policiais, etc. com o prédio administrado pelos Conselhos que, aliás, não se reserva apenas funções de segurança, mas como uma associação de moradores, dedica-se a atividade variada (práticas esportivas e culturais, centros assistenciais, cursos de formação profissional, programações de lazer, etc.).



Foram visitadas ao todo nove bases (quatro em Chapecó, três em Joinville, uma em Lages, e uma em São José, vizinha à Florianópolis). E nas principais havia membros dos Consegs presentes (em alguns casos alertados da visita) a quem cumpria a recepção (exceto na base do centro comercial de Lages que, na verdade, é um posto policial convencional). Todas informavam outras atividades das quais apenas algumas contam também com a participação policial.

Contudo, não há uma coincidência entre os conselhos e as zonas de policiamento, que são determinadas pelos comandos regionais, e obedecem aos critérios clássicos de distribuição dos contingentes. Há queixas, e em Chapecó e São José evidências, de falta de efetivos. Mas, o fato é que as bases acabam por cobrir uma área excessiva e de população heterogênea. Em Chapecó, quatro bases com noventa e seis policiais ao todo deve atender a uma população de cento e oitenta mil moradores (0,53 policiais por mil habitantes). A base visitada em São José atende a quinze bairros (com sessenta mil moradores), e a de Lages, onze. Sob a jurisdição da base de Pirabeiraba (Joinville) atuam quinze associações de moradores.

Para contornar o problema, criaram-se os CLIC (Conselhos de Lideranças Comunitários), isto é, uma representação dentro da representação, com o que a meta de integração à comunidade acaba por se dissolver quase por completo. E o fato pode acobertar o retorno de certos preconceitos sociais: numa base de Chapecó, a fonte da delinquência são os migrantes pobres vindos do Paraná. Já em São José, os malfeitores potenciais são aqueles provenientes de Chapecó e Joaçaba. Trata-se dos forasteiros, como tal desprovidos de identidade comunal, e que, como marginais são entendidos. Ao que consta, nenhum programa (policial ou não) visou incorporar ou integrar tais indivíduos. A questão pode afetar ainda aos núcleos de baixa renda, vulneráveis a prestar coito a criminosos. Pelo menos em duas circunstâncias, nas bases de São Pedro (Chapecó) e Jardim Paraíso (Joinville), policiais (e moradores) acentuaram a necessidade de táticas repressivas de preferência a quaisquer outras.

Em consequência de todo o quadro descrito, os resultados aferidos pela pesquisa de campo realizada na área da base de São José não são muito animadores. Dentre os oito estados verificados, **Santa Catarina** ficou em sexto lugar na avaliação do policiamento, em sétimo na sensação de segurança dos moradores, e pior, em último no que se refere à percepção da melhoria nos serviços de segurança.

Entre os serviços públicos locais, o policiamento ocupa um local intermediário, acima da saúde e da limpeza urbana, e muito abaixo do transporte e da educação. O índice de aprovação (soma das respostas ótimo e bom) ficou em 39,7% na média dos três locais pesquisados (na outra extremidade, o policiamento foi considerado 'falho' ou 'muito ruim' por 31,7% dos entrevistados).

Quanto a sensação de segurança, mais de oitenta por cento (82,5%) percebe-se habitando local pouco tranquilo, onde se defrontam com a incidência freqüente de consumo e tráfico de drogas (91,9%), furtos de rua (87,3%), roubos de casas ou lojas (81,6%), assaltos à mão armada (59,7%), desordens em geral (44,4%) e roubos de automóveis (38,1%).

Do lado da ação policial, ela é considerada eficaz por $\frac{1}{3}$ dos entrevistados e ineficaz por 35,5% (os restantes a avaliam como razoável). A presença de policial ao menos semanalmente no bairro é percebida por apenas 36,5% (pior avaliação de toda a pesquisa. Nesse quesito, o policiamento comunitário obtém índices em regra maiores do que 70% e em alguns estados passam os 90%). E afinal, a figura do policial: teria ele mudado sua imagem? E a resposta é negativa: para metade dos entrevistados, o policial é 'indiferente', e 23,8% os qualificam como 'rúspidos' ou 'mal educados' (ainda aqui é o pior desempenho de toda a pesquisa). Para eles, então, a polícia não mudou: quase metade acha que 'está na mesma' (47,6%) e exatamente $\frac{1}{3}$ considera que 'piorou'. Resta menos de 20% para assinalar que percebe melhorias no trabalho policial e no tipo de policiamento instalado.

Passemos ao lado do agente. Em princípio, percebe a avaliação dos moradores, pois nenhum assinalou que 'a população está satisfeita'. Dois agentes (20%) consideram que 'a imagem da polícia melhorou e a população tornou-se mais receptiva'; Um outro responde que 'o trabalho foi facilitado, mas a população continua não cooperando. Os demais (70%) dizem que 'a população não reconhece', com uma parcela deles (30%) marcando ainda que 'há pessoas e grupos com atitude hostil em relação à polícia'.

Interessante relatar que três dos entrevistados (o mais 'novo' com nove anos de corporação) se manifestaram como se não tivesse havido mudança alguma no tipo de policiamento. Um deles afirmou que policiamento comunitário 'ainda não existe'. Outro disse que 'é tudo a mesma coisa'. E um terceiro que se disse adepto da filosofia, espera que ela se implante no futuro. Aliás, na avaliação de sua atividade, apenas dois policiais as descrevem como 'melhor' que a anterior. Para os demais, é indiferente, ou até, como num caso, 'muito pior'. Coincidência ou não, os que reconhecem a melhoria na atividade atual, são os dois únicos que fizeram curso de sensibilização para o trabalho comunitário e de liderança comunitária, e os únicos considerados com treinamento suficiente (40 horas ou +) para a tarefa. Dos restantes, dois indicam haver feito um curso de 'relações públicas' (20 horas), e os outros seis afirmam não ter recebido treinamento algum.

É justo que se considere que a base de São José não seja 'típica'. Em outros estados, a própria polícia indicou as bases: uma 'bem sucedida' e outra 'problemática' e é possível, provável até, que se a pesquisa de campo fosse aplicada numa base indicada pela corporação local – pode ser em Joinville ou Lages - chegar-se-ia a resultados melhores. Entretanto, isso não chega a modificar os fatos. E não vai esclarecer como um policial incluído no policiamento comunitário pensa que o bairro deveria ter apenas um representante para 'vir conversar com a polícia' (povo para lá, polícia para cá. E um mínimo de interlocução). E a preparação e o treinamento, apontados como viga mestra de todo o sistema, simplesmente aparecem como ausentes do cotidiano.

Há em **Santa Catarina** comandos inspirados e uma academia extremamente ativa e competente com propostas de cursos criativos e avançados aplicados por especialistas e o corpo crítico de uma Universidade. Possivelmente, em termos proporcionais, seja o estado que mais investe em educação e treinamento policial. E o policiamento comunitário foi declarado filosofia institucional. Todavia, parece que a difusão doutrinária está circunscrita á alguns quadros e 'lideranças'. E a legislação não basta, não é suficiente se não se definirem os critérios, práticas e rotinas do policiamento comunitário.

Não é a administração pública, nem a polícia quem estabelece os limites e contornos de uma comunidade. E a setorização do policiamento por critérios do comando (e não das comunidades) implica estabelecer um número maior de postos de policiamento ostensivos, possivelmente mais eficazes porque locais, de onde não se segue uma mudança qualitativa do policiamento. Faltam efetivos, e há casos concretos onde isto é evidente e terá que ser resolvido. Mas, há aqui outras questões centrais: o comando geral e os dirigentes afetos ao Estado Maior, além dos oficiais e delegados envolvidos com o projeto do policiamento são altruístas e entusiastas. Resta perguntar se os comandos intermediários partilham e divulgam esta filosofia. Consta em uma região que o coronel é contra seus homens patrulharem a pé. Seria uma consideração tática ou mero elitismo? Em visita a outro lugar, assistimos ao comandante de uma base tratar de modo rude e descortês uma senhora humilde, cujo filho 'não passava de um delinqüente'. Estaria preparado? E para comandar? Os idealistas terão ainda muito trabalho para alcançar sua meta, mas é vital que o treinamento e o convencimento percorram a todas as ramificações do policiamento. Fala-se em reestruturar e regulamentar os Consegs. Parece-nos, todavia, de todo evidente, que não é neles que reside o problema. Os que visitamos não parecem pouco ativos ou pouco cooperativos. Entretanto, provavelmente seja do ponto de vista social, seja demográfico, não representem socialmente toda a área que a base pretende cobrir o que, aliás, esteve explícito no discurso dos policiais nas diferentes cidades percorridas.



Na fala dos conselheiros ativos e bem intencionados é possível perceber a distinção entre o nós – os que cooperamos e merecemos a proteção policial – e os outros, miseráveis, carentes, que requerem apenas assistência e constituem focos potenciais de delinquência. Então, talvez seja preciso indagar como se representam e participam da comunidade e da segurança local os dez mil catadores de papel que moram em São Pedro? E os favelados recentes de Queda do Palmital? E os migrantes de várias partes? E as gangues de jovens do Jardim Paraíso?

O estado de **Santa Catarina** possui um projeto de nobres intenções, mas que não se espalhou entre os agentes do policiamento, não alcançou ainda as comunidades, nem levou a cidadania a todas as regiões em que atua. Há ainda longo caminho a percorrer, preconceitos a vencer, conceitos a fixar. O movimento apenas se iniciou.

Passando ao **Rio Grande do Sul**, estivemos em quatro cidades (Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha) e nove áreas de inserção do policiamento comunitário (Barracão, Caravaggio, Cidade Alta, Fenavinho, Nova Sardenha, Primeiro de Maio, São Marcos, São Roque e Vinhedo), todas situadas na serra gaúcha, onde a experiência parece mais se concentrar.

A Brigada Militar leva muito a sério tanto à questão da autonomia das comunidades, como a do agente operador do policiamento comunitário. Não há nenhum modo de organização adrede concebido para estabelecer a interlocução entre os habitantes locais e a polícia. O porta-voz da comunidade é aquele que, tendo ou não recebido uma investidura formal, em seu nome procura o comando do policiamento. Em um dos casos verificados, a tarefa coube ao vigário da paróquia local; em outro, o presidente de uma associação de produtores; num terceiro, uma comissão de moradores.



A introdução do modelo comunitário de policiamento pode ser solicitada pela população ou sugerida pelo comando. Em qualquer caso, há reuniões com os moradores e procedimentos preparatórios que, em geral, envolverão também a Prefeitura local e, num certo estágio, o soldado que será designado para a área, selecionado pelo comando e convidado para voluntariamente assumir a missão. Em regra, a Prefeitura cede em comodato um terreno (com ou sem imóvel construído) onde se situará a residência do policial que coloca as suas necessidades (decorrentes da composição de sua família) e, dentro do padrão local, a Comunidade providencia a construção (ou a adaptação do imóvel existente) e os recursos operacionais (viatura e equipamentos de comunicação).

Indagado se o procedimento não estaria simplesmente transferindo para a população o ônus de um serviço público, um oficial da Brigada fez o seguinte comentário: 'Se o corcel é prenda, já arriba coxo'. Entende-se que o *investimento* feito pela comunidade integra o policiamento como seu patrimônio e favorece a aceitação do policial como um de seus membros. De fato, em locais visitados, a referência ao agente policial se fazia com o uso do possessivo: 'nosso policial'.

A moradia do agente não funciona (o que parece suceder no modelo do policiamento comunitário rural japonês) como um posto policial. Ali é apenas a casa do cidadão. O desempenho profissional é feito com o uso da viatura através da ronda ou atendendo chamados recebidos pelo telefone celular. É o policial, sempre, que deve se deslocar para prestar atendimento (e não o contrário).

Se por um lado o policial deve 'pertencer' a comunidade, por outro ele 'é' a instituição, simboliza, representa e exerce a autoridade da Brigada Militar. Um exemplo: os assuntos de segurança eventualmente postos à discussão geral ocorrem em locais em que a comunidade se concentra habitualmente, e pode ser concomitante ao trato de outros assuntos (afinal, o policial como membro da comunidade deverá se interessar por estes outros assuntos). No caso, fomos convidados a explicar a pesquisa e falar de modelos de segurança em uma casa paroquial, onde fomos acolhidos pelo padre anfitrião.



Para nossa surpresa, e a despeito da temperatura abaixo dos zero graus, no horário estabelecido encontravam-se no local mais de cinquenta pessoas, de trabalhadores rurais à proprietários de vinhas. Entre os presentes, três oficiais da Brigada Militar inclusive o comandante regional, dois secretários municipais e diversos clérigos. Quem abriu, conduziu e encerrou os trabalhos foi o soldado, o 'nosso' policial. Ali, a autoridade de segurança é ele, independente de patentes, cargos ou funções.

Em casos raros e específicos, o policial pode receber instruções do comando para uma ação coordenada (formar uma barreira, ou deter um auto, por exemplo) Mas, no cotidiano, a única missão, por assim dizer, outorgada ao policial pelo comando, é a de patrulhar toda a área e relacionar-se com o maior número possível de pessoas. Em outro local, acompanhamos um policial em ronda por cerca de trinta minutos. No trajeto, cruzamos com umas cinquenta ou sessenta pessoas, incluindo senhoras e crianças. Todas, sem nenhuma exceção, pararam à aproximação da viatura, e cumprimentaram o policial, muitas o chamando pelo nome, e manifestando satisfação diante de sua presença.

Existem, evidentemente, formas de controle sobre a atuação do agente, algumas de caráter formal (como o cumprimento das jornadas de trabalho, por exemplo), outras constituídas pela comunicação entre a comunidade e o comando, ou as 'incertas' realizadas por oficiais. Entretanto, conforme assegurou o comandante jamais houve questões de disciplina a relatar, e as poucas rugas surgidas encontraram solução dentro da própria comunidade.

Passemos aos resultados informados nas entrevistas domiciliares efetuadas em área de Farroupilha, que a Brigada Militar indicou como modelar. A avaliação da polícia pela população, em vários quesitos, foi a melhor obtida na pesquisa em todo o Brasil. A qualidade do policiamento é classificada como 'boa' ou 'ótima' por 93,2% dos entrevistados, percentual virtualmente igual ao daqueles que percebem melhorias no policiamento. O policiamento é constante e visível (93,2%), a atuação percebida como eficaz (85,8%), e o policial bom, atencioso e paciente (86,7%).

Em consequência, considera-se em local tranquilo (70,0%) e não teme nenhum tipo de criminalidade. Verificados dez tipos de incidência criminal, seis apresentaram percepção de frequência zero, e os demais abaixo da linha de controle (roubos em casas ou lojas, 20%; desordens, 17,0%; roubo de automóveis, 10%; furtos de rua, 3,3%).

Os policiais também manifestam satisfação. Nas entrevistas, 75% consideraram as funções atuais como 'melhor' que as anteriores. Dos restantes, 17% acharam que as funções atuais e passadas são equivalentes, e apenas um soldado (8,0%) entende o que faz agora como 'pior' que sua atividade passada. E a interação, com ênfases diversas, aparece em todos os depoimentos como vantagem do processo adotado. Enfim, apelando para a feliz expressão de um policial entrevistado: 'Hoje, querendo ou não, a gente faz parta da comunidade'.

Para se atingir um resultado tão positivo, a receita do comando é a seleção cuidadosa do policial comunitário, que deve possuir um perfil apropriado, e treinamento adequado. E de fato, em doze policiais entrevistados, 91,7% haviam recebido treinamento 'suficiente' (cursos com 40 horas ou mais) em policiamento comunitário.

Entretanto, há em todo o desenvolvimento do projeto no **Rio Grande do Sul** um aspecto frágil, que o torna vulnerável. Para introduzir uma crítica, bastará apelar às entrevistas domiciliares feitas em Bento Gonçalves, em bases que o comando indicou como problemáticas. O contraste é abissal (o maior da pesquisa). Ali, o policiamento é tido como o serviço público menos eficiente (13,8 de 'bom' e 'ótimo'), a percepção da presença policial cai para a metade (46,7%) e a avaliação do desempenho de forma acentuada (50%). Sete entre dez entrevistados não vêem melhorias no policiamento E a sensação de tranquilidade do bairro desaba (apenas 20%). Finalmente, nesse declínio a figura do policial está preservada. Ele segue bem avaliado por 75% dos entrevistados

Por outro lado, a percepção da frequência criminal cresce em relação à Farroupilha, mas não de forma tão contrastante quanto nos indicadores anteriores.

De fato, a exceção dos roubos em geral (autos, lojas, casas, furtos de rua), casos em que a percepção oscila entre 30 e 50%, os demais índices estão dentro daquilo que se podem considerar como toleráveis (não superiores a 20%).

Temos, então, uma coletividade onde a percepção de ocorrências criminais é relativamente baixa, mas que não se sente tranqüila. E onde o policial é bem considerado, mas não a ação policial, que é mal avaliada. A explicação para o fenômeno aparece na fala tanto dos agentes como dos moradores. Como se sabe, a instalação do policiamento comunitário é uma diretriz da Brigada Militar Gaúcha e a instalação do modelo em Bento Gonçalves já é antiga. Entretanto, como a própria diretriz remete o assunto ao arbítrio dos comandantes de batalhão, o atual resolveu 'alterar' o sistema. Fez retornar a setorização (eliminando a coincidência entre o policiamento e os contornos da comunidade) e reagrupou o efetivo, que passou inclusive a receber outras missões. O resultado aparece nos dados da pesquisa, mas foi perfeitamente sintetizado por um morador na entrevista: 'Não temos mais policiamento comunitário. Temos só um policial que mora aqui'.

É possível que a explicação seja a da 'carência de efetivos', mas, pelo menos na fala dos soldados, não parece ser o caso. Apenas dois depoimentos pedem um aumento do policiamento, e estão se referindo especificamente ao policiamento comunitário. E não se está falando de um batalhão, mas de dúzia e meia de praças. Parece mais provável tratar-se de uma interpretação peculiar do policiamento comunitário, que, em realidade, não costuma ser bem definido.

A preservada autonomia dos comandantes de batalhão, no caso, fere pelos dois tópicos da diretriz do Comando Geral, precisamente as que falam na autonomia do soldado em serviço e a interação e o comprometimento com as comunidades de inserção. Além dessas 'interpretações' peculiares e oscilações na implantação, uma outra questão vinculada a autonomia, desta vez das populações que se pretende atingir, também constitui um problema complexo para o desenvolvimento do modelo gaúcho.

Se o processo de instalação caso a caso, deve ser desencadeado por uma coletividade, é preciso que esteja organizada, ou levando além o raciocínio, que seja efetivamente uma comunidade. Provavelmente é por esta razão que o modelo encontrou um campo fértil para aplicação na serra gaúcha, em áreas rurais ou semi-rurais e com populações estáveis. E até aqui não foi implantado em Porto Alegre, nem em outros centros urbanos de forte densidade, modo de vida isolado e populações menos enraizadas. Nesses casos, seria preciso adotar estratégias específicas para favorecer e incrementar os valores comunitários.

Finalmente, se a questão da autonomia do agente policial e dos escalões de comando, a par do respeito pela espontaneidade da organização comunitária acaba por se constituir em aspecto central, limite e problema para o modelo de policiamento comunitário concebido no **Rio Grande do Sul**, o mesmo não ocorre em **São Paulo**, onde tais questões são *a priori* descartadas e impertinentes.

Conforme já se comentou anteriormente, a concepção, introdução e desenvolvimento do policiamento comunitário em **São Paulo** dão-se de fora para dentro (a partir de pressões e reclamos de organizações civis e da opinião pública contra os desmandos da polícia) e de cima para baixo (por determinação e adoção de medidas expressas pelo governo do Estado). Pode-se mesmo afirmar, sem temor a erro, que as bases internas de apoio à medida restringiram-se a quadros esparsos do oficialato e da cúpula da Polícia Civil (cabe lembrar, no caso, que os políticos com cargo eletivo com origem e densidade eleitoral nas corporações nunca se incluíram entre os apoiadores do projeto). Assim, e desde logo, o projeto surge da necessidade de impor uma política de respeito aos direitos humanos e nele não se incorpora a idéia de autonomia da ação policial; Trata-se muito ao contrário, de controlar com rigidez o procedimento dos agentes da instituição.

Dos contatos com as instâncias dirigentes do programa recolhemos uma impressão de rigidez e inflexibilidade, talvez mais apropriadas da programas do tipo 'Tolerância Zero', sem margem decisória às comunidades ou agentes locais.

A propósito, transcrevemos um trecho de anotações feitas após entrevista com o comando do policiamento comunitário. Ali observamos: 'A entrevista com o comando mostrou uma concepção unitária, fortemente legalista, sem concessões a peculiaridades de comunidades específicas ou margem de decisão aos agentes de rua. Todos, a começar dos Consegs, devem obedecer estritamente a Lei, que deve ser aplicada integral e absolutamente a todos. Ao agente não cabe avaliar, apenas aplicar a Lei. Um automóvel estacionado sobre a área de trânsito de pedestres, mesmo em ruas desprovidas de guias e sarjetas, deve ser multado. Se uma distribuidora de bebidas não consegue distribuir seu produto de forma regulamentar, deve-se oficiar a Companhia de Engenharia de Tráfego para que haja uma solução. Se o carro pertencer a um médico, atendendo a uma emergência, cabe-lhe apresentar recurso ao departamento de Trânsito. O que não se cogita é a possibilidade de infringir a Lei.

O modelo parece rígido, sem margem de manobra. É claramente vertical e jurídico, não parecendo deixar espaço seja para decisões ou intervenções, tanto dos policiais de baixa graduação, como das comunidades atendidas. A autoridade do Estado (via Lei) não pode de forma nenhuma ser questionada ou contemplar as especificidades do cotidiano e deve ser exercida de maneira linear.

Aliás, aparentemente todas as relações são formatadas através de instâncias e comandos próprios, e procedimentos burocráticos previstos e precisos. Talvez seja significativo a propósito observar que embora tenham sido oferecidos à pesquisa dados documentais abundantes, insistindo-se na transparência (dados disponibilizados na Internet), a instituição não soube informar maiores elementos capazes de caracterizar socialmente as comunidades de inserção do policiamento. Aparentemente, a questão da diversidade social dissolve-se pelo efeito da legislação que propõe a afirmação de uma sociedade de massa. Todos, por mais desiguais que sejam, igualam-se sob a regência do Estado'.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos Consegs que implicam a constituição de uma base civil de apoio à ação policial e uma intermediação entre as instituições policiais e as coletividades em que atuam.



O controle sobre os Consegs estabeleceu-se de três modos: criação de legislação abundante e restritiva, que determina até mesmo as pautas das reuniões internas; presença e participação obrigatória – como membros natos – das autoridades policiais da área; e finalmente, controle das atividades e de eventual relação entre os Consegs através de um funcionário público, o coordenador estadual para Assuntos dos Consegs.

A palavra 'autonomia' é expressa na documentação oficial apenas para dizer que 'Cada Conseg tem autonomia para captar os recursos necessários ao desempenho de suas tarefas', único caso em que se apela também para 'a participação comunitária' que 'é essencial na captação e operação dos recursos'. E enfim, 'Cada conselho é uma entidade de apoio à Polícia Estadual', vinculado 'por adesão, às diretrizes emanadas da Secretaria de Segurança Pública'.

Os Consegs são, conforme exposto, extensões do aparelho de segurança do Estado, e sob seu controle. Diz a secretaria que 'sua legitimidade tem sido reconhecida pelas várias esferas de Governo e por institutos independentes (...). Tal afirmação é de natureza redundante, desde que a *legitimação* decorre de colocar-se o processo ao abrigo de Leis, produto de atos normativos governamentais, concluindo-se pelo reconhecimento da *legitimidade* dos próprios atos eventualmente validados por 'institutos independentes'.

Os Consegs não se constituem, e nem se propõem a tal, como sendo organismos representativos das coletividades de inserção (aliás, as lideranças comunitárias são a última das categorias conclamadas à adesão, e, os '*líderes*', em última instância, indivíduos auto indicados). Não há engodo. Afirma a secretaria que 'os Consegs representam, hoje, a mais ampla, sólida, duradoura e bem sucedida iniciativa de Polícia orientada para a comunidade em curso no Brasil'. Orientada *para*, mas não *pela*, ou *na* comunidade. E fiel às suas origens, verticalistas e formais, o processo se concluirá de cima para baixo e de fora para dentro, sem abranger de fato as comunidades enquanto elemento decisivo em nenhuma instância do processo.

Teríamos assim uma política centralista e legalista, que não delega poder decisório a nenhuma instância e se caracteriza pela inflexibilidade. Trata-se, evidentemente, de uma visão do comando, não se considerando certo que o que vêm de ser afirmado guarde relação com a maior ou menor eficácia do aparelho policial, nem com a presença e comportamento dos agentes em trabalho de rua.

Contra qualquer objeção, a instituição apressa-se a brandir os números da violência em **São Paulo** que, mercê de uma política que envolve o policiamento comunitário, mas também investimentos sólidos em efetivos, equipamentos e aperfeiçoamento dos agentes, a fazem obter um decréscimo significativo nos indicadores de criminalidade. Na obtenção dos resultados e tendo em vista a caótica situação pregressa, não há na verdade uma variável que possa ser isolada¹.

Entretanto, a evitar-se uma discussão conceitual, há ainda um outro parâmetro, e este fortemente significativo, para corroborar o acerto das novas práticas de policiamento no Estado: a aprovação das coletividades onde o projeto atua.

Antes de apresentar os dados das entrevistas domiciliares em **São Paulo** cabe, todavia, uma ressalva metodológica: não são válidas as comparações que possam ser estabelecidas entre os resultados globais – de São Paulo e de outros estados, pois o critério de seleção das bases pesquisadas não foi o mesmo.

Em todos os estados foi pedido aos órgãos policiais que indicassem uma base bem sucedida e uma base problemática, o que levou aos contrastes nos resultados locais com manifestações em geral divergentes entre duas amostras tomadas no mesmo Estado.

¹ - Em caráter recente, alguns órgãos de imprensa louvaram o êxito do policiamento comunitário pelo fato de que dois locais paradigmáticos – Jardim Ângela e Diadema – terem se manifestado a favor da proibição de venda de armas. O argumento tem dois vícios: primeiro, explica a regra pela exceção (na circunscrição de outros setecentos e oitenta e dois Consegos a população votou contra); e outro é que interpreta os resultados, assumindo a existência de um voto ‘certo’ e um ‘errado’. Manifestar-se contra a proibição não implica como é evidente, nenhuma autorização à disseminação da violência, apenas nega eficácia e legitimidade a uma das medidas propostas para combatê-la.

Tal procedimento só não foi cumprido em **Santa Catarina** pela necessidade de realizar o levantamento em uma mesma cidade, e em **São Paulo**, onde não se admitiu a existência de 'bases problemáticas', ou, melhor dizendo, elas não foram indicadas aos pesquisadores². Portanto, foram pesquisadas uma base explicitamente 'bem sucedida' (a do Jardim Ranieri), e outra, escolhida por se situar em área de forte tradição comunitária³.

Assim, por exemplo, se considerarmos as bases isoladas, em todos os estados (exceto **Pará**) haverá uma base onde o policiamento é mais bem avaliado do que nas duas bases de **São Paulo**. Entretanto, na *média*, isto é, considerando-se as duas ou três bases pesquisadas em cada estado, a avaliação da polícia paulista aparecerá como superior.

Entretanto, feita tal ressalva, os números paulistas são em si mesmo bastante satisfatórios. A polícia segue avaliada como o serviço público de mais baixa qualidade, mas atinge 55% de 'ótimos' e 'bons' para seu desempenho, com pequena variação nos locais pesquisados, e com um índice de aprovação que seria impensável poucos anos atrás.

Ainda mais relevante é a percepção das mudanças no policiamento para 'melhor' ou 'muito melhor' manifestas por 72,4% dos entrevistados, e pela constatação da presença policial constante no bairro, registrada em 85% dos questionários (em ambas as situações não foi significativa a variação entre os dois pontos de pesquisa). A descrição do policial obtém uma aprovação mais discreta ('bons' + 'atenciosos' + 'pacientes' = 67,8%), bem como seu desempenho particular (50,9% de 'ótimo' e 'bom'). Nesses dois últimos casos, há, todavia, discrepância significativa nas avaliações, muito mais favoráveis no bairro de classe média do que entre as populações de baixa renda.

² - "não entendemos que existam bases comunitárias de segurança problemáticas, uma vez que todo processo de mudança de comportamento e quebra de paradigmas é lento e demanda uma série de procedimentos por parte dos policiais militares e dos membros das comunidades (...)".

³ - A rigor, se poderia indicar um terceiro estado – **Mato Grosso** - onde a base 'problemática' não foi indicada pelo comando, que a considera 'bem sucedida', mas por outros oficiais da guarnição.

Em consequência, a vila dos Remédios é um bairro 'tranquilo' (93,3%) sem a percepção de incidência de nenhum tipo de ato criminal. Já o Jardim Ranieri não é tranquilo (somente 23,3% dos moradores assim o consideram), o que possivelmente se deva menos ao policiamento e mais a fatores sociais (população pouco sedimentada no lugar e relações internas instáveis). Essa afirmação encontra algum respaldo na percepção e consequente temor da ocorrência de ataques sexuais (24,1%, maior índice encontrado na pesquisa) e das brigas entre parentes e vizinhos (23,3%). De resto, a população se manifesta percebendo a criminalidade entre parâmetros admissíveis (abaixo dos 20%), exceto no que se refere ao consumo de drogas (63,3%) e o roubo de veículos (33,4%).

No conjunto, os resultados apresentados dão conta de uma política de segurança bem sucedida e com resultados evidenciados. Diante do quadro, a primeira pergunta é qual é a participação dos conselhos de segurança nesta recuperação da imagem do policiamento, e na ampliação da eficácia da polícia paulista? Nenhuma, a crer-se na população pesquisada. De fato, 96,6% das famílias entrevistadas nunca ouviram falar de Conseg nem participaram de qualquer atividade que tal instituição pudesse ter promovido⁴.

A constatação não implica dizer que os conselhos são, necessariamente, inúteis. Só reforça o que já afirmamos que, em **São Paulo** não são, nem foram concebidos como instrumentos de interação ou de representação. Entretanto, a despeito da legislação restritiva, e que os define como 'grupos de pessoas', os Consegs podem operar como desaguadouro de posições e pressões derivadas de agentes coletivos. No sempre lembrado Jardim Ângela, a presença do Conseg não pode obscurecer a atuação de instituições como a Igreja Católica, Associações de Moradores e Organizações não Governamentais, que lhe impregnaram de representatividade. Assim, como foi o caso, um conselho pode tornar-se representativo, desde que não se imagine como substituto da organização própria das coletividades e da adesão dos moradores aos seus institutos coletivos. E é sintomático que no Ranieri (vizinho ao Jardim Ângela) só uma família tenha reconhecido o Conseg.

⁴ Diferente de outros estados, os Consegs em São Paulo, fiéis aos seus limites, não desenvolvem ações sociais.



Se, nos locais pesquisados, os dados desclassificam os Consegs, meras instâncias burocráticas operando em extensão do aparelho de Estado, como agentes no processo de transformação do policiamento, então – é a pergunta que se segue – nas áreas verificadas, a que se devem as melhorias na imagem e da confiança na polícia e o aumento acentuado da *sensação de segurança* demonstrado na pesquisa?

A resposta não parece tão difícil: a atuação da própria polícia. E, no caso, seria dentro dos parâmetros de rigidez e inflexibilidade enunciados pelo comando? Expressando melhor, como se daria na prática a atividade daqueles que representam a corporação e que efetivamente mantêm contato com a população, isto é, o sargento que comanda a base, e os soldados e praças que compõem os destacamentos locais.

Passemos então a descrever os policiais⁵. Todos, sem exceção, pareceram bem formados. Noventa por cento indicou ter feito 'policiamento comunitário' como disciplina de seus cursos de formação ou de treinamento em serviço (apenas um havia feito um curso específico do tema). Metade declarou possuir formação superior (com diploma, ou cursando), em dois casos, mais de um curso universitário completo. Indagados se pretendiam seguir profissionalmente o curso de formação (contábeis, administração, educação física, fisioterapia, biologia, etc.) declararam que não, que gostam do que fazem alguns acrescentando que sentem orgulho em ser policiais. Moram longe, todos em outros bairros, distantes pelo menos dez quilômetros (em um caso, a policial reside a sessenta quilômetros do local de trabalho), mas consideram a atividade atual 'melhor' que a anterior

⁵ - A pesquisa em **São Paulo** foi bastante dificultada pela burocracia policial. No caso, as entrevistas com policiais foram feitas no Jardim Ranieri e no Jardim Oxford (não na vila dos Remédios onde se fizera pesquisa domiciliar) em face de a polícia paulista ter exigido um ofício para autorizar as entrevistas com policiais. Encaminhamos o ofício, explicando a pesquisa e apresentando a solicitação ao Comando do Policiamento da Capital, que após dois meses despachou favoravelmente. Soubemos então que a vila dos Remédios está fora da circunscrição e que seria preciso outro ofício desta vez ao Comandante do Policiamento Metropolitano. Considerando os prazos que não admitiam a perspectiva de novas delongas, preferimos realizar as entrevista no Jardim Oxford (que a despeito do nome, situa-se em área paupérrima), o que acabou constituindo uma vantagem, pois todas as entrevistas se fizeram com policiais atuando em áreas de baixa renda.



(80%, os remanescentes classificam como 'igual'), e unanimemente indicou a interatividade como a principal vantagem da atuação comunitária porque 'melhora a imagem da polícia', 'cria confiança', 'aproxima', 'integra', permite conhecer os 'anseios' e as 'necessidades' da comunidade.

Quase todos (nove entre dez) indicaram que durante seus turnos procuram sustentar conversas informais com a população, em geral procurando os pontos de comércio (mas também escolas, postos de saúde e outros pontos da administração pública). Dois policiais comentaram que isso 'ainda' é difícil, pelo temor ou falta de confiança da população. A maior parte daqueles que procuram interagir não revela preferência por grupos específicos, mas são citados os trabalhadores (40%), jovens (40%) e donas de casa (30%).

Outra forma de inserção são os programas sociais, geralmente dirigidos a jovens (palestras sobre saúde, profissionalização, cidadania). Os programas são organizados pelos policiais em parceria com escolas, creches e organizações não governamentais⁶. No Ranieri, os policiais falam em obter doações de instrumentos para constituir uma banda escolar. E eles exibem com orgulho as paredes da base onde aparecem em coleções de fotos acompanhando crianças de creches e escolas a eventos organizados pelo programa Criança Esperança⁷.

Não parece haver dúvida de que no Jardim Ranieri os policiais encontraram canais de interlocução e formas de interação com a comunidade. E como tais policiais – em ambas as bases - caracterizam a população local, como se define afinal a comunidade onde trabalham e estão inseridos?

6 - Na capital, o comando indica iniciativas sociais bem sucedidas nos Jardim Ângela, Ranieri, Vila das Mercês, Belém e Vila Guilherme.

7 - No Jardim Oxford não há menção a tais programas. E as paredes da base são mais tristes: mostram ainda sinais das balas de armas que, manejada por uma organização criminoso, atacou e dizimou uma guarnição.



A comunidade é 'sofrida', 'carente de tudo' (80%), mas também merece outros adjetivos 'amiga', 'afetiva', 'gente boa' 'do bem' (50%) e 'trabalhadora' (40%). Em apenas dois casos também apareceram expressões negativas, 'desconfiada' e 'perigosa'.

O pesquisador tem ainda algumas curiosidades. Nesse clima, como se pode exercer a autoridade, e aplicar a Lei na sua letra, de modo inflexível e implacável, tal como sugere o comando. O praça velho, experiente, coça a cabeça e pensa antes de responder: 'Estamos aqui contra a exploração, não deixar que pobre sofra ainda mais, que filho bata na mãe. Nossa autoridade é isso' – pensa um pouco mais – 'o que mais fazemos é orientar, os direitos do consumidor, como tirar carteira (de trabalho), como faz para recorrer de uma multa ou encaminhar uma reclamação à Prefeitura. Como faz no banco, é isso' – e conclui – 'e dar assistência. Aquela viatura que saiu agorinha, o senhor viu, está levando uma mulher que precisava levar o nenê no hospital e não tinha o dinheiro da condução'.

'E tem os remédios...' – outro praça intervém na conversa e abre um armário com medicamentos.

'Aparece o povo aqui' – explica o praça mais antigo – 'e o médico mandou dar isso, tomar aquilo, e o remédio não tem no posto e eles não tem com que. Então, os soldados fizeram uma vaquinha. O mais procurado, remédio de criança e de pronto socorro, tem nesse armário'.

'E guardam as notas' – pergunta o pesquisador – 'a secretaria não faz um ressarcimento'.

Não respondem. Depois de um momento, o praça em comando aponta a xícara do café que haviam servido:

'Estava bom o café, doutor? Foi a (nomeia uma policial feminina) que comprou o pó. Estava bom?



Assim, segue a rotina: proporcionar atendimento e transporte aos enfermos e necessitados ou encaminhar e informar populares para o exercício dos direitos de cidadania. Com relação aos Consegs, nem o comandante da base – um sargento - nem pessoal subalterno participa de reuniões, e ignora pautas e resultados, exceto quando produzem ordens específicas para sua atuação (do pessoal entrevistado, nenhum conhecia a pauta ou a data da reunião do Conseg anterior). Mas, contam casos:

‘Apareceu aí um sujeito que queria porque queria que livrasse de uma multa de trânsito. Veio cheio de razão, disse que era do Conseg, e que ele é quem tinha dado as torneiras aqui para o posto. A torneira imagine! A multa ficou e ele foi lá para o comando, reclamar com o capitão (...) daí o soldado foi transferido. Uma pena. Ele gostava do trabalho aqui. ’

Há em um trecho da entrevista um espaço para a livre manifestação dos entrevistados. Nele, mostrou a prática, aparecem reivindicações (maior efetivo, viaturas, equipamento, salário). Não foi o caso na polícia paulista. Ali foi citada apenas a necessidade (em duas entrevistas, ambas do Jardim Oxford) de fixar os efetivos (reduzir ou eliminar as transferências não solicitadas para outras atividades ou unidades) e pediram-se mais cursos de aperfeiçoamento em policiamento comunitário (apenas um caso, também no Oxford). No Jardim Ranieri, eis as surpreendentes necessidades expressas em 67% das entrevistas locais: ‘faltam serviços públicos’, ‘saneamento, lazer’, ‘a construção do hospital M’boi Mirim’ (artéria principal do bairro), ‘as instituições governamentais e não governamentais deveriam investir mais na periferia’, ‘as autoridades precisam investir na área social’.

‘O principal é a mentalidade’ – comentou uma policial – ‘Não se pode esperar nada, não ajudam a gente em nada. Quem ajuda mesmo é esse povo pobre daí – aponta o amontoado de casas que se vislumbra aos fundos da rua – ‘eles são a nossa razão’.



De repente, parece ter ocorrido uma transfiguração. Os policiais não falam da corporação, de seu desempenho profissional. O que comentam são as necessidades locais, com um discurso como se tivessem assumido, eles próprios, a representação da comunidade. O mesmo não ocorre no Jardim Oxford, mas talvez seja porque 'o trabalho de polícia comunitária aqui no bairro é ainda bastante recente, ou seja, está engatinhando'.

Se for verdade que a pesquisa não capturou um local inteiramente excepcional, mas locais em estágios diferentes de desenvolvimento, então, se torna possível sugerir que o policiamento comunitário em **São Paulo** esteja se implantando em duas diferentes esferas: uma formal e outra real.

Na primeira, visível a opinião pública, aos comandos e juristas, existem os Consegs com as reuniões periódicas entre seus membros (em geral negociantes e profissionais liberais) e o comando da companhia local. Preparam-se medidas de proteção ao patrimônio, campanhas preventivas e patrocínio para tais ações. Nessa esfera é que se cuida da imagem da corporação em relação à imprensa, as entidades internacionais e de defesa dos Direitos Humanos.

Na outra, da qual o comerciante da avenida não faz parte ('essa gente ajuda, dá uma contribuição, mas não é da comunidade. Só está aqui para ganhar dinheiro'), quase subterrânea, sucede uma relação íntima e em curso de fortalecimento, entre o agente do Estado e a população. Através dela, ao observá-la é possível pensar que talvez exista um ponto de fusão entre a legalidade e a necessidade, entre o Estado representado por seus servidores humildes e a nação dos pobres e desamparados.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

3ª PARTE

A FORMAÇÃO: COMUNIDADE E POLICIAMENTO¹

13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;

14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;

15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade

APROCOM - Novembro de 2005

¹ - Os dados coligidos nessa parte foram organizados e comentados pela Dra. Gláucia Helena de Araújo Russo

13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;

Introdução.

Atualmente há uma percepção quase geral do desencanto da sociedade civil com relação às causas coletivas. Acredita-se, guardadas as devidas especificidades, que em nível mundial ocorre o que se poderia chamar de um retrocesso e um descaso com os problemas, necessidades e organizações coletivas. Na sociedade do indivíduo, há uma preocupação crescente com os direitos pertencentes a cada um individualmente, ao mesmo tempo em que ocorre uma fuga quase geral das demandas relacionadas aos sujeitos coletivos.

Conforme Simmel, vivemos a sociedade do dinheiro, ou seja, o espaço/tempo do indivíduo; do “eu” em detrimento do “nós”. Vivenciamos a metrópole com sua racionalidade espacial e temporal, o lugar do dinheiro e da atitude blasé. Na metrópole tempo é dinheiro. Ele corre sem parar tirando de cena a imaginação e os sentimentos e substituindo-os pela racionalidade, pelas linhas retas e por uma atitude de indiferença para com os outros.

Diante disso, não podemos negar a predominância, em nossos dias, do indivíduo isolado, que, a cada dia, perde mais e mais a preocupação com os sujeitos coletivos. Um indivíduo blasé, como nos diria Simmel. Homens e mulheres indiferentes ao outro, que, para sobreviver aos inúmeros estímulos da vida em sociedade e da metrópole se protegem embaixo de uma capa de indiferença. Mesmo que o autor em pauta tenha realizado sua reflexão no final do século XIX e início do século XX, ela nos dá um retrato da sociedade atual, da modernidade ou, dito de outra forma, da sociedade do dinheiro.

Tal análise explicaria a atomização dos movimentos sociais e, como falávamos anteriormente, mesmo do desencanto com a dimensão coletiva da vida humana. No entanto, o próprio Simmel pergunta, se assim o é, como é possível existir sociedade?

Em primeiro lugar, é bom pensarmos que a sociedade para o autor em pauta, nada mais é do que a soma das interações construídas entre os seres humanos entre si e com o mundo que os cerca. Se a sociedade é interação, a existência do indivíduo isolado por si só, não permitiria sua existência, ou seja, a dimensão coletiva da vida se perderia e não seria possível falar em sociedade, pelo menos não da forma como nós a conhecemos e concebemos. Assim, mesmo que não conheça ou não tenha a menor intimidade com o colega de trabalho, com o vizinho do lado ou com aqueles que se encontram próximos a ele em termos de espaço, o ser humano procura outros grupos e constrói com eles relações. Há, como nos diria Tönnies, focos de comunidade, especialmente aquelas voltadas para a vizinhança, o parentesco e o espírito. A sociedade não pode prescindir da comunidade e o indivíduo totalmente isolado seria a negação da coletividade.

Assim, a comunidade resiste. Sociedade e comunidade convivem, mesmo que a comunidade ao se localizar dentro de uma sociedade se modifique para sobreviver, a dimensão do coletivo não se perde totalmente. E é isso que podemos perceber através do primeiro levantamento que realizamos. Em um período de desencanto com o social, com o coletivo, como nos diria Eder Sader, novos personagens entraram em cena. O autor em pauta, ao localizar sua análise no período pós-ditatorial referia-se aos movimentos de bairro, aqueles que buscavam conquistar demandas cotidianas e via surgir junto a eles um outro setor, as organizações não governamentais – Ongs que se constituíam também como forma de fortalecer as demandas coletivas e as reivindicações dos bairros e comunidades.

É preciso ter em mente que a maneira como a sociedade se organiza determina a forma que suas instituições, entidades e movimentos tomam. Assim, as Ongs

aparecem como uma saída, uma esfera de reivindicação coletiva que se adapta a sociedade abrangente. Elas se separam da esfera governamental e buscam parcerias para demandas específicas. Em uma sociedade em que o dinheiro aparece como meio e fim de tudo. As Ongs se organizam como entidades capazes de captar recursos e, por meio deles, fortalecer a organização dos bairros e populações específicas. Através do trabalho que realizam as Ongs e outras entidades de cunho popular são capazes de fortalecer espaços comunitários de forma a buscar melhorias para os indivíduos vivendo em sociedade.

Assim, no levantamento por nós realizado nos foi possível detectar uma profusão de Ongs, nos mais diferentes campos de atuação que, por meio do seu trabalho, conseguem melhorias para as populações e trabalham a dimensão coletiva da vida humana em sociedade. As entidades buscam o fortalecimento das populações com as quais trabalham e garantem a sobrevivência da dimensão política da vida e aqui, não estamos nos referindo a questão político-partidária, mas a questão da cidadania e da garantia de direitos e deveres a uma população massacrada pelo descaso e pela miséria urbana que é a população brasileira.

As entidades se espalham pelo Brasil afora, não funcionam como substitutos dos movimentos sociais ou de todas as esferas coletivas da vida, mas cumprem um papel fundamental ao resgatar ou mesmo tentar recriar a dimensão coletiva da vida humana em uma sociedade atomizada, onde cada vez mais o dinheiro é o centro de tudo e o homem é reificado no processo.

O modelo de metrópole da modernidade que tem lugar no mundo ocidental tem se mostrado incapaz de responder as mazelas sociais criadas pela sociedade de classes, pela atomização social e pelo aumento crescente do individualismo. As grandes metrópoles mais e mais se configuram como um modelo falido, caracterizado pela superpopulação, por grandes bolsões de miséria, gasto exacerbado e descontrolado de

recursos naturais como a água e a terra e, principalmente, pelo aumento crescente da violência urbana. Um tipo específico de violência que tem lugar na sociedade moderna e se caracteriza pela busca frenética do dinheiro ou de objetos de consumo, cuja posse simboliza o valor de quem os possui. Uma sociedade onde o “ter” substitui o “ser” e onde o dinheiro aparece como uma espécie de deus, agregado de todas as vontades e necessidade fundante da vida.

Dessa forma, além da violência que se justifica pela necessidade de sobrevivência, assistimos aquela legitimada pelas guerras que sempre foram expressões de poder, pois através dela conquistaram-se impérios, fizeram-se escravos, dizimaram-se populações inteiras e devastaram-se cidades, no mundo moderno assistimos a um tipo de violência que se dissemina e se banaliza. Uma violência aniquiladora de valores éticos e da idéia do ser humano como ser racional e superior. No mundo da racionalidade uma violência irracional se dissemina. Uma violência que precisa ser controlada. Para tanto, é que ao longo dos séculos as instituições repressoras nascem, dentre elas a força policial.

A instituição policial se configura como uma resposta à necessidade social de segurança e sendo uma instituição humana é histórica e culturalmente determinada, ou seja, se modifica de acordo com a época e o espaço onde se insere. A polícia vem mudando através dos tempos. O modelo de polícia que temos hoje, ao menos em nosso país, vem se mostrando cada vez mais ineficiente como força capaz de conter o avanço da violência. Segundo Marcineiro e Pacheco temos hoje em nosso país, o que seria fruto das ideologias incorporadas pela policial, *uma polícia híbrida, com estética militar e competências de caráter policial* (2005, p. 73). O próprio Estado vem repensando o modelo policial, hoje nas diferentes regiões do Brasil a polícia vem sendo questionada e novos modelos vêm sendo implantados. No contexto atual a polícia comunitária e suas variantes têm aparecido como uma saída possível para uma nova atuação e percepção da polícia, ou seja, uma nova forma de ser e fazer polícia.

No Brasil não apenas o estado e as forças policiais estão repensando sua filosofia e práticas, há também, por parte da sociedade civil, outras instituições preocupadas com a forma e a formação da polícia. Nesse sentido, pudemos detectar, principalmente, através de órgãos ligados a Universidades, ações da sociedade civil que têm como foco de atuação a polícia, o que ocorre a partir da contextualização da situação atual do país. Há experiências isoladas no Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Santa Catarina ligados à formação policial ou mesmo da própria comunidade no trato com a polícia. Além disso, a própria polícia ou mesmo o estado vem buscando formas educativas que dão suporte a implantação do modelo, como no caso de São Paulo. Trata-se da necessidade de transformação na atuação policial aliada a uma nova forma de ser e perceber o policial, bem como a sociedade ou, de forma mais específica, a comunidade em que as forças policiais realizam seu trabalho. No levantamento por nós realizado foi possível levantar algumas dessas ações que serão detalhadas no corpo do trabalho e, posteriormente analisadas.

Descrição do trabalho:

Em princípio tratava-se, conforme exposto, de verificar os conceitos de comunidade e as propostas para seu desenvolvimento inerentes à programas diversos, sejam da sociedade civil ou do Estado, e de aproximá-los e compará-los com o que pudesse estar sendo pensado e aplicado na formação dos policiais em preparação para o trabalho comunitário. Tendo em vista nosso enfoque, seria preciso pesquisar projetos que não tivessem caráter puramente assistencial (pois isso descarta a noção de comunidade participativa, colocando-se como mera receptora dos benefícios). A primeira abordagem procedeu a um levantamento dos programas e treinamentos para comunidades realizados no Brasil. Para tanto, efetuaram-se contatos telefônicos, e-mails, visitas as páginas da



Internet das entidades selecionadas² no intuito de levantar material que nos daria maiores informações sobre as entidades de forma a aprofundarmos a pesquisa em algumas delas.

Abaixo apresentaremos mais detalhadamente as informações coletadas, de acordo com a região a que a ONG ou entidade está ligada, de forma a termos um quadro geral do trabalho realizado. As ongs ou entidades onde seriam posteriormente feitas visitas, entrevistas e coleta de maiores informações encontram-se realçadas:

REGIÃO CENTRO-OESTE

Ação Cristã Pró-Gente

A ação cristã Pró-gente, funciona desde o ano de 1973 e tem sede em Ceilândia - DF. Foi fundada por um grupo de cristãos de visão ecumênica que buscavam alternativas de atuação junto às populações excluídas do Distrito Federal, objetivando construir, juntamente com a comunidade, alternativas de desenvolvimento que possibilitassem uma melhor qualidade de vida, e, ao mesmo tempo fortalecessem a organização popular e a cidadania. Para tanto, a Pró-Gente trabalha com organizações populares e movimentos sociais, crianças e adolescentes, famílias e com a população em geral, de forma a alcançar seus objetivos.

REGIÃO NORDESTE

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS

O CDVHS surgiu no ano de 1994, tendo como sede a cidade de Fortaleza-CE. Sua fundação se deu a partir da articulação de um conjunto de comunidades da região sudeste da cidade de Fortaleza, que decidiu afirmar uma posição no que concerne à promoção da vida e aos direitos humanos. A Ong partiu dos desafios locais em conexão

² Nem todas as entidades possuíam página na Internet, o que possibilitou um menor número de informações sobre elas, especialmente as que não foram selecionadas para realização de entrevistas, tendo em vista, que os dados contidos nas páginas são, em geral, melhor detalhadas permitindo uma visão mais ampla do trabalho realizado.



com o cenário do Brasil no intuito de se tornar um indutor dos processos de desenvolvimento local, tendo como estratégia principal o fortalecimento das organizações populares da região. Para tanto, realiza um trabalho voltado para crianças e adolescentes, jovens, organizações populares e Movimentos Sociais. Trabalha pelo desenvolvimento local na perspectiva dos Direitos Humanos, através de processos educativos que visam fortalecer outras Ongs e a população em geral, através de grupos específicos.

Centro Nordestino de Animação Popular - CENAP

O CENAP é um Centro de Educação e Cultura, situado em Recife - PE que vem desde 1989 desenvolvendo projetos com grupos e organizações da sociedade civil nos diversos estados da região Nordeste. O Centro trabalha na formação e capacitação de educadores sociais, animadores culturais, técnicos e agentes que atuam em programas e projetos de desenvolvimento social e educação de base. O que caracteriza a filosofia e prática de intervenção do CENAP é a renovação e qualificação das metodologias de trabalho social, educativo e organizativo, buscando promover e impulsionar mudanças culturais significativas para as pessoas, grupos e organizações, nos seus propósitos e projetos de exercer e construir a cidadania.

O CENAP desenvolve sua prática com educadores e agentes sociais de grupos e organizações com o objetivo de reciclar e desenvolver processos de capacitação e qualificação ligados a suas práticas, reforçando a autonomia e o poder de difusão dos agentes com os quais trabalha. Promove processos educativos baseados numa concepção holística, biocêntrica e ecológica de desenvolvimento das pessoas e organizações, na perspectiva da transformação social. Seu público-alvo é composto por agentes sociais e gestores de organizações da sociedade civil e dos setores públicos e privados. Sua ação tem como objetivo renovar e qualificar as concepções e práticas pedagógicas e organizativas dessas pessoas e grupos.

A organização trabalha com três grandes projetos:

Projeto inclusão pela arte – dirigido a arte educadores e animadores culturais, através da arte, o projeto busca formar pessoas capacitadas a trabalhar com arte-educação, utilizando-a como instrumento de resgate e capacitação de grupos excluídos;

Primeiras Letras – busca construir novas formas e processos de aprendizagem, tanto para crianças, como para jovens e adultos (trabalho realizado em parceria com a Secretária de Educação dos municípios participantes do projeto);

Cuidando da vida no espaço público: Fortalecendo redes e organizações – realizado com vários estados do nordeste, no qual se fazem levantamentos das potencialidades e desafios a serem vencidos, na busca de fortalecer o trabalho realizado nos estados. O projeto visa uma proposta alternativa de aprendizagem, como a viabilização de encontros e intercomunicação de pessoas e organizações para partilha de entendimentos, projetos e desafios, bem como a construção de compreensões e busca de soluções conjuntas.

CF8 – CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO - CFB

O CF8 atua desde 1993, tendo sede na cidade de Mossoró-RN. Originou-se a partir da composição de um grupo de mulheres estudantes universitárias, profissionais de saúde e militantes de movimentos sociais que se preocupavam com a organização da luta contra a violência doméstica e sexual sobre as mulheres. Desde o seu surgimento o CF8 busca fortalecer a organização do movimento feminista em Mossoró e região, a partir do fortalecimento dos grupos de mulheres, no sentido de sua auto-organização, inclusive no interior das formas tradicionais do movimento social, como meio de impulsionar as mudanças necessárias para a constituição de uma sociedade de igualdade.

Atualmente, além dos trabalhos de âmbito mais geral como organização local do movimento “Marcha Mundial das mulheres”, realização de protestos de cunho específico e atendimentos de demandas sociais locais, nacionais e internacionais relativas

ao feminismo, o CF8 trabalha com organização de grupos de mulheres. O trabalho está sendo realizado em assentamentos de reforma agrária nas cidades de Mossoró (03), Apodi (02) e Baraúnas (02), além da comunidade de Jucuri, todos pertencentes ao Rio Grande do Norte.

Nesses lugares é realizado um trabalho de organização de grupos de mulheres voltados para as demandas apresentadas. A idéia é sempre o fortalecimento do grupo e, conseqüentemente, da comunidade. Ministram-se cursos sobre feminismo, movimentos sociais, organização popular, dentre outros. Assim, como cursos voltados para a concretização de estratégias de sobrevivência por parte das mulheres, intitulados de cursos de produção, em geral, tais cursos estão relacionados à agricultura familiar, apicultura, produção de pães e doces e outras atividades que permitam a auto-suficiência financeira das mulheres.

Além de trabalhar com a questão da auto-organização das mulheres, o CF8 se preocupa com a inserção das mulheres nos movimentos sociais, procurando também realizar a inclusão das lutas relacionadas ao feminismo nos movimentos sociais em geral.

Grupo de Apoio as Comunidades Carentes do Maranhão - GACC-MA

O GACC MA foi fundado para responder a várias problemáticas sociais de bairros periféricos de São Luís. Iniciou sua atuação em 1987 como filial do GACC-CE e após seis anos, em 1993 foi registrado formalmente. Em seu percurso a entidade vem buscando o desenvolvimento comunitário, através da noção de que as pessoas coletivamente são capazes de solucionar seus problemas e promover mudanças. O GACC-MA trabalha, principalmente com crianças e adolescentes, organizações populares, movimentos sociais e moradores de áreas de ocupação.

O Grupo desenvolve projetos direcionados as populações carentes do Estado com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário, elaborando e realizando projetos em parceria com entidades de bairro e grupos organizados de moradores que são

capacitados para atuarem nas comunidades. Atualmente a entidade trabalha de forma mais direta na Vila Luizão (CENTAP) e na Cidade Olímpica (GSCOL, GLACOL e GVECOL). A partir das seguintes linhas de atuação:

Acompanhamento Social Familiar – Objetiva orientar as famílias das comunidades atendidas quanto às questões de saúde, educação, trabalho e renda, através de estratégias como plantões de atendimento, visitas domiciliares, grupos temáticos e campanhas educativas a fim de fortalecer o desenvolvimento comunitário.

Ações em favor de Crianças e Adolescentes – Visa fortalecer a organização dos jovens através de oficinas temáticas, atividades esportivas e culturais, dentre outras, possibilitando a diminuição das situações de risco bem como maior inserção e participação na vida social. Desenvolve-se através do programa de Erradicação ao Trabalho Infantil - PETI e de ações que objetivam o desenvolvimento integral do Adolescente como: grupos e oficinas temáticas, atividades esportivas, culturais e de lazer e formação pré-profissionalizante, além do acompanhamento familiar.

Educação – Busca contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem locais, através da capacitação de professores das escolas comunitárias inseridas em áreas de atuação do GACC-MA, com o objetivo de fortalecer a prática pedagógica já desenvolvida, incentivando a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Educação profissional (Formação profissionalizante / Acesso ao emprego) – Tem como meta a profissionalização de jovens e adultos, orientação e acesso ao mercado de trabalho, através dos balcões de emprego mantidos na comunidade. É realizado através do desenvolvimento de cursos em categorias Artesanais, Comércio e Serviço, Indústria da Transformação, Construção Civil etc.



Trabalho e Renda - Possibilitar melhor inserção no mercado de trabalho através de orientações, encaminhamentos ao setor empresarial e incentivo à micro empreendimentos, cooperativismo e associativismo.

Formação de lideranças comunitárias – Intenta preparar lideranças locais para uma prática social participativa e comprometida com o desenvolvimento comunitário. Capacitação de membros das entidades apoiadas pelo GACC/MA com vistas a despertar a organização e participação na vida comunitária, estimulando o exercício de uma consciência crítica e coletiva dos seus direitos e deveres e como forma de resgate da cidadania.

Plantão de Orientação Social: Realizado através de Centros de Orientações mantidos nas comunidades, com o objetivo de informar e apontar saídas para problemas vividos por pessoas que procuram informações sobre documentação, problemas jurídicos sociais, educação, saúde, dentre outros.

Atualmente, a fim de ampliar as capacidades das famílias carentes para melhorar os indicadores de qualidade de vida, em particular nas áreas de saúde, educação, profissionalização e organização comunitária, visando à estabilidade das famílias e ao desenvolvimento e autonomia das organizações comunitárias, o GACC-MA desenvolve os seguintes projetos:

Saber Viver - É um projeto que tem como objetivo evitar a violação dos direitos das crianças e adolescentes: em especial a violência sexual, através do desenvolvimento de trabalhos formativos e preventivos com as famílias e a comunidade da Cidade Olímpica.

De Olho no Futuro – Tem como objetivo o fortalecimento da participação juvenil, organizando o modo de vida dos adolescentes, e promovendo sua inserção social e, dessa forma, reduzindo seu envolvimento em situações de risco.



Tempo de Semear - Tem por objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias com crianças de baixo peso, através de oficinas produtivas, visando o aproveitamento das potencialidades locais (como é o caso da horticultura). Pretende, assim, melhorar a situação nutricional das crianças de zero a 06 (seis) anos, além de implementar a renda familiar através dos produtos cultivados e, posteriormente comercializados, nos grupos de produção.

Capacitação de Lideranças e Jovem Líder - Prepara líderes capazes de enfrentar e vencer os problemas sociais, intervindo no desenvolvimento de sua comunidade. Estimula e desenvolve junto aos jovens suas capacidades de liderança, enfrentamento e superação dos problemas, destacando-se a formação política, através de uma visão crítica da realidade, onde são discutidas e apresentadas propostas concretas no sentido de subsidiar as políticas públicas.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Iniciativa do Governo Federal, o objetivo do PETI é evitar que crianças e adolescentes trabalhem para o sustento da família, ao invés de estarem estudando ou brincando. Na tentativa de erradicar esse tipo de trabalho, o GACC-MA promove ações sócio-educativas (complementação escolar, atividades recreativas e esportivas etc.) que contribuem para o desenvolvimento físico, afetivo e social de crianças e adolescentes.

João de Barro - Contribui para a qualificação profissional de jovens e adultos, encaminhando-os para o mercado de trabalho através dos balcões de emprego, localizados nas duas áreas de atuação do GACC-MA (Vila Luisão e Cidade Olímpica); incentiva micro empreendimentos, através da formação e acompanhamento de grupos de produção.

**CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes**

Fundado em 1994, o CRIA tem sua sede na cidade de Salvador-BA, se constituindo como uma ONG de caráter essencialmente educativo, voltada basicamente para um público adolescente de setores populares. Recorre às artes, em especial ao teatro, para, através da participação criativa dos adolescentes, levarem temas sobre cidadania e auto desenvolvimento para jovens e educadores. Suas atividades relacionam-se às vertentes pedagógica, artística e administrativa.

O desafio proposto com a ONG foi desenvolver um método de educação para a cidadania através da arte que provocasse o adolescente a criar, se envolver e participar ativamente de movimentos sociais e culturais na sua escola ou em outros espaços comunitários. O CRIA constituiu-se como um espaço permeável a trocas e experiências comunitárias que agregam conhecimentos construídos coletiva e dinamicamente. Hoje, é um centro de referência para 93 jovens atores/poetas e seus familiares – agentes culturais - que, a partir da formação vivenciada no CRIA, lideram grupos organizados em 20 comunidades de Salvador. Os grupos de Salvador trocam experiências com outros grupos culturais (instituições, crianças, jovens e adultos dos municípios do interior da Bahia, Pernambuco e Ceará), formando redes de intercâmbio pela cidadania. Tudo isso constitui o Projeto Institucional CRIA que tem foco em educação, saúde e cultura.

As artes do CRIA correspondem à criação de peças teatrais, recitais poéticos, materiais gráficos, audiovisuais e eletrônicos. As apresentações das peças de teatro são sempre seguidas de debate e os recitais propõem a participação do público das rodas de poesia nas ruas. As atividades desenvolvidas estão apoiadas em processos coletivos de criação, que envolvem improvisação, preparação corporal e musical, através de danças e ritmos brasileiros, como também um trabalho coletivo de criação plástica para confecção de cenário e figurino.

Sexualidade, gênero, etnia, cidadania, juventude x trabalho, cultura brasileira, educação, violência sexual, drogas e direitos são temas discutidos de forma integral pelos adolescentes. Com a junção dos conhecimentos específicos de cada Núcleo ou Espaço é desenvolvida uma pedagogia multidisciplinar voltada para a mobilização social pela promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

A pedagogia do CRIA contribui para articular redes de intercâmbio artístico-cultural pela promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, valorizando a diversidade sócio-cultural e promovendo o encontro entre jovens da periferia urbana e de pequenas cidades do interior da Bahia, Pernambuco e Ceará, além de jovens moçambicanos. Essas redes desdobram-se em participação mais qualificada nos diversos fóruns da sociedade civil organizada e nos espaços de acompanhamento e formulação de políticas em educação (inclusive a inclusão digital), saúde (direitos sexuais e reprodutivos, AIDS/DSTS) e cultura. O trabalho atinge o interior do estado, já estando consolidado em quinze cidades com parceiros no Ceará, na Itália e na Suécia.

Com sua metodologia, o CRIA procura destacar a força expressiva e transformadora de grupos heterogêneos (compostos de jovens e adultos) na construção de uma "pedagogia da autonomia" capaz de comunicar solidariedades crescentes, inerentes à cultura popular. Assim, estabelece-se um processo de inclusão pela arte, pautado na expressão das diversidades, ou seja, de um modo de ver e estar na cidade, que se configura como um exercício de cidadania.

O CRIA visa formar multiplicadores. Para tanto, trabalha com educação para a cidadania com jovens e adolescentes de 12 a 17 anos, com renda familiar de no máximo dois salários mínimos. Através deles forma grupos de teatro e poesia que levam a arte para associações comunitárias. Atualmente estão sendo trabalhados seis grupos, dentre eles, cinco de teatro e um de poesia. Nos meses de agosto e setembro do ano em curso as peças devem ter sido estreadas no teatro e nas comunidades.

**REGIÃO NORTE****Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP/AC**

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP é uma organização direcionada a promover os Direitos Humanos através da Educação Popular. Nasceu como iniciativa da Diocese de Rio Branco (1979), participando ativamente da criação e fortalecimento dos centros de Direitos Humanos na Amazônia. Em 1990 oficializou-se como organização autônoma com a atual denominação. Tem sede na cidade de Rio Branco-AC e busca contribuir na construção de uma sociedade onde o respeito aos direitos humanos, a justiça, a pluralidade cultural, as questões de gênero, classe, etnia e preservação do meio ambiente, promovam o desenvolvimento sustentável, viabilizando, assim, o exercício pleno da cidadania.

O CDHEP/AC busca contribuir na defesa e promoção dos Direitos Humanos individuais e coletivos, nas esferas econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas, promovendo uma sociedade justa, equânime e democrática. Atuam principalmente com crianças e adolescentes, mulheres, organizações populares e movimentos sociais. Tem como principais objetivos:

Difundir e promover os Direitos Humanos como valores eixo da sociedade;

Promover mecanismos que garantam qualidade e representatividade para a ação transformadora dos atores sociais individuais e coletivos;

Promover e garantir a inclusão da população em situação de vulnerabilidade e risco através de processos educativos;

Promover o desenvolvimento institucional que garanta a qualidade da intervenção.

Dentre os projetos em andamento destacam-se:



Direitos Humanos na Amazônia: “Construção da Cidadania” - trabalha na Formação e assessoria dos Centros de Direitos Humanos do interior do Estado do Acre e Sul do Amazonas.

Acesso à Justiça: Formação de Promotoras (es) Legais Populares e Fortalecimento da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Familiar – REVIVA - trabalham na formação de líderes comunitários da cidade de Rio Branco na questão de Direitos Humanos, Funcionamento do Estado e da Justiça e Violência contra Mulheres, Crianças e Adolescentes. Também organiza atividades para o fortalecimento da REVIVA.

Oficina de Cidadãos - trabalha na formação e fortalecimento de atores sociais urbanos, para o exercício da participação popular e controle social. Objetivando qualificar lideranças que atuem como multiplicadores dos cursos “Direito a cidade” e “organização comunitária”; difundir os Direitos Humanos para as lideranças comunitárias e sensibilizá-las para a defesa e promoção desses direitos, em especial, as questões étnicas/raciais, de criança e adolescentes e gênero; além de promover a formação dos atores sociais e a reflexão coletiva para elaboração de políticas públicas que atendam os legítimos interesses da população excluída e fortalecer os grupos organizados da sociedade civil visando garantir autonomia, representatividade e qualidade na intervenção social. O projeto atua a partir da metodologia da educação popular, buscando desencadear a formação como processo e não como eventos estanques e isolados, desconectados da realidade que os atores sociais estão vivenciando.

Instituto Universidade Popular - UNIPOP

Após um período de amadurecimento da idéia (cerca de quatro anos) várias entidades de Belém ligadas ao movimento popular, sindical e instituições religiosas fundaram no dia 22 de agosto de 1987 a UNIPOP, uma ONG de educação popular, cujo princípio básico está no pluralismo político, de gênero, cultural e religioso. Seu objetivo é a



capacitação de lideranças militantes dos movimentos sociais de Belém, que intensificavam o processo organizativo e sentiam a necessidade de um espaço de formação para as lideranças emergentes. A UNIPOP surge como uma iniciativa de educação experimental para a cidadania, partindo de três abordagens específicas: a sócio-política, a teológico-ecumênica e a lúdica teatral. Tem como principais beneficiários professores, crianças e adolescentes, organizações populares e movimentos sociais.

REGIÃO SUDESTE

Centro de Educação e Assessoria Popular - CEDAP

Tendo sede na cidade de Campinas-SP, o CEDAP foi criado em 1987 por um grupo de profissionais e educadores populares voluntários, vinculados a universidades, movimentos sociais, igrejas e instituições públicas, com um histórico de participação e envolvimento em projetos sociais de cunho educativo. Surge no período pós-regime militar, em meio à intensa atividade da sociedade civil iniciada no processo de abertura política - quando vários movimentos e entidades de caráter representativo ou reivindicatório se organizam - com o propósito de fortalecer e apoiar as organizações e os movimentos populares de Campinas e região e contribuir para o processo de redemocratização da sociedade brasileira. O CEDAP tem como objetivo desenvolver projetos de educação para a cidadania junto a grupos populares de Campinas e região, favorecendo o fortalecimento de sua organização e estimulando estratégias coletivas de participação e transformação da realidade social e ambiental, tendo como valores fundamentais à democracia e a solidariedade. Dentre os beneficiários do trabalho realizado pelo centro destacam-se os adolescentes, as Organizações populares, os Movimentos sociais, as mulheres e as lideranças comunitárias.

Centro de Educação Popular Dom João Batista - CECOPES

O CECOPES que tem sede em Vitória-ES, surge no ano de 1984, por iniciativa de membros das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's da região da grande Vitória,



vários deles também engajados nos movimentos populares e sindicais. Algumas alterações na linha de trabalho da Igreja local, aliadas à preocupação com a necessidade de maior investimento no trabalho de formação de lideranças motivou o grupo para a criação de uma entidade que se consagrasse a essa atividade de modo mais permanente. Assim, o CECOPES desde sua criação objetiva contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais na perspectiva da educação popular, por meio de programas de formação de lideranças, acompanhamento às organizações, assessorias e produção de materiais educativos. Os principais beneficiários do trabalho realizado são organizações populares, movimentos sociais, trabalhadores e sindicatos urbanos e rurais. O Centro atua principalmente nas áreas de educação, organização e participação popular, orçamento público, fortalecimento de outras ONGS e movimentos populares. Para tanto, realiza cursos que visam potencializar as lideranças comunitárias.

Fundação Fé e Alegria do Brasil - FÉ E ALEGRIA

A Fundação 'Fé e Alegria do Brasil' surge no ano de 1981, se configurando como um Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social cuja ação, impulsionada pela Fé Cristã, se dirige de forma co-participativa aos setores empobrecidos, principalmente, crianças e jovens. Privilegiando questões étnicas, culturais, de gênero ou relacionadas às necessidades educativas especiais, provoca o envolvimento de pessoas, grupos e instituições em torno do desafio de construir um projeto de transformação baseado nos valores de justiça, participação e solidariedade. Para a Fé e Alegria, a educação é estratégia fundamental no alcance de uma sociedade justa, fraterna e democrática. A Fundação Fé e Alegria do Brasil organiza-se em 4 regionais: Centro-Leste, Equatorial (Bahia), Brasil Meridional e Brasil Setentrional. Para a coordenação geral e como apoio às Oficinas Regionais, existe um Escritório Nacional com sede em São Paulo.

Atualmente, a 'Fé e Alegria do Brasil' vem desenvolvendo seu trabalho junto à população infanto-juvenil, buscando a melhoria da qualidade de Educação formal e não



formal por meio da Capacitação de Educadores, Programas de Atendimento Direto e participando ativamente também na área de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. A 'Fé e Alegria do Brasil' vê a educação como um meio de capacitação humana e política que permite aos beneficiários acessar espaços de participação real na sociedade, para poder, assim, transformá-la e exercer sua cidadania. Suas principais linhas de atuação estão ligadas a:

Educação - desenvolve programas e projetos atendendo crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas, passando pela educação fundamental de 1ª a 4ª série e pelos centros juvenis.

Defesa de Direitos - participa ativamente do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e de diversos Conselhos e Fóruns de Defesa em nível Estadual e Municipal.

Desenvolvimento Comunitário - desenvolve projetos de cooperativismo rural, de atenção à saúde, grupos de mulheres de lideranças em associações comunitárias de bairros, dentre outros, que dinamizam e fortalecem o desenvolvimento comunitário e a elevação da qualidade de vida.

Formação do Educador - procura responder as crescentes necessidades da melhoria da qualidade do atendimento às crianças nas creches e pré-escolas comunitárias. Por meio de parcerias com universidades, centros de pesquisas, secretarias de educação, ONGs e profissionais especialistas de diversas áreas.

Comunicação - dentre os vários projetos destacam-se o programa radiofônico "Carretel de Invenções - A cidadania nas ondas do rádio", ganhador do Prêmio Criança 95 (Fundação Abrinq) como melhor programa infantil agora adaptado para a TV; pesquisas, publicações e a Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência - REBEDIA.



Com base no Plano Estratégico da Fundação estão sendo desenvolvidas duas ações para os próximos anos, sendo elas: (a) fortalecimento da ação institucional com a qualificação dos projetos educativos e; (b) criação do Departamento de Cooperação Institucional com a finalidade de planejar e desenvolver ações que visam à ampliação e sustentabilidade institucional.

Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social

O IBISS possui sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como foco os brasileiros que vivem nas ruas, favelas e na periferia das grandes cidades. Os projetos do Instituto visam colaborar, de forma inovadora, na construção de uma sociedade com mais saúde social, em que todos tenham acesso aos serviços públicos, onde doenças e desigualdades sociais sejam combatidas e os direitos humanos respeitados.

Dentre suas principais atividades oferecem Cursos de Formação em Direitos Humanos e Cidadania para Jovens Lideranças, através dos quais os jovens líderes oriundos de comunidades pobres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro estão tendo a chance de ampliar a percepção de seu papel político na sociedade. Os cursos objetivam fortalecer a capacidade natural de jovens líderes em suas comunidades - justamente aqueles que geralmente são cooptados pelo tráfico de drogas. Os alunos recebem informações relevantes sobre a história brasileira recente, organização política, movimentos sociais e direitos dos cidadãos.

Além do trabalho supracitado o Instituto realiza projetos que atendem populações de rua, dentre eles destacam-se:

Na Rua - Projeto de acompanhamento de população de rua, no qual educadores sociais formados no IBISS aplicam a metodologia proposta pela entidade. Este



projeto atua com populações das áreas da Lapa e do entorno do aeroporto Santos Dumont (Castelo).

Curso de Formação de Educadores Sociais - Ministrado pelo Espaço de Investigação e Pesquisa em Educação (Ipê), o curso qualifica a prática do educador em seu espaço de trabalho, além de promover a troca de experiências e conhecimentos. Através de discussões sobre violência, drogas e sexualidade aumentam a percepção dos participantes para a realidade dinâmica da cidade. Educadores sociais formados pelo IBISS trabalham no projeto Na Rua, onde se aplica a metodologia do curso, com abordagem direta junto a meninos e meninas e moradores de rua em geral.

Catadores da Vida - Trabalho dirigido aos catadores de papel e lixo do centro da cidade do Rio de Janeiro. O projeto incentiva a auto-organização, a formação de cooperativa, o diagnóstico de DST, AIDS e tuberculose, além de oferecer assistência jurídica e social.

Nosso Papel - Desenvolve atividades complementares ao Projeto 'Catadores da Vida', combatendo DST e AIDS entre o grupo de catadores de lixo e papel do centro do Rio de Janeiro. Entre as ações desenvolvidas está o contato direto com o grupo a fim de divulgar o uso de preservativos e equipamentos de segurança, também incentiva e facilita o aumento da escolaridade, o acesso à rede pública de saúde e a melhoria do ambiente de trabalho.

Associação de Recicladores do Rio de Janeiro - O IBISS apóia a Associação de Recicladores do Rio de Janeiro, que é a única na cidade com possibilidade de negociar livremente o produto de seu trabalho. O sistema de associação, diferentemente das cooperativas já existentes, permite que o catador seja remunerado em valores correspondentes àquilo que foi por ele recolhido e selecionado.

Sereias da Atlântica – O público alvo do projeto são as mulheres e travestis que se prostituem ao longo da Avenida Atlântica. Em visitas sistemáticas e regulares à

área, uma equipe de educadores sociais distribui materiais informativos, preservativos masculinos e femininos e faz encaminhamentos aos serviços públicos de saúde. Também são realizados encontros de integração mensais e, a partir da demanda do grupo, realizam-se oficinas periódicas sobre temas específicos, relacionados ao universo dessas pessoas. O projeto atende semanalmente cerca de 150 mulheres e 30 travestis, com uma idade média entre 19 e 30 anos, buscando diminuir sua vulnerabilidade frente aos riscos das DSTS, AIDS e violência, melhorando, assim, a qualidade de vida da população.

Na Boca da Noite - Implantado em 2001, é direcionado às mulheres profissionais do sexo que atuam nas ruas da área central do município de Niterói/ RJ. Com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde/RJ e da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, o projeto parte de uma abordagem direta, feita pela equipe de agentes de saúde, nas áreas de maior concentração das profissionais (Praça São João, Antiga Rodoviária e arredores da Prefeitura), através de quatro plantões de rua semanais. A partir da relação de vínculo criada nestas abordagens, nas quais as mulheres recebem informações básicas sobre saúde preventiva, materiais educativos e preservativos, elas são convidadas a participar de outras atividades do projeto como oficinas de formação de multiplicadoras e de sexo mais seguro. O projeto também propicia, através dos encontros de integração, um espaço privilegiado para a formação e consolidação de relações mais solidárias e afetivas entre o grupo. São atendidas semanalmente cerca de 90 mulheres, com idades entre 25 e 65 anos.

Projeto Programa - Desde 1992, o Projeto Programa desenvolve ações sócio-educativas e de saúde preventiva junto a grupos de homens de baixa renda, entre 12 e 25 anos, que têm na prostituição de rua uma estratégia de sobrevivência. Constantemente, este pequeno contingente de indivíduos é alvo de forte preconceito e discriminação social, inclusive por parte do poder público que não os reconhece como um grupo com vulnerabilidades e carências na área da saúde, educação e direitos civis. Por mês, cerca de

250 jovens são atendidos pelo Projeto Programa que, em dois plantões de rua semanais, distribui materiais informativos e preservativos, dá orientações gerais sobre saúde preventiva e faz encaminhamentos a postos de saúde e centros de defesa. A atuação do projeto é focalizada nas regiões de maior concentração dessa população, especialmente nas ruas e praças do Centro, Copacabana e Quinta da Boa Vista, e, eventualmente, clientes, garçons, ambulantes e outros freqüentadores destas áreas também são atendidos.

Saúde Rodando - Consiste em um atendimento móvel de saúde preventiva em pontos de concentração de meninos de rua. O projeto é complementar ao trabalho desenvolvido nas ruas e prevê visitas de pediatra, médico clínico geral e ginecologista para realizar primeiros socorros, pequenos curativos, diagnósticos preliminares, encaminhamentos e acompanhamentos, além de oferecer treinamento para educadores de rua na área social.

Associação Beneficente de Santa Clara - Cerca de 60 ex-menores de rua vivem na casa da Associação Beneficente de Santa Clara, onde é desenvolvido um programa intensivo de educação formal, reforço escolar, oficinas de computação, aula de cultura brasileira e ecologia. A associação investe no retorno à família e na preparação para a vida autônoma, além de oferecer informações e orientações sobre planejamento familiar. Os jovens que continuam morando na casa são acompanhados até o ingresso na universidade.

Combate à tuberculose entre a população de rua - Este projeto atua com o reconhecimento precoce e com o tratamento da tuberculose entre a população de rua da cidade do Rio de Janeiro. O contato é iniciado com uma abordagem na rua e segue com o treinamento dos educadores em reconhecimento precoce, diagnóstico em um dos centros de referência, encaminhamento e acompanhamento dos casos da tuberculose



contagiosa, com acompanhamento da medicação na rua e acolhimento temporário em projeto complementar.

Programa de Formação e Educação Comunitária - PROFEC

O PROFEC tem sede na cidade de Duque de Caxias-RJ, tendo sido fundado em 1993, a partir das CEB's, ligadas a Igreja Católica e Movimentos populares. Tem como principais objetivos capacitar, formar e educar grupos e pessoas para implementar trabalhos de auto-sustentação, com conceito de auto-gestão, através de projetos de educação popular. Dentre os seus principais beneficiários estão crianças e adolescentes, Organizações populares e movimentos sociais.

REGIÃO SUL

Centro de Educação e Assessoramento Popular - CEAP-RS

O CEAP tem sede em Passo Fundo – RS, tendo sido fundado no ano de 1987, a partir da demanda pela formação de lideranças, em especial para o movimento sindical. Desde o seu surgimento o CEAP se propõe a contribuir com processos educativos de sujeitos sociais populares e a sistematizar práticas de educação popular. Para tanto, seus principais beneficiários são as organizações populares e movimentos sociais, as mulheres e outras ONGS. Tem como principais áreas temáticas de atuação a Saúde, o desenvolvimento da economia regional e a organização e participação popular.

Observações sobre a definição de campo e dados coletados:

Se por um lado, havia material para proceder a uma seleção cuidadosa das ONGS, por outro, não havia sido localizada nenhuma iniciativa governamental mais promissora. Os programas da área, em geral de acesso muito difícil, mostravam-se puramente assistenciais, e os poucos promissores, em face de mudanças políticas no

plano federal e estadual, ou estavam sendo abandonados, ou eram muito recentes para fornecer material. E de todo modo, na maioria dos casos, estavam impregnados de personalismo e cunho partidário. A alternativa prevista eram as Universidades ou núcleos a elas ligados. Muitos centros de ensino e pesquisa trabalham com comunidade e outros atuam na formação de policiais. Todavia, como regra, não atuam no *desenvolvimento* das comunidades e/ou não formam policiais para o trabalho comunitário. No caso, localizamos como adequadas ao propósito da pesquisa a UFMT, a UFES, a UFMG, a PUC/SP e UNIVALI (SC). Considerando que o trabalho em Mato Grosso encontrava-se ainda na fase de projeto, todas as outras se situavam no sudeste ou no sul. Impunha-se, portanto, dada a necessidade de avaliar instituições de todas as regiões do país, de selecionar ONGS do norte, nordeste e centro oeste, com as Universidades cobrindo sudeste e sul.

Os critérios de escolha para realização de entrevistas versaram sobre a proximidade teórica de cada instituição com os nossos princípios e propósitos, o que significa que privilegiamos as instituições que desenvolvem trabalhos com e a para a comunidade, ou aquelas voltadas especificamente para o trabalho com a polícia, de forma que pudéssemos analisar sua concepção de comunidade e seus programas, avaliando a eficácia dos procedimentos utilizados a luz do referencial teórico por nós utilizado. Além de tais critérios a facilidade de acesso, a localização e a disponibilidade no fornecimento das informações, foram também pontos chaves na seleção das instituições.

As instituições e/ou programas dos quais obtivemos informações realizam cursos de lideranças, constituem grupos ou trabalham com alguns já existentes, ou ainda com sujeitos isolados, no sentido de transformá-los ou dar elementos para que eles venham a ser multiplicadores ou lideranças comunitárias.

Os programas acadêmicos selecionados realizam atividades especificamente com o treinamento policial ou, talvez seja mais correto afirmar, com formação de policiais, como é o caso do Centro de estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP e a

Universidade do Vale de Itajaí – Univali. Pesquisam e/ou formam em áreas de inserção e desenvolvimento comunitário, em atividade conexa à formação policial.

Diversas populações, bairros ou grupos específicos são atingidos e, em alguns casos, como o do Centro Feminista 8 de março – CF8 e a UNIVALI, é possível vislumbrar o trabalho voltado para comunidades carentes.

As visitas as instituições selecionadas procederam ao levantamento de dados, e a aplicação de entrevistas dentro da instituição. No caso dos institutos universitários, no CRISP trata-se dos professores e pesquisadores acadêmicos e na UNIVALI de pessoal envolvido na conexão entre a Universidade e a comunidade. Ou seja, há nas entrevistas obtidas nas duas instituições uma diferença fundamental: na primeira, trata-se dos pesquisadores, na segunda dos multiplicadores.

Seguem-se, a partir da próxima página, os dados coletados através das entrevistas compilados em forma de quadro para que se possa vislumbrar sua totalidade. Vale ressaltar que nem todos os dados foram utilizados, tampouco o quadro segue a divisão precisa das entrevistas.

Trata-se apenas da exposição completa dos dados obtidos, que serão posteriormente analisados neste capítulo e que se referem às ONGS. A tabulação correspondente a UNIVALI e CRISP por serem objeto de comentário as se tratar dos programas de integração entre polícia e comunidade, serão apresentados no capítulo correspondente.

**RESUMO DAS ENTREVISTAS COM ATIVISTAS E PESSOAL DE TREINAMENTO**
Organizações Não Governamentais

INSTITUIÇÃO:		
PRÓ-GENTE – CEILÂNDIA-DF	CF8 – MOSSORÓ-RN	CDHEP-RIO BRANCO - AC
Âmbito: Local	Nacional	Estadual
Público alvo: Difuso (Defesa ou conscientização geral)	Concentrado (áreas sociais específicas)	Difuso (Defesa ou conscientização geral)
Entrevistados		
Sexo: Feminino = 8; Masculino = 2	Feminino = 8	Feminino = 10
Grau de Escolaridade: 2º Grau = 7; Universitário = 3	2º Grau = 1; Universitário = 7	2º. Grau = 2; Univ. = 7; NR = 1
Tempo na Atividade: + de 15 anos = 2; 1 / 5 anos = 4; - de 1 ano = 4	11 / 15 anos = 1; 6 / 10 anos = 1 1 / 5 anos = 5; - de 1 ano = 1	+ de 15 anos = 1; 11 / 15 anos = 1 6 / 10 anos = 1; 1 / 5 anos = 6 NR = 1
Motivação Pessoal - Relação com a comunidade e crença nas transformações; - Crianças – Trabalho psico social para a cidadania; (2) - Trabalho social de transferência de conhecimentos – Combate à ociosidade; (2) - Prazer de trabalhar com crianças e adolescentes; (3) - Ter sido beneficiada pelo trabalho da ong; - Melhorar a qualidade de vida da população carente.	- Transformar o mundo, através a organização das mulheres; (3) - Identificação com a questão de gênero; (2) - Militância e credibilidade da instituição; - Contribuir para a organização das mulheres e construção do feminismo; - Identificação com o projeto político e alterar as desigualdades de gênero.	- Prazer de trabalhar em prol de mudança da realidade; - Contribuir para a luta e valorização dos DH; (7) - Participação em todas as atividades da instituição; - Realização de trabalhos comunitários de educação popular; - melhor qualidade de vida para populações mais pobres.
Características da Atividade Desenvolvida		
Objetivos - Defesa de direitos (2); - Atendimento social – 7 - Atendimento psico-social – 1 - Educação, treinamento – 3	- Defesa de Direitos – 8 - Educação, treinamento – 5 - Divulgação, difusão – 2	- Defesa de Direitos – 8 - Educação, treinamento – 8 - Divulgação, difusão – 7 - Atendimento social – 2
Execução - Promoção de: eventos (5) e campanhas (2); - Organização de ações comunitárias (5) e oficinas (5); - Orientação pessoal (5), familiar (5), comunitária (7) e profissional (4).	- Promoção de: cursos (8), eventos (3), palestras (6) e campanhas (7);- Organização de: GTs (5), ações comunitárias (2) e oficinas (8);- Orientação familiar, comunitária (8) e profissional (2).	- Promoção de: cursos (6), palestras (3) e campanhas (5); - Organização de: GTs, ações comunitárias (5) e oficinas (9); - Orientações: comunitárias (8).



Público Alvo - Crianças e adolescentes (6); - Jovens; - Idosos (2); - Adultos; - Famílias; - Educadores.			- Movimentos Sociais e mulheres pobres; - Mulheres de assentamentos rurais e bairros urbanos; - Grupos de mulheres;	- Crianças e adolescentes; - Comunidade escolar; - Lideranças comunitárias; - Comunidade em geral (2); - Mulheres (3);
Local da Atividade - Na sede da instituição.			- Assentamentos - grupos de mulheres e bairros populares (2); - Mossoró e região oeste.	- Rio Branco - Interior do estado;
Efeito Esperado - atendimento a demandas - - Difusão de conhecimentos práticos cotidianos (2) - Formação profissional - Ampliação da cidadania (9) - Desenvolvimento do espírito coletivo (8) - futuro melhor -- Qualidade de vida - - Reinserção familiar			- atendimento a demandas - - Difusão de conhecimentos práticos cotidianos (3) - Formação de multiplicadores (7) - Ampliação da cidadania (7) - Desenvolvimento do espírito coletivo (4) - Fortalecimento da organização das mulheres (2)	- Prestação de serviços (atendimento a demandas) – 5 - Difusão de conhecimentos práticos cotidianos – 3 - Ampliação da consciência pessoal (cidadania) – 7 - Desenvolvimento do espírito coletivo – 2
Qualificações pessoais exigidas na atividade				
- Responsabilidade - - Carinho – Compromisso - Incentivo da instituição, através de cursos - - Senso de Importância da profissão para a sociedade; - auto-estima do grupo - Interação com o grupo;- Experiência na área social - Conhecimento de capoeira - Conhecimento de brincadeiras infantis - Respeito -Compreensão - Educação - - Saber ouvir; - Família – Motivação - Cidadania - Disciplina - Habilidade com artesanato - Crescimento pessoal; - Interesse na mudança das famílias e crianças - Crença no trabalho comunitário;			- Participação de movimentos em rede social - Dinâmica para realização da atividade - Trabalho social - Abertura da instituição para o estágio - Consciência revolucionária - Sensibilidade à temática de gênero - Habilidade de coordenação - Habilidade no trabalho coletivo.	
- Visão da realidade social – das desigualdades - Consciência crítica – Respeito - Dedicção; - Atuação na comunidade e na área social - Valorização dos grupos de trabalho; - Militância -- Atividade de docência - Trabalho participativo – Ética – Empatia - Desejo de ampliação do conhecimento.				
Formação Necessária ao Desempenho da Atividade				
- Formação acadêmica em psicologia; - Aprendizagem constante; - Incentivo a leitura; - Prática da educação popular;			- Curso de formação feminista; - Formação acadêmica; - Formação de militante - Conhecimento das relações de gênero; - Conhecimento da realidade capitalista;	
- direitos em geral e direitos humanos - Capacitação profissional (2) - Troca de experiências e intercâmbio com ONGs - Conhecimento do movimento social - Conhecimento sobre gênero; - Elaboração de materiais e construção de textos; - Saber administrar e planejar;				

Treinamento Recebido para a atividade:		
Sim = 7	Não = 3	Sim = 4
		Não = 4
		Sim = 7
		Não = 3
- Curso de Formação de Formadores - - Semana de palestras na sede - Estudos do Estatuto da Criança e do Adolescente - normas de conduta - Treinamento com a diretora e educadores universitários - Seminários sobre o trabalho da educação e do educador - - Curso de auxiliar e chefe de cozinha - Cursos de atividades físicas para a 3ª. Idade e como trabalhar com crianças.	- Curso de formação feminista com temas sobre violência e saúde - Curso sobre feminismo, gênero e economia - Curso de formação política- Oficinas e seminários	- Cursos e oficinas diversas; - Palestras - Congressos; - Curso de PMA (Planejamento, Monitoria e Avaliação) - Curso de Direitos econômicos, sociais e culturais - Cursos de capacitação - Oficinas sobre Direitos Humanos e organização de ONGs - Leituras do estatuto e atribuições de atividades.
Avaliação do Trabalho		
Número de pessoas atingidas		
Mais de 100	Mais de 100	Mais de 100
Qualificação (Avaliação)		
Excelente (1) - Muito bom (8) - Razoável (1)	Muito bom (8)	Excelente (1) - Muito bom (6) - Razoável (2)
Pontos Positivos		
- Contribuição ao desenvolvimento das crianças e da cidadania - Não substituição do Estado - Solidariedade com emancipação - Troca de experiências - Aprendizado das crianças; - Respeito e bom relacionamento entre as crianças - Trabalho em equipe – Educação Compreensão - Bondade - Ressocialização; - Adequação as regras sociais - Camaradagem - Respeito mútuo - Coletividade - Concentração; - Prazer em ajudar - Compartilhamento do conhecimento - - Cooperação para o bem - Alimentação - Qualidade de vida - Aumento da Auto-estima - Humanização do relacionamento - Envolvimento da família - Melhora do trabalho dos profissionais.	- Consistência - Projeto definido - Conscientização dos direitos; - Ampliação da luta das mulheres; - Identificação com a temática - Militância - - Despertar as mulheres para as relações de gênero - Receptividade - Trabalho de multiplicação - Incentivo ao trabalho coletivo - Formação das mulheres - Acreditar no que faz - Fortalecimento da Marcha Mundial das mulheres - Inclusão da juventude no trabalho - Organização de grupos.	- Equipe multidisciplinar - Trabalho Participativo - Mobilização social - Controle social - Aceitação dos direitos humanos e fortalecimento dos grupos de DH - Visibilidade da violência - Formação do movimento comunitário - Acompanhamento a atuação da entidade - Atuação das Lideranças - Busca de direitos - Multiplicação dos agentes - Continuidade nas atividades - Institucionalização da CDH (Comissão de DH - Saber a origem e buscar soluções para os problemas - Contribuir para mudanças - Formação de lideranças - Apoio a equipe de trabalho - - Apoio ao funcionamento da ong - Ver as pessoas atuando - Enfrentamento das dificuldades - Crescimento da comunidade - Acesso à justiça.
Receptividade		
Excelente (3) - Muito boa (6) - Razoável (1)	Excelente (1) - Muito boa (7)	Excelente (6) - Muito boa (4)



Dificuldades Encontradas		
Verbas (8) - apoio institucional (3) veículos (transporte) (3) - Disponibilidade do público (6) - profissionais habilitados (3) - Treinamento específico - Local apropriado - Incentivo - materiais específicos para as atividades	- Nenhuma (2) - Conciliar agenda - Capitalismo – Valores machistas – verbas - Disponibilidade do público (2) - Preconceito com a temática de gênero	Verbas (6) - Descontinuidade dos projetos - Entraves burocráticos (2) - Acesso aos municípios
Resultados Alcançados		
Atendimento de demandas; Envolvimento, desenvolvimento e organização da comunidade; Desenvolvimento de decisões coletivas e do interesse para o exercício da cidadania; Integração; Conhecimento e busca de direitos; Coragem de denunciar; Participação das crianças nas atividades; Ex-alunos trabalhando e não envolvidos em drogas; Responsabilidade e participação dos pais na vida dos filhos; Diminuição das crianças na rua; Lazer; Favorecimento do ambiente familiar; Resgate dos laços familiares.	Projetos de geração de renda para as mulheres e famílias; Conscientização individual e coletiva, multiplicação e engajamento; Fortalecimento dos grupos e da autonomia das mulheres; Enriquecimento dos conhecimentos das mulheres (organização, participação, agro-ecologia, economia, produção e meios de comercialização etc.); Documentação; Acesso a água; Acesso a crédito; Auto-estima; Combate ao machismo; Mulheres se sentem sujeito da sua história, exercendo poder sobre seu corpo e sua vida; Debate acerca da violência contra a mulher e outras temáticas; Participação em atividades culturais e recreativas; Construção do feminismo a partir da juventude; Mudanças na realidade em que se inserem.	Adquirir conhecimentos; Organização de centros de DH; Contribuição para diminuição do índice de violação dos DH; Busca da concretização de direitos; Capacitação da comunidade para receber e encaminhar casos de violação dos direitos humanos; Conhecimento dos problemas da comunidade; Conhecimento do funcionamento dos órgãos públicos; Mobilização social; Conscientização sobre direitos e organização para sua garantia; Descoberta de canais de participação e reivindicação; Comunidades conseguem intervir e mudar certas realidades, sentindo-se agentes de transformação; Aumento da auto-estima; Fortalecimento das lideranças;
Há (ou houve) pesquisa ou atividade para a avaliação do trabalho? Como foi avaliado?		
Sim – 1 (através de trabalho escolar).	Sim – 2 (Diagnóstico realizado com as mulheres; Conversas informais).	Sim – 5 (Leituras e outros meios de comunicação social; Diagnóstico da comunidade; Levantamento de dados dos direitos mais violados; Avaliação com a comunidade).
Não – 9 (Apenas a experiência profissional; Experiência como moradora da região; É possível perceber pelo público alvo atendido; Pela mídia).	Não – 6 (Diagnosticada em reuniões e oficinas; Necessidades percebidas no dia-a-dia; A partir do convívio com as mulheres; Na rotina do trabalho).	Não – 5 (Vemos no dia-a-dia; Conhecimento empírico).



Características das Coletividades de Inserção		
Organização Bem organizada (4); Um pouco organizada (5); Desorganizada (1)	Bem organizada (7); Um pouco organizada (1)	Um pouco organizada (10)
Participação Participativa (4); Setores participativos (5) Indiferente, passiva (1)	Participativa (4); Setores participativos (4)	Setores participativos (10)
Direcionamento Coletivista (5); Há lideranças comunitárias (4). Individualista (1)	Coletivista (7); Há lideranças comunitárias (1)	Há lideranças comunitárias (10)
Auto Estima Alta (4); Regular (6)	Alta (4); Regular (4)	Alta (1); Regular (8); Baixa (1)
Principais Problemas da coletividade Desemprego (10); Transporte (6); Saneamento básico (7); Violência (10); Consumo de drogas (10); Escolas (7); Atendimento a saúde (8); Alimentação (5); Negligência familiar.	Desemprego (5); Saneamento básico (3); Violência (5); Transporte (4); - Consumo de drogas; Escolas (3); Atendimento a saúde (7); Alimentação (2); Ausência de políticas públicas; Relação de poder entre gêneros; Acesso a crédito e assistência técnica das mulheres; Violência contra a mulher.	Desemprego (10); Transporte (4); Saneamento básico (10); Violência (10); Consumo de drogas (9); Escolas (4); Atendimento a saúde (5); Alimentação (5)
Desenvolvimento da Atividade		
O que pode ser feito para aprimorar a consciência coletiva? Envolver a comunidade; Maior incentivo a participação;. Maior acesso a informações sobre direitos; Apoio governamental para desenvolvimento das ações; Encontros; Palestras; Reconhecimento e maior divulgação dos trabalhos; Oportunidade de exercer atividades em conjunto; Melhorar as condições de emprego da comunidade; Ampliação da cidadania; Mudança da cultura; Programação da mídia; Assunção dos papéis sociais; Incentivo e acessibilidade as políticas públicas; Grupos de apoio; Opções de lazer; - Desenvolvimento do senso crítico; Inserção no processo educativo.	Formação política; Inserção nos movimentos sociais com lutas concretas; Organização; Priorização dos trabalhos em grupo; Efetivação de políticas públicas; Trabalho de multiplicação; Identificar e trabalhar a partir das necessidades coletivas; Trabalho de auto-organização; Participação comunitária; Mobilização.	Trabalhar a auto-estima; Insistir na capacitação e formação; Avaliar os resultados concretos; Investir em campanhas educativas; Promover a união entre as lideranças; Incentivar a participação da comunidade; Conhecer a realidade; Promover a cidadania; Divulgar a importância da organização; Conscientização de direitos; Sentir credibilidade; Mobilização; Investir na Educação; Envolvimento da comunidade; Investir em conhecimentos; Trabalhar com grupos;

Quem deveria ter a Iniciativa na direção dessas medidas?		
Setores governamentais (7); Instituições (4); Iniciativa Privada (2); Elementos da comunidade (5); Grupos organizados (5); Escolas (5); Todos (2)	Setores governamentais (5); Instituições; Iniciativa Privada; Elementos da comunidade (3); Grupos organizados (6).	Setores governamentais (9); Instituições (4);- Iniciativa Privada (4); Elementos da comunidade (4); Grupos organizados (10); Escolas (6); Todos (3).
Valores e fundamentos a desenvolver		
Respeito (a vida, a natureza, as diferenças); Educação; Igualdade de acesso a benefícios e direitos; Paciência; Dedicção; Disponibilidade; Amizade; Paz (combate a violência); Ética; Religiosidade; Família; Compreensão.	Igualdade;; Solidariedade; Liberdade; Defesa do coletivo; Justiça; Paz; Transformação social; Feminismo.	Confiança; Promoção, valorização e defesa dos DH; Ética; Participação;; Respeito; Pluralidade; Igualdade; Democracia;- Valorização do saber popular.
base teórica para o trabalho a desenvolver		
Baseados na psicologia; Formação acadêmica; Atividades interdisciplinares;- Livros sobre auto-estima e valores sociais; Educação popular (Paulo Freire)	Conceito de divisão sexual do trabalho e de feminismo; Economia feminista;- Economia solidária; Textos sobre agro-ecologia; Discussão sobre gênero; Código de ética do Serviço Social;	Constituição federal; Metodologia da educação popular de Paulo Freire;- Organização comunitária; Análise de gênero; Pessoas como sujeitos de mudança.
Observação final dos entrevistados		
- Há muito o que se trabalhar, mas a instituição está se esforçando em buscar uma melhor educação das crianças, por parte da responsabilização dos pais; - Necessidade dos profissionais que atuam em ongs refletirem sobre o trabalho desenvolvido; - O governo tem, que ter um maior reconhecimento do social; - A política de assistência para os pobres não tem que ser pobre; - A importância de conhecer os resultados da Pesquisa como forma de proporcionar melhorias para o trabalho; - Vê a pesquisa como forma de reconhecimento do trabalho;	- Trabalha também a inserção das mulheres nos movimentos sociais e para que incluam nas suas lutas as lutas do feminismo; - O combate à desigualdade de gênero, mexe com todas as esferas da sociedade, por isso, é difícil alcançar o objetivo, que é uma sociedade igualitária e a mudança do mundo; - O trabalho realizado fortalece a organização das mulheres e a luta pelas mudanças estruturais; - O trabalho com as mulheres, na perspectiva da auto-organização e determinação significa contribuir para a mudança da realidade de exclusão e exploração entre homens e mulheres; - O trabalho com as mulheres jovens contribui para que a nova geração construa um outro mundo com igualdade e liberdade para as mulheres.	- Os setores governamentais deveriam investir em políticas públicas, especialmente no que concerne aos direitos e deveres do cidadão, não apenas através da educação sistematizada; - Atua em nível estadual, mas abrange municípios do estado do Amazonas e Rondônia; - Mudança das situações vivenciadas pela população depende de todos e deve ser compromisso de todos os setores da sociedade; - A escola como difusora e formadora de multiplicadores; - Descoberta do valor da luta, do movimento organizado. - Necessidade de acesso aos resultados da pesquisa, como forma de incrementar o trabalho;

Considerações sobre o trabalho das Organizações Não Governamentais

As entidades estudadas têm um âmbito de atuação variado, sendo que o raio de atuação da Ação cristã Pró-Gente se limita ao local, o CDHEP, ao estadual e o CF8 ao nacional. Embora tenham objetivos específicos, voltados seja para a educação popular, para a organização das mulheres e a defesa do feminismo ou para ampliação e luta pelos direitos humanos, as entidades, de forma geral buscam com o seu trabalho o fortalecimento de populações vulneráveis, trabalhando a partir das potencialidades daqueles com as quais realizam suas atividades. Todo o trabalho, embora, esteja ligado a necessidades locais e demandas específicas objetiva fortalecer a organização popular e a cidadania de homens e mulheres, buscando contribuir para a construção de uma sociedade pautada em valores como o respeito aos direitos humanos, a igualdade, a participação, a justiça, a pluralidade cultural, dentre outros.

Grosso modo, seria possível afirmar que as entidades se organizam de forma a tentar contribuir com a mudança social, pautando sua visão na mudança localizada ou na transformação da sociedade mais ampla. Trata-se de uma aposta no potencial das populações trabalhadas e no resgate da idéia do coletivo, seja por meio da família, de grupos ou de populações de áreas sociais específicas.

As ações das entidades, mesmo que a primeira vista possam ser consideradas paliativas ou dirigidas a indivíduos particulares, se pautam, tendo em vista os dados coletados, na necessidade de fortalecimento do coletivo, da participação social e do resgate do potencial de luta das populações excluídas.

Mas, como isso ocorre em uma sociedade individualizada e individualista? Como falar de coletivo se a própria idéia dos direitos humanos remete a questão do indivíduo? E quanto à questão da cidadania, não estamos mais uma vez no terreno do eu?

Sem dúvida, na sociedade moderna, dominada pela lógica do mercado e do dinheiro, e, mais especificamente, no capitalismo, as noções de cidadania e de direitos humanos remetem ao indivíduo particular, trata-se de uma cidadania relacionada a cada homem ou mulher isoladamente e do direito à propriedade particular e a liberdade se contrapondo a responsabilidade. Se assim o é, por que falávamos do resgate do coletivo se as entidades inseridas em tal contexto parecem mais uma vez estar defendendo os princípios que fortalecem a idéia de indivíduo e individualismo?

Inicialmente, é preciso não perder de vista que as ações sejam de pessoas particulares, grupos, organizações, entidades ou instituições são historicamente determinados, ou seja, só é possível falar ou fazer algo a partir das condições existentes em um dado momento histórico, ou, como nos diria Marx, ele mesmo condicionado por seu tempo, os homens fazem a história nos limites dados pela própria história.

Assim, se inseridos em uma sociedade racionalista e individualista os seres humanos são condicionados por essa mesma sociedade. No entanto, é preciso não esquecer também que nenhuma sociedade pode ser compreendida como um bloco monolítico, fechada e impermeável a mudanças e contradições. Ela é dialética e contém em si sua negação, daí podermos falar de valores comunitários em formações societárias. A sociedade pura não existe, pois teria que ser baseada no individualismo extremado que representaria sua própria negação.

Em outras palavras, na sociedade moderna os valores societários não se separam completamente dos comunitários, mesmo que os últimos estejam impregnados pelos princípios de uma sociedade onde os objetos tornam-se deuses (como por exemplo, o dinheiro) e os homens, meros objetos, eles continuam sobrevivendo e exercendo influência. Por esse motivo, se tomamos como exemplo os direitos humanos, corolário do individualismo, percebe-se que mesmo falando do direito do indivíduo, eles

estão pautados no bem comum, ou seja, no bem da coletividade, mesmo que para isso cada pessoa tenha que vivenciá-los individualmente.

Dito de outra forma, se partirmos de uma visão dialética³, portanto, dinâmica do nosso tempo, é possível perceber que as entidades trabalhadas, através da sua prática cotidiana, mesmo no que parece um ato individual como a educação de uma criança, estão, na realidade, contribuindo para o fortalecimento da dimensão coletiva da vida, já que se pautam em valores que propugnam a construção de uma sociedade mais justa e humana, onde as populações menos favorecidas ou excluídas social, cultural, étnica, racial ou sexualmente tenham acesso a bens e serviços e exerçam sua cidadania, sendo reconhecidos como membros de grupos humanos e não meramente como indivíduos.

Tais afirmações não isentam de problemas as organizações estudadas, mas buscam chamar a atenção para a necessária valorização da participação social, da coletividade e para o trabalho que tais entidades realizam a esse respeito. A iniciativa demonstra que é possível se organizar e buscar saídas. Os profissionais das entidades trabalhadas não estão distantes da realidade em que atuam. Ao contrário, fazem parte dela e através das atividades desenvolvidas no seu cotidiano profissional demonstram a possibilidade de romper com a visão arraigada de esperar que os outros façam ou se preocupar apenas com as próprias necessidades individuais.

Ao fazermos tal declaração não estamos afirmando que se trata de pessoas abnegadas e bondosas preocupadas com o futuro da humanidade, embora possam existir pessoas assim, estamos lidando com profissionais, em sua grande maioria, remunerados, exercendo atividades de trabalho. Por outro lado, não é de modo algum indiferente o local em que a exercem, o tipo de trabalho realizado e a filosofia que dá suporte a suas ações.

³ Nos termos da dialética da identidade, desenvolvida por Ferdinand Tönnies.

Dentre os profissionais chama-nos a atenção o grande número de mulheres envolvidas (das 28 entrevistas, apenas duas foram realizadas com homens), o que tanto pode demonstrar que as mulheres estão mais preocupadas com as problemáticas trabalhadas pelas organizações, quanto a vulnerabilidade social de tal grupo, que por não ser facilmente colocado no mercado de trabalho tem nas organizações não governamentais uma possível alternativa. Vale ressaltar ainda que, a grande maioria dos entrevistados, possui grau universitário, o que reforçaria ainda mais a questão da dificuldade das mulheres, mesmo qualificadas, de serem incorporadas ao mercado de trabalho. Além disso, as próprias atividades exercidas parecem ser aquelas direcionadas a mulher elas são, em sua maioria, psicólogas, educadoras e assistentes sociais.

Vale ressaltar que a situação é inversa na Ação cristã pró-gente, em que das 10 pessoas entrevistada, apenas três possuem nível superior, mas aqui também as mulheres exercem a atividade de educadoras, um papel que lhes é tradicionalmente atribuído e no qual elas são aceitas, pois, tradicionalmente estaria relacionado a continuidade da sua atividade de mãe.

Ao fazer tais afirmações não estamos reiterando o preconceito social contra as mulheres, tampouco concordamos com as “tradicionais” funções femininas, pois acreditamos na importância e na força da educação e do trabalho exercido em tais lugares, mas chamando a atenção para possíveis explicações para os fenômenos observados.

Consideramos também importante ressaltar a motivação pessoal dos profissionais, pois, dentre outras coisas, eles demonstram o grau de entendimento do seu papel e funções nas organizações. Como podemos observar no quadro são muitas as motivações pessoais dos profissionais entrevistados, indo desde a identificação com o trabalho até a credibilidade da instituição. Mas, se analisamos mais de perto veremos que

as motivações estão sempre relacionadas à idéia explícita ou não de contribuir para a mudança da situação de vida das populações atingidas pelo trabalho.

Em dois dos casos é possível perceber uma motivação ligada a questões religiosas, é bom não esquecer que tanto a Ação Cristã Pró-Gente, quanto o CDHEP/AC tem suas raízes na militância católica em prol das comunidades carentes. Já o CF8 se distancia das questões religiosas e se encontra mais diretamente relacionado com a militância político-social. De uma forma ou de outra, todas as três entidades estão ligadas a algum tipo de compromisso político-social e isso se torna explícito, tanto no que concerne aos dados relacionados a fundação das organizações, quanto as idéias professadas pelos que nelas trabalham.

Retomando a questão da motivação pessoal, dentre as muitas respostas visualizadas encontramos o "gostar de trabalhar com a comunidade", "a crença na possibilidade de mudanças", a possibilidade de com o trabalho realizado "mudar o mundo", "o prazer de trabalhar em prol da mudança da realidade". O que parece dar o tom de tais respostas é uma insatisfação geral com o *status quo*, o inconformismo com a situação social e a crença na força e no potencial de participação e luta das populações excluídas.

Para muitos o olhar para as respostas pode trazer a tona certo ar utópico e quem sabe até mesmo prepotente dos profissionais por acharem que o seu trabalho é agente de transformações.

É possível, mas, acima de tudo, conseguimos perceber nos profissionais a crença no resgate e fortalecimento do sujeito coletivo como solução para muitas mazelas sociais. A revolução que, segundo Marx, no capitalismo seria implantada pela classe trabalhadora não ocorreu, mas, nem por isso, os seres humanos encontram-se absolutamente passivos diante da crueldade de uma sociedade excludente e reificadora. Buscam-se saídas. Pequenas revoluções são deflagradas todos os dias. A participação

social e o resgate da comunidade aparecem como opções. A transformação social da qual se fala parece estar relacionada não a uma classe, mas as ações cotidianas, as mudanças locais e ao resgate da auto-estima e cidadania dos grupos excluídos.

Um ponto interessante a se destacar é que, apesar de vivermos a sociedade do dinheiro, ele não aparece como motivador pessoal do trabalho, mesmo sendo ele remunerado. O estar satisfeito com as atividades realizadas e a possibilidade de contribuir para a melhoria de vida de uma dada população são os principais elementos apontados pelos entrevistados. Motivações que estão na contra mão das necessidades que o dinheiro cria e que apontam para valores comunitários.

Trata-se de transformar o modelo vigente de relações sociais a partir da valorização de cada ser humano ou grupo, apontando para a possibilidade de uma vida mais digna, seja através do aprendizado de direitos ou mesmo da leitura e da escrita. Para tanto, cada organização realiza um trabalho específico, objetivando, principalmente, o atendimento social, a defesa de direitos e a divulgação e difusão de informações.

Para realizar tais objetivos os profissionais trabalham majoritariamente com orientações comunitárias, além da promoção de cursos, palestras e campanhas e da organização de Grupos de Trabalho, oficinas e ações comunitárias. Conforme pudemos observar as atividades, mesmo que tenham objetivos diferentes ou sejam desenvolvidas a partir de diferentes enfoques se pautam na idéia do repasse de informações e conhecimento como forma de despertar a consciência individual e coletiva.

Parece estar subjacente à prática das entidades a idéia de que o trabalho realizado, ao socializar informações, partir das dificuldades inerentes às populações e reforçar a necessidade de participação, seria um instrumento de construção de saber popular e, portanto, de mudança social. Dito de outro modo, implícita ou explicitamente está subjacente a idéia de que saber e poder caminham juntos, são indissociáveis. Os

discursos são criadores de poderes e contra-poderes e através deles a própria realidade se cria e se modifica constantemente.

Aqui estamos nos referindo ao poder nos termos de Michel Foucault, ou seja, não como um poder concentrado em elementos estruturais da sociedade, mas como uma força que atua como uma rede, presente nos menores atos do dia-a-dia e que se mostra em uma multiplicidade de correlações de força, seja no jogo que as transforma ou nas contradições e estratégias em que elas se originam. Segundo o autor, ocorre uma onipresença do poder; ele está em toda parte, se produz a cada instante e provém de todos os lugares. *O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada* (Foucault, 1997, p. 89).

Assim sendo, através de suas práticas e da redistribuição do saber as ONG's contribuiriam também para consolidar o poder das populações excluídas, partindo da premissa de que saber gera inconformismo, que por sua vez impulsionaria a participação e a luta em prol daquilo da melhoria social. Nos parece que ao se aludir a mudança e a transformação social os profissionais estão se referindo ao fortalecimento do saber e do poder dos grupos, famílias, comunidades, movimentos sociais e atores específicos como crianças e adolescentes, jovens, idosos, mulheres, educadores e líderes comunitários com os quais desenvolvem suas atividades.

Contribui para reforçar a percepção descrita a indicação da ampliação da consciência pessoal (cidadania) como o principal efeito esperado do trabalho realizado. Embora tenhamos falado até aqui que a necessidade de resgate do coletivo está subjacente as práticas das organizações, a idéia da consciência pessoal não nos aparece como contraditória. Trata-se, a nosso ver, da percepção de que a consciência deve partir de uma dimensão pessoal, pois só através dela é possível chegar ao fortalecimento do coletivo.

Como não poderia deixar de ser, em nossa sociedade o indivíduo continua sendo o foco de atenção. Só através dele a mudança é possível, ao se conscientizar dos seus direitos e deveres, ao adquirir conhecimentos, ao se tornar cidadão cada um passa a ser responsável pelo outro e também por transformar o seu lugar e papel no mundo. A percepção do nós estaria atrelada diretamente a noção do eu. Parte-se do eu, para se chegar ao nós. Da liberdade de exercer o eu como pressuposto para o reconhecimento da responsabilidade com o coletivo.

Embora com menos fervor outros pontos também foram ressaltados como efeito esperado do trabalho, aparecendo com maior ênfase ora em uma entidade, ora em outra, valeria a pena ressaltar: o desenvolvimento do espírito coletivo na Ação Cristã Pró-Gente, a ampliação da militância (multiplicadores), no CF8 e a prestação de serviços (atendimento de demandas), no CDHEP-AC. Tais pontos, a nosso ver foram levantados levando em consideração a forma como o trabalho desenvolvido se configura, ou seja, as especificidades de cada uma das ONGS.

O trabalho das organizações atende a demandas específicas, embora tenhamos levantado aquilo que consideramos comum ao desenvolvimento das atividades não podemos deixar de ressaltar também as diferenças. Diferenças que se pautam na forma como as entidades se organizam, nas populações com as quais trabalham, nos objetivos a serem alcançados e também na formação dos profissionais.

Cada profissional ao se envolver com o trabalho realizado leva consigo uma gama de informações e experiências pessoais que não são de modo algum indiferentes no desenvolvimento do trabalho realizado.

Nesse sentido, pudemos observar que quando questionados sobre os elementos da formação considerados importantes para o exercício das atividades obtivemos respostas as mais variadas, voltadas tanto para as questões de cunho mais técnico como, formação universitária, treinamentos, cursos, participação em movimentos

sociais, dentre outros, quanto àquelas voltadas para a dimensão da personalidade e das habilidades individuais, como a consciência crítica, o respeito, a dedicação, o carinho, a disciplina e mais.

Embora, não possamos resumir os muitos elementos levantados em uma ou duas palavras, podemos ao menos ressaltar que, em menor ou maior escala, os profissionais têm consciência da necessidade de, para o exercício da sua função, adquirir conhecimentos específicos, de cunho mais técnico que venham a lhes possibilitar o desenvolvimento de determinadas habilidades e colaborar na realização de tarefas que exijam o domínio de técnicas determinadas.

Um outro ponto que gostaríamos de ressaltar é que, além das questões de cunho técnico, suas respostas levantam também a idéia do compromisso ético com o trabalho realizado e a população atingida. Tal compromisso se pauta em uma postura de respeito ao outro e as diferenças, no compromisso com a população e no respeito a si mesmo e ao próprio trabalho realizado, seja a partir do carinho, da dedicação ou mesmo do reconhecimento da necessidade de capacitação e sensibilidade com relação às demandas apresentadas pelas organizações.

Nesse sentido, percebe-se uma atmosfera de contentamento pessoal com o trabalho realizado, cujos pontos fortes ressaltados relacionam-se, em sua maioria, ao impacto das ações junto a população. As respostas remetem a idéia do se estar fazendo um trabalho útil não apenas para si, no sentido de que ele de alguma forma garante a sobrevivência cotidiana através do recebimento do salário ou de algum tipo de compensação monetária, mas para o outro.

Muitos pontos fortes foram citados, no entanto, a nosso ver, mesmo que o trabalho realizado não consiga atender totalmente seus objetivos junto à população o faz com relação aos profissionais, pois a solidariedade e a responsabilidade parecem estar no cerne de todas as respostas. As ONG's aparecem do ponto de vista da satisfação pessoal

como uma realidade bastante específica. A idéia do trabalho em nossa sociedade representa a possibilidade de sobrevivência e também está relacionado à questão da dignidade, ou seja, ele remete a uma determinada respeitabilidade social, a noção de que somos sujeitos capazes.

Em geral, o trabalho é satisfatório quando a remuneração é considerada boa e quando a isso se junta o prazer de exercer determinada função ou atividade. Há, em nossa sociedade, poucos privilegiados que conseguem unir os dois elementos em seu trabalho. Para a grande maioria da população brasileira o trabalho é sentido como um fardo, pois é mal remunerado e muitas vezes exercido em condições degradantes, quando não é sentido como uma ausência, uma falta, pois grande parte dos brasileiros não consegue se inserir no mercado de trabalho. As ONG's além de se constituírem como um novo espaço de trabalho que emprega milhares de pessoas se configuram ainda como entidades preocupadas com o social, com a melhoria de vida de populações vulneráveis. Eis aqui um elemento que, a nosso ver, parece dar o tom do trabalho das ONG's. Elas não se configuram apenas como espaços geradores de empregos que garantem a sobrevivência, mas são também percebidas como um tipo de militância e em alguns casos até mesmo como um trabalho vocacionado. Não temos elementos para saber o grau de satisfação dos profissionais com relação à remuneração percebida, mas não podemos deixar de nos surpreender com a não alusão ao dinheiro como ponto forte do trabalho ou como elemento gerador de satisfação.

Não temos a ilusão de que o dinheiro não se configure como um fator importante, sem dúvida ele o é, seja no nível pessoal, seja no nível institucional, mas a não referência a ele demonstra que, no trabalho realizado, outros valores se evidenciam como tendo maior importância.

A falta de verbas pode ser um grande percalço e até mesmo inviabilizar o trabalho das entidades e foi citada pelos profissionais como uma das principais

dificuldades enfrentadas por eles. Além de questões mais específicas como a disponibilidade do público, a falta de profissionais habilitados, os entraves burocráticos, dentre outros. A própria população pode ou não se configurar como um entrave, tendo em vista se inserir em relações predominantemente comunitárias ou societárias, com ações de cunho participativo ou fortemente individualista.

Em geral os profissionais consideram que o público com o qual trabalham se insere mais comumente em populações pouco organizadas, havendo também algumas opiniões que consideram as populações bem organizadas, variando entre muito participativa ou pouco participativa, existindo apenas a presença de setores participativos. Quanto à ação, segundo os entrevistados, ela seria dirigida seja de forma coletivista ou através de lideranças comunitárias. Tais elementos nos possibilitam pensar se as populações estão inseridas em comunidades organizadas ou em grupamentos que se caracterizariam por populações desorganizadas e individualistas.

O nível de organização ou não de uma determinada população remete a questão da participação. Quanto mais organizado um setor é, mais participativo e mais as ações são dirigidas de forma coletivista. Ora, se predominam as relações comunitárias todos se sentem parte integrante do bairro, cidade, família ou grupo. O eu se dissolve no nós. Os problemas são pensados não como individuais, mas como de todos, portanto, a resolução também passaria pelo crivo do coletivo. Quanto mais organizada um grupo, mais fácil seria o trabalho realizado pelas ONG's, pois não haveria necessidade de se resgatar a dimensão comunitária, mas somente incentivá-la.

Diante do quadro que os profissionais traçaram com relação a configuração das relações, é preciso ter em mente que o próprio trabalho realizado pelas entidades pode estar sendo levado em consideração quando se apontam populações bem organizadas ou mesmo um pouco organizadas e com um bom nível de participação. Mesmo com objetivos diferenciados as ONG's realizam trabalhos que fomentam a idéia do

coletivo e da participação da população na resolução dos seus problemas, assim, tendo em vista que todas parecem ter um trabalho já consolidado, na sua maioria com décadas de funcionamento, não é possível perder de vista sua contribuição para a organização da população, para o aumento no nível de participação, para a multiplicação de lideranças comunitárias ou para uma direção coletivista da ação, contribuindo para uma auto-estima que se situa entre alta e regular, como fruto das ações implementadas por tais entidades.

Mesmo diante de uma comunidade considerada participativa faz-se necessário incrementar o nível de organização e consciência coletiva, para tanto, os profissionais consideram importante ações também no âmbito governamental, como o apoio para o desenvolvimento dos projetos comunitários, a efetivação de políticas públicas e o investimento na educação. A idéia de consciência coletiva é aqui ampliada, pois quanto mais investimento da esfera estatal em ações que venham a beneficiar a comunidade, mais ela será capaz de reconhecer sua própria capacidade e potencial e garantir a sua cidadania. Contudo, não se trata apenas de um investimento governamental, mas também de um investimento diário tanto por parte das entidades quanto das pessoas, grupos ou comunidades com as quais o trabalho é realizado. "Envolver a comunidade", "incentivar a participação", "investir em campanhas educativas", "identificar e trabalhar a partir das necessidades coletivas" e "desenvolvimento do senso crítico" são apenas algumas das muitas sugestões dos entrevistados. Na realidade há muito o que ser feito, mas nem sempre é possível fazer. Para alguns a maior responsabilidade deveria ser dos setores governamentais, para outros dos grupos organizados ou até mesmo das escolas e membros das comunidades, há opiniões diversas, mas todos parecem conscientes da necessidade de que algo deve ser feito.

De fato a iniciativa não pode caber a um único setor. A sociedade como um todo, seja através dos setores governamentais, das ONG's, da iniciativa privada, dos grupos organizados ou quaisquer outros setores é responsável pela mudança. Não se

trata de uma revolução estatal ou do terceiro setor, mas de ações capazes de incrementar a consciência coletiva, a participação, a organização e mesmo o surgimento de núcleos comunitários dentro da sociedade. É preciso resgatar os valores comunitários para que os indivíduos deixem de ser apenas números e venham a ser percebidos como seres humanos, com inúmeros problemas que negam a sua dimensão de humanidade, pois os impossibilitam de ter uma vida considerada digna.

Todos os entrevistados apontam um grande número de problemas existentes no universo das populações com as quais trabalham. O diagnóstico que fazem da realidade é muitas vezes baseado na convivência com os membros do lugar, nas conversas mantidas com o público com que trabalham, mas também nas notícias veiculadas pelos meios de comunicação, nas pesquisas realizadas na ou com a comunidade, no levantamento de dados junto a órgãos oficiais, dentre outros, ou seja, não se trata apenas de uma visão pessimista dos problemas, mas do conhecimento daqueles que vivem e sentem de perto as dificuldades.

Nenhuma das alternativas oferecidas pela entrevista com relação as dificuldades das populações deixou de ser assinalada, ao contrário, a elas outras foram acrescentadas, especialmente aquelas relacionadas as problemáticas específicas junto as quais os atores efetuam suas atividades profissionais. A partir das entrevistas e também dos objetivos e do público alvo das instituições vemos o quão carente são as pessoas, grupos, famílias ou comunidades com as quais as entidades trabalham, bem como, quanto são variados e de difícil resolução os problemas com os quais se deparam.

Em geral, trata-se de problemas estruturais, que mesmo que pareçam ter uma conotação individual como é o caso do desemprego e da alimentação, na realidade ultrapassam a dimensão do eu, pois atingem o grupo como um todo. Os problemas estão relacionados às políticas públicas e ao descaso com as populações carentes, como é o caso do saneamento básico, do transporte, das precárias condições das escolas e do

atendimento a saúde. Além destes há ainda os relacionados à própria existência da metrópole como é o caso da violência e do consumo de drogas.

Se pensarmos a partir de um referencial mais amplo, veremos que ocorre com tais populações uma violência que se pode chamar estrutural e que se expressa na negação dos direitos, na pauperização das suas condições de vida e na insegurança urbana. Os entrevistados percebem isso e através de suas práticas tentam amenizar a situação, transformando as adversidades em possibilidades, mas são conscientes, mesmo acreditando na mudança social, que para que ela de fato ocorra há muito a ser feito, não apenas por eles ou pelas organizações que representam, mas pela sociedade como um todo, o que só é possível através da incorporação de outros valores que não o individualismo, a desigualdade e a competição.

Mas, por onde começar? Ora os valores têm uma dimensão individual, mas também coletiva. Não surgem do nada, mas são construídos socialmente a partir da convivência entre as pessoas e se efetivam individualmente. Por isso perguntamos aos entrevistados quais os valores que davam sustentação ao seu trabalho. Muitos foram citados como: respeito, ética, pluralidade, igualdade, diversidade, solidariedade, participação e liberdade. Valores altamente desrespeitados em nossa sociedade, mas que, de certa forma, chegam mesmo a justificá-la. Não há como sabermos, pelos limites do instrumento utilizado, quanto os valores citados são respeitados ou desrespeitados, nem mesmo se são ou não transfigurados em ações, mas não poderíamos deixar de ressaltar sua importância para o trabalho das ONG's e também para a própria sobrevivência da sociedade.

Grosso modo, podemos afirmar que valores são princípios positivados socialmente que deveriam estar na base do comportamento humano. Aqui falamos em dever não no sentido de obrigação, mas de possibilidade. Ninguém pode ser compelido a assumir um valor, cada um é livre, mesmo diante de uma certa coerção social, para

escolher os valores que dão suporte as suas ações. E o que vemos em relação às entidades estudadas? Os valores professados estão realmente subjacentes as suas práticas? Acreditamos que sim, que tanto os profissionais quanto as ONG's a que pertencem introjetam tais valores e pautam suas ações no fortalecimento deles.

Ao fazer tal afirmação não queremos cair na visão maniqueísta de que elas encarnam o bem, temos consciência de que têm suas contradições seja no nível institucional, seja mesmo nas práticas individuais dos profissionais que nelas se inserem. Mas, por outro lado, também não podemos negar a sua contribuição no sentido do fortalecimento da participação popular, no investimento sério e irrestrito que fazem na educação como instrumento de mudança social e no desencadeamento de processos que trazem melhorias as situações vivenciadas pelas populações.

O trabalho, certamente, enfrenta dificuldades, esbarra em entraves que exigem criatividade, criticidade e ação conjunta para serem superados, no entanto, é bom não esquecer que há ganhos reais para a população. Segundo nossos informantes através do trabalho realizado ocorrem mudanças e aqui gostaríamos de ressaltar a questão do conhecimento que aparece explícita ou implicitamente como um dos maiores ganhos da população.

Saber e poder caminham junto. As entidades desenvolvem suas atividades basicamente através de práticas educativas, logicamente aqui não monopolizadas pela escola, mas desencadeadas em diversos processos sociais. Gostaríamos agora de reiterar tais afirmações. Nas respostas dos entrevistados, bem como na descrição de diversos projetos ou atividades exercidos pelas instituições trabalhadas a educação aparece como ação primordial, estando presente tanto de forma direta como é o caso da educação popular desenvolvida pela Ação Cristã Pró-gente, seja indiretamente como nas práticas de orientação comunitária realizada pelas entidades.

Assim, o conhecimento é entendido, acreditamos, tanto pelos entrevistados quanto pelas instituições das quais fazem parte, como propulsor de mudanças. E aqui destacamos a questão do conhecimento dos direitos. A idéia de direitos na sociedade em que nos inserimos nos é muito cara. Trata-se da fixação dos limites e da garantia do espaço individual e social de cada um de nós. Somos sujeitos de direitos, embora tais direitos nos sejam negados ou mesmo feridos por nós diariamente. Os direitos, ao contrário do que ocorria em organizações predominantemente comunitárias, não são fixados pelos costumes, mas pela lei e o mais interessante é que, talvez até mesmo por isso, são comumente desrespeitados.

Somos sujeitos de direitos, mas, em geral, não os exercemos, não os conhecemos ou mesmo os desrespeitamos cotidianamente. As entidades acreditam no conhecimento dos direitos como um processo capaz de possibilitar a mudança social. Talvez o processo não seja assim tão simples, mas não podemos negar que em uma sociedade onde diversos fios se ligam para formar o social, o conhecimento pode desencadear consciência e esta, por sua vez cidadania.

Assim, o trabalho realizado pelas entidades estudadas não pode ser discutido simplesmente como um trabalho pontual, sem maiores conseqüências para as populações com as quais trabalham, ao contrário, precisamos entendê-lo como parte dos fios que se ligam e compõem a imensa complexidade social e cultural em que vivemos. Como uma iniciativa importante para o resgate e a manutenção das relações comunitárias em sociedade e que, mesmo com seus entraves, dificuldades e falhas, não pode ser desconsideradas como foco de fortalecimento da participação popular.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário

Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

3ª PARTE

A FORMAÇÃO: COMUNIDADE E POLICIAMENTO

13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;

14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;

15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade

14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;

Introdução

O problema do treinamento policial para o trabalho comunitário esbarra na preliminar de que as academias de polícia militar foram concebidas e/ou adaptadas para o treinamento 'militar'. Estabelece-se uma contradição: o policial comunitário deve ter autonomia de ação, e como tal, ter formado massa crítica que lhe permita orientar-se e decidir nas situações específicas em que vier a se encontrar. Não se trata, como é evidente, de um comportamento que possa estar estereotipado. O treinamento 'militar', ao contrário, determina, em geral, normas rígidas de ação e conduta, para cada situação, uma reação correspondente.

O exemplo mais notório deu-se, quando em 1997, a PM de São Paulo (ao que consta numa ação reativa aos escabrosos casos que envolviam a corporação, e sob pressão governamental) apresentou um curso de policiamento comunitário (uma semana) em que mostrou filmes sobre a polícia canadense, e entregou aos participantes o material que viria a ser conhecido como kit polícia comunitária: todo um regulamento pronto para a montagem de CONSEGS, e até mesmo a constituição física das bases (metragem, divisão interna, equipamento necessário, etc.). Os convidados (oficiais e delegados) não foram convidados a pensar suas áreas de inserção, especificidades locais e modos de aplicação. Segundo o curso (pelo menos na interpretação de alguns formandos com quem tivemos contato), seria só levar o kit e montar em seus estados.

Claro que se trata de um exemplo quase grotesco, mas o apego aos manuais de procedimento, os assim chamados cursos de capacitação de curta duração, e o

princípio de a cada ação, uma reação prevista, são conceitos e práticas bastante arraigados nas instituições acadêmicas militares.

Não foi, portanto, tarefa muito simples selecionar programas educativos das instituições policiais que não fossem puramente operacionais e preparatórios para ações repetitivas. Mesmo alguns anunciados como para policiamento comunitário restringiam-se aos fundamentos e legislação sobre Direitos Humanos.

Muitos estados declararam possuir cursos de multiplicadores (ou promotores) em policiamento comunitário. Mas, pouquíssimos se dispuseram a fornecer o teor, programas, objetivos, currículos dos cursos. Em certos casos – como Mato Grosso – apregoava-se a excelência dos cursos, mas não informaram no que precisamente consistiam. A rigor, poucos estados se dispuseram a fornecer material sobre os cursos e treinamentos específicos.

Ao final, na maior parte dos estados em que há um policiamento comunitário desenvolvido, ficou a impressão da inexistência de qualquer conexão entre a teoria e a prática, entre o que se ministra nas academias (e o próprio comando das academias), e o que se propõe nas ruas (e na coordenação dos policiamentos comunitários).

Nesse panorama, constituíram exceção **Mato Grosso do Sul**, os estados meridionais (todos), dos quais selecionamos afinal o **Rio Grande do Sul** (**Santa Catarina** já se encontrava representada na UNIVALI) e **São Paulo**, de onde também recebemos, de última hora, o programa de curso experimental que vêm sendo ministrado.

Transcreveremos, em seguida nas próximas páginas, o material instrucional dos estados mencionados:



EAP – TREINAMENTO ESPECÍFICO – POLÍCIA COMUNITÁRIA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Público Alvo:

A polícia militar do estado de São Paulo vem realizando no corrente ano, um programa demonstrativo e experimental, para o treinamento de policiais comunitários. O curso é destinado a cabos, sargentos e soldados pertencentes aos quadros da polícia militar.

Duração e Objetivos:

Vale salientar, que tal experiência é de extrema importância, já que chama a atenção para a especificidade da polícia comunitária, ou seja, não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura, mas de postura, filosofia e prática dos policiais no exercício de suas atividades.

O treinamento tem duração de 24 horas/aula e tem o objetivo de dotar os participantes de técnicas, conhecimentos e habilidades para:

Interpretar a filosofia de Polícia Comunitária e conhecer os principais instrumentos legais relativos à matéria;

Atuar como implementadores da filosofia e da técnica do policiamento, imbuído dos valores do Policial Cidadão, Comunitário e Profissional, tendo como base de atuação as normas e legislações vigentes no País;

Proferir palestras e orientações e mobilizar a comunidade;

Atuar dentro dos princípios dos Direitos Humanos, pautando a conduta policial militar de acordo com os princípios éticos e legais de padrão internacional;

Propor experiência de aprendizado que propiciem ao Policial Militar empregado em Base Comunitária de Segurança:

Conhecer e aplicar técnicas para consecução de serviço de Policiamento Ostensivo Preventivo/Repressivo Imediato, no Programa de Polícia Comunitária.

Grade curricular

Matéria: Filosofia e Doutrina de Polícia Comunitária

Objetivo: Proporcionar aos alunos conhecimentos básicos e gerais sobre o tema, que permitam:

Conhecer os aspectos teóricos para implementação da filosofia de Polícia Comunitária nas Organizações de Polícia Militar - OPM e modelos de Polícia Comunitária existentes no Brasil e no mundo, através de estudo comparativo;

Conhecer os aspectos sociais e a visão de futuro a respeito do tema, assim como identificar as dificuldades no relacionamento interno e externo para implementação da filosofia de Polícia Comunitária.

Matéria: filosofia de Polícia Comunitária.

Objetivo: Conhecer instrumentos internacionais de Direitos Humanos, aplicáveis à atuação policial tais como: Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e da Arma de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei e o Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei, que apontam para uma intervenção policial dentro dos princípios da ética, legalidade, necessidade, proporcionalidade.

Matéria: Atividades de Polícia Comunitária

Objetivo: Propor experiências de aprendizagem que capacitem o discente a conhecer as funções e missões do policial comunitário.

Matéria: Histórico de Polícia Comunitária

Objetivo: Proporcionar aos Policiais Militares, conhecimentos sobre a implantação e desenvolvimento do Programa de Polícia Comunitária no Japão, de forma a habilitá-los para:

a. Conhecer a difusão do histórico da doutrina de Polícia Comunitária no Japão e na Polícia Militar do Estado de São Paulo;

b. Distinguir os aspectos doutrinários e operacionais do Programa de Polícia Comunitária da Polícia Japonesa e da Polícia Militar do Estado de São Paulo, suas adaptações e desenvolvimento e;

c. Conhecer os aspectos sociais da época de implementação da filosofia de Polícia Comunitária na PMESP.

Matéria: Funções dos Pms dentro da Filosofia de Polícia Comunitária

Objetivo: Proporcionar aos alunos conhecimentos básicos e gerais sobre o tema, que permitam:

a. Conhecer os aspectos teóricos da filosofia de Polícia Comunitária que os habilitem a desenvolver suas funções na Base Comunitária de Segurança - BCS;

b. Capacitar os alunos a planejam, coordenarem e executarem as atividades relativas as BCS de acordo com o projeto modelo adotado pelo Comando da Corporação.

Matéria: Escrituração de Polícia Comunitária

Objetivo: Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos que capacitem o aluno a:

Adotar sistemas de escrituração através da utilização de Livros, Impressos e Relatórios a serem adotados pela BCS, para controle e fiscalização dos serviços realizados, bem como fornecer aos escalões superiores formas de acompanhamento do Projeto de implantação de Polícia Comunitária.

Ao término da disciplina, o aluno deverá ser capaz de:

1. Estar em condições de preencher Livros, Impressos e Relatórios destinados ao registro das varias atividades realizadas na BCS;
2. Conhecer formas de arquivo e consulta dos vários documentos de polícia comunitária.

Matéria: Normas de relacionamento com os diversos setores da sociedade

Objetivo: Propor experiências de aprendizagem que capacitem os participantes a:

Conhecer as formas de abordagem com o público externo, associações de bairros e outras, para que se tornem pólos de disseminação do Policiamento Comunitário.

Matéria: Materiais e equipamentos

Objetivos:

- a. Conhecer os aspectos teóricos para implementação da filosofia de Polícia Comunitária nas OPM e modelos de Polícia Comunitária existentes no Brasil e no mundo;
- b. Conhecer normas e regulamentos Policiais Militares para implementação da filosofia de Polícia Comunitária e interpretar a doutrina de comando a respeito do tema;
- c. Conhecer os programas de Governo e as estratégias políticas a respeito do tema;
- d. Conhecer os aspectos sociais e a visão de futuro a respeito do tema, identificar as dificuldades no relacionamento interno e externo para implementação da filosofia de Polícia Comunitária.
- e. Conhecer instrumentos internacionais de Direitos Humanos, aplicáveis à atuação policial tais como: Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e da Arma de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei e o Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei, que apontam para uma intervenção policial dentro dos princípios da ética, legalidade, necessidade, proporcionalidade.

Conhecer os equipamentos que lhe propiciarão um melhor bem estar quando estiver no interior da base para atendimento de suas necessidades pessoais



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA BRIGADA MILITAR
TREINAMENTO EM POLÍCIA COMUNITÁRIA

Natureza e nomenclatura

O Rio Grande do Sul, através do Departamento de Ensino da Brigada Militar, em seu treinamento para polícia comunitária oferece dois cursos voltados para a filosofia da Polícia Comunitária, sendo estes: Instrutores de polícia comunitária e treinamento em Polícia Comunitária.

Princípios

O trabalho realizado no estado se baseia em um espírito de polícia comunitária que se expressa de acordo com as seguintes idéias e que estão na base da organização de ambos os cursos:

- a. A primeira imagem de polícia é formada na polícia;
- b. A polícia protetora e amiga transmitirá na família a imagem favorável que será transferida às crianças, que desenvolverão um traço na cultura da comunidade que aproximará as pessoas da organização policial;
- c. O policial junto à comunidade, além de garantir segurança, deverá exercer a função didático-pedagógica, visando orientar na educação e no sentido da solidariedade social;
- d. A orientação do policial deverá objetivar o respeito à dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais e o respeito a ordem jurídica;
- e. A participação do cidadão se dá de forma permanente, constante e motivadora, buscando melhorar a qualidade de vida de toda a comunidade.

Objetivos Gerais

A forma como se organizam e efetivam os cursos demonstram uma mudança de postura no entendimento do ser e fazer polícia. A preparação do policial para a filosofia da polícia comunitária se fundamenta na premissa de que a eficácia de uma política de prevenção do crime e produção de segurança está relacionada à existência de uma relação sólida e amistosa entre polícia e sociedade. A preocupação por parte das organizações policiais com a formação do policial comunitário demonstra uma mudança de postura que supera a idéia do policial como indivíduo separado da sociedade e o recoloca em seu lugar: ao lado da população e trabalhando não apenas *para* ela, mas *com* ela.

Objetivos Específicos

Além da filosofia os objetivos específicos de ambos os cursos se assemelham, havendo apenas pequenas modificações relacionadas à particularidade de cada um deles. Assim, em seus objetivos específicos os cursos visam:

- a. Interpretar a filosofia de Polícia Comunitária;
- b. Reconhecer a importância da Proteção à dignidade humana e aos princípios de cidadania e da participação da comunidade nas questões de segurança pública;
- c. Atuar no serviço de polícia imbuído dos valores do policial cidadão, comunitário e profissional, tendo como base de atuação as normas e políticas públicas vigentes no país;
- d. Atuar como executores (no caso do treinamento) ou multiplicadores (no caso de instrutores) da filosofia e da técnica do policiamento comunitário imbuído dos valores do policial cidadão, comunitário e profissional, tendo como base de atuação as normas e políticas públicas vigentes no país;
- e. Habilitar o discente multiplicador nas instituições policiais, bem como estar apto a proferir palestras e orientações a comunidade (Específico do curso para instrutores de Polícia Comunitária);
- f. Otimizar a aproximação da comunidade nas questões de segurança pública.

Um ponto preliminar interessante sobre o trabalho realizado em **Santa Catarina** e em **Mato Grosso do Sul** é a ênfase na formação dos multiplicadores¹; Neste último estado, trata-se de curso concluído em setembro de 2004, tendo sido apresentada uma avaliação, mas não possuímos o programa pormenorizado, apenas a previsão de novas turmas. No estado do sul, os formados não são apenas novos instrutores, ou propagandistas do modelo. Em tese, a polícia forma, em seu interior a

¹ No caso de Santa Catarina, a formação de multiplicadores é feita em convênio com instituição acadêmica, no presente a UNIVALI, que será verificada adiante. Os programas incluídos aqui se referem aos cursos exclusivamente para policiais, ministrados com ou sem a cooperação daquela instituição acadêmicas e que se referem aos cursos aplicados para 'instrutores, formadores e multiplicadores'.



partir do processo de aprendizado vivenciado o processo de multiplicação. Todo policial comunitário treinado, em tese, é um instrutor.

Sem dúvida, é uma nova forma de fazer polícia e que, por isso mesmo, deve estar aliada a métodos educacionais que permitam a formação do policial cidadão, pautada na idéia de comunidade e de direitos humanos. Passaremos a descrever os cursos realizados em **Santa Catarina e Mato Grosso do Sul:**

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
Curso para instrutores de Polícia Comunitária
Carga Horária: 80 horas/aula (duas semanas)
Objetivos: visa preparar profissionais como multiplicadores da filosofia de Polícia Comunitária, a fim de disseminar essa nova doutrina nas diversas instituições policiais do estado, bem como nas comunidades que atuam integradas a polícia, de forma a qualificar o profissional de segurança do cidadão para o desempenho de suas atividades e oferecer a sociedade um serviço de qualidade que garanta as expectativas de segurança do cidadão.
Público: média de 30 alunos, dentre oficiais intermediários superiores e delegados (parte das vagas – 08 - é destinadas a polícia civil).
Organização: Em quatro módulos, com 14 disciplinas ao todo
I Módulo Geral – 08 h/a
Matéria: Teoria e Prática de Ensino
Objetivo: Conhecer a teoria e os aspectos relacionados à educação e o treinamento profissional e desenvolver habilidades para a docência nos processos institucionais de ensino, bem como aqueles relacionados à mobilização comunitária.
Matéria: Os direitos humanos e o serviço Policial
Objetivo: Conhecer as teorias modernas voltadas à atuação policial e identificar a correlação dos direitos humanos e a Polícia Comunitária.

II – Módulo Teórico – 08 h/a

Matéria: Teorias sobre polícia comunitária

Objetivos:

- Conhecer os aspectos teóricos para implementação da filosofia de Polícia Comunitária nas organizações policiais;
- Conhecer os diversos modelos de Polícia Comunitária existentes no Brasil e no mundo;
- Discutir os aspectos sociais e a visão de futuro a respeito do tema;
- Conhecer os programas de Governo e as estratégias políticas a respeito do tema.

Matéria: Polícia Comunitária comparada

Objetivo: Conhecer e discutir as diversas experiências de Polícia Comunitária desenvolvidas no Brasil e em outros países.

III – Módulo de mobilização comunitária – 32 h/a

Matéria: A polícia Comunitária e a sociedade

Objetivos:

- Conhecer os aspectos teóricos que norteiam a vida em comunidade;
- Discutir as questões atuais da vida urbana;
- Conhecer os programas de integração com a comunidade.

Matéria: Conflitos interpessoais e as formas de intervenção

Objetivos:

- Identificar as dificuldades no relacionamento interno para implementação da filosofia de Polícia Comunitária;
- Identificar as dificuldades no relacionamento externo e a visão social de polícia;
- Desenvolver métodos para o desenvolvimento motivacional para a prática da Polícia Comunitária;
- Estimular formas que melhorem a relação polícia-sociedade;
- Conhecer formas práticas para o exercício da atividade policial.

Matéria: Mobilização e Estruturação Comunitária

Objetivos:

- Conhecer as teorias sobre Mobilização e Polícia Comunitária;
- Conhecer as formas e técnicas de motivação para mobilização social;
- Desenvolver um programa de mobilização e participação social.

Matéria: Estruturação de Conselhos Comunitários

Objetivos: Conhecer as estruturas comunitárias de segurança pública existentes e identificar as formas de criação normativa de Conselhos Comunitários de Segurança.

Matéria: Planejamento Operacional**Objetivos:**

- Analisar os problemas demandados pela sociedade;
- Planejar e avaliar ações;
- Aprender técnicas organizativas para estabelecer parcerias com a comunidade;

Conhecer e buscar formas de relacionamento com as agências públicas de segurança e operacionalização dos anseios sociais.

IV – Módulo Prático – 20 h/a**Matéria: Troca de Experiências em Polícia Comunitária – âmbito nacional**

Objetivo: Estimular entre os participantes a apresentação de práticas e exemplos de Polícia Comunitária nos estados brasileiros, contribuindo para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

Matéria: Troca de experiências em Polícia Comunitária – âmbito regional

Objetivo: Estimular entre os participantes a apresentação de práticas e exemplos de Polícia Comunitária nos estados localizados na região do curso, contribuindo para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

Matéria: Planejamento em atividades de Polícia Comunitária – Elaboração de Programas

Objetivos: Conhecer as formas usuais para avaliação da implementação de um trabalho de Polícia Comunitária e desenvolver, com base nos ensinamentos adquiridos, trabalhos para estruturação da PC, objetivando implementar o processo.

V – Módulo Complementar (palestras) – 12 h/a**Palestra: O uso da força pelas instituições policiais**

Objetivo: Conhecer os aspectos técnicos e normativos que norteiam as ações policiais em situações de conflito e abordagem policial.

Palestra: A polícia comunitária e a resolução de problemas

Objetivo: Conhecer os aspectos que norteiam a aplicação das ações policiais na questão de Polícia Comunitária.

Curso de Treinamento em Polícia Comunitária

Carga Horária: 40 h/aula

Público e Objetivos Gerais: preparar policiais militares e civis para o exercício das atividades de segurança pública, a partir da filosofia da polícia comunitária. Os cursos têm uma média de 30 alunos, praças e subalternos da polícia civil, contando com dezesseis edições, desde o início do ano de 2004 até agora.



Corpo Docente: Os módulos com suas respectivas matérias são ministrados por policiais multiplicadores, concludentes do curso de polícia comunitária.

Organização: Três módulos com oito matérias

I - Módulo geral – 02 h/a

Matéria: Os direitos humanos e o serviço policial (idêntico ao curso anterior)

II – Módulo de Polícia e mobilização comunitária – 26 h/a

Matéria: A polícia Comunitária e a sociedade

Objetivos:

1. Conhecer os aspectos teóricos para implementação da filosofia de Polícia Comunitária nas organizações policiais;
2. Conhecer os diversos modelos de Polícia Comunitária existentes no Brasil e no mundo;
3. Discutir os aspectos sociais e a visão de futuro a respeito do tema;
4. Conhecer os aspectos que norteiam a vida em comunidade;
5. Discutir as questões atuais da vida urbana;
6. Conhecer os programas de integração com a comunidade.

Matéria: Conflitos interpessoais e as formas de intervenção

(Comum aos dois cursos – objetivos anteriormente expostos)

Matéria: Mobilização e Estruturação Comunitária

(Comum aos dois cursos – objetivos anteriormente expostos)

Matéria: Planejamento em atividades de Polícia Comunitária

(Comum aos dois cursos – objetivos anteriormente expostos)

III – Módulo Complementar (palestras) – 12 h/a

(Módulo semelhante ao do curso para instrutores de Polícia Comunitária).

Cursos de Sensibilização para a prática de policiamento comunitário

Carga Horária: 40 horas/aula;

Local e Público: Seis turmas (175 policiais ao todo) nas cidades de Itajaí, Joinville, Criciúma, Chapecó, Curitiba e Florianópolis;

Formato e Conteúdo: Conjunto de Seminários sobre os temas: Teorias sobre polícia comunitária; Fatores de Integração na Polícia Comunitária; Os direitos humanos e o serviço policial; Polícia Comunitária e sociedade; Mobilização e estruturação comunitária; Conhecimento das práticas desenvolvidas; Estruturação de Conselhos Comunitários; Troca de experiências em Polícia Comunitária; Ética policial.

Avaliação: No encerramento, em debate entre os participantes;

**Cursos de multiplicadores de Polícia Comunitária****Carga Horária:** 80 horas/aula;**Local e Público:** Florianópolis; Duas turmas para atingir 70 multiplicadores;**Formato e Conteúdo:** Conjunto de Seminários sobre os temas: Elementos para gestão contemporânea pela qualidade; O fator de integração na polícia comunitária; Os direitos humanos e o serviço policial; Teorias sobre polícia comunitária e polícia comunitária comparada; Conflitos interpessoais e formas de intervenção; Mobilização e estruturação comunitária; Ética policial.**Avaliação:** No encerramento, em debate entre os participantes;**Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do estado de Mato Grosso do Sul****Coordenadoria de Polícia Comunitária****Cursos de especialização em Policiamento Comunitário:
multiplicadores e promotores****Objetivo:**

Preparar os profissionais da Polícia Civil e Militar em policiamento comunitário como agentes de efeito difusor;

Período de Realização: Setembro de 2003 a julho de 2004.**Carga Horária**
88 horas/aula (multiplicadores)
44 horas/aula (promotores)**Público:** 471 agentes das Polícias Militar, Civil, Rodoviária Federal e Corpo de Bombeiros;**Resultados Obtidos:**

O conhecimento sobre o policiamento comunitário; Maior integração entre os três comandos, e entre o pessoal do curso; Conhecimento das técnicas de grupo, através da metodologia participativa, para apoio a mediação de conflitos junto à comunidade; O comprometimento e a responsabilização dos profissionais na implementação da filosofia de Polícia Comunitária; Contato dos profissionais com a comunidade para efeito de sondagem do público e levantamento de soluções através do planejamento de ações.

Considerações sobre os programas para policiais em trabalho comunitário.

A implantação do policiamento comunitário pode ser considerada uma realidade no país. Em todas as regiões há pelo menos uma experiência bem sucedida de polícia comunitária em funcionamento. Tais experiências, em sua maioria, partem de uma nova forma de perceber e fazer polícia. E é comum encontrarem-se as expressões 'nova filosofia' ou 'mudanças na cultura policial'. E é de todo evidente que por mais que tenham surgido no interior das corporações adeptos da 'nova filosofia', o trabalho de proceder à 'mudanças culturais' deverá ser pouco útil se permanecer restrito ao interior das próprias corporações, onde, aliás, encontram-se a base e o foco das resistências 'culturais' presentes.

Diante disso e como não poderia deixar de ser a implantação do policiamento comunitário vêm sendo lenta, gradual, em vários casos, confusa e em outros, sujeitas a oscilações. No entanto, são poucos os estados em que se aposta na educação, na capacitação, na divulgação e em projetos específicos para levar às transformações na forma como o policial se percebe e lida com a população e também na maneira como as populações circunscritas a determinados espaços sociais percebem o policial e convivem com ele.

A existência de projetos educacionais nas polícias de **São Paulo** e do **Rio Grande do Sul** (e para que não se cometam injustiças, possivelmente em alguns outros estados aqui não mencionados) é inteiramente oportuna e meritória. Mas, só em **Santa Catarina** é que se fala em 'otimizar a relação com a comunidade', e em **Mato Grosso do Sul** que se cita os 'contatos com a comunidade para efeito de sondagem'.

Aliás, só em **Santa Catarina** é que se dá de modo sistemático a presença da Universidade pública (a UNIVALI é uma fundação municipal). Cita-se sua presença no **Espírito Santo**, mas pelo que pudemos apurar sem grande empenho; e no **Distrito Federal**, no caso uma relação recém iniciada. E em **Minas Gerais**, a relação da UFMG e da PMMG parece carregada de tensões. Mencione-se que a falta de entendimento mais estreito entre os profissionais do ensino e pesquisa nas áreas de filosofia, sociologia, antropologia, psicologia social e áreas próximas e a formação dos policiais não pode ser debitada exclusivamente às instituições de segurança. Em geral, a Universidade Pública muito sensível em tese às questões sociais, não manifesta o mesmo empenho e preocupação em participar da construção da realidade. Por tais razões, é ainda mais notável o esforço dos programas mencionados para proporcionar formação e treinamento dentro das próprias limitações das instituições.

Todavia, parafraseando Georges Clemenceau que dizia que 'a guerra é um assunto importante demais para ser deixado aos generais', a educação comunitária provavelmente será um assunto importante demais para fazer-se apenas dentro dos parâmetros da educação policial.

Em nossas curtas visitas, colecionamos queixas de oficiais nos estados do sul contra a falta de uma maior formação humanística; e de praças em São Paulo, pela sua falta de conhecimento da 'realidade'. Então, se outro não fosse o mérito dos cursos descritos, ficaria pelo menos a constatação de que desenvolveram a consciência crítica de policiais para as necessidades de sua própria formação.

A experiência da polícia comunitária só conseguirá alcançar os objetivos propostos se houver uma aliança entre populações e policiais, o que esbarra em obstáculos culturais como o autoritarismo e a separação e, em alguns casos, até mesmo o antagonismo presente nas relações entre população e policiais. Isso está dito.

Polícia comunitária não se fará sem comunidade, tampouco, na sociedade em que vivemos, é possível ter segurança pública sem polícia. A polícia comunitária aparece de certa forma, como a percepção de que, para resolver os problemas relativos à criminalidade e a segurança em nosso país tem-se que fazer alianças e quanto maior o nível de organização de uma dada população, maior também a probabilidade de um trabalho conjunto participativo e eficaz entre população e polícia.

Como dissemos anteriormente a filosofia por trás da polícia comunitária, mesmo apresentando nuances e entendimentos diferenciados em distintas regiões do país – e mesmo dentro das próprias regiões –, implica uma mudança profunda na instituição policial. Tal mudança não se fará instantaneamente nem prescinde de formação e qualificação profissional.

As dificuldades para implantação da polícia comunitária vão desde a existência de fortes relações societárias dificultando o surgimento e o fortalecimento de relações comunitárias com populações organizadas e participativas, sujeitos atuantes na consecução dos seus direitos, até a própria organização da polícia, pautada em uma forte hierarquia e em uma ótica militar de enfrentamento do crime e da violência que trata a função policial predominantemente como um “combate” e não como uma prestação de serviços a população (Marcineiro e Pacheco, 2005).

Diante de tantos obstáculos e dificuldades está o desafio de construir uma nova polícia e com ele também o de facilitar a participação popular e fortalecer os laços comunitários das populações. É consenso hoje que a superação da realidade vivenciada pelas populações e polícia no que concerne à violência e a segurança pública não pode ser obtida pelos meios policiais convencionais, mas depende, antes de qualquer coisa da recuperação das formas locais de solidariedade e da retomada dos mecanismos comunitários. Nesse sentido, o conceito de polícia comunitária, basicamente preventiva e

consultiva, é o conceito do policial, não como agente de uma corporação ou mesmo do Estado, mas como membro ativo e consciente de uma coletividade local.

Todavia, mesmo que a necessidade da introdução do policiamento comunitário constitua hoje uma unanimidade na esfera da segurança pública, vista tanto pelos policiais como pela sociedade civil organizada como uma importante alternativa para a resolução da crise de confiança que se estabeleceu entre a polícia e o público, o processo de implantação e o perfil que cada experiência assume são pontos fundamentais para o sucesso ou não da empreitada.

Assim, o desencadeamento de processos educativos torna-se extremamente importante e pode ser considerado um diferencial na maneira como as experiências se desenvolvem e alcançam ou não seus objetivos. Tais experiências, por sua vez, também dependem das culturas organizacionais da população e da polícia, cuja transformação é necessariamente lenta. No processo de mudança de mentalidade a educação não é apenas fundamental, mas é também indispensável. Não se pode fazer polícia comunitária no Brasil somente através da construção e implantação de bases que servem de apoio para as rondas policiais. Ela implica em uma mudança de postura, o que acaba por questionar a própria essência da idéia de polícia, bem como a formação dos agentes policiais em nosso país.

Trata-se também de uma nova forma de perceber a população, que deixa de ser pensada como agente passivo, para, no processo, se tornar parceira e cúmplice da polícia na garantia da segurança. E como desencadear tal processo senão por meio da educação? Muitas corporações policiais pelo Brasil afora têm assumido processos de formação como pré-requisito para implantação do modelo de polícia comunitária. Acreditamos que os cursos e treinamentos oferecidos são um diferencial importante e estão diretamente ligados a maneira como a polícia comunitária se configura.



Ao fazermos tal afirmação não estamos assumindo uma visão utópica da educação como agente revolucionário da transformação social, mas, quando realizada de forma a respeitar os diversos saberes existentes, tomando como base a autonomia e um processo de ensino aprendizado democrático, ela atua de forma a facilitar mudanças e realizar pequenas revoluções, através das quais os indivíduos e o mundo do qual fazem parte toma novas configurações.

Nos processos de implantação e efetivação da polícia comunitária, especialmente naqueles que se apóiam na educação, muitas parcerias podem e devem ser construídas, sejam com associações de bairro, conselhos e lideranças comunitárias, postos de saúde, escolas, sejam com instituições universitárias.



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

3ª PARTE

A FORMAÇÃO: COMUNIDADE E POLÍCIAMENTO

13. Programas de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades;

14. Programas de Treinamento para Policiais Comunitários;

15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade



15. Programas de Ação Conjunta Polícia e Comunidade

Além do processo puramente formal (a formação e regulamentação dos CONSEGS), a aproximação entre a polícia e a comunidade parece estar se dando através de três iniciativas principais:

A aproximação direta com as escolas, através das patrulhas escolares (**Paraná, Pernambuco, São Paulo**) e com os contatos entre policiais e comunidades escolares através de programas específicos (**Distrito Federal**) ou pelo magistério de cursos e seminários realizados por policiais (a maior parte no âmbito do PROERD);

Também é utilizada a organização, participação e apoio em eventos, campanhas e programas em parceria com Organizações Não Governamentais, Escolas e Associações Comunitárias. Nesses casos, a política das instituições de segurança tem sido bastante diferenciada. Em **Santa Catarina**, por exemplo, a iniciativa pertence aos CONSEGS (com os quais o policiamento compartilha o espaço das bases), e a ação policial é de apoio. No **Rio Grande do Sul** e em **São Paulo**, há um movimento de estímulo à organização e participação, mas de forma diferenciada. No extremo sul trata-se de um estímulo ao envolvimento direto do policial (entendido como membro cidadão da comunidade) e no caso paulista, ao envolvimento das bases (da guarnição policial ali situada), tendo sido verificados tanto casos de forte integração nas ações comunitárias, como também os de nenhum envolvimento. Como política institucional, a produção de programas de inserção parece dar-se principalmente nas unidades do **Distrito Federal** (ainda muito recentes), **Amapá** e **Mato Grosso do Sul**.

Um terceiro movimento de aproximação e que será aqui desenvolvido são as ações de treinamento e preparação das coletividades locais para que assumam um comportamento comunitário. Em face dos valores éticos envolvidos, este é um trabalho que vem sendo



tradicionalmente desenvolvido pela Igreja, e mais especificamente por paróquias (ou similares evangélicos ou espíritas) locais. Embora irregulares tais ações refletem-se na constituição de comunidades fortes e coesas em todos os pontos do país, desde Garibaldi (no **Rio Grande do Sul**) até o Morro de Mãe Luiza (em Natal, **Rio Grande do Norte**).

Vamos nos ater aos programas policiais (ou de organizações acadêmicas) voltadas para a comunidade e para o vínculo comunidade e policiamento, tendo selecionado projetos e programas exemplares nos estados de **Mato Grosso do Sul** (PMMS), **Minas Gerais** (CRISP), **Rio Grande do Norte** (Secretaria de Defesa Social) e **Santa Catarina** (UNIVALI e PMSC).

MATO GROSSO DO SUL¹

O governo do estado do Mato Grosso do Sul, na busca de fortalecer a filosofia de polícia comunitária, vem implementando diversas ações e projetos no estado, com vistas a tal objetivo. Aqui citaremos apenas aqueles de cunho educativo, tendo em vista estarmos trabalhando apenas com as questões relativas ao treinamento comunitário ou, mais especificamente, aqueles desenvolvidos para a polícia a comunitária, sendo estes:

a. Oficinas de trabalho para fortalecimento dos Conselhos Comunitários

Foram realizadas três oficinas no ano de 2003, sendo a primeira na região de Anhanduizinho I e II e Lagoa; a segunda nas regiões do Bandeira, do Prosa e do Segredo e; a terceira, na região do centro e Ibirissu com a participação de conselheiros da região de Dourados e de Nova Andradina.

Durante as oficinas os líderes comunitários e conselheiros tiveram participação efetiva, demonstrando um alto grau de preocupação com a busca de alternativas para os problemas relativos ao campo da segurança. No entanto, havia uma certa confusão ou

¹ - As informações sobre Mato Grosso do Sul foram fornecidas pela coordenadoria de Policiamento Comunitário do Estado, e são aqui transcritas em sua íntegra na área realçada.



desconhecimento dos papéis desempenhados por eles com relação à polícia e ao policiamento comunitário. Sendo assim, as oficinas se mostraram um instrumento importante para que eles estivessem seguros na definição das ações para implementação dos Conselhos.

b. Curso de Polícia comunitária para lideranças comunitárias

Realizado em 2004 com o objetivo de preparar os conselheiros comunitários de segurança e lideranças das diferentes regiões de Campo Grande para o engajamento na filosofia de polícia comunitária, assim como para o exercício da filosofia da PC em consonância com os trabalhos concomitantes de policiamento comunitário. No curso foram debatidos os seguintes temas:

- Segurança, Polícia Comunitária, ética e disciplina;
- Mobilização comunitária;
- Planejamento do Conselho;
- O papel da comunidade na segurança;
- Gestão Organizacional;
- Ações comunitárias para segurança.

A participação dos conselheiros comunitários de segurança, bem como das lideranças comunitárias foi significativa tanto nos cursos, quanto nas ações decorrentes dos planos elaborados nos módulos programados. A realização dos cursos demonstrou que o processo de capacitação e fortalecimento dos Conselhos é de fundamental importância para o trabalho da polícia comunitária.

c. I Seminário dos Conselhos Comunitários de Segurança do MS

Realizado em março de 2004, contou com a participação de 169 pessoas, dentre eles, conselheiros e líderes comunitários, bem como pessoas com interesse pelo tema. O Seminário teve como objetivo discutir questões relevantes quanto ao papel dos Conselhos,

assim como, proporcionar aos conselheiros um espaço que possibilitasse resolução de algumas dúvidas relacionadas ao seu funcionamento.²

RIO GRANDE DO NORTE³

Em 2001, através de um convênio celebrado entre a Polícia Militar e a Universidade Federal do Rio Grande de Norte, instalou-se um Núcleo de Estudos da Violência, que recebeu a incumbência de desenvolver projetos na área de Policiamento Comunitário, e em decorrência instalou um curso experimental de especialização em Policiamento Comunitário (para delegados e oficiais).

Ao término das aulas, foi promovido um encontro 'Polícia & Comunidades' (18/19 de outubro de 2002), onde, entre outros eventos, realizaram-se oficinas sobre temas de segurança e cidadania, com a participação conjunta de policiais e pessoas das comunidades. Os resultados foram consolidados com a publicação dos anais e a elaboração de uma 'Carta pela Paz Pública' amplamente divulgada no estado. Outro resultado do encontro foi a demanda pelos coletivos participantes de se proporcionar cursos de formação comunitária para os bairros.

Tais cursos chegaram a ser organizados e aplicados em dois bairros da capital (Vale Dourado e Santa Catarina), em locais estratégicos para as próprias coletividades envolvidas, na forma de palestras com uma carga horária total de 45 horas/aula; Concluídos integralmente por cerca de quarenta participantes, dos programas constavam as seguintes disciplinas: Técnicas de Liderança; Sociologia e Dinâmica de Pequenos Grupos; Sensibilização e Dinâmica de Grupo; Estado e Princípios da cidadania; Solidariedade e Liderança

² - O relato da PMMS incluía também o material dos cursos de multiplicadores, incluídos no capítulo anterior.

³ - Os dados sobre o Rio Grande do Norte, quando antigos, provieram dos próprios arquivos da APROCOM e quando recentes, reportam-se a entrevista com o atual coordenador para assuntos comunitários da Secretaria de Defesa Social do Estado;



Comunitária. Propunha-se a ativar ou reforçar movimentos comunitários autônomos como medida prévia à implantação dos conselhos comunitários de segurança.

Em face de mudanças na orientação política do Estado, e em consequência da Secretaria, o trabalho foi interrompido (inclusive os cursos para policiais que ocorriam concomitantemente), sem que fosse possível uma avaliação mais qualificada. Da experiência, parece ter restado apenas uma pesquisa com o diagnóstico da violência e da estrutura da organização comunitária feita em vinte e um bairros da capital.

No presente, a secretaria utiliza um coordenador para assuntos comunitários, função ocupada pelo padre João Batista Chaves da Rocha, que, em suas palavras, 'vem trabalhando junto às comunidades no sentido de preparar a população para uma nova percepção da segurança pública e da polícia'.

Pretendem dar suporte as bases implantadas e em processo de implantação de polícia comunitária, embora não haja nexos administrativo entre o coordenador mencionado e o comando do batalhão de policiamento comunitário.

A atividade, conforme consta, é concebida a partir da visão de que a participação efetiva de cada um é de extrema importância para a questão da segurança, que, por sua vez, não se esgota na dimensão do mero policiamento ostensivo ou simplesmente da presença de bases de polícia comunitária nos bairros. Busca-se desencadear processos comunitários de participação a partir de pequenos grupos de articulação, havendo hoje mais de cem núcleos ativos, sendo setenta e cinco na capital, e outros vinte e cinco na cidade de Mossoró.

Na prática, promovem-se reuniões nos bairros, articuladas a partir dos núcleos de segurança e objetivando desmistificar a questão da segurança pública como um problema apenas de polícia. A filosofia subjacente ao programa está ligada à idéia de segurança cidadã, ou seja, a percepção da segurança como relacionada aos pequenos problemas cotidianos que não necessariamente dependem do estado para serem solucionados.

Sempre segundo a coordenação, há nas comunidades uma visão arraigada de que o problema da segurança só pode ser resolvido através do policiamento ostensivo. Tal visão mascara o fato de que muitos problemas relacionados a violência e a segurança poderiam ser resolvidas pela própria comunidade. A segurança cidadã é entendida como aquela em que cada membro do bairro ou da comunidade tem um papel definido. Ao exercer sua cidadania, ao não quebrar a lâmpada, ao participar ativamente da resolução dos problemas, ao superar o individualismo e criar o “estar com o outro” contribui-se para barrar o avanço da violência e produzir nas cidades ambientes mais tranquilos.

Entende o coordenador que há um novo processo se desencadeando. O trabalho vem sendo realizado há três anos e se podem perceber mudanças nítidas. Uma delas diz respeito à própria forma como os Conselhos de Segurança – CONSEGS agiam, atuando simplesmente no acompanhamento das rondas da polícia comunitária. Atualmente os CONSEGS têm um papel muito mais amplo e são parceiros no desenvolvimento da idéia da segurança cidadã.

Desenvolve-se um questionamento acerca da contribuição que a população pode oferecer, tomando como parâmetro a percepção de que quanto mais o bairro for organizado e seus moradores participarem das ações coletivas, mais seguro o lugar será. Em outras palavras, para a segurança cidadã os atores comunitários precisam ser co-participantes das ações realizadas pela polícia. Se isso não ocorrer à polícia comunitária não será capaz de realizar um trabalho de qualidade. Trata-se de despertar nos indivíduos a questão da cidadania. O povo tem que ser ator das suas mudanças o que passa também pela necessidade de rever o papel das lideranças comunitárias tradicionais e cada um dos moradores do lugar assumir-se como sujeito de seu próprio cotidiano e das mudanças necessárias ao seu bairro.

Todo o trabalho pauta-se, portanto na idéia de que a comunidade é fundamental na formação de um programa de segurança e ninguém, nem mesmo os líderes



comunitários individualmente são capazes de substituir a força do coletivo. Em tal concepção a questão da segurança passa por diversos aspectos que a primeira vista não parecem estar relacionados à violência: pela valorização dos grupos culturais, pela criação de espaços de lazer e aprendizado para os jovens, pela questão da responsabilidade de cada um com o não amontoamento de lixo nas ruas e terrenos baldios, pela manutenção da iluminação pública, pela preservação da escola e muitos outros. Em cada um desses âmbitos a população pode contribuir.

O governo pode e deve assegurar homens, viaturas e armas, mas isso não é suficiente para outorgar segurança. A polícia eficaz será somente uma dentre as muitas ações capazes de colaborar para a eliminação da violência. A paz e a tranquilidade são os produtos conjuntos da ação governamental e da consciência da cidadania. Deve-se instalar a idéia de que não basta reivindicar do poder público e reclamar dos problemas existentes no bairro, mas é preciso somar a isto ações concretas da própria comunidade para construir uma cidade menos violenta e mais segura, através de pequenas e grandes ações cotidianas.

Como obstáculo ao projeto, a coordenação ressalta uma cultura local arraigada em modelos políticos firmados no assistencialismo populista. Em princípio, espera-se que o governo se responsabilize por todas as necessidades dos indivíduos. De outra ótica, percebe-se uma postura 'sindical', em que a luta consiste em se organizar, reivindicar e esperara pela ação do governo. Não há em princípio a noção de que cada seja de fato um agente que com seus atos propõe e executa mudanças. O trabalho realizado tem como finalidade, essencialmente, modificar tais posturas passivas, mesmo a despeito de uma possível retórica radical.

A avaliação do programa faz-se pela difusão dos núcleos ativos não tendo sido fornecidos exemplos das transformações decorrentes nem de programas instituídos e desenvolvidos pelas próprias comunidades.



Descreveremos a seguir a atuação das instituições acadêmicas (CRISP e UNIVALI), precedida das tabulações das entrevistas nela realizadas, destacando ainda uma vez que no primeiro caso as entrevistas foram feitas com os agentes da instituição (professores e pesquisadores) e na segunda com a clientela (multiplicadores e membros dos conselhos comunitários):

ENTREVISTAS COM ATIVISTAS E PESSOAL DE TREINAMENTO POLICIAL

INSTITUIÇÃO:	
CRISP – BELO HORIZONTE - MG	UNIVALI - SC
Âmbito: Local, Estadual, Nacional e Internacional	Local e Regional
Público alvo	
Difuso (Defesa ou conscientização geral)	Difuso e ligado à segurança pública
Entrevistados	
Sexo:	
Feminino – 5; Masculino – 5	Feminino – 2; Masculino - 8
Grau de Escolaridade:	
Universitário – 1;;Mestrado – 5; Doutorado – 3	2º Grau = 5; Universitário = 5
Tempo na Atividade:	
6 a 10 anos – 5; 1 a 5 anos - 5	1 a 5 anos = 4; + de 15 anos = 1 NR = 5
Motivação Pessoal	
Ser útil a sociedade; Melhorar a qualidade dos serviços e das políticas públicas de segurança; Melhoria da sociedade;; Propor formas de remediar e solucionar a criminalidade; Buscar soluções, ajudar a sociedade e minimizar os problemas; Atuar na área em que é especialista; Compreender os fenômenos da violência urbana e criminalidade; Atuar em pesquisa; Não ser um trabalho limitado; Aplicar conhecimentos técnico-metodológicos.	Aprender; trocar experiência no ensino aprendido; o futuro da comunidade e da cidadania; futuro da família; gosto pelo trabalho voluntário; busca de melhorias na segurança; busca de conscientização e segurança.
Características da Atividade Desenvolvida	
Objetivos	
Levantar informações que ajudem na implementação de políticas públicas de segurança; Divulgação, difusão (6); Educação, treinamento (5); Capacitação de recursos para projetos de pesquisa e extensão; Conhecimento científico e subsidio a políticas públicas.	Defesa de direitos (4); Atendimento Social (7); Difusão de conhecimentos (5); educação e treinamento.



Execução Promoção de: cursos (3), eventos, campanhas e palestras (3); Organização de: ações comunitárias (2) e GTs;- Orientações: profissionais (3) e comunitárias;- Coleta, produção e análise de dados sobre segurança pública; Resposta para solução de problemas; Execução de projetos	Promoção de Cursos (2); Promoção de Palestras (3); e Campanhas (4); Mutirões; Ações Comunitárias (5); Orientação Familiar (2); Orientação Comunitária (5)
Público Alvo Comunidades pobres; Profissionais do sistema de defesa social; Parceiros em potencial; Alunos, professores e diretores de escolas; Polícia militar, civil e federal; Sociedade; Pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação; Mídia em geral; Gestores públicos.	Comunidades (6); Classe 'B' e 'C'; Todos.
Local da Atividade Belo Horizonte e região metropolitana; municípios mineiros; UFMG;; Órgãos de segurança;; Escolas.	Bairro; Município; Associação de Moradores; Escolas
Efeito Esperado Difusão de conhecimentos práticos (10); Formação de multiplicadores (3); Ampliação da consciência pessoal (cidadania) (5); Desenvolvimento do espírito coletivo (4); Habilitação profissional (7); Modificar a realidade da violência; Colaborar com o poder público para que ele crie políticas para solucionar as demandas; Formação de massa crítica nas questões relativas a violência, a criminalidade e a cidadania.	Difusão de conhecimentos para o cotidiano (4); desenvolvimento do espírito coletivo (7); Formação de Multiplicadores (3); Atendimento à demandas; Desenvolvimento da consciência pessoal e da cidadania (3).
Qualificações pessoais exigidas na atividade Envolvimento com a pesquisa; Experiência adquirida na prática	Habilidade; Atitude; Ética; Parceria; Perseverança; Comunidade; Interação (2); Tempo Livre
Formação Necessária ao Desempenho da Atividade Matérias ligadas a políticas públicas; Conhecer teorias antropológicas e sociológicas; Formação constante e reciclagem do conhecimento; Participação em congressos; Ter cursado Sociologia da Criminalidade; Ter conhecimento em metodologias científicas quantitativas e qualitativas; Conhecimento teórico; Utilização de softwares; Administração pública; Habilidade retórica para sala de aula; Conhecer modelos teóricos das Ciências Sociais; Conhecimento em informática voltado para banco de dados; Conhecimento sólido em estatística.	Conhecimentos (2); Conhecimento de Direitos; Material de divulgação de ONGS e Associação de Moradores.



Treinamento Recebido para a atividade: Sim = 10 Doutorado (2) (políticas sociais e justiça criminal); Mestrado (3) ou graduação em sociologia (1); Treinamento para auxiliar de curso de Policiamento Comunitário; Sociologia da Criminalidade; Utilização de softwares específicos; Técnica de pesquisa; Especialização em Criminalidade e Segurança e em Comunicação Social; Residência Médica em Saúde Pública; Palestras, minicursos e reuniões sobre políticas públicas de segurança		Não = 8; Sim = 2 Inespecificado
Avaliação do Trabalho		
Número de pessoas atingidas Mais de 100 (10)		Não Sabe (3); Mais de 100 (5); 20/50 (1)
Qualificação (Avaliação) Excelente (2); Muito bom (8) Razoável (1)		Muito bom (8); Razoável (1).
Pontos Positivos Crescimento pessoal; Inserção social das comunidades; Publicação de artigos; Resultado das pesquisas; Contribuição para as políticas públicas; Contribuição na formação de policiais; Boa aceitação pelo público alvo; Resultados práticos com utilização da metodologia ensinada; Apropriação de informações por parte do público alvo; Aprender a trabalhar em equipe; Conhecer na prática a teoria; Ampliar o conhecimento para além da Universidade (comunidade); Encontrar padrões de ações de criminalidade; Detectar locais e horários onde ocorrem práticas criminosas; Produzir informação; Unir conhecimento acadêmico com órgãos públicos; Impacto na formação de profissionais; Ineditismo das informações produzidas; Alertar governos das ações vitais; Divulgação das análises produzidas; Sintonia com as necessidades dos gestores e da sociedade; Multi e interdisciplinaridade; Acompanhar experiências práticas bem sucedidas; Literatura da área.		Intersubjetividade; conhecimento (2); respeito; socialização; participação; ação; organização; integração; capacitação
Receptividade Excelente (1); Muito boa (8); Razoável (1).		Muito boa (2); Razoável (6); Aquém do Esperado (1).
Dificuldades Encontradas Verbas (5); profissionais habilitados (3); Entraves burocráticos (7); Resistência das instituições em operar as mudanças; Disponibilidade do público (2); veículos; Pouca agilidade na permissão para realização de pesquisas nas instituições públicas; apoio institucional (3); Cenário político-partidário (falta continuidade na colaboração de informações);		Verbas (4); Apoio Institucional (6); Entraves Burocráticos; Interferência Política; Disponibilidade do Público; Falta de Profissionais Habilitados.



Dificuldade do público alvo aceitar as informações produzidas; Dificuldade da qualificação da informação coletada; Falta de dados confiáveis; Suplantar a barreira de informações restritas à polícia.	
Resultados Alcançados	
Estratégias de prevenção ao crime; Formação de redes sociais comunitárias; Ampliação da participação no espaço público; Ampliação da divulgação das demandas; Habilidades e competências para a gestão dos problemas relacionados à violência e ao crime; Conhecimento sobre as causas e impacto da violência e das estratégias para seu controle e redução; Incremento do nível de organização; Criação de informação inédita sobre criminalidade e segurança; Proposição, acompanhamento, implementação e avaliação de políticas públicas; Respeito às diferenças; Percepção do direito; Mudança de mentalidade; Possibilitar o diálogo e o respeito entre comunidade e policiais; Conscientização e organização; Participação e cobrança de políticas públicas mais efetivas; Melhoria na segurança; Capacitação do público a uma visão mais crítica de defesa social; Consciência da segurança pública não apenas como assunto de polícia; Superação da idéia paternalista de se esperar tudo dos governantes; Através das informações, subsidiar o planejamento dos objetivos.	Melhor compreensão da cidadania; confiança; segurança (3); respostas às cobranças; conhecimento; parcerias; integração do bairro (2); conscientização; amizade; queda na criminalidade
Há (ou houve) pesquisa ou atividade para a avaliação do trabalho? Como foi avaliado?	
Sim (10)	Sim (2); Não (8)
Efeito da mídia; Grau de corrupção; A falta de limites das grandes empresas; Experiência e resultado das pesquisas próprias; IDH e IVS; Pesquisa sobre os Conseps; Pesquisa de vitimização em favelas; Pesquisa Violência nas escolas; Avaliação do programa liberdade assistida da prefeitura de BH; Pesquisa com dados de natureza quantitativa, primários e secundários; De natureza qualitativa primária; Dados fornecidos por outras instituições (polícias, prefeitura); Avaliação do programa Fica Vivo do governo do estado; Survey e grupos focais.	Conversas e Retornos da Comunidade.
Características das Coletividades de Inserção	
Organização Não pode ser avaliada	Bem organizada (4); um pouco organizada (4).
Participação Não pode ser avaliada	Participativa (5); setores participativos (2).
Direcionamento Não pode ser avaliada	Coletivista (6); há lideranças (2).



Auto Estima	
Não pode ser avaliada	Alta (4); regular (4).
Principais Problemas da coletividade	
Falta de qualidade da mídia; Irresponsabilidade dos governos e grandes empresários; Medo de se envolver nos programas e ficar expostos a bandidos; Resistência a mudanças; Falta de recursos tecnológicos; Alto nível de vulnerabilidade social; Baixo índice de desenvolvimento humano; Desemprego (3); Saneamento básico; Violência (2); Consumo de drogas; Escolas (3); Atendimento a saúde; Alimentação; Estrutura familiar; Desrespeito mútuo; Reprodução de aspectos negativos na educação; Falta de credibilidade e lentidão da justiça; Desigualdade social; Falta de oportunidade; Falta de cultura e lazer; Baixo nível de articulação e mobilização; Falta de informação; Ausência do Estado; Falta de cidadania.	Drogas (7); Desemprego (4); Saneamento (2); Violência (4)
Desenvolvimento da Atividade	
O que pode ser feito para aprimorar a consciência coletiva?	
Melhoria e mais efetividade das políticas públicas nesses locais; Facilitar o acesso a informações (2); Criar oportunidade de integrar gestores, agentes de segurança pública e lideranças comunitárias; Financiamentos para área; Campanhas esclarecedoras sobre situações de risco; Lazer, cultura, educação e emprego; Qualificação profissional; Formação de público específico dentro das comunidades; Possibilitar a formação de grupos organizados; Criar sentimentos de cooperação coletiva; Acabar com a divisão entre polícia e sociedade; Aprimoramento da cidadania (acesso aos serviços e bens públicos) Centralidade do trabalho das escolas na família; Trabalho em rede com envolvimento das várias esferas institucionais (governo, entidades, comunidade e polícia); O público já tem satisfatória consciência coletiva (academia); Reforço da identidade coletiva; Aceitação das diferenças; Cursos; Campanhas; Pesquisas aplicadas; Participação nos programas de combate à criminalidade; Mobilização, participação e debates.	Motivação; Apoio; Programas; Discussões; Objetivos; Avaliações; Conscientização; Divulgação de Conhecimento; Acesso à Informações
Quem deveria ter a Iniciativa na direção dessas medidas?	
Setores governamentais (9); Instituições (8); Iniciativa Privada (4); Elementos da comunidade (7); Grupos organizados (8); Escolas (6); Famílias (1) Todos (3)	Setores Governamentais (7); Escolas (3); Elementos da Comunidade (2); Todos (2).



Valores e fundamentos a desenvolver Consolidação, respeito e promoção dos DH; Democracia; Melhoria do capital social das comunidades vítimas da violência; Cidadania; Ética; Paz;- Aplicabilidade do conhecimento produzido; Criminalidade como fenômeno macro-social; Imparcialidade; Honestidade; Igualdade; Promoção da segurança pública; Melhoria da polícia; Cristianismo.		Conhecimento; Esperança; transparência; objetividade; pontualidade; perseverança; desvinculo político partidário; divisão de responsabilidades (governo e comunidade); respeito, dignidade, direitos humanos.
base teórica para o trabalho a desenvolver Dramaturgia social; Teorias sociológicas; Pesquisas sobre segurança e criminalidade; Crime como fenômeno social; Técnicas estatísticas; Detecção de áreas de maior incidência da criminalidade; Teorias da desigualdade social; Teoria da diferenciação social; Teoria sobre comportamento e interação humana; Teoria das "janelas quebradas" (Wilson James); Teoria das oportunidades (Felson); Teoria de Bourdieu; Conhecimentos metodológicos e práticos de pesquisa; Teoria ecológica; Teoria do controle e desorganização social; Sociologia do crime; Justiça criminal; Treinamento na área de DH.		
Observação final dos entrevistados		
O CRISP cumpre o papel destinado a Universidade pública de produzir conhecimento qualificado; Criminalidade caracteriza-se por situar-se em regiões de muitas desvantagens concentradas; Polícia e comunidade são mais fortes do que a polícia isolada; Necessidade de continuidade do trabalho; de investimento humano e em equipamentos; Descaso com o trabalho dos pesquisadores que, apesar de estudarem, não são consultados com relação às saídas para a diminuição da criminalidade; O CRISP busca consolidar uma ponte com o sistema de justiça criminal, no sentido de se ter uma política pública mais efetiva	Prevenção é a palavra chave; dar autonomia às instituições policiais sem interferência política.	

CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

O Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública – CRISP é um órgão da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, ligado ao Departamento de Sociologia e Antropologia, que realiza um trabalho direcionado para a polícia militar e civil, bem como para a polícia comunitária.



Está voltado para a elaboração, acompanhamento de implementação e avaliação crítica de políticas públicas na área da justiça criminal. É composto por pesquisadores da UFMG e de órgãos públicos envolvidos com o combate à criminalidade. Possui uma estrutura constituída de um coordenador-geral, um sub-coordenador e três coordenadorias - Coordenadoria de Cursos, Coordenadoria de Pesquisas e Coordenadoria de Informação, - todas trabalhando em conjunto para a consecução dos objetivos propostos pelo órgão.

Dentre os objetivos do CRISP, destacam-se: Facilitar ativamente a qualificação dos profissionais da área de segurança pública; Elaborar estudos e pesquisas aplicadas e metodológicas, de alta qualidade técnica, que procurem enfocar problemas e questões de interesse para o combate à criminalidade; Auxiliar na construção de sistemas de informação mais adequados e programas de controle da criminalidade.

O CRISP trabalha com um modelo que combina dois ingredientes: de um lado, pesquisa aplicada multidisciplinar e formação sólida em análise quantitativa de dados para efeitos de planejamento e avaliação; do outro, uma articulação de diferentes instituições e órgãos públicos que lidam com o problema da criminalidade e violência, sob a liderança de uma instituição universitária com reconhecido prestígio acadêmico. Os cursos oferecidos pelo CRISP destinam-se a suprir lacunas existentes na área de segurança pública no Brasil, formando massa crítica de pesquisadores e '*policy-makers*' dentro dos órgãos encarregados de lidar com o controle da criminalidade e justiça.

A ausência de pesquisas aplicadas em violência e criminalidade, bem como uma formação mais sistemática em análise de políticas públicas na área de justiça criminal, tem se constituído num entrave para a elaboração de programas e políticas mais consistentes de controle da criminalidade. Para suprir tais lacunas, o CRISP tem buscado orientar suas atividades para a realização de pesquisas que sejam do interesse tanto do público acadêmico como dos encarregados de formular políticas. O desenvolvimento de pesquisas



aplicadas não é comum na comunidade de pesquisas criminológicas, o que terminou por conduzir a diagnósticos rarefeitos sobre problemas de segurança pública.

Outra característica das atividades do CRISP é a organização de bases de dados criminais de interesse para as organizações da justiça criminal brasileira. Merece destaque a organização de dados pontuais de crimes na cidade de Belo Horizonte, que se constituiu em iniciativa inédita no Brasil e se tornou referência em análises espaciais da criminalidade e no mapeamento de crimes.

Nos últimos anos, o CRISP tem desempenhado um papel cada vez mais importante como órgão de assessoria, suporte técnico e acadêmico, e de formação para organizações do sistema de justiça criminal e tem se tornado referência na formação de policiais em Minas Gerais e também em outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. Mais recentemente, têm sido feitas parcerias importantes com outras organizações do sistema de justiça para a formação de pessoal e a elaboração de diagnósticos das prisões, bem como para a formação de pessoal que trabalha no sistema prisional.

Dessa forma, o CRISP tem contribuído de maneira efetiva para a melhoria e reforma das organizações policiais, uma vez que, proporciona acesso a tecnologias capazes de introduzir novas perspectivas no gerenciamento da segurança pública. As estratégias para a gestão de informações policiais desenvolvidas por esse órgão já são reconhecidas pelos profissionais e especialistas da área como modelo a ser adotado por outras organizações policiais.

As atividades conduzidas pelo CRISP pautam-se pela observação rigorosa dos métodos científicos e pela aplicação maciça de recursos tecnológicos na solução de problemas, de modo destacado nas seguintes áreas:

1 - MAPAS E COMUNIDADES - As ações desenvolvidas pelo CRISP têm procurado suprir lacunas de conhecimento na área de segurança pública. Um dos instrumentos mais

importantes desenvolvidos e colocados à disposição dos policiais é o Mapeamento de Crimes. A utilização crescente de mapas pelas organizações policiais em todo o mundo, tanto no planejamento e no gerenciamento das atividades policiais como no desenvolvimento de estratégias e programas de controle em nível local, revela-se como um dos instrumentos mais eficazes de ação na análise do fenômeno da criminalidade.

2 - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO - Outra importante atividade do CRISP está ligada ao Policiamento Comunitário. Em virtude do desenvolvimento institucional ocorrido na PMMG, iniciativas importantes na interação entre a sociedade e as organizações policiais foram tomadas.

3 – CURSOS - Os cursos de Formação de Recursos Humanos são voltados para a capacitação de pessoas orientadas para a solução dos problemas na área de segurança pública. O objetivo principal é criar um ambiente de discussão teórica sustentada por técnicas modernas.

Os cursos atualmente oferecidos são da seguinte natureza: Extensão, Especialização em Estudos de Violência e Criminalidade e de Educação à distância, além da oferta de disciplinas regulares de Pós-graduação na FAFICH-UFMG (Mestrado e Doutorado)

4 – PESQUISAS - Desde a fundação, tem realizado pesquisas de impacto na sociedade, buscando a excelência na obtenção e análise dos dados. Um dos mais bem-sucedidos projetos – o projeto MAPA – voltou-se fundamentalmente para o uso de tecnologias e de informações no planejamento das ações e estratégias policiais. Essa foi uma das mudanças minimalistas que terminaram por produzir um grande impacto na Polícia Militar de Minas Gerais.

Finalmente, descrever-se-ão os objetivos, conceitos e o conteúdo programático do curso que oferece sobre Policiamento Comunitário e organizado em dois módulos:



POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O curso visa proporcionar aos participantes a oportunidade de discutir a gênese e as implicações do policiamento comunitário para as operações policiais, bem como o envolvimento da comunidade e uma nova concepção acerca de problemas da segurança pública.

O uso de modelos de “solução de problemas” fornece a metodologia para que ocorra uma interação profícua entre as comunidades e forças policiais. Ele destina-se a administradores públicos nos vários níveis, policiais, agentes dos diversos segmentos do sistema de justiça, líderes comunitários e cidadãos interessados. Encontra-se disponível pela Internet, em fase de experiência. E deverá se constituir em um curso de educação à distância, traduzido inclusive para o espanhol, para que possa alcançar o maior número de pessoas. O curso se organiza a partir dos seguintes módulos:

Módulo I

Disciplina: Comunidade e Segurança Pública (30 horas): Bases do Policiamento Comunitário.

(a) Formas Tradicionais de Policiamento no Brasil: Organizações militares e a função policial; Processos de profissionalização.

(b) Razões para a mudança: Taxas de criminalidade e mudanças sociais; Contexto sócio-político e processo de democratização.

(c) Elementos centrais do policiamento comunitário: Parceria com comunidade; Solução de problemas.

(d) Mobilizando Recursos Comunitários: O que é comunidade; Organizações locais nas metrópoles brasileiras (características); Quem são (organizações oficiais, religiosas civis etc.); Recursos comunitários; Equipamentos públicos e lideranças; Papel dos policiais na mobilização recursos.



Módulo II

Disciplina - Solução de Problemas

(a) Modelo SARA: Policiamento por incidentes e por problemas.

(b) Estágios do modelo: identificação de problemas; Fontes de dados em criminalidade e violência; Produção de dados e dados secundários; Discussão prática de identificação de problemas.

UNIVALI – UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI

A Univali oferece um Curso de Segurança Pública, no Campus de Biguaçu-SC, enfatizando a formação de profissionais com conhecimentos amplos sobre aspectos sociais, jurídicos e de gestão, aplicáveis às atividades de segurança pública, aptos a coletar, analisar e transformar informações em instrumentos de prevenção, manutenção e promoção da paz social. Os esforços da coordenação e do corpo docente do Curso se voltam para o desenvolvimento de competências para o exercício profissional da segurança pública, na condição de agentes de transformação, de modo que sua atuação se pautar nos valores da justiça social, com vistas à garantia da plena cidadania, entendida como complexo de direitos civis.

O Curso pretende formar acadêmicos para o oficialato policial-militar. Como alternativa, o egresso poderá prestar consultoria em planejamento e execução de programas de segurança pública e privada. Através do estágio supervisionado de 360 horas/aula realizado nas unidades operacionais e administrativas da polícia militar de Santa Catarina os estudantes passam a travar um contato diário com a rotina da Polícia Militar de Santa Catarina e, a partir dele desenvolvem pesquisa e trabalhos monográficos sobre temas relacionados ao cotidiano policial e a criminalidade.



O curso de Segurança Pública é parte integrante do curso de oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina e habilita o profissional a fazer parte do seu quadro de oficiais. O bacharel é habilitado como agente de segurança pública, na condição de agente de transformação, pautando sua atuação nos valores da justiça social e buscando a garantia da plena cidadania, entendida como completo exercício dos direitos civis.

Além disso, o curso prepara o profissional para ter capacidade de liderança e adaptabilidade, atuante nas atividades de manutenção e preservação da ordem pública. O profissional formado no curso e aprovado nas atividades complementares de formação militar torna-se um oficial da Polícia Militar de Santa Catarina.

Com a coordenadoria estadual de Polícia comunitária de Santa Catarina ainda em 2005, foram oferecidos diversos seminários e cursos relacionados a polícia comunitária. Tais cursos se pautam no reconhecimento da necessidade do fortalecimento da Polícia Comunitária, entendida como a forma de fazer polícia que melhor se adapta ao Estado Democrático de Direito, pois se constitui como uma alternativa ao modelo tradicional da polícia, pautado não na prevenção, mas na repressão dos crimes depois que eles são cometidos. Trata-se de agir antes para evitar o crime e a violência e também da percepção de que tal forma de fazer polícia só é possível se policiais e cidadãos agirem como parceiros na consecução da segurança pública’.

Seminários regionais de Polícia Comunitária

Foram oferecidos cinco seminários, cada um deles com um total de 08 horas/aula, nas cidades de Joinville, Criciúma, Chapecó, Lages, Balneário Camboriú e Florianópolis, (atingindo cerca de 1.200 pessoas).

Os seminários abordaram os seguintes temas: Integração das organizações policiais com a comunidade; Os Direitos Humanos e a Filosofia de Polícia Comunitária; Mobilização e Estruturação Comunitária; O papel dos CONSEGS na implantação da filosofia de Polícia Comunitária; Levantamento de propostas e encaminhamentos.

**Seminário Estadual de Polícia Comunitária**

Realizado em Florianópolis, com a participação de cerca de 400 pessoas, o seminário foi preparado para 16 horas e, além dos temas tratados nos seminários regionais, abordou também 'A Polícia Comunitária no contexto do Plano Nacional de Segurança Pública'.

Cursos para líderes comunitários

O curso visa preparar membros da comunidade para se integrar em ações junto à polícia, buscando soluções criativas para a melhoria da qualidade de vida, bem como formar multiplicadores da filosofia da polícia comunitária e pessoas capazes de desenvolver trabalhos de mobilização comunitária. Com 20 horas/aula, e atingindo 350 membros de comunidades, foi oferecido nas cidades Criciúma, Chapecó, Florianópolis, Itajaí, Canoinhas, Lages, Tubarão, São José, São Miguel D'Oeste e Blumenau. Abordou os seguintes temas: Teorias sobre polícia comunitária; Sistema de Segurança Pública no Brasil; Direitos Humanos e Estado Democrático; Ética e disciplina nos CONSEG's; A sociedade moderna e seus conflitos sociais; Troca de experiências em Polícia comunitária; Estruturação dos Conselhos Comunitários de Segurança; Mobilização e Estruturação comunitária.

Considerações Finais

É lugar comum dizer-se que a realidade brasileira é extremamente rica e complexa. Ao tratar a questão da aproximação entre a polícia e a cidadania, em todo o país encontramos pessoas, programas, projetos, órgãos, entidades, instituições, enfim inúmeros sujeitos que através de ações diversas estabelecer e reforçar aquela ponte. Na constituição desse capítulo, ao tratar dos modos de inserção da polícia na comunidade, tivemos, em princípio, de selecionar entre a ação direta nas escolas, o apoio, participação

e organização de eventos ligados aos movimentos sociais ou às coletividades, e as ações propriamente educativas ou motivacionais. E dentro dessas últimas, selecionados quatro modelos, eles emergem com características bem distintas.

Santa Catarina parece apostar alto na educação formal, enquanto no **Rio Grande do Norte**, a ação comunitária aparece como inteiramente desvinculada de propostas pedagógicas profissionais. **Mato Grosso do Sul** que menciona com ênfase a necessidade de transformar a 'cultura policial', utiliza no trato com as coletividades apenas os recursos da instituição. O **Rio Grande do Norte**, para a mesma tarefa buscou um agente 'neutro', que desenvolve uma prática doutrinária. Da nossa amostra, apenas dois estados valeram-se das instituições acadêmicas, e mesmo assim de modo diferenciado. Enquanto em **Santa Catarina**, a cooperação baseada em convênio lícito, parece transcorrer de modo harmônico, o mesmo não ocorre em **Minas Gerais**, onde a ação da academia é autônoma e paralela à organização policial, parecendo inclusive preenchida de tensões.

Tendo ainda uma vez pelas limitações do trabalho, de selecionar um objeto para discorrer, procuraremos tratar da contribuição acadêmica dentro dos exemplos mencionados. Abordaremos mais minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública - CRISP em parceria com as organizações policiais de Minas Gerais e a realizada pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e a polícia de Santa Catarina.

Ressaltando que tais instituições realizam um trabalho amplo que abrange muito mais do que apenas a polícia comunitária e através das suas ações vêm contribuindo para o repensar e mesmo o reformular da segurança pública em diversos níveis, pode-se em princípio afirmar que através de tais parcerias a Universidade vem cumprindo seu papel, saindo dos seus muros e atuando no sentido de contribuir com as demandas específicas da sociedade civil.

Ao longo do tempo e das diversas avaliações realizadas por órgãos governamentais, como a CAPES, a Universidade pública brasileira vem demonstrando sua competência e habilidade para um ensino pautado não apenas no ensino, mas também na pesquisa e na extensão.

As experiências da UNIVALI e do CRISP reiteram a vocação primeira das instituições universitárias, no sentido de estar se retro alimentando do saber popular e, ao mesmo tempo, contribuindo para a expansão desse saber e a autonomia dos seus sujeitos. Precisamente por isso escolhemos duas experiências relacionadas a instituições universitárias, pois acreditamos que através delas tanto a polícia supre suas necessidades de reciclagem, quanto a Universidade assume o papel de parceira da sociedade civil.

Com relação ao CRISP são muitas as atividades realizadas através de sua parceria com os órgãos de segurança pública do estado de Minas Gerais e, mesmo que as ações não estejam diretamente ligadas às polícias comunitárias indiretamente a tocam. O CRISP realiza pesquisas, mapeamentos, implementa cursos e treinamentos, reflete sobre questões relativas a criminalidade e a segurança pública, a partir de tais ações colabora para um repensar das organizações e mesmo das práticas dos policiais.

As afirmações acima expostas chamam a atenção para a importância do trabalho realizado, mas, de modo algum, o isenta de problemas. Há inúmeros obstáculos enfrentados cotidianamente, um delas aparece com nuances diferenciados nas falas de alguns dos entrevistados e está relacionado a dificuldade de modificar programas e formas arraigadas de ação, como pode ser percebido nos depoimentos dos profissionais do CRISP que assim se expressam: “resistência das instituições em operar as mudanças”, “pouca agilidade na permissão para realização de pesquisas nas instituições públicas”, “falta continuidade na colaboração de informações quando muda o partido”, “dificuldade do público alvo aceitar as informações produzidas”, “suplantar a barreira da segurança pública restrita a polícia”.

Aqui encontramos um problema de difícil resolução, pois está relacionado à auto-suficiência das instituições policiais e a própria idéia de competência profissional ou a capacidade de resolver seus próprios problemas. Segundo o Dicionário virtual Aurélio século XXI, mudar significa renovar, alterar, modificar, dar outra direção. Na base da mudança parece estar presente uma insatisfação com a situação vivenciada no momento.

Nem sempre a mudança é encarada de forma positiva pelas pessoas e instituições. De certa forma, mudar significa revirar uma situação na qual as ações, hierarquias, competências e responsabilidades, na maioria das vezes, estão bem definidas. Significa se deparar com o novo, criar outras possibilidades e enfrentar problemas para os quais não se tem resposta.

Enfim, mudar é difícil, pois mexe com estruturas e concepções já consolidadas, mas, por outro lado, a mudança é fundamental para que as situações avancem. A dificuldade quase geral de lidar com a mudança seja nas organizações policiais ou no cotidiano das nossas vidas, se funda na idéia errônea de que a vida cumpre uma rotina. Com tal percepção deixa-se de lado ou mesmo não se é capaz de discernir as alterações constantes que experimentamos no nosso dia-a-dia, o movimento incessante da vida. Resistimos às mudanças, especialmente, se alguém de fora parece querer nos dizer o que fazer. A resistência dificulta sua ação, mas não a bloqueia.

É essa resistência que é sentida pelos profissionais do CRISP e com a qual têm que lutar incessantemente. Na luta que empreendem, para fazer valer o seu trabalho, eles mesmos se modificam, buscam novas estratégias e táticas para alcançar as mudanças desejadas. Pautam o trabalho realizado em diferentes bases teóricas que lhes subsidiam na busca da realização dos seus objetivos e também em um conjunto de valores, como o respeito e a promoção dos direitos humanos, a democracia, a cidadania, a ética e a igualdade, dentre outros.

São tais valores que se encontram presentes no curso de polícia comunitária desenvolvido pelo CRISP em parceria com as organizações policiais do estado. Um curso pautado exatamente em uma nova filosofia e forma de fazer polícia. Na idéia de renovação, de necessidade de mudança e em uma nova concepção de segurança pública.

No referido curso utiliza-se o modelo de “solução de problemas”, tal metodologia deixa implícito um elemento fundamental: a necessidade de um agente policial dinâmico e capaz de responder aos mais variados problemas relacionados à criminalidade e a segurança em uma dada comunidade. Na experiência da polícia comunitária a ação deve estar pautada na criatividade, criticidade, ética e competência técnica dos policiais, ou seja, não se trata apenas de coibir e reprimir a violência e a criminalidade, mas de agir na prevenção dos problemas juntamente com a população.

No Brasil, de forma geral, podemos afirmar que a polícia se pauta ainda basicamente na repressão da violência e dos crimes, muito pouco é feito no que tange a prevenção. A polícia comunitária na contramão do modelo existente exige uma mudança drástica - outro tipo de treinamento ou, para usar um linguajar que mais apropriado, um outro processo educativo que venha a substituir o mero adestramento técnico dos agentes da lei. Acreditamos que para realizar tal processo a Universidade é uma instituição capacitada e competente e, mesmo que não nos seja possível avançar em maiores conclusões dada à falta de elementos para tal, acreditamos que o CRISP tem sido um parceiro importante para melhoria da segurança pública no estado de Minas Gerais.

Mesmo conscientes de que o estado ainda tem um longo caminho a percorrer, acreditamos que ao ressaltar no processo de implantação e efetivação da polícia comunitária a formação do policial, a partir de bases sólidas, profissionais qualificados e reafirmação de um trabalho preventivo que deve ter como parceira a comunidade, contribui efetivamente para uma mudança essencial nas organizações policiais e na efetivação e desenvolvimento de políticas públicas de segurança.

Não podemos esquecer que o processo é lento e gradual e que o tipo de competência a ser alcançada no modelo de formação de que falamos ultrapassa o mero domínio da técnica e humaniza o agente policial e conseqüentemente a polícia. Acreditamos ser este o trabalho do CRISP, juntamente com os organismos policiais do estado.

Para além de tais ações percebemos também iniciativas que visam informar e capacitar a comunidade, sem a qual, como já repetimos diversas vezes ao longo desse relatório, não é possível fazer polícia comunitária. Os processos de formação nos parecem muito importantes tanto para construção de um novo modelo de segurança quanto para refletir a cerca do papel e da necessária organização das populações, entendidas agora como sujeitos ativos no processo de melhoria da polícia, diminuição da criminalidade e na resolução dos problemas relativos à segurança pública.

Quanto a UNIVALI, seu trabalho é concomitante às necessidades manifestas pela Polícia Militar de Santa Catarina (inclusive, vários docentes são comuns, atuando nas duas instituições). Participa da formação dos oficiais PM, oferece cursos em nível de especialização, além de outros de curta duração que atingem todo o estado e são quase permanentes.

Parece-nos aqui, como comentário que ao dividir as responsabilidades quanto a formação do policial com a universidade as organizações policiais percebem tanto suas limitações nesse sentido, quanto a necessidade de ampliar os conhecimentos para além das técnicas e, vale dizer, não se trata de abandoná-las ou percebê-las como menos importantes, mas de aliá-las a valores éticos como respeito, cidadania e justiça social e a uma postura profissional crítica e criativa, sem as quais elas se esvaziam e não cumprem sua verdadeira função.

Todo policial, seja ele comunitário ou não, precisa saber usar uma arma, preencher um boletim de ocorrência, conhecer a lei, dentre muitas outras competências,

mas tais habilidades sozinhas não chegam a transformá-lo em um agente comprometido com a defesa dos direitos civis, a cidadania e a justiça. Outras aptidões devem entrar em cena. A ética, o compromisso com a resolução dos problemas da população, o respeito ao outro, a obediência às leis, devem também estar aliados a técnica para que o policial possa ser percebido não apenas como o indivíduo responsável por prender bandidos, mas, como cidadão cujo trabalho é essencial para a população e para que possa também ser respeitado e aceito pelas populações com as quais convive.

A UNIVALI busca justamente contribuir para formar uma polícia cidadã, comunitária e profissional capaz não somente de agir para a comunidade, mas com e a favor dela. Sem dúvida, em qualquer parte do país a implantação da polícia comunitária não prescinde de uma formação específica que venha a reiterar a necessidade e importância da mudança e do trabalho em conjunto com as populações de inserção.

Em outras palavras, a experiência e a filosofia desse tipo de policiamento exige uma abertura por parte das organizações policiais, no sentido de buscar parcerias não apenas para sua inserção nas comunidades, mas outras que garantam uma formação sólida e um saber consistente sobre o papel dos agentes e da instituição policial da qual fazem parte. Se não há processos sérios de educação por trás da polícia comunitária ela estará fadada a ser um projeto frustrado e frustrante, pois não passará de uma mudança de nomenclatura. Por outro lado, mesmo fazendo alianças com instituições sérias que desenvolvam um trabalho de excelência na área, a mudança se dá gradualmente e esbarra em décadas de um modelo de policiamento centrado em elementos que, em muitos casos, correm na direção oposta ao da filosofia da polícia comunitária.

O modelo de atuação da UNIVALI implica ainda uma outra dimensão da participação acadêmica. Enquanto o CRISP é altamente cioso da importância da pesquisa e da autonomia da atividade acadêmica, a instituição catarinense investe na capacidade de prestação de serviços. Além de atuar em conjunto com a Polícia Militar, priorizando as

necessidades por esta manifestas, a UNIVALI realiza também pequenos convênios diretos com os CONSEGS e organizações populares para o magistério de cursos rápidos de profissionalização e capacitação nas regiões em que atua.

Os modelos, a nosso juízo, não são mutuamente exclusivos. Se de um lado, é de todo evidente que a autonomia acadêmica institucional é imperativa para a pesquisa e sua integridade científica; por outro, também parece importante a humildade de reconhecer e atuar segundo as necessidades do cotidiano e atendendo às demandas sociais no nível em que estas se manifestem.

Concluindo é preciso dizer que alguns trabalhos, dentre os apresentados, têm mais consistência ou são mais bem elaborados, outros são mais pontuais e dificultados por inúmeros entraves que vão desde a falta de recursos financeiros até os pequenos obstáculos do cotidiano que minam a iniciativa e impedem o desenvolvimento.

Aqui, através das informações expostas, apresentamos um quadro reduzido e resumido das principais ações realizadas no que diz respeito ao trabalho comunitário e ao treinamento e formação de comunidades que ocorre o país. Não é possível avaliar e todos e nem mesmo estabelecer julgamento sobre aqueles que pudemos abordar.

Somos limitados, em primeiro lugar pelas informações que foi possível levantar. Sem dúvida há mais a dizer e muito mais sendo feito, mas, não percamos de vista, que ao pesquisador não é possível abarcar a totalidade senão pelo fragmento. Em segundo lugar, somos limitados pela escrita, incapaz de traduzir de forma precisa à riqueza da existência humana, mas, por outro lado, um instrumento por meio do qual nos apropriamos da realidade, uma ferramenta ímpar na construção da ciência, pois permite comunicar, dividir com o outro aquilo que somos capazes de captar.

Temos consciência das inúmeras limitações, mas também da riqueza do material aqui apresentado, no qual queremos ressaltar, acima de tudo, a capacidade humana de significar e re-significar a vida, através da construção e reconstrução do seu



espaço/tempo, da criatividade ao transformar situações adversas em inspiração para a busca ou criação de novos caminhos e da luta para não se ver tragado pela lógica desumana da sociedade do dinheiro. Os fragmentos aqui apresentados são fragmentos de iniciativas que valorizam a vida e as ações humanas, que recolocam o homem não apenas como mera engrenagem do sistema econômico, mas no lugar que lhe é devido, ou seja, como sujeito da história.



RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

4ª PARTE

CONCLUSÕES

16. Conclusões: Problemas e Perspectivas

17. Bibliografia

18. Créditos e Agradecimentos

16. Problemas e Perspectivas

Em anos recentes, em várias ocasiões e circunstâncias, a ação do crime organizado colocou em evidência a fragilidade e o despreparo dos serviços de segurança pública tanto nas grandes cidades, como em regiões remotas do país. Em **São Paulo** – testemunho de agentes – policial veste a farda apenas quando em plantão, e prefere habitar longe de suas áreas de policiamento para não ser reconhecido. É perigoso transitar ou permanecer identificado longe da proteção dos companheiros. No **Mato Grosso**, histórias antigas, outras nem tanto, falam de povoados armados, auto protegidos, e que postos em fúria, queimaram delegacias e expulsaram destacamentos. Do **Rio de Janeiro** não é necessário que se ouçam os policiais. A mídia reporta quase cotidianamente a guerra nos morros e a ação de quadrilhas fechando túneis, bloqueando o trânsito e enfrentando a polícia em ações armadas, vitimando 'civis' e crianças com balas perdidas que escapam dos campos de combate.

Nesse último Estado, toda vez que a mídia, a opinião pública, ou mesmo as autoridades do Estado, vendo-se acuadas diante da situação de descontrole da segurança pública, clamam por providências, o Exército é lembrado. Colocar o Exército nos acessos aos morros e favelas, é o que pedem. Quando tal circunstância se apresenta, sempre vêm a público um general para lembrar o óbvio: o Exército é organizado, treinado e preparado para a guerra, não para ações de policiamento. De fato, a cadeia de comando estruturada, a disciplina férrea, a Ordem Unida que mostra a capacidade de se deslocar um grupo como se fosse um só homem. Exibir a força, o poderio e a autoridade para intimidar os que pensem em afrontar a pátria. Por fim, a própria nomenclatura dos Regimentos, Batalhões, Companhias e Pelotões: Unidades. É disso que se trata: Unidades. Fazer fluir as estratégias elaboradas nos mapas do Estado Maior em movimento contínuo e instantâneo até as linhas de frente, aos postos de batalha. As 'unidades' devem permanecer concentradas, ao abrigo do inimigo identificado, no

aguardo das ordens de ação. Ao ataque, e a infantaria, sob a proteção dos artilheiros ou do bombardeio aéreo, deve avançar pelo campo atirando contra tudo o que se mova para tomar território ao inimigo. Se for para defender-se, então quem sabe com o auxílio de minas terrestres ou arame farpado, criar até onde a vista alcance uma terra de ninguém, metralhadoras varrendo todo movimento suspeito.

De fato, isto não é, e nem parece remotamente com policiamento. Então, perguntaria o simplório, por que é que se militarizaram as polícias, se as dotaram de estrutura, cadeias de comando, regulamentos disciplinares, treinamento, em tudo semelhante aos do Exército? Por que as unidades foram concentradas em quartéis? Por que coronéis do Exército foram feitos interventores nas polícias militares, e ainda hoje são chamados a presidir secretarias de segurança e PMs nos Estados?

A resposta é simples: o inimigo interno. O povo, os movimentos sociais, às ameaças a ordem, a sedição, a rebelião. Até quando?

A polícia hoje denominada 'civil' não escapou ao movimento. O 'doutor' delegado de há muito se acostumara aos padrões da cultura bacharelística a que pertencia. A cultura do papelório, da burocracia e da aparência. Certa vez pedimos a um funcionário da Universidade que fosse a uma delegacia comunicar um furto de equipamento.

- Professor – disse o homem – olhe bem para mim. Preto, feio, desdentado, quase analfabeto. Se eu entrar numa delegacia, fico preso.

É mais fácil lidar com o legal, com o burocrático, do que com o real. Todo cidadão – especialmente se negro e pobre – é suspeito até que um pedaço de papel diga o contrário. E nas delegacias, as pessoas devem comparecer para lavrar 'boletins de ocorrência', relatar que seus automóveis, documentos, telefones celulares foram 'roubados', não por esperança de reavê-los, mas apenas para evitar complicações futuras. Ou ainda em busca de atestados, de residência, pobreza, 'idoneidade' ou o que mais for que só possa ser atestado por motivos ignotos, pela autoridade policial. Estes, os suspeitos, buscando papéis para lhes livrar da suspeição presente ou futura. De outra

parte, o criminoso, real ou presumido, preso, inimigo. Como se *investiga* um inimigo aprisionado em combate? Aplicando-lhe o 3º grau, o interrogatório com pressões contra sua integridade física e mental, com a eventual ajuda de torturas e choques elétricos. E as delegacias paulatinamente converteram-se metade em depósito de presos, metade em cartório. A investigação local, sua tarefa precípua, acabou por ser inteiramente abandonada.

Isso está mudando. Isso *quer* mudar!

Talvez, na redação deste relatório, tenhamos parecido excessivamente críticos em relação ao policiamento no Brasil. Seria, é possível, um reflexo da nossa ansiedade. Na verdade, nos parece que a polícia brasileira, em prazo relativamente curto, vêm obtendo notáveis progressos.

Por toda a parte em que andamos encontramos policiais de ambas as polícias e de todas as patentes com outra mentalidade. Encontramos filósofos e poetas, liberais e socialistas, pragmáticos e sonhadores, gente que ama suas corporações, e luta antes de tudo pela própria cidadania, o que significa dizer, integrar-se com o povo, tornar-se parte dele, e estar com ele e não contra ele.

Muitos são lúcidos, extremamente lúcidos, traçam metas e objetivos. Outros nem tanto, ressentem-se (em suas palavras) de problemas de formação, mas querem e procuram aproximar a corporação da cidadania e das práticas democráticas. Todavia, em todos os estados que percorremos ou tivemos um contato mais estreito, com uma única e notável exceção, a fala desses homens, por uma polícia democrática, ainda é cuidadosa, precavida, conspiratória, por vezes tergiversando para não identificar ou expor-se aos novos inimigos internos: o governo, ou a própria corporação.

O governo no Brasil (e poderíamos citar exemplos de todos os partidos entre os que administram unidades da federação, rigorosamente sem nenhuma exceção) possui uma cultura curiosa que se poderia denominar de cultura da '*zerificação*'. Ao assumir, não admite nenhum mérito ao opositor destituído, qualificado como inepto ou corrupto (em geral, ambos). Trata-se então de *zerar* o Estado (aproveitando para desmoralizar a

camada política de que fazem parte). Começar de novo, desprezando tudo o que tenha sido feito pelo antecessor sem maior análise ou critério. Desmontar programas promissores ou bem sucedidos, afastar funcionários e técnicos suspeitos de 'cumplicidade' com a gestão anterior. E começar de novo. Apresentar um sucedâneo, ou mesmo, depois de um tempo (perdido) retomar o mesmo programa com outro nome e embalagem.

Na segurança pública, para não pecar por omissão, citaremos três programas com todas as evidências de bem fundamentados e em desenvolvimento amplamente satisfatórios que foram *zerificados*, interrompidos e bloqueados: **Amapá, Espírito Santo e Paraná**. Atualmente recuperados, é possível que em pelo menos dois deles tenha havido uma reorientação cujos benefícios eventuais não estão claros. Por outro lado, em muitos Estados, nomeia-se o secretário da Saúde ou da Educação, por seus vínculos com as respectivas coletividades e pelo saber técnico ou administrativo especializado. Mas, na segurança pública, tais fatores não parecem decisivos. Entrou em desuso nomear coronéis do Exército, é verdade, mas nomeiam-se advogados tributaristas e outros bacharéis cuja habilitação para o cargo parece restrita à proximidade política com o governo e a ambição de virem a conseguir uma indicação como desembargador ou em um tribunal de contas.

Muito policiais reivindicam, e com razão, um grau maior de autonomia para que as próprias instituições possam desenvolver políticas duradouras em segurança pública. Mas, perguntará a desconfiada cidadania: pode-se confiar na polícia? Pode-se confiar em uma instituição que internamente, na hierarquia, na estrutura e na formação de seus quadros sustenta todos os vícios e deformações que procura combater?

Não é aqui o espaço apropriado para levantar ou conduzir tais discussões. Se as levantamos, é pelos desdobramentos que afetam a instalação e o desenvolvimento do policiamento comunitário. Cada mudança de orientação política, já o dissemos, implica ou pode implicar em novos secretários. comandantes e delegados gerais detentores de poderes soberanos para proceder a zerificação. Mas, uma estrutura autoritária, como já demonstrado pela ciência política, não se caracteriza apenas pelo poder indiscutido de

seu chefe máximo. Mas pelos nichos, pelas circunscrições, pela invasão e domínio de aparelhos, sempre reproduzindo o modelo mais amplo através de autoridades menores, mas nem por isso menos ciosas do poder que devem exercer no âmbito de suas 'competências'. Numa estrutura autoritária, cada esfera do poder é autoritária.

Tomarei para exemplos, estados avançados, onde o policiamento comunitário é reconhecido como *política de Estado*: Em **Santa Catarina**, em determinada área, a iniciativa foi paralisada até que, por um ato da natureza, fosse removido um delegado regional. Em **Mato Grosso**, está escrito, certas bases de policiamento comunitário não obtém resultados porque o comandante do batalhão prefere manter seu contingente concentrado no quartel. E no **Rio Grande do Sul** (onde o policiamento comunitário é diretriz da Brigada) nos foram mostradas bases em processo de desativação pela mudança de comandos intermediários. Evidentemente, nem as populações, nem os policiais das áreas afetadas e nem mesmo o governador do Estado ou o comandante geral, foram chamados para opinar a propósito. E não se tratam de exemplos isolados.

Há outras características nocivas na estrutura autoritária para o projeto do policiamento comunitário: a incapacidade de ouvirem subalternos e conseqüentemente de delegar-lhes competência. No **Pará**, um policial com mais de quinze anos de experiência, agradeceu profusamente ao pesquisador que o entrevistou, por '*ter-lhe dado a oportunidade de manifestar sua opinião*'. No exemplo citado de **Mato Grosso**, e aliás moeda corrente na maioria ou em todas as guarnições, o oficial quer a tropa no quartel por ser a melhor forma de controlá-la. Isso não é só mentalidade militar. É mentalidade militar arcaica, de um tempo em que os conscritos, garotos imaturos e prestando contra a vontade o serviço, precisavam ser vigiados para não 'voar' pelo buraco da cerca. Como se pode delegar autonomia para uma atividade a alguém que é preciso manter sob as vistas e sob controle?

Um comandante geral, aliás, muito bem intencionado e interessado no assunto, perguntou-me se 'soltar' os policiais em uma comunidade não facilitaria a que se corrompessem. Era um bom e honesto sujeito. Mas parece que lhe haviam incutido a idéia de que o povo civil corrompe, e que os escalões inferiores se postos em contato são

facilmente suscetíveis de aceitar a corrupção. Trata-se antes de tudo de um preconceito social. E como todo preconceito, gera discriminação, talvez proveniente do tempo em que oficiais e doutores desfilavam pelos salões da Corte com ares de erudição ou bravura, enquanto a soldadesca analfabeta incapaz de comer com a boca fechada dormia com os cavalos.

Não há, hoje, qualquer diferença significativa, cultural ou de educação formal, capaz de justificar a discriminação interna praticada nas corporações policiais. A tropa é constituída, em princípio, de homens e mulheres dignos, capazes, honestos, e cujo amor pela instituição em nada fica a dever aos de seus superiores. Não há nenhuma razão para que a primeira preocupação do comando seja a de 'controlar' os próprios subalternos.

Todos os aspectos até aqui mencionados são de certo modo inerentes à própria estrutura das corporações que reproduzindo internamente modelos banidos da sociedade permitem os espaços de poder e autonomia discricionária nas esferas de comando, e não delega e nem ouve os subordinados.

Trata-se é certo, de um problema da 'cultura' policial. Antes de chegar a discussão das concepções doutrinárias com que pretendemos concluir este relatório, retomaremos então o tema da formação, e a partir dos aspectos que pesquisamos, no contexto dos treinamentos e programas existentes. O pressuposto é o de que se precisa mudar a cultura do policial, mas também atentar para o significado das comunidades, e de que este processo é duplamente longo e penoso.

Tanto as ONGS, que apontam para organização e participação mais ativa de populações ou bairros específicos do Brasil, quanto os treinamentos voltados exclusivamente para formação de uma nova forma de fazer polícia, são sinais de descontentamento e da necessidade de mudança. Tal descontentamento ou mesmo desencanto se transmuta em ações reais desenvolvidas por pessoas, entidades ou instituições sociais.

Mesmo que subsistam ações e atividades que não ultrapassam procedimentos burocráticos administrativos em função da prestação de alguns serviços sociais à

comunidade não é possível negar sua importância, no sentido de que a iniciativa ultrapassa o âmbito meramente governamental, mesmo quando parte de tal espaço, e se personifica em ações que colaboram para o crescimento da organização popular e a mudança das instituições policiais. A população, as ONGS, os profissionais, as Universidades e muitos outros personagens procuram colaborar para a mudança.

Em geral, partindo do desencadeamento de processos educativos, de alianças com populações específicas e outros instrumentos necessários a sua ação tais iniciativas constroem novas possibilidades e demonstram que a mudança é possível. Um grande esforço tem sido feito, pois tanto as ações das ONGS como a formação da polícia comunitária para realizarem um trabalho sólido em nível local tem que partir dos objetivos e carências das populações, das possibilidades pedagógicas existentes; do desencadeamento de um relacionamento profissional capaz de gerar um processo contínuo e comum de reflexão e ação; da identificação do estágio de desenvolvimento em que a comunidade se encontra; dos processos educativos que esse estágio requer; do estímulo pedagógico e reflexão da população sobre sua realidade conjuntural e do desenvolvimento de processos educativos que possam criar condições para que as populações expressem suas preocupações e interesses.

Além de tais elementos, nenhum trabalho que se paute na educação, ultrapassando seus aspectos formais prescinde de uma avaliação contínua das ações e efeitos das atividades desenvolvidas. Nem todos os aspectos citados são facilmente perceptíveis nos programas analisados. Poder-se-ia em alguns casos afirmar até que há uma consciência ainda pequena de sua necessidade, mesmo assim, o trabalho realizado não pode ser desclassificado. Em geral, ele se constrói no dia-a-dia, a partir das necessidades e dificuldades que vão surgindo. Ação e reflexão andam juntas e se compõem como uma condição necessária para que o trabalho seja realizado.

Diante disso, mesmo que não estejam imbuídos de um grande arsenal de saberes ou não dominem todos os conhecimentos necessários, espera-se dos profissionais e agentes sejam de ONGS, Universidades ou das organizações policiais a

capacidade e o estímulo para ultrapassagem do pensar individual a partir de sua própria experiência.

Processos como apadrinhamento, cooptação e troca de favores fazem parte da própria dinâmica da correlação de forças existente na sociedade e se manifestam no cotidiano das populações. São empecilhos com os quais as diferentes organizações se deparam e precisam ultrapassar, mas nem sempre isso é possível, especialmente quando estamos falando de instituições públicas como é o caso da polícia e das Universidades.

Construir o novo implica não somente em uma mudança da realidade, mas também em uma mudança de postura. Não é possível falar em populações organizadas ou mesmo em um outro modelo de polícia como é o caso da comunitária, sem que se busque romper com tais práticas, se isso não ocorre dificilmente se ultrapassa a mudança de nomenclatura e as ações continuam perpetuando um *status quo* que não colabora para o resgate das comunidades como grupos sociais organizados e participativos.

Também é preciso ter em mente que cada área apresenta características diferentes, por isso muitas vezes deflagrar os primeiros contatos ou dar continuidade as ações desenvolvidas tornam-se tarefas difíceis. Cada contexto e cada área podem sugerir um modo próprio de relacionamento com a população que precisa estar explícito no desenvolvimento das atividades das ONGS e mais ainda para o policiamento comunitário cujo objetivo é ali estabelecer relações permanentes. Trabalhar com populações específicas, no sentido de ultrapassar o já existente e construir novos processos de aprendizado e de se relacionar uns com os outros desafia a idéia dos conhecimentos prontos e acabados e de um saber unilateral. Sem tal consciência o trabalho se perde nos labirintos dos bairros e cidades nos quais tentam se fixar.

Há uma enorme explosão de instituições e iniciativas governamentais ou não, voltadas para a idéia de mudança social. O maior risco é de que, boa parte ou mesmo a maioria de tais atividades, por meritórias que possam ser, vejam às populações a que se referem não como possibilidades de coletividades reais e ativas e seu trabalho como uma

forma de resgate dos laços comunitários, mas como objeto para o desenvolvimento de ações assistencialistas ou com objetivos políticos.

É, em geral, o que sucede com a noção de comunidade utilizada pelos organismos ligados ao Estado. Como regra, agentes da sociedade são treinados para relacionar-se com as comunidades, ou as comunidades são motivadas a cooperar com as autoridades. Acreditamos que as Universidades que trabalham diretamente com os policiais colaborando, através da formação, com a construção de uma nova forma de relação entre polícia e comunidade e mesmo com a constituição de um modelo alternativo de segurança pública têm obrigação de romper com tais práticas e, ao menos aparentemente ou em um nível mais amplo, o fazem.

Ao se falar de “programas de capacitação voltados para as comunidades” está se falando de agir através de programas aplicados aos grupamentos sociais visando ampliar, reforçar ou estimular a constituição da própria comunidade. Não é possível falar de comunidade escolar, de saúde ou polícia comunitária se, de fato, não houver qualquer comunidade. Na sua inexistência, portanto, é preciso estimular seu desenvolvimento. Para isto, como pudemos observar, um variado número de programas e propostas tem lugar, buscando encontrar, desenvolver e motivar o espírito comunitário.

Quando se trata da questão das organizações policiais, como regra, agentes da sociedade são treinados para relacionar-se com as comunidades, ou as comunidades são motivadas a cooperar com as autoridades. Muitas corporações policiais, é o que se constata, trabalham a comunidade apenas como um bairro, um lugar onde atuam, sem compreender que comunidade não é um espaço geográfico, mas uma unidade humana específica. E se imagina que o treinamento em direitos humanos é tudo o que policial necessita. Sim, para exercer um policiamento civilizado, mas não para um policiamento comunitário. Assim, são escassos os programas onde o entendimento da comunidade seja partícipe da formação policial.

Talvez seja esse o ponto vital de todos os trabalhos analisados realizados com populações específicas ou mesmo aqueles relacionados à formação do policial

comunitário: a maneira como a comunidade é percebida ou o não entendimento do significado da comunidade. Trabalham-se bairros, famílias, policiais e muitos outros grupos como se fossem comunidades e não se percebe que comunidade não é apenas um conceito ou palavra vazia, mas condensa um tipo específico de relação social. Está ligada a valores e comportamentos específicos que vão de encontro à própria lógica da sociedade em que vivemos. Tal compreensão é fundamental para que o trabalho ultrapasse a mera aparência e não implique no descobrimento da realidade e de propostas e práticas, que longe do resgate da comunidade e da participação popular, induzem a mais subserviência e aceitação.

As ações analisadas buscam fazer as populações e também os policiais, mesmo que diferentemente, mais conscientes de suas necessidades, para que sejam capazes de apreciar seus recursos de forma mais realista e organizar-se de forma que satisfaçam algumas das suas necessidades por meio da formação, dos projetos e também de atitudes e experiências voltadas para o coletivo. Tudo isso supõe uma ação refletida e controlada, em que “tudo está ligado a tudo” e em que a comunidade tem que ser pensada para além de um mero grupamento de indivíduos, como uma coletividade.

Para tanto, é preciso compreender as formações sociais como *potenciais* portadores de uma identidade particular e como tais diferentes entre si. Cada uma delas, em seu desenvolvimento pode apresentar (ou não) elementos comunitários (constituintes de uma identidade coletiva), cujo desenvolvimento é essencial para o exercício da cidadania. As intervenções têm que partir da necessidade do reconhecimento de tais particularidades e do desenvolvimento das identidades locais para a inserção do seu trabalho específico.

Várias polícias estaduais reportaram dificuldades para o estabelecimento de policiamento comunitário em bairros comerciais. Não é de estranhar. Em princípio, os comerciantes em dado local não têm maior identidade e pouco se relacionam (senão através das relações de compra e venda) nem entre si mesmo, nem com as populações do lugar. Não constituem como bem definiu um policial de **São Paulo**, partes da comunidade. Podem constituir uma associação de interesses, na defesa de seu

patrimônio utilizando a polícia para substituir ou apoiar o policiamento privado. Mas, como demonstrou a experiência do Jardim Ângela, eles podem ser motivados a auxiliar no desenvolvimento comunitário. A pesquisa revelou ainda que, no **Espírito Santo e Mato Grosso**, onde foram pesquisados bairros populares e de classe média, nos últimos a proximidade da polícia com as populações locais é bem menor¹. As classes médias urbanas, como regra, não possuem um comportamento comunitário, e mantém um isolamento defensivo que obriga a pensar outras táticas de aproximação. Ainda mais complexa é a relação com o mundo dos apartamentos, ou com bairros de elite. No **Paraná**, na base de Vila Social, os policiais relatam que não são recebidos pelos moradores das mansões, e em geral são tratados como um incômodo por seus empregados.

As bases sócio-econômicas de uma área qualquer são indicativas genéricas do perfil social das populações. Mas não as únicas. É preciso compreender que a 'comunidade' em sua conformação não obedece ao traçado imposto nem pelos escritórios da Prefeitura nem pelas circunscrições policiais. É possível que o não reconhecimento do fato seja um dos problemas encontrados na instalação do policiamento comunitário em **Santa Catarina**, onde as bases fundadas sobre circunscrições policiais, atuam sobre coletividades heterogêneas, que podem conter uma, muitas ou nenhuma comunidade². Também no **Pará** é possível sugerir que as interferências políticas no trabalho policial, salvo no que couber a convivência dos comandos, possam se dar apenas pela interferência de 'representante', que substitui a comunidade, e só é concebível pelo não reconhecimento adequado dos perfis das comunidades de inserção.

Um último elemento é a verificação de que a comunidade não se define apenas ou sempre pelo lugar de moradia. Num mesmo espaço podem conviver várias formações comunitárias. Túlio Kahn em seu relatório a propósito do Jardim Ângela assinala a resistência ao policiamento de parte de grupos de jovens e negros. Já no

¹ - O mesmo não ocorreu em **São Paulo**. Mas, entendemos que no caso há outros fatores explicativos (o bairro de classe média tem origem e forte tradição comunitária).

² - observe-se que em Florianópolis, a pesquisa feita em São José atingiu três 'bairros', referidos a uma única base e apresentou resultados bem diferentes em cada um deles.

Amapá, o êxito do programa levado a efeito em Perpétuo Socorro refere-se certamente ao reconhecimento das gangues locais como uma comunidade própria, desenvolvendo-se ações em conformidade com tal noção.

Enfim, cada coletividade é em princípio impar. Seu perfil pode e deve estar traçado por pesquisa social competente. Entretanto, uma vez reconhecida, e estabelecida uma estratégia de atuação para o desenvolvimento do espírito comunitário, este se desenvolvendo o relacionamento com a polícia virá a depender dos agentes (não mais dos comandos) e sua capacidade pessoal de inserção e relacionamento.

Apresentamos e de modo quase involuntário uma concepção definida de policiamento comunitário. Isto nos leva a duas direções diferentes: voltar à formação e discorrer sobre a doutrina.

No segundo caso, trata-se de acentuar uma distinção. Com o descalabro vigente em segurança pública como herança do militarismo e do bacharelismo vazio, as polícias com a democracia descobriram que não cumpriam sua tarefa elementar: policiar. E o termo positivo, 'comunidade', passou a ser aplicado de forma quase indiscriminada. Policiamento local (óbvia obrigação) passou a ser 'comunitário'. Projetos vinculados às noções do 'broken windows' (que pode ter utilidade no desenvolvimento do espírito comunitário, mas que aplicado mecanicamente é apenas uma forma de repressão), do policiamento voltados aos resultados (*idem*), e até do 'tolerância zero' (cuja concepção é antagônica a do policiamento comunitário), para afinal se atingir os conceitos administrativos da 'gestão pela qualidade'. Esta última, defendida pela **Bahia**, aparentemente se difundindo pelos estados do sudeste, pode oferecer bons resultados no combate à criminalidade e no *controle* das atividades policiais. Pode até, no limite, e sob uma cuidadosa inspiração, combinar-se ao policiamento comunitário. Mas, mantido como fundamento das ações será em última análise, um policiamento tradicional eficaz, nas proporções possíveis ao que está contido nas técnicas modernas de administração. E sua associação com o público com formas de participação controladas será apenas a de uma eficiente política de relações públicas.

No outro caso, o da formação, há a evidência de que o policial (de ambas as polícias e de qualquer nível hierárquico) para além de sua formação técnico profissional necessita de uma base sólida em filosofia e em ciências do comportamento. Não se trata, em absoluto, de fornecer apenas alguns rudimentos da legislação e apenas sobre 'direitos humanos'. O policial já é hoje, e será mais ainda no futuro, um agente social. Para ele, a manutenção da ordem não significará um processo de temor ou intimidação e nem se apoiará em manifestações de obediência. Mas será a medida de satisfação e atendimento das populações de inserção. Sua autoridade provirá de seu conhecimento e da capacidade de oferecer serviços reconhecidos pelas comunidades que atende e onde se inclui. Não se diga que é esperar demais de um soldado porque entre eles, hoje, já se encontram físicos, biólogos, administradores e outras formações universitárias. É preciso acrescentar-lhes do início, elementos básicos de psicologia, psicologia social, sociologia aplicada e antropologia. Eles se ressentem (falo de depoimentos em entrevistas) também de formação filosófica e de conhecimentos de história. O que se passou no país? Perguntam todos, não somente os jovens – 'Gostaríamos de entender'.

Talvez seja o caso de se sugerir aqui a introdução de cursos experimentais de policiamento comunitário – o ideal seria introduzir alguns de caráter regional – com nível de especialização ou pós-graduação onde tal formação fosse enfatizada. Poder-se-ia inserir também, em caráter emergencial, seminários isolados sobre tais matérias, para magistério local e destinados aos profissionais sem grau universitário.

O que não se poderá, no futuro, é negar ao cidadão – e no caso especificamente ao cidadão policial – o conhecimento de si mesmo e de suas raízes, através da história e da antropologia; não será concebível omitir os modos de constituição social que lhe permitam estabelecer ou reforçar sua própria identidade. Não se lhe negará a capacidade de reflexão sobre a realidade em que vive: elemento fundador de uma ação consciente.

E é tudo isto que efetivamente significará mudar a 'cultura policial'.

Recorrendo a uma frase de Manacorda (1999) 'o caminho do futuro é aquele que o passado nunca soube percorrer'. Para construir o futuro são fundamentais a educação, a imaginação e a iniciativa. Através delas pode-se agir no sentido de erguer uma sociedade que ao invés de um lugar de separações, privações e discriminações, se construam em local e espírito, para cada grupo, cada comunidade, e assim para todos indistintamente.

Em todo o mundo, o movimento pela emancipação, primeiro dos povos, atualmente das 'diversidades', ou grupamentos específicos, são muito recentes. Para a polícia, não faz meio século, não havia sequer uma definição coerente. Hoje, começa seu despertar. Há um caminho a percorrer, e por mais que esbarre em obstáculos internos e externos, está em movimento. Sua nova ação reforça a capacidade de cada um e do coletivo. Prepara-se para contribuir na construção dessa nova sociedade igualitária em suas diferenças, e que se produzirá a partir das pequenas mudanças que vão se fazendo no cotidiano.

Era o que havia a relatar.

Prof. Dr. Orlando Pinto de Miranda



APROCOM

Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades

FINAL

4ª PARTE

CONCLUSÕES

16. Conclusões: Problemas e Perspectivas

17. Bibliografia

18. Créditos e Agradecimentos

9. Bibliografia

- Amador, Fernanda Spanier. *Violência Policial: verso e reverso do sofrimento*. Santa Cruz do Sul, Edunic, 2002.
- Amann, Safira. *Ideologia do Desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.
- Arendt, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- Assis, Simone Gonçalves de e Constantino, Patrício. *Filhas do Mundo – infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.
- Balestreri, Ricardo Brisolla. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo Fundo, Ed. Berthier, 2002.
- Bauman, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Ed. Rio de Janeiro, 2003.
- Baun, Eric; Pinheiro, Paulo Sérgio. *Democracia X Violência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986*.
- Bayley, David H. *Padrões de Policiamento*. São Paulo, Edusp, 2001.
- Bittner, E. *The function of police in the modern society*, Cambridge, USA, Oerlgeschlaiger, Gunn e Hein, 1970,
- Blanco, Antonio Carlos Carballo. *Grupamento de Policiamento em áreas especiais: Uma Experiência Piloto*, Monografia apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Bacharel, 2002.
- Brodeur, Jean-Paul. *Como Reconhecer um Bom Policiamento*. São Paulo, Edusp, 2002.
- Buber, Martin. *Sobre a Comunidade*. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- Burgos, Marcelo B. *Utopia da Comunidade Rio das Pedras uma Favela Carioca*. Rio de Janeiro, Loyola, 2002.
- Cadernos Adenauer IV. *Segurança Cidadã e Polícia na Democracia*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- Cain, M. *Society and the policeman role*, Londres, Routledge & Keegan, 1973;
- *Trends in the sociology of police work*, in International Journal of Sociology of Law, vol. 7, n. 2, 1979.
- Campiche, Colette; Hippolyte, Josette C.; Hipólito, João. *A Comunidade como Centro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

Cancelli, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília, Ed. Unb, 1994.

Castells, Manuel. *O Poder da Identidade*. 2 volumes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

Cathala, Fernand. *Polícia: Mito e Realidade*. São Paulo, Mestre Jou, 1975.

Cerqueira, Carlos Magno Nazareth (org). *Do patrulhamento ao policiamento comunitário*. Rio de Janeiro, F. Bastos, 2001.

_____. *O futuro de Uma Ilusão: o sonho de uma nova polícia*, Coleção Polícia Amanhã, Textos Fundamentais de Polícia, nº 6, Freitas Bastos Editora, Rio de Janeiro, 2001

Certeau, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 4ª ed. 2 volumes, Petrópolis, Vozes, 2003.

Chinchilla, Laura; *Polícia de Orientacion Comunitaria*, Santiago, 1999.

Copy, Frank; Siqueira, Sílvia. *Escola e Comunidade, uma parceria necessária*. Cotia, Íbis, 1997.

Costa Neves, Paulo Sérgio; Rique, Célia; Freitas, Fábio (org). *Polícia e Democracia: Desafios à Educação em Direitos Humanos*. Recife, Bagaço, 2002.

Cruz Neto, Otávio, Moreira, Marcelo Rasga e Sucena, Fernando Mazzei. *Nem soldados Nem Inocentes – juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

Dadoun, Roger; *A Violência*, Difel, SP, 1998.

Dias Neto, Theodomiro. *Policiamento Comunitário e Controle sobre a Polícia: a experiência norte-americana*. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris, 2003.

Durkheim, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. Coleção os Pensadores, Durkheim, São Paulo, Abril Cultural, 1078.

_____. *Educação e Sociedade*. São Paulo, Melhoramentos, 1955.

Elias, Norbert. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.

Eufrásio, Mario A. *Estrutura Urbana e Ecologia Humana*. São Paulo, editora 34, 1999.

Foucault, Michel - história da sexualidade - 1 - a vontade de saber (trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque) 12ª ed. Rio de Janeiro, Edição Graal, 1997.

_____. *Microfísica do poder* (org. e trad. de Roberto Machado) Rio de Janeiro, 18ª ed. Graal, 1979.

Freire, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. Coleção Leitura. 31ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Freitag, Bárbara. *Escola, Estado & Sociedade*. 6ª ed. rev. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

Garotinho, Antony. *Violência e Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Hana, 1998.

Geeler, William A.; *Police Leadership in América: Crisis and Opportunities*, Praeger, New York, 1985.

Giddens, Anthony; *Estado Nação e Violência*, Edusp, SP, 2001.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

Goldstein, Hermann; *Policing a Free Society*, Ballinger, Cambridge (Mass), 1977.

Gomes, Heraldo. *Vestígios da Inteligência Policial*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2000.

Greene, Jack R. *Administração do Trabalho Policial*. São Paulo, Edusp, 2002.

Holloway, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Ed., 1997.

Huggins, Martha Knisely. *Polícia e Política*. São Paulo, Cortez, 1998,

Kahn, Túlio. *Velha e Nova Polícia: Polícia e Políticas de Segurança Pública no Brasil Atual*. São Paulo, Sicurezza, 2002.

_____. *Relatório de Pesquisa para a Ford Foundation*, SP, 1999.

Kelling, George L.; *Police and Communities: The Quiet Revolution*, Washington, USDJ and Harvard University, 1988.

Lemgruber, Julita; Musumeci, Leonarda; Cano, Ignácio. *Quem Vigia os Vigias?*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2003.

Lyra, Rubens Pinto (org). *Direitos Humanos Os Desafios do Século XXI*. Brasília, Brasília Jurídica, 2002.

Mafesolli, Michel; *A Violência Totalitária*, Sulina, Porto Alegre, 2001.

Manacorda, Mario Alighiero. *História da Educação: da antigüidade aos nossos dias*. (tradução de Gaetano Lo Monaco. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Marcineiro, Nazareno; Pacheco, Giovanni C. *Polícia Comunitária: evoluindo para polícia do século XXI*. Florianópolis, Insular, 2005.

Marcondes Filho, Ciro. *Violência Política*. São Paulo, Moderna, 1987.

Mariano, Benedito Domingos. *Por um novo modelo de polícia no Brasil: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

Mastrosky, S. & Greene, J. (ed); *Community Policing: Rethoric or Reality?* Praeger, New York, 1988.

Marcineiro, Nazareno e Pacheco, Giovani C. *Polícia Comunitária – Evoluindo para a polícia no século XXI*. Florianópolis, editora Insular, 2005.

Méndez, Juan E. Ó Donell, G. Pinheiro, Paulo Sérgio (org); *Democracia, Violência e Injustiça*, Paz e Terra, RJ, 2000.

Miranda, Orlando de (org.); *Violência & Sociedade*, Letras, SP, 2003.

_____ *As Experiências em Polícia Comunitária* in acima, p. 63/88.

_____ *Para Ler Ferdinand Tönnies*, Edusp, SP, 1995.

_____ *Ensaio sobre a Identidade e a Invenção do Indivíduo*, Terceira Margem, SP, 2001.

Milovic, Miroslav. *Comunidade da Diferença*. Ijuí, Rio de Janeiro; Unijui, Relumé-Dumará, 2004.

Monet, Jean-Claude. *Polícias e Sociedades na Europa*. São Paulo, Edusp, 2001.

Monjardet, Dominique; *O que Faz a Polícia*, Edusp, SP, 2003

Moulin, Luiz Ferraz. *Polícia Interativa*. Vitória, (s.n.), 2003.

Muñiz, Jaqueline; Larvie, Sean Patrik; Musumeci, Leonarda e Freire, Bianca, *Resistências e Dificuldades de um programa de policiamento comunitário*, Tempo Social, Volume 9, Nº 1, maio de 1997.

Oliveira, Isaura de Mello Castanho; Pavez, Graziela Acquaviva; Schilling, Flávia. *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*. São Paulo, Educ, 2002.

Palmieri, Gustavo (et alii). *Segurança Cidadã e Polícia na Democracia*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2003.

Pandolfi, Dulce C. (et alii); *Cidadania, Justiça e Violência*, FGV, 1999.

Pedroso, Regina Célia. *Violência e Cidadania no Brasil: 500 anos de exclusão*. São Paulo, Ed. Ática, 1999.

Peralva, Angelina. *Violência e Democracia*, Paz e Terra, RJ, 2001.

_____ *Policiamento Comunitário – Experiências no Brasil 2000- 2002*. Editora Página Viva, São Paulo, 2002.

Reiner, Robert. *A Política da Polícia*, Edusp, SP, 2004.

Robinson, C. *Ideology as History*, in Police Studies, 2, Summer, p. 35-49

Rosenbaum, Dennis P. (ed). *Community Crime Prevention: Does it Work?* Sage, Beverly Hills, 1986.

Schilling, Flávia (et al). *Reflexões Sobre Justiça e Violência*, Imesp, SP, 2002.

Schwartz, R.D. & Miller, J. C. Legal Evolution and Societal Complexity, in AJS 70/71, 1964, p. 159-169

Silva, Célia Regina Neves da *Violência & Sociedade*. São Paulo, Letras & Letras, 2003.

Simmel, Georg. *The Philosophy of money*. Edited by David Frisby. Translated by Tom Bottomore and David Frisby. Second enlarged edition. London and New York: Routledge, 1990

_____. *Sociologie Etudes sur les formes de la socialization*. Paris, Puf, 1999.

Skolnick, J.H & Bayley, D.H. *Nova Polícia: Inovações no Policiamento de Seis Cidades Norte Americanas*, Edusp, SP, 2001.

_____. *Policiamento Comunitário - questões e práticas através do mundo* Edusp, SP, 2002.

Soares, Ailton; Moretti R.J. e Sanches, R.J. *O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo Comentado*. 2ª edição, São Paulo, Atlas, 2005;

Sodré, Muniz; *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre, Sulina, 2002

Souza, Maria Luiza de. *Desenvolvimento da comunidade e participação*. São Paulo, Cortez, 2004.

Stone, Carl. *Crimen y violencia em Jamaica. Implicaciones sociopolíticas*, in Nueva Sociedad, 107, Caracas, p. 27/37

Tempo Social Revista de Sociologia da USP, vol. 9, 1, maio de 1997.

Tonnies, Ferdinand. *Communauté et Société*, Paris, Retz, CEPL, 1977.

Tonry, Michael & Morris, Norval. *Policiamento Moderno*, São Paulo, Edusp, 2003.

Waisbort, Leopoldo. *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, editora 34, 2000.

Wanderley, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo: Cortez, 1993.

Weber, Max. *Economia Y Sociedad*. 2 volumes, México, FCE, 1969.

Velho, Gilberto. *Mudança, Crise e Violência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

Zaverucha, Jorge; Rosário Maria do; Barros, Negreiros (org). *Políticas de Segurança Pública: Dimensão da Formação e Impactos Sociais*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

Ziegler, Jean. *Os Senhores do Crime*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

_____. *A Vitória dos Vencidos Opressão e Resistência Cultural*. Rio de Janeiro, Forense, 1996.



APROCOM
Associação Pró Comunidade

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**Programas de policiamento comunitário
Programas de capacitação voltados para as comunidades**

FINAL

4ª PARTE

CONCLUSÕES

16. Conclusões: Problemas e Perspectivas

17. Bibliografia

18. Créditos e Agradecimentos

Major Honório Carvalho Filho – Maranhão

AGRADECIMENTOS

ACRE

Major PM Paulo César Rocha dos Santos
Oficial Responsável pelo Projeto Polícia da Família
Obs: Teresa tem melhores informações

AMAPÁ

Major PM Francisco Santos Costa
Coordenador

AMAZONAS

Coronel PM Francisco das Chagas Gomes Pereira
Diretor do Departamento de Capacitação Profissional
Obs: Teresa tem melhores informações

BAHIA

Major PM Lázaro Raimundo Oliveira Monteiro
Chefe do Serviço de Gestão da Qualidade
Obs: Foi entrevistado e forneceu amplo material, embora para se conseguir o questionário n. 2 foi necessário montar um plantão na Gestão da Qualidade.

CEARÁ

Tenente Coronel PM José Idelberto Gomes de Matos
Coordenador do Projeto Polícia Comunitária
Obs: Gentilmente por telefone nos concedeu entrevista e passou algumas informações. Estou tentando descobrir o seu nome completo, talvez nem ele mesmo saiba.

DISTRITO FEDERAL

O Tenente Coronel Serra existe?
Obs: Não sei informar. V Exa. Tem melhores informações.
Andréia (Dra. Gláucia Helena tem o nome completo)

ESPIRITO SANTO

Major PM Andrey Carlos Rodrigues
Chefe da Assessoria de Comunicação Social da PMES e Coordenador do Projeto Polícia Interativa
Obs: Concedeu entrevista e foi muito gentil, mesmo demonstrando medo.
Prof. Dr. Timóteo Melo Camacho - Pesquisador

GOIÁS

V. Exa. Tem melhores informações

MARANHÃO

Coronel PM Nestor Renaldo

Obs: Teresa tem melhores informações.

MATO GROSSO

Major PM Wilson Batista

Coordenador de Polícia Comunitária

V. Exa. Tem melhores informações

Prof. Dr. Luiz (esqueci o nome) - Pesquisador

MATO GROSSO DO SUL

Major PM Carlos Santana

Coordenador de Polícia Comunitária

Obs: V. Exa. Tem melhores informações.

MINAS GERAIS

Major PM Armando Leonardo Linhares Silva

Chefe da Seção de Emprego Operacional

Obs: Recebeu a pesquisadora Kênia e foi gentil, e forneceu informações válidas muito embora demonstrasse muito medo e insegurança, mas esse medo é o resultado de uma administração policial burocratizada e burra.

Prof. Mestra Kênia Augusta Figueiredo – Pesquisadora (indicada p/ Dra. Gláucia Helena)

Gladys Rodrigues de Carvalho (Dra. Gláucia Helena tem outras informações)

PARÁ

Coronel PM Joaquim Silva Sousa

Chefe do Estado Maior? Ou Gestão Comunitária da Defesa Social?

Obs: Gilmar tem todas as informações

PARAÍBA

Tenente Coronel PM Washington França da Silva

Coordenador de Polícia Comunitária

Obs: Concedeu entrevista e foi muito atencioso e narrou o atual estado de abandono em que se encontra o projeto anteriormente concebido.

PARANÁ

V. Exa tem melhores informações

PERNAMBUCO

Capitão PM Sérgio Rodrigues de Paula

Diretoria Geral de Operações é o órgão responsável pelo Projeto Patrulha Escolar

Obs: O Capitão Sérgio é o oficial executivo que coordena o Projeto. Concedeu entrevista e foi muito atencioso narrando todo o processo de desenvolvimento do Patrulha Escolar.

PIAUÍ

Coronel PM R/R José Lucimar de Oliveira

Obs: Teresa tem melhores informações

RIO DE JANEIRO

Capitão PM Carlos Henrique Martins Gonçalves
V. Exa. Tem melhores informações

RIO GRANDE DO NORTE

Coordenador do Projeto: Pe. João Batista Chaves da Rocha
Sempre nos atendeu muito bem e concedeu entrevista a Dra. Gláucia Helena
Tenente Coronel PM Durval de Araújo Lima
Ex Comandante do 9º BPM

Com mais erros do que com acertos implantou o Projeto em Natal. Na época, nenhum oficial quis assumir a responsabilidade de ir para São Paulo ou qualquer outro Estado e iniciar o processo de implantação da polícia comunitária. Com pouco ou nenhum juízo, cumpriu a ordem do Secretário Josemar. Esteve por mais de três anos como dirigente do Projeto. Atendeu muito bem à nossa entrevistadora Geane, e forneceu todas as informações solicitadas. Por ter desagradado politicamente a Sra. Vice Prefeita foi dispensado da função de comandante da unidade no exato momento em que concedia a entrevista a nossa pesquisadora. Continua sem juízo.

Jornalista Gleide Geane Alves - Pesquisadora

RIO GRANDE DO SUL

V. Exa. tem melhores informações

RONDÔNIA

Obs: Teresa tem melhores informações

RORAIMA

Obs: Nunca nos deu nenhuma resposta sobre os questionários. O comandante geral ainda gozou quando o encontrei em Cuiabá e ele disse que estava à nossa disposição, de sacanagem, é claro. A única informação que temos é que o coronel Uzi Pereira Brisola, esse é o nome da figura, é dono de uma transportadora em Boa Vista. Não tem nenhuma obrigação de saber sobre polícia comunitária.

SANTA CATARINA

V. Exa. Tem melhores informações

SÃO PAULO

V. Exa. Que sofreu em sua terra, é que detém todo o conhecimento.

SERGIPE

Tenente Coronel PM Carlos Augusto Lima Bispo

Obs: Enviou os questionário n. 1 e 2. Foi muito atencioso mas andou querendo morrer do coração. Em Cuiabá estava muito feliz. Penso que não quer absolutamente nada com nada.